



O Ideário Patrimonial О идеарио

Património Material e Imaterial
dos dois lados do Atlântico



O Ideário
Patrimonial
O идеарио

www.cta.ipt.pt

N. 10 // julho 2018 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	04
USO DIDÁTICO DO TERRITÓRIO E DO PATRIMÓNIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES Nuno Martins Ferreira, Luís Mendes e Sandra Pereira	06
AS VOZES E AS TRADIÇÕES NA CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, BRASIL: FOLCLORE, CULTURA E IDENTIDADE (1) Elis Regina Barbosa Angelo	25
PLANEAMENTO DOS DESTINOS TURÍSTICOS O CASO DA COVA DE IRIA, FÁTIMA João Caldeira Heitor	46
PROJETO CIVIDADE: MOSTRA 3 Manuel Horta	72
REFLEXOES SOBRE O PATRIMONIO HIDRAULICO NA BACIA INFERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL. A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA E DA ARQUEOLOGIA Simonne Teixeira	91
O CONCELHO DO CRATO NO INÍCIO DO SÉCULO XX Miguel Ângelo Portela da Silva Caetano	122
CAIXA GERAL DEPÓSITOS A ARQUITETURA DAS FILIAIS Joaquim Pombo Gonçalves e Helena Real Gomes	140
LEI ÁUREA: ABOLIÇÃO INACABADA? Marcos Caneta	151

Editorial

Este número 10 da **O Ideário Patrimonial**, oferece fundamentalmente as experiências arqueológicas e etnográficas de dois países de língua portuguesa, divididos pelo Atlântico.

Uso Didático do Território e do Património na Formação de Professores apresenta-se como um guia de trabalhar com e para os estudantes dos 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente nas disciplinas de Português, História e Geografia. Em função dos conteúdos programáticos e cada disciplina, tem como principais objetivos de aprendizagem o aprofundamento, o estudo e análise de temas que se debruçam sobre os recursos patrimoniais do meio envolvente. O tema selecionado para o desenvolvimento do projecto foi “as feiras medievais” transmitindo a noção de espaço-tempo e recriando no século XXI um comportamento do passado. A Didáctica, bem aplicada a qualquer disciplina, facilmente desperta nos estudantes o entusiasmo pelo Saber.

As vozes e as Tradições na Casa dos Açores de São Paulo, Brasil: folclore, cultura e identidade é um texto que nos trás à memória a forma como os imigrantes portugueses se organizaram no País de acolhimento, de modo a preservar os seus costumes e tradições no Brasil. Desta feita, trazemos à estampa o Património Imaterial sob a forma da criação do grupo folclórico da casa dos Açores de São Paulo, dos moradores da Vila Carrão, Zona Leste da cidade de São Paulo. É através deste instrumento (grupo folclórico) que estes moradores fazem perdurar no tempo e noutro espaço através do cordão umbilical patrimonialista, conservando e salvaguardando os costumes e os valores dos antepassados açorianos, mantendo o que é típico e identitário, como por exemplo, dança, música, vestuário e ornamentos.

Planeamento dos Destinos Turísticos O Caso da Cova de Iria, Fátima debate a mobilidade turística e as questões logísticas em termos do método de planificação e de estruturação de um universo religioso que rodeia a atmosfera de Fátima, como um caso de estudo muito particular. É apresentado neste artigo as várias etapas de planeamento turístico nos últimos cem anos.

Projeto Cidade: Mostra 3, fecha um ciclo de projecto artístico desenvolvido na Cidade de Terroso na Póvoa de Varzim, espaço onde se procedeu a trabalhos arqueológicos e onde surgiu a Cultura Castreja e ainda o Processo de Romanização. Este espaço, que tornou-se interdisciplinar na medida em que se fundiu áreas com as Artes Plásticas, a Arqueologia, a História e a Museologia. A terceira intervenção/mostra do Projeto Cidade destinada a um público generalista ocorreu na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim entre 3 e 25 de março de 2017.

Reflexões sobre o Património Hidráulico na Bacia Inferior do Rio Paraíba do Sul. A Contribuição da História e da Arqueologia, partilha as preocupações de investigadora, que observa determinado Património desaparecer, sem que o restauro e a salvaguarda actuem enquanto papel activo na sua preservação. Reporta este artigo a vestígios materiais de estruturas hidráulicas, que se situam entre do século XIX e inícios do século XX, criados na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul.

O Concelho do Crato no Início do Século XX é um trabalho acerca da História do Concelho no início do século XX, numa perspectiva socio-económica. São referidos protagonistas que se destacaram ao longo do século e que foram o motor de desenvolvimento do Concelho do Crato.

Caixa Geral Depósitos - A Arquitetura das Filiais é mais uma contribuição dos autores que apresentam historicamente as principais características dos edifícios construídos pela CGD, ora construídos por intervenção estatal, quer pelos investimentos de gestão directa. Todavia, foram respeitados determinados pressupostos de prestígio, solidez e idoneidade, demonstrando desta forma a solidez bancária da Caixa Geral de Depósitos.

Lei Áurea: Abolição Inacabada?, relata-nos desenvolvidamente uma “ponte imaginária” relativamente à historiografia das comunidades negras no Brasil, através dos instrumentos que as disciplinas da História e do Direito proporcionam. Várias são as interrogações colocadas que exprimem comportamentos e mentalidades:

1. Por que há esta relação contraditória entre os negros e o seu património histórico-cultural (material e imaterial)?

2. Por qual motivo os negros foram invisibilizados da história brasileira ao longo dos últimos 130 anos?

3. Por que os negros e os índios não estão representados na historiografia nacional, de forma visível, como povos construtores da economia, cultura, aspectos sociais e religiosos no Brasil?

São 130 anos de história aqui apresentados de forma clara e incisiva.

USO DIDÁTICO DO TERRITÓRIO E DO PATRIMÓNIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nuno Martins Ferreira

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Departamento de Ciências Humanas e Sociais
nunoferreira@eselx.ipl.pt

Luís Mendes

Assistente Convidado do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Departamento de Ciências Humanas e Sociais
luism@eselx.ipl.pt

Sandra Pereira

Mestranda do Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação
Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB
sandrafilipapereira89@gmail.com



Uso Didático do Território e do Património na Formação de Professores

Nuno Martins Ferreira

Luís Mendes

Sandra Pereira

Historial do artigo:

Recebido a 27 de abril de 2018

Revisto a 17 de maio de 2018

Aceite a 20 de maio de 2018

RESUMO

A unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal, do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB, da Escola Superior de Educação de Lisboa, tem como principais objetivos de aprendizagem o aprofundamento, o estudo e análise de temas do Meio social, a partir da História e Geografia de Portugal (HGP); o reconhecimento das potencialidades da história local/regional e da geografia dos lugares para o estudo/investigação da HGP; o desenvolvimento de técnicas e procedimentos de investigação em História e Geografia; e a conceção e planificação de projetos de investigação, a partir de temas da História e Geografia, com um enfoque local.

Os estudantes são convocados a desenvolver um trabalho de pesquisa que parta das potencialidades de alguns temas e dos recursos patrimoniais que o Meio oferece. O projeto de investigação que aqui se apresenta tem como tema as feiras medievais e procurou compreender a sua importância espaço-temporal na HGP, bem como a sua recriação na atualidade, à luz de um quadro conceptual crítico da patrimonialização enquanto 'invenção da tradição'. A partir da investigação feita em torno destas questões, que em termos metodológicos recorreu a pesquisa bibliográfica, a trabalho de campo e ao questionário, fez-se uma proposta de preparação e recriação de uma feira medieval.

Neste texto, expõe-se a questão de partida, bem como a identificação e caracterização do problema, em que se explicitará as questões secundárias e a metodologia adotada. Far-se-á um enquadramento teórico, com o desenvolvimento de alguns conceitos-chave e apresenta-se uma proposta de atividades planificadas com o objetivo de trabalhar as feiras históricas numa turma do 1º CEB.

Palavras-chave: Feiras medievais; recriação histórica; território; património; Ensino da História e da Geografia; 1º Ciclo do Ensino Básico.

ABSTRACT

The curricular unit of Themes of History and Geography of Portugal, of the master degree in Teaching of the 1st Cycle of Primary Education and of Portuguese Language and History and Geography of



Portugal in the 2nd Cycle of Primary Education, in Superior Education School of Lisbon, has as main learning objectives the deepening, study and analysis of themes of the social environment, based on the History and Geography of Portugal (HGP); the recognition of the potential of local / regional history and the geography of places for the study / investigation of HGP; the development of research techniques and procedures in History and Geography; and the design and planning of research projects, based on themes of history and geography, with a local focus.

Students are invited to develop a research project based on the potential of some themes and the heritage resources that the environment offers. The research project presented here has as its theme the medieval fairs and sought to understand its spatio-temporal importance in the HGP, as well as its re-creation today based on a critical conceptual framework of patrimonialization as "invention of tradition". Based on the research carried out around these questions, which in methodological terms resorted to bibliographical research, field work and questionnaire, a proposal was made to prepare and recreate a medieval fair.

In this text, we present the starting point, as well as the identification and characterization of the problem, which will explain the secondary issues and the methodology adopted. A theoretical framework will be present, with the development of some key concepts and a proposal of planned activities with the objective of working the historical fairs in a class of the 1st Cycle of Primary Education.

Key-words: Medieval fairs; historical recreation; territory; heritage; history and geography teaching; 1st Cycle of Primary Education.

1. Introdução

Nos últimos anos, o domínio das Ciências Sociais da Escola Superior de Educação de Lisboa tem desenvolvido um trabalho de análise e reflexão em torno da sua atividade docente, nomeadamente no campo das atividades investigativas na formação de professores para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico. A produção de textos, na sequência de encontros científicos ou em revistas especializadas, tem contribuído para divulgar esse trabalho (FERREIRA et al., 2012; DIAS, HORTAS, 2015; DIAS, HORTAS, FERREIRA, 2016; DIAS, 2017; DIAS, FERREIRA, 2017).

Em 2015 nasceu o projeto TempusSpacium – Didática das Ciências Sociais, com a intenção de afirmar o campo das Ciências Sociais e, em particular, da História e da Geografia, enquanto componente estruturante da formação inicial de educadores de infância e de professores do Ensino Básico. A finalidade do projeto centra-se na intenção de promover atividades de investigação científica no âmbito da Didática das Ciências Sociais e da educação para a cidadania e para a diversidade. Neste âmbito, há a destacar a publicação de um *e-book* intitulado TempusSpacium – Didática das Ciências Sociais I, coordenado por Alfredo Dias, Maria João Hortas, Nuno Martins Ferreira e Cristina Cruz (Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa, 2016). Este volume reúne um conjunto de seis artigos cujos autores são mestres em Ensino do 1.º e do 2.º CEB pela Escola Superior de Educação, em parceria com docentes da mesma instituição. Nesses textos apresentam-se diversas abordagens ao estudo

sobre problemáticas associadas à Didática das Ciências Sociais, mais concretamente no que se refere às práticas pedagógicas centradas no Estudo do Meio Social no 1.º CEB e na HGP no 2.º CEB.

Neste artigo, apresenta-se a metodologia subjacente a projeto de investigação levado a cabo por discentes da unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal e que tinha como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as feiras medievais em Portugal. Para realização deste



trabalho de investigação pretendeu-se responder à seguinte questão histórico-geográfica: Qual a importância espaço-temporal das feiras medievais portuguesas? Desta derivaram as seguintes questões secundárias: Como surgiram e se desenvolveram as feiras no espaço português? Qual a sua importância para a dinâmica funcional das cidades? E qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas? Atualmente verifica-se a existência de diversas feiras medievais na procura de recriação do passado medieval. Com o objetivo de responder a estas questões utilizaram-se vários métodos e instrumentos de recolha de dados, nomeadamente o questionário, a entrevista, recolha de fotografias e pesquisa documental.

Mas antes de apresentar o projeto de investigação e a consequente proposta didática, far-se-á uma ligação entre as competências investigativas da História e da Geografia e a unidade curricular em que se inscreve o projeto; e desenvolve-se diversos conceitos, nomeadamente os de território e património, tendo em conta a sua potencialidade didática.

2. O desenvolvimento das competências investigativas da História e da Geografia na unidade curricular de Temas da História e da Geografia de Portugal

Na unidade curricular de Temas da História e da Geografia de Portugal aposta-se numa abordagem interdisciplinar do passado humano e da sua relação com o Meio, o que implica, no âmbito do estudo da História, a interligação dos conceitos de espaço geográfico e de tempo histórico. Falar em espaço geográfico pressupõe que, por exemplo, um lugar ou região são o resultado da combinação das suas condições geográficas e da sua capacidade de resposta às diversas fases de progresso ou retrocesso que os têm afetado ao longo do tempo. Essas condições geográficas englobam quer o meio natural/físico quer as ocupações económicas ou as estruturas políticas desse local. A sua capacidade de resposta explica como o espaço se tem configurado e qual o seu papel/lugar no mundo global (BATTLORI, 2011). Ciências como a Geografia e a Cartografia assumem, neste contexto, um papel relevante, dado o seu contributo na localização espacial e, consequentemente, na construção da ideia de espaço geográfico e do desenvolvimento de uma cidadania territorial que se quer para o século XXI, que auxilie os indivíduos não só a pensarem o espaço a múltiplas escalas, mas a conhecê-lo melhor para nele intervirem e o transformarem.

Quanto ao tempo histórico, existem várias perspetivas a partir das quais pode ser definido e abordado. Deve-se a BRAUDEL (1990), figura maior da escola historiográfica francesa dos Annales, a divisão do tempo histórico a partir de diferentes dimensões temporais: o tempo longo (estrutural), no qual se insere o tempo geográfico, de interdependência do Homem com o Meio em que vive; o tempo médio (social), que abrange uma geração sensivelmente; e o tempo individual (curto), o dos acontecimentos. No livro intitulado *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de 1949, desenvolveria o conceito de Geo-história, mostrando, a partir dos múltiplos espaços do Mediterrâneo, que a explicação dos fenómenos não se confinava ao olhar particular de uma ciência social mas que tinha de ter em conta as diversas atividades do Homem e os espaços por ele percorridos.

Na mesma linha de Braudel, para Vitorino Magalhães Godinho, seu discípulo, as diferentes disciplinas sociais, separadas entre si, apenas podiam oferecer ângulos parciais de análise dos fenómenos humanos, por isso, a interdisciplinaridade impunha-se para a prática de uma história total, que cruzasse a Geo-história, a História económica e a Sociologia. A recusa de uma história reduzida à narração dos grandes feitos fê-lo inventar os complexos histórico-geográficos, nos quais sistematizou



a ligação de estruturas territoriais num determinado espaço e definidas num determinado tempo (CARDOSO, 2011).

Existem diferentes níveis de temporalidade pois o tempo é um meta-conceito complexo (MENDES, 1993), que requer uma abordagem objetiva a partir de temas específicos para que possa ser compreendido (CRUZ RODRIGUEZ, 2004). Embora o tempo possa apresentar diferentes gramáticas – tempo matemático, astrológico ou filosófico (SOLÉ, 2009) – ao historiador interessam as dimensões temporais sociais e culturais, associadas a outra noção de tempo já enunciada: o tempo histórico.

Apesar da sua complexidade, é unânime entre os historiadores a ideia de que o tempo é a própria essência da História, pelo que a sua importância é inegável e fundamental. Como referem SANTISTEBAN e PAGÉS, *“la historia es tiempo y el tiempo es historia”* (2011: 230), sendo que o tempo histórico pode ser definido, à luz da epistemologia do início do século XXI, como *“la simultaneidad de duraciones, movimientos y cambios diversos que se dan en una colectividad humana a lo largo de un período determinado”* (CRUZ RODRIGUEZ, 2004: 245).

A expressão ‘espaço-tempo’ evoca as relações entre a História e a Geografia, pois as situações geográficas são incompreensíveis ou perdem interesse se não se levarem em conta as evoluções ou transformações mais ou menos antigas que permitem, além do mais, esboçar cenários de futuro. Espacialidades e temporalidades são, assim, essenciais para pensar uma dialética inerente a um raciocínio histórico-geográfico crítico da realidade (LACOSTE, 2005).

Tendo em conta esta complementaridade entre tempo e espaço, os principais objetivos de aprendizagem da unidade curricular procuram desenvolver o conhecimento histórico e geográfico numa perspetiva local, a partir do estudo de um território. São eles: i) aprofundar o estudo e análise de temas do Meio social, a partir da HGP; ii) reconhecer as potencialidades da história local/regional e da geografia dos lugares para o estudo/investigação da HGP; iii) desenvolver técnicas e procedimentos de investigação em História e Geografia; e, iv) conceber e planificar projetos de investigação, a partir de temas da História e Geografia, com um enfoque local.

De modo a cumprir-se estes objetivos, os conteúdos programáticos estão divididos em três grandes dimensões. Na primeira, apresentam-se temas considerados centrais na HGP, e que seguem a proposta curricular para o ensino do 2º CEB: no caso da História, os conteúdos.

Abrangem um arco cronológico que vai da formação de Portugal e a construção da identidade nacional, ao Estado de Direito, entre o período liberal e o regime republicano; no caso específico da Geografia, são trabalhadas as diferentes escalas, as diversidades na geografia física das paisagens, a demografia e a organização do território, e as urbanidades e ruralidades.

A segunda dimensão é a da História e Geografia e património local. Se na primeira são trabalhados conteúdos essencialmente teóricos, nesta procura-se articular conhecimentos adquiridos pelos estudantes como o principal enfoque desta unidade curricular. Incluem-se aqui os seguintes pontos: história local e geografia dos lugares, fontes e métodos; património natural, social e cultural; caracterização do território; e métodos e técnicas de recolha, análise e representação da informação.

A última dimensão dos conteúdos programáticos está relacionada com o principal elemento de avaliação pedido na unidade curricular, sendo eminentemente operativa. Neste sentido, trabalham-se questões de investigação a partir do território e do património; desenvolve-se uma temática/problemática de investigação, bem como a problemática e fundamentação teórica associadas à temática escolhida; constroem-se os objetivos da investigação; delineiam-se as estratégias e métodos de recolha e análise de informação; e estruturam-se as fases do projeto de investigação.



Tendo em conta os objetivos e os conteúdos programáticos, pretende-se aprofundar o conhecimento da HGP, proporcionando uma abordagem temática de alguns temas, partindo dos recursos patrimoniais (natural, social e cultural) que o Meio oferece. Para isso, os estudantes terão de desenvolver um trabalho de pesquisa que parta das potencialidades de um lugar, desenvolvendo, deste modo, as suas competências nos domínios das técnicas de investigação em História e Geografia.

3. Território e património: dois conceitos em articulação para uma didática

Pelo projeto ético-político moderno universalizou-se a razão instrumental, simplificando a gestão do sistema-mundo pela abstração quantitativa, colocando à margem todas as variáveis qualitativas e culturais válidas, tentando reduzir ao máximo a complexidade, operando uma radical perspetiva atomista e instrumental. O paradigma da Modernidade cumpre-se com as suas exigências de eficácia, de racionalização simplificadora do mundo e dos subsistemas político, económico, religioso, etc. Ora, é facto que esta universalização acaba por obrigar todas as sociedades a uma efetiva modernização, que se traduz numa enorme diversidade social, modificando-se qualitativamente as identidades étnicas, de classe e de território, no sentido de uma maior ‘dessocialização’ do homem, concretizada no plano macrossocial. Esta lógica global da Modernidade revela-se nos discursos sobre a uniformização de valores e traços culturais, bem como na retórica da individuação crescente e da diminuição das práticas sociais coletivas, suscitada pelo incremento da mobilidade física das populações e pelo progresso de uma cultura de massas que chega via televisão ou através dos meios e equipamentos de consumo. Esta lógica da homogeneidade inerente ao projecto da Modernidade encontrou o seu expoente máximo na Globalização económica e cultural em que vivemos desde o último quartel do século XX.

A instrumentalização, reinvenção e revalorização do património histórico são suporte de uma estratégia de criação e de aferição de um espírito de lugar. A revalorização da conservação e recuperação dos patrimónios históricos e culturais da memória local para satisfação de uma procura tantas vezes efémera, dá satisfação à manifestação e exposição da diferença do local. Diferença essa que se confronta, na atualidade, com um novo contexto, marcado pelas tendências contraditórias de uniformização e diversidade de estilos de vida, desencadeados pelo consumo; e a mundialização económica do consumo cultural.

O património, na sua função de simbolização e de estratégia representacional, adquire uma centralidade inusitada nos processos de identificação e de promoção locais na sociedade pós-moderna, numa lógica de crescente valorização e gestão estratégica da imagem dos lugares e territórios, para além de que encerra enormes potencialidades enquanto recurso didático para o Estudo do Meio e para o desenvolvimento de uma cidadania territorial.

O conceito de Património encerra uma herança recebida pelas gerações futuras, deixada pelos seus antecessores. Mais do que isso, quando se fala em património importa perceber que essa herança é transmitida mediante uma seleção consciente feita por um determinado grupo humano, *“ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras”* (MOREIRA, 2006: 128). Como apontou ALVES, *“(…) o interesse pelo passado longínquo pode ser um*

meio de aproximação ao passado recente e a reflexividade consciente e crítica pode aproveitar o distanciamento no tempo histórico para melhor se entender a identidade presente (...)” (2006: 70).



O património não tem ‘voz’ própria, isto é, só ganha importância se for revelado e é aqui que se encontra a articulação entre aquele recurso e o elemento animador. A sua revelação pode surgir a partir da interrogação feita no presente sobre uma realidade que é estática e inerte (CUSTÓDIO, 2009; MOREIRA, 2006).

Conhecer o património, sobretudo o local, é, em última instância, projetar uma maior consciência do que existe em termos de património nacional. Neste estudo, mobilizamos o conceito para a descoberta do que a localidade oferece em termos de testemunhos patrimoniais e que podem despertar o aluno para a preservação e defesa de um território que é seu por proximidade física ou afinidade cultural. A educação através da valorização do património local é inclusiva, na medida em que, através de um olhar sobre o que está próximo, tem sempre em vista a aquisição de conhecimentos sobre uma realidade nacional. Esta dimensão está, aliás, presente no Estudo do Meio quando um dos objetivos propostos é precisamente fazer com que o aluno descentre a sua perspectiva egocêntrica do mundo que o rodeia para que sobre este possa ter uma atitude mais consciente e plural. Noutra perspetiva, o património local pode ser uma estratégia importante, não como contraponto ao currículo nacional, mas enquanto auxiliar da dimensão da memorização dentro da sala de aula (JIMÉNEZ, GAITE, 1996) através, por exemplo, de uma visita de estudo. Esta interação, por via da experiência, permite ao aluno viver no meio local um conjunto de sensações que lhe servirão para completar o seu ‘livro de conhecimentos’. Os livros, nomeadamente os manuais escolares, apenas oferecem uma versão parcial da realidade – falam do Meio e não dos muitos meios que existem (ROLDÃO, 2001) – que por si só é plural e rica de acontecimentos e significados.

Mas, para que a descoberta do Meio local seja efetiva e significativa para a criança enquanto aprendizagem, é necessário que o professor invista no seu próprio conhecimento quanto às possibilidades que o Meio próximo proporciona. Saber mais sobre o Meio local é saber mais sobre os seus alunos e isso é um fator determinante para uma melhor relação de ensino/aprendizagem. Um aluno que apreende informação sobre o seu bairro ou cidade, reconhece muitas das vezes situações que já viveu ou de que já ouviu falar no seu ambiente familiar e sente-se mais motivado, porque mais próximo das aprendizagens a realizar. Este é o mundo próximo da criança, sobre o qual esta dispõe desde muito cedo de imagens mais reais porque sobre elas tem uma vivência direta. E à medida que o seu mundo se afasta em termos espaciais, a criança vai tendo dele uma perceção menos definida (BALE, 1999).

Neste âmbito, o estudo e a aprendizagem da História e da Geografia através da caracterização e conhecimento do Meio local podem ser altamente motivadores, cabendo à localidade o papel de “*espaço laboratorial*” (ALVES, 2006: 69) onde professor e aluno trabalham em conjunto sobre uma realidade que lhes está próxima. É mais fácil estruturar o pensamento histórico e geográfico dos alunos através da investigação de fenómenos locais, envolventes à Escola.

A história local, com o seu horizonte de micro-história, desde que regida pelos objetivos científicos do trabalho histórico e adaptados à limitação temática e delimitação cronológica do seu território de investigação, pode e deve constituir-se numa área do saber a valorizar no campo do ensino da História e do cumprimento do seu papel formativo por estas razões: a) permite o desenvolvimento de um trabalho histórico baseado em critérios científicos favoráveis a uma interiorização do processo de construção do conhecimento histórico e a uma conseqüente perceção e sentido evolutivo da vida de uma dada comunidade; b) possibilita um contacto direto e privilegiado com a riqueza patrimonial da comunidade onde o aluno se insere; e, c), esse contacto direto e privilegiado do aluno, com a realidade patrimonial da comunidade onde se insere, constitui-se num fator de estímulo e de motivação intelectual e emocional para a aprendizagem da História e dos mecanismos metodológicos inerentes à construção do seu conhecimento, mediante a interiorização de procedimentos, conceitos e vocabulário específicos da linguagem histórica (CUSTÓDIO, 2009: 58-59).



A feira histórica é hoje um produto da divulgação patrimonial, tantas vezes a uma escala local. Na recriação de feiras históricas, a instrumentalização, (re)criação de símbolos e a (re)invenção do passado histórico – características do processo de patrimonialização – põem em marcha a mercantilização do território, ao serviço do capital turístico. Nesta lógica de promoção de um produto, o património tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a “marca” que define um certo valor concorrencial e comunicacional. As feiras históricas representam, à semelhança das aldeias históricas e da reabilitação urbana dos centros históricos, um dos modelos identitários de desenvolvimento territorial que mais se tem divulgado, ainda que, com alguma frequência, as mesmas não sejam eminentemente históricas.

Ainda que a citação seja extensa, valerá a pena seguir as palavras de TRAVERSO (2017: 4-5), nomeadamente na crítica que fez a este regime de historicidade, quando afirmou que se trata de uma

“(...) tendencia a la reificación del pasado. (...) El fin de la experiencia transmisible genera los lugares de memoria como un conjunto de sitios, de objetos, de imágenes, de símbolos, que organizan el pasado como un patrimonio, como una propiedad heredada, que se puede exhibir en un museo, por ejemplo, en una muestra, y que es reificada en el sentido mercantil de la palabra, que se transforma en bien de consumo, en mercancía, por medio de la industria cultural. La industria cultural es la mediación fundamental, en el mundo de hoy, que nos permite relacionarnos con el pasado. En consecuencia, el pasado ya no inspira más una imaginación utópica, su percepción está casi exclusivamente dominada, orientada, al consumo global (...)”.

4. (Re)criar uma feira histórica

4.1. Metodologia e conceitos

O trabalho de investigação em torno das feiras históricas partiu de uma questão histórico-geográfica que promovesse um estudo diacrónico, desde a sua fundação à atualidade, daquele tipo de feiras: Qual a importância espaço-temporal das feiras medievais portuguesas? A partir desta questão foram formuladas outras três, secundárias, mas que permitiam aos estudantes desdobrar a primeira pergunta em aspetos considerados importantes para a investigação. As questões secundárias foram as seguintes: Como surgiram e se desenvolveram as feiras no espaço português? Qual a importância para a dinâmica funcional das cidades? Qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas?

Para a obtenção de respostas às questões secundárias e, conseqüentemente, à problemática, recorreu-se, sobretudo, a pesquisa bibliográfica, nomeadamente, livros, dissertações, artigos e revistas. A busca de hipóteses explicativas para as duas primeiras questões secundárias, acima descritas, necessitou de uma contextualização histórica em torno do surgimento e importância das feiras em Portugal. Só desse modo seria possível compreender as razões que levam, na atualidade, à sua recriação à escala nacional.

Como tal, a investigação passou por conhecer a origem das feiras, na Idade Média, sobretudo na sua ligação com o desenvolvimento do comércio terrestre, marítimo e fluvial (PROENÇA, 2015; DELGADO, 2013; RAU, 1983), e com o calendário religioso, pois a realização de feiras coincidia com as mais diversas festas da igreja, nomeadamente a Páscoa, o Corpo de Deus, o dia de São Pedro, etc., e tinham lugar junto à capela de um santo venerado (RAU, 1983).



Outros dos aspetos salientados na investigação foram os do funcionamento jurídico das feiras (DELGADO, 2013); a distribuição espacial das feiras no território nacional, fazendo-se a ponte com a importância destas realizações a uma escala europeia; e o seu declínio, iniciado no período da Expansão Ultramarina, mais especificamente no final do século XV, com o surgimento de outros centros de tráfico importantes e com o desenvolvimento de cidades e vilas que passaram a servir os interesses económicos da sua população (PROENÇA, 2015).

Após esta busca pela contextualização do fenómeno das feiras, nomeadamente no que toca ao seu aparecimento e importância no território nacional, a investigação debruçou-se sobre a terceira questão secundária – Qual a necessidade atual de se realizarem feiras históricas?

A definição de recriação histórica foi importante para perceber esta ‘atração’ do presente pelo passado. Segundo REIS, uma recriação é uma “viagem em busca exclusiva do passado” (2013: 298) que convida os participantes a viajarem para determinado tempo histórico, possibilitando-lhes um olhar sobre o passado do país. Já por recriação histórica entende-se “(...) *um papel desempenhado, no qual os participantes tentam recriar alguns aspetos de um evento histórico ou período. Pode ser um período estritamente definido, tais como uma guerra específica ou outro evento, ou pode ter uma definição mais ampla (...)*” (REIS, 2013: 301). Ou seja, a reconstituição pode ser sobre qualquer época ou sobre qualquer acontecimento histórico, nomeadamente guerras.

Tentou-se igualmente perceber quais os impactos existentes das recriações históricas na última década, em que o reviver a feira histórica, sobretudo as dedicadas à Idade Média e ao século XVI (REIS, 2013), têm um papel cultural de grande destaque em Portugal.

Uma recriação histórica, para se intitular como tal, deverá seguir alguns requisitos como sejam os de reconstruir rigorosamente vários aspetos (vida quotidiana, eventos bélicos, religiosos ou civis, música, artes de rua, etc.) e de definir bem o período histórico que se pretende representar, segundo estudos, textos, documentos da época e investigação arqueológica. Estes requisitos permitirão “(...) *declarar de modo evidente e explícito o período histórico recriado, para por exemplo produzirem adequadamente os seus trajes (civis ou militares), o equipamento e alfaias (...)*” (ROMERO, 2006 *Apud* REIS, 2013: 299).

Nas recriações históricas existem diversos grupos, entre os quais podemos destacar: os grupos locais de rancho folclórico; os grupos culturais que poderão interpretar personagens de cariz religioso ou histórico; os grupos históricos de combatentes que são, sobretudo, praticantes de esgrima medieval, e pessoas que formam grupos pela paixão por História (REIS, 2013).

Para melhor se compreender a lógica que preside a uma recriação histórica convém mencionar dois conceitos importantes e que lhes estão associados, como são o de Living History e o de Re-enactment. O conceito Re-enactment constitui-se como algo mais amplo e significa recriação ou reconstituição, “(...) *recriação de determinado evento histórico sobre o qual colocam em cena os fatos e os seus desenvolvimentos; nomeadamente os eventos bélicos (batalha de Hasting ou a de Aljubarrota), entre outras (...)*” (REIS, 2013: 299).

O conceito de Living History é a “(...) *redescoberta do passado em todas as suas modalidades (civil, tecnológica, científica, artística ou militar) (...)*” (REIS, 2013: 299). Pode ser vista, ainda, como “(...) *uma atividade que incorpora ferramentas históricas, atividades e trajes numa apresentação interativa, fazendo com que os visitantes e os participantes tenham uma sensação de recuar no tempo (...)*” (REIS, 2013: 302).

A técnica de ‘história ao vivo’ chegou a Portugal, a partir da década de 80 do século XX, depois do sucesso em Inglaterra (REIS, 2013). Em Inglaterra, esta técnica surgiu na década de 60 do século XIX. Os seus principais objetivos tinham uma componente científico-pedagógica ligada ao ensino da



História, alastrando-se pela Europa e chegando à América no século XX. Pretendia-se, assim, que o aluno pudesse ter uma aprendizagem ativa e significativa, na medida em que a realidade se tornava mais próxima. Nesse caso, o evento era recriado com bastante rigor histórico, o que pressupunha a investigação histórica como sendo fundamental. Estas iniciativas, que começavam com entidades de ensino (museus, escolas) aproximavam a comunidade local, visto que os mesmos desempenhavam papéis de protagonistas.

Com o tempo, passaram a ter um impacto a nível local, regional, nacional e internacional. O que começou por ser um objetivo a nível educativo (formal e não formal) passou a conhecer uma outra amplitude, nomeadamente com o interesse de promoção turística, fosse de territórios ou regiões, por exemplo. Aqui chama-se a atenção para o turismo cultural, o tipo de atividade turística que mais procura as recriações históricas, não sendo possível desassociar o turismo da atração turística dos ditos eventos históricos, das recriações históricas ou do turismo patrimonial.

Existem diversas vertentes associadas ao turismo cultural que não compreende apenas a procura de eventos ou feiras históricas. Ainda assim, está sobretudo ligado à fruição de valores patrimoniais, assim como um mosaico de atividades ligadas à prática do turismo (REIS, 2013). Segundo OLIVEIRA (2009), a realização de eventos tem vindo a ser considerada uma das mais importantes manifestações de turismo em Portugal e no mundo, sendo notório que os mesmos geram uma dinâmica na economia das localidades.

A viagem como noção literal já existe desde os tempos em que cidadãos se moviam entre terras para trocas comerciais, busca de melhores condições de vida e conquista de novos territórios, porém, só na atualidade essas viagens têm a designação de turismo.

Como ficou dito, existem vantagens de as recriações históricas constituírem um produto turístico, na medida em que é através do turismo que se possibilita a recuperação do património e o desenvolvimento local. Além disso, existe nestes eventos uma associação entre o cultural e o lúdico, conferindo, uma outra dimensão ao turismo cultural, a qual permite às localidades usarem esta estratégia como forma de promover o turismo.

Fez-se referência, noutro ponto, ao facto de existirem alguns requisitos para que se considere, determinado evento, uma recriação histórica. Para tal, exige-se algum rigor histórico, que só se consegue com trabalho de investigação e dispêndio económico, daí o investimento e morosidade destes eventos.

A recriação de feiras medievais, em Portugal, na atualidade, é um sucesso. Todos os anos, são várias as feiras medievais realizadas e todas elas recebem milhares de pessoas que buscam reviver o passado através destas. Assim, neste ponto torna-se necessário abordar que sentimentos movem os indivíduos a quererem fazer parte deste género de eventos.

Quando se fala de um indivíduo inserido num ambiente cultural e social, surge o conceito de identidade cultural que significa *“(...) ter uma nação, uma entidade espacialmente delimitada, onde tudo aquilo compartilhado pelos que a habitam – língua, objetos, costumes – os diferenciaria dos demais de forma nítida (...)”* (CANCLINI, 2006 Apud SOUZA, 2014: 94). Nesta definição de cultura, a identidade é destabilizada pela globalização, *“(...) fenómeno que submete culturas nacionais a toda a sorte de interação e intervenção (...)”* (SOUZA, 2014: 95). Assim, a identidade é, pois, *“(...) um processo permanente influenciado pelas culturas nacionais e modelado pelos processos globalizadores, calcado na provisoriedade e instabilidade, transformando-se a cada momento (...)”* (SOUZA, 2014: 96). Ou seja, a identidade está em contante transformação.

Nesta necessidade de construção de identidade, a memória é, verdadeiramente, importante pois, *“(...) é preciso resolver o passado para narrar-se, para construir uma identidade, para constituir-se*



como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo (...)” (SOUZA, 2014: 98) ou seja, *“a memória é a identidade em ação”* (CANDAU, 2011 *Apud* SOUZA, 2014: 98).

Deste modo, compreende-se que as recriações históricas sejam realizadas por sentimentos de busca da identidade. Representam uma forma de o indivíduo relembrar o passado e com isso construir a sua identidade. O homem sente dificuldade em viver o momento presente, alheando-se do seu passado. Por esta razão, necessita de conservar o seu passado e de produzir um patrimônio memorial (SOUZA, 2014). *“Os esforços de memoriais são identitários: aproximam o passado do presente, fazem o homem trazer rente a si o passado, marcado no corpo e na alma (...)*” (CANDAU, 2011 *Apud* SOUZA, 2014: 108).

A memória é assim uma forma de construir o passado no presente, ou de reviver o passado no presente. Deste modo, reflete-se sobre o que aconteceu e conserva-se essa nova memória. A cada rememoração passa-se pelo mesmo processo e é assim que a memória leva à identidade, através da sua reconstrução.

Para além dos conceitos abordados da memória e identidade que foram essenciais para explicar o que move o indivíduo a querer reviver o passado, a patrimonialização é outro sentimento que também tem implicações nas recriações históricas. Por esta razão, será aqui brevemente descrito.

O conceito de Patrimônio está intimamente ligado ao de espaço e/ou local de observação e investigação permanente no qual, a sua exploração é um elemento fundamental para o turismo. A noção contemporânea do patrimônio assenta na uniformização de valores e questões culturais que se mantêm inalteráveis a nível cultural. Segundo Peixoto (2001, 2003, 2004 *Apud* MENDES, 2010), o patrimônio presta-se a ações pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e de experiências técnicas de ponta. Toda a zona urbana deverá ser reconhecida como um ambiente possuidor de uma herança social, cultural e histórica, mas também como uma circunspeção de recursos.

Associada a esta temática de revalidação de espaços não-urbanos está a invenção da tradição como conceito pois, apesar de se pensar que esta noção deriva de um tempo passado a verdade é que, tal como refere GIDDENS (1999), o conceito de tradição não passa de uma criação da modernidade.

Segundo HOBBSAWN e RANGER (1983), a invenção da tradição, pós-revolução industrial, manifesta-se através de três modalidades que se tocam: a) a que estabelece ou simboliza coesão social ou pertença a grupos e comunidades, reais ou fictícios; b) a que estabelece ou legitima instituições, *status* ou relações de autoridade; e, c), a que socializa, inculca crenças, sistema de valores e convenções comportamentais.

Ao refletirmos sobre as modalidades sugeridas por HOBBSAWN e RANGER (1983) verificamos que, na sua maioria, a que mais dá identidade ao espaço não-urbano será a primeira pois é a que defende uma união social, sentimento comunitário em áreas vazias ou de habitações de indivíduos únicos.

Conclui-se assim que, no período do Pós Segunda Grande Guerra, as zonas rurais foram alvo de profundas alterações devido às desvalorizações dos povos e abandono destes espaços não-urbanos. Ainda assim, esta transformação desencadeou uma maior sensibilidade na sociedade pelas preocupações ambientais, naturais, habitacionais e de lazer/turismo nestes locais.

O patrimônio servirá então como uma herança cultural e não como uma invenção da modernidade pois é o espelho da reconstrução identitária dos territórios rurais, que já não tem por norma ser esquecido. Estes territórios são cada vez mais anunciados, para dar resposta a desafios nacionais no âmbito ambiental, dando novos sentidos e funcionalidades ao meio respetivo. Em suma, o patrimônio *“(...) faz prova da existência de uma determinada identidade. Esta, por seu turno, insinua-se e justifica-se na medida em que se revela caucionada por um patrimônio (...)*” (MENDES, 2010: 16).



4.2. Trazer o passado para o presente: uma proposta didática para uma turma de 1.º Ciclo do Ensino Básico

4.2.1. O projeto *Viagens Medievais*

O projeto denominado *Viagens Medievais* destina-se a uma turma do 4.º ano de escolaridade do 1.º CEB, e tem como principal objetivo recriar uma feira medieval com base nas descrições de cartas de feira e nos costumes do reinado de D. João I. Este é também subdividido em vários momentos sejam eles de exposição, investigação colaborativa, partilha/discussão de ideias e/ou reflexão. De acordo com as tarefas propostas ao longo do projeto e as modalidades de trabalho adotadas, organizou-se o tempo destinado a cada atividade consoante a necessidade do grupo/turma. Toda a sequência de atividades está orientada para ocorrer durante dez sessões. O número determinado de sessões corresponde à execução de todas as tarefas presentes na sequência de atividades. Denote-se que a recriação da feira medieval de Barcelos será a tarefa que ocupará mais tempo de análise, recolha e organização de informação. Além disso, esta recriação deverá ser um trabalho desenvolvido por etapas, ou seja, pretende-se que seja desenvolvido ao longo de várias semanas.

Todo o trabalho será desenvolvido coletivamente (grande grupo) ou em pequenos grupos, geralmente, de quatro elementos cada. Na construção de um projeto é necessário estabelecer objetivos gerais, claros e concretos, tendo em conta aquilo que pretendemos que o grupo/turma adquira em relação ao conhecimento específico das feiras medievais. Neste caso, podemos destacar os seguintes: a) desenvolver e estruturar noções de espaço e de tempo, e identificar alguns elementos relativos à HGP; b), utilizar alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente (observar, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, ensaiar, verificar), assumindo uma atitude de permanente pesquisa e experimentação; c) selecionar diferentes fontes de informação (orais, escritas, observação... etc.) e utilizar diversas formas de recolha e de tratamento de dados simples (entrevistas, inquéritos, cartazes, gráficos, tabelas); d) utilizar diferentes modalidades para comunicar a informação recolhida; e, e), reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação (DEB, 2004: 103-104).

4.2.2. O património do programa do Estudo do Meio (1.º CEB)

A temática insere-se no Bloco 2 – À descoberta dos outros e das instituições – segundo a Organização Curricular e Programas para o Ensino Básico, prevista no tema sobre o passado nacional, sobre o qual se evidenciam as seguintes metas curriculares: i) conhecer personagens e factos da história nacional com relevância para o meio local (batalha ocorrida em local próximo, reis que concederam forais a localidades da região...); ii) conhecer os factos históricos que se relacionam com os feriados nacionais e seu significado; iii) recolher dados sobre aspetos da vida quotidiana de tempo em que ocorreram esses factos; e, iv) localizar os factos e as datas estudados no friso cronológico da História de Portugal (DEB, 2004: 113-114).

No final do 1.º CEB, as crianças têm uma maior propensão para formular hipóteses e realizar deduções sobre aspetos que não estão presentes ou com os quais não interagem diariamente, como por exemplo, as feiras. Além disso, através da sua interação direta com o contexto e o Meio que as rodeia, os alunos possuem um conjunto de experiências e saberes relacionados com esse meio, o qual deve ser mobilizado, possibilitando aprendizagens significativas e mais complexas.

De um modo geral, pode dizer-se que o Estudo do Meio constitui uma disciplina do currículo em que se espera que as crianças adquiram valores e atitudes cívicas que lhes permitam ser futuros cidadãos – responsáveis e conscientes – capazes de conhecer o mundo e o meio envolvente sendo que, a sua



compreensão leva à criação de uma identidade global. Deste modo, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos e capacidades e desenvolvam e interiorizem atitudes e valores para compreenderem a realidade física e social do mundo em que vivem, por forma a assumirem, no futuro, o papel de cidadãos ativos e intervenientes numa sociedade democrática em permanente transformação (DIAS, HORTAS, 2015).

Nos objetivos gerais apresentados no programa de Estudo do Meio, para o 1º CEB (DEB, 2004), o último é dedicado exclusivamente à dimensão patrimonial: *“Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação (...)”* (DEB, 2004: 104). Apesar disso, existem outros objetivos gerais em que há, ainda que indiretamente, menção a práticas que podem ser associadas à dimensão patrimonial. Por exemplo, no terceiro objetivo a identificação dos principais elementos do Meio social próximo inclui *“atividades humanas”* (DEB, 2004: 103); no quinto objetivo refere-se o desenvolvimento e estruturação de *“noções de espaço e de tempo”* bem como a identificação de *“alguns elementos relativos à História e à Geografia de Portugal”* (DEB, 2004: 103); ou o sétimo, que apresenta diversas fontes de informação como sejam as orais ou escritas.

Na introdução ao bloco 2, a apropriação do tempo histórico inicia-se no seio familiar e vai-se alargando até ao conhecimento da *“(...) história do meio local e às suas ligações com a história nacional (...)”* (DEB, 2004: 110). Para o conhecimento desta dupla dimensão local/nacional importa que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas (sejam eles monumentos, fotografias, documentos escritos, tradições, etc.) constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização (DEB, 2004: 110).

De acordo com a lógica do programa do Estudo do Meio, o conhecimento do passado do meio local (DEB, 2004, ponto 3: 112-113) é feito no 3º ano de escolaridade. Aqui, a expectativa é a de que o aluno consiga *“identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral”*; *“conhecer factos e datas importantes para a história local”*; *“conhecer vestígios do passado local”* como sejam construções, instrumentos ligados a atividades humanas ou *“costumes e tradições locais”*. Por fim, surge a necessidade de *“reconhecer a importância do património histórico local”*. Tendo em conta os elementos que são considerados importantes para o conhecimento do passado do meio local, o último ponto, o do reconhecimento da importância do património, não necessitaria de ser formulado. A inclusão da estatuária, dos vestígios do passado local, dos edifícios e monumentos ou dos costumes, tem subjacente o conhecimento, valorização e preservação do património nas suas mais variadas categorias.

No bloco 6 – À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade – são abordados, no 3º ano, conteúdos que tenham relevância numa escala local, sejam eles ligados à agricultura, à criação de gado, à pesca ou à indústria, por exemplo. A dimensão patrimonial está implícita neste bloco, seja na investigação de *“algumas técnicas tradicionais e modernas e instrumentos”* agrícolas (DEB, 2004: 127) ou no *“levantamento das indústrias existentes no meio local”* (DEB, 2004: 128). O ponto 7 deste bloco diz respeito ao turismo no meio local, em que se pede aos alunos que possam identificar *“alguns factores de atracção turística”* (DEB, 2004: 129) e que incluem monumentos.

Ainda no bloco 6, o ponto 2 do 4º ano diz respeito à qualidade do ambiente, sendo que, no caso do ambiente próximo, é pedido que se identifiquem e observem *“alguns factores que contribuem para a degradação do meio próximo”* (DEB, 2004: 130). Para além das lixeiras e das indústrias poluentes (no ponto anterior, os alunos ficam a conhecer melhor as principais indústrias nacionais e a sua produção), o programa aponta claramente para a destruição do património histórico.



Neste ciclo de ensino, a aproximação à História de Portugal é feita através de vestígios do passado como sejam os monumentos, as principais figuras associadas à história local, tradições e práticas humanas que tenham uma direta relação espacial com o aluno, cidadão de um determinado território.

4.2.3. A sequência de atividades em torno das feiras medievais

A organização da proposta de planificação apresentada neste artigo encontra-se de acordo com as fases avançadas por DIAS e HORTAS (2015: 190), tais como: i) análise das ideias prévias dos alunos sobre a temática/problema a ser estudado; ii) organização da recolha e tratamento de informação; e, iii) conceptualização, generalização de situações concretas e relações entre conceitos, de modo a encontrar possíveis respostas para as questões de partida; apresentação dos resultados.

A proposta consiste na realização de uma feira medieval, durante o século XIV, no reinado de D. João I. Deste modo, o projeto Viagens Medievais constitui uma estratégia de consolidação de conhecimento na qual se espera que os alunos retirem aprendizagens significativas, sobre a origem e realização de feiras medievais.

De seguida, apresentar-se-á uma planificação de uma sequência de atividades que integra os conteúdos e conceitos desenvolvidos; estratégias e atividades relacionadas, e objetivos específicos.

4.2.3.1 Atividade 1 – Registo das conceções prévias dos alunos sobre “Feiras Medievais”

Objetivo específico: Identificar os pressupostos de uma Feira Medieval.

Conteúdos/Conceitos: Feira medieval; reinado de D. João I; trocas comerciais.

Estratégia/atividade: Diálogo com os alunos para construir, em turma, uma nuvem de ideias (com palavras-chave) sobre características de uma feira medieval. As palavras-chave serão palavras como feira, troca, comércio, entre outras. O professor poderá dividir as palavras-chaves enunciadas por categorias, como por exemplo: quem participa, o que se vende, como se organiza, regras, deveres dos comerciantes, etc. Posteriormente, as conclusões serão registadas numa tabela.

4.2.3.2. Atividade 2 – Análise documental e seleção de informação

Objetivo específico: Identificar o tipo de feiras durante o reinado de D. João I.

Estratégia/atividade: O professor dá aos alunos uma análise de uma carta de feira (feira de Barcelos, 1412, *Apud* RAU, 1983: 139-140). Os alunos devem ler atenciosamente a mesma e, em grupo, juntamente com o professor, deverão selecionar informação pertinente sobre a feira escolhida.

4.2.3.3. Atividade 3 – Tratamento da informação

Objetivo específico: Desenvolver técnicas de investigação.

Estratégia/atividade: O professor pede aos alunos que se organizem em grupos de quatro elementos. Cada grupo terá a possibilidade de investigar um dos dados recolhidos na análise à carta de feira. Os



dados são relacionados com o reinado de D. João I, as feiras francas e o tipo de produtos comercializados neste reinado. A investigação é feita através de excertos livros e pesquisa orientada na internet. Os excertos de livros serão dados pelo professor aos alunos. Alguns destes excertos não terão informação relacionada com as feiras, mas com aspetos implícitos às mesmas como os produtos comercializados e o modo de organização das trocas comerciais. A informação recolhida servirá de enquadramento para a recriação histórica. Segue-se a listagem feita pelos alunos das feiras portuguesas que ocorreram durante o reinado de D. João I.

Para além do mapa das feiras medievais em Portugal Continental, retirado de Rau (1983), apresenta-se, de seguida, alguns exemplos de referências a usar neste projeto: Sylvie Deraime e Émilie Beaumont – *As Grandes Explorações*. Lisboa: Pannini Books, 2005; António do Carmo Reis – *Atlas da História da Europa*. Porto: Porto Editora, (s.d.); Carlos Letra – *História Cronológica do Meu Portugal*. Lisboa: Gailivro, 2004; Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada – *Portugal – Histórias e Lendas*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001; *História de Portugal I*. Lisboa: Edições Girassol Edições, (s.d.); Bernardo Barrosa – *Conhece a tua história – História de Portugal, 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Maia: Nova Gaia, 2004.

4.2.3.4. Atividade 4 - Recriação de uma Feira Medieval

Objetivo específico: Recriar uma feira medieval tendo em conta as suas características.

Estratégia/atividade: Em grupo, espera-se que os alunos decidam sobre a feira medieval que pretendem recriar e o tempo histórico associado – tendo o professor um papel secundário, em que apenas está presente para mediar a discussão. Em assembleia, os alunos decidem que pretendem recriar a feira medieval de Barcelos. Os alunos organizam-se em grupos de quatro elementos e o professor distribui por todos tarefas diferentes. Os grupos 1 e 2 terão como intuito organizar e tratar informação pertinente – informação esta que estará disponível em alguns documentos anteriormente analisados e em sítios virtuais como o da Câmara Municipal de Barcelos. A informação obtida deverá conter aspetos fundamentais sobre aquela feira medievla. O grupo 3 terá de extrair informação sumária do regulamento da feira medieval e realizar uma ficha de orientação na seleção da informação. Os grupos 4 e 5 ficarão responsáveis por recolher, selecionar e organizar informação – na internet e em livros previamente selecionados pelo professor que serão requisitados na biblioteca da escola – relacionados com os tipos de produtos comercializados no passado medieval, classes sociais que frequentavam as feiras e em que locais se faziam (dentro ou fora da muralha); o grupo 6 fará uma recolha de informação nos excertos de livros buscando dados sobre: como se vestiam as pessoas nesse século (deslocar-se-ão ao museu do traje para consolidar conhecimento); a legislação denominada *paz da feira* (investigação na internet); e que medidas foram tomadas para melhorar e aumentar as trocas comerciais. Os alunos terão duas semanas para preparar o trabalho realizado entre o grupo e com o apoio dos encarregados de educação. Ao fim de duas semanas, os grupos terão de apresentar aos outros colegas as informações que descobriram. Essas informações serão fundamentais para uma recriação aproximada do passado. Existirão grupos a pesquisar sobre o *modus operandi* do presente, com o objetivo de, em contexto de sala de aula, compararem o que existiu com o que existe e saber que há regras que permaneceram ao longo dos séculos e outras que surgiram mais recentemente devido às necessidades de uma sociedade moderna. É fundamental que as crianças entendam o progresso histórico subjacente. Para que nenhuma informação seja perdida, o professor constrói um mapa mental onde constarão todos os pressupostos inerentes à recriação.

Para reorganizar os grupos de trabalho, o professor utiliza o *Group Maker by Class Dojo* para permitir que os alunos trabalhem em colaboração com outros colegas. Esta reorganização de grupos servirá,



essencialmente, para definir os seus papéis na recriação histórica, isto é, quais serão os alunos a desempenhar o papel de comerciantes, cobradores da sisa, controladores do regulamento, etc.

O projeto da recriação da feira medieval de Barcelos deverá ser anunciado à comunidade educativa através de um convite e apresentado na semana seguinte. A feira será recriada no átrio da escola, facilitando a visibilidade e acesso a participantes e visitantes. Todos os materiais e decoração da época medieval serão construídos pelos alunos com orientação do professor, tais como: barracas de cartão, alimentos fictícios, placas de preço por unidade, símbolo da paz na feira (cruz alta), moedas, placas informativas, etc. Além dos comerciantes, estarão também disfarçados alguns alunos de plebeus, nobres, estrangeiros de visita, de rei D. João I, de guardas para averiguar se a paz na feira é mantida, e de controladores de câmbio e cobradores da sisa. Os alunos deverão ensaiar o seu papel durante pelo menos uma semana. A organização do espaço será em 'U' facilitando assim, a passagem por todos os postos comerciais e aumentando a probabilidade de socialização entre visitantes e alunos.

Notas Finais

A dimensão investigativa é central na abordagem à História e à Geografia na unidade curricular de Temas da História e Geografia de Portugal. É através da indagação da realidade, mais ou menos próxima, e dos procedimentos relativos ao método investigativo, que os mestrados exercitam a sua capacidade de conhecer, através da pesquisa, tratamento da informação e comunicação, um determinado tema.

O exemplo que aqui foi referenciado, o das feiras históricas, permite não apenas 'mergulhar' no tempo longo da História para averiguar o modo como foram criadas e implementadas no território nacional, sobretudo no que toca à importância para a vida das comunidades locais e para a construção e consolidação das fronteiras portuguesas, mas também identificar as continuidades e descontinuidades que essas realizações têm nos dias de hoje.

Com efeito, a valorização do património histórico, nomeadamente neste caso da realização de eventos como são as feiras medievais, passa por uma reinvenção do passado e, tantas vezes, por uma instrumentalização não do que esse passado foi, porque nunca o vimos e o que conhecemos dele é-nos oferecido através das fontes documentais, mas do que se quer que esse passado represente na atualidade.

Este trabalho de investigação, que teve por suporte a capacidade didática da ligação entre território e património, apresenta três potencialidades. A primeira é a de preparar os futuros professores do ensino básico para o desenvolvimento de atividades que não se confinem às paredes da sala de aula e que coloquem os alunos em contacto e articulação com a comunidade envolvente. Aqui, a pesquisa é uma dimensão essencial, ainda que invisível, no trabalho que o professor deve ter para orientar a construção de um projeto de natureza histórica com os seus alunos. A segunda potencialidade é a de, na mesma medida em que o professor veste a pele de investigador, transformar ou, no mínimo, 'seduzir' os alunos para a construção da história, ou seja, induzir os mais novos no conhecimento do passado histórico através da investigação e da produção de informação com base nessa pesquisa. Por fim, a terceira potencialidade, porventura a mais importante e aquela que assume um caráter transversal à estrutura escolar, é a que mostra o caminho da importância de um olhar crítico para com a atualidade e para com as diferentes formas que o passado assume na contemporaneidade. E aqui estamos a falar de uma dimensão de cidadania mais responsável, porque mais atenta ao caminho que a promoção do património leva, cada vez mais a reboque dos interesses económicos.



BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luís – A história local como estratégia para o ensino da história. In AAVV - Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. ISBN 972-8932-07-3. p. 65-72.

BALE, John – Didáctica de la Geografía en la Escuela Primaria. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura [Ediciones Morata], 1999. ISBN 9788471123367.

BATTLORI, Roser – Enseñar y aprender el espacio geográfico. In SANTISTEBAN, Antoni e PAGÈS, Joan, (coord.) – Didáctica del conocimiento del medio social y cultural en la educación primaria. Ciencias sociales para comprender, pensar y actuar. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. ISBN 978-84-9756-773-2. p. 249-267.

BRAUDEL, Ferdinand – História e ciências sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1990. ISBN 978-9722-3110-21

CRUZ RODRIGUEZ, María Alcázar – Tiempo histórico y su tratamiento didáctico. In DOMINGUEZ GARRIDO, María Concepción (coord.) – Didáctica de las ciencias sociales. Madrid: Pearson Educación, 2004. ISBN 84-205-3453-6. p. 234-259.

CUSTÓDIO, Maria Celeste Fortunato – A relação escola-museu: contributo para uma didáctica do património. 2009. Dissertação de mestrado em Didáctica da História. Acessível na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

[DEB] DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1º Ciclo. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2004. ISBN 972-742-169-5.

DELGADO, Carla – ‘Eventful Cities’ and Cities of Events – Medieval events in Portugal – A Comprehensive Study. 2013. Dissertação de mestrado em Marketing e Promoção Turística. Acessível na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

DIAS, Alfredo; FERREIRA, Nuno Martins – Operação histórica e didáctica da história na formação inicial de professores. In AAVV, eds. – Livro de atas do II Encontro internacional de formação na docência, INCTE 2017. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2017. ISBN 978-972-745-222-4. p. 164-172.

DIAS, Alfredo; HORTAS, Maria João; FERREIRA, Nuno Martins – O tempo e o espaço no ensino da história e da geografia na formação inicial de professores da Escola Superior de Educação de Lisboa. In Atas do XIII Congresso SPCE - Fronteiras, diálogos e transições na educação. Viseu: Escola Superior de Educação de Viseu, 2016. ISBN 978-989-96261-6-4. p. 1201-1209.

FERREIRA, Nuno Martins; MARTINS, Célia; HORTAS, Maria João; DIAS, Alfredo – Do património local ao currículo nacional: análise de projetos no âmbito das metodologias de ensino de história e geografia para o 1º e 2º ciclos do ensino básico. In Atas do V Encontro do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais – Escola e comunidade. Lisboa: Centro de Interdisciplinar de Estudos Educacionais, 2012. ISBN 978-989-95733-3-8. p. 499-512.

GIDDENS, Anthony – Runaway World. Oxford: Blackwell, 1999. ISBN 978-1861974297.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence – The Invention of Tradition. Cambridge, Cambridge University Press, 1983. ISBN 0 521 26985 7.

JIMÉNEZ, Antonio; MARRÓN GAITE, María Jesús – Enseñar Geografía. Madrid: Editorial Síntesis, 1996. ISBN 9788477382768.



LACOSTE, Yves – Dicionário de geografia: da geopolítica às paisagens. Lisboa: Teorema, 2005. ISBN 9789726956426.

MENDES, José Maria Amado – A história como ciência: fontes, metodologia e teorização. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. ISBN 9789723206272

MENDES, Luís – Patrimonialização e reinvenção da tradição no turismo em espaço rural: O projecto das aldeias históricas. In III Seminário Internacional da Memória e da Cultura Visual, Cabeceiras de Basto, 26 e 27 de Março, 2010.

OLIVEIRA, Maria do Rosário – Os impactos dos eventos turísticos – o caso da viagem Medieval em Santa Maria da Feira. Dissertação de mestrado em Ciências Empresariais. 2009. Acessível na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

PROENÇA, Maria Cândida – Uma história concisa de Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN 9789896443764.

RAU, Virgínia – Feiras medievais portuguesas. Lisboa: Editorial Presença, 1983. ISBN 978-972-23-0044-5

REIS, Roberto – As recriações históricas em Portugal – Perspetivas e impactos. In CRAVIDÃO, Fernanda; SANTOS, Norberto (coords.) – Turismo e cultura. Destinos e competitividade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-0544-9. p. 297-335.

ROLDÃO, Maria do Céu – Estudo do Meio no 1º Ciclo. Fundamentos e estratégias. Lisboa: Texto Editora, 2001. ISBN 9724707377.

SANTISTEBAN, Antoni; PAGÈS, Joan – Enseñar y aprender el tiempo histórico. In SANTISTEBAN Antoni; PAGÈS, Joan (coords.) – Didáctica del conocimiento del medio social y cultural en la educación primaria. Ciencias sociales para comprender, pensar y actuar. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. ISBN 978-84-9756-773-2. p. 229-247.

SOLÉ, Maria Glória – A história no 1º Ciclo do Ensino Básico: a concepção do tempo e a compreensão histórica das crianças e os contextos para o seu desenvolvimento. 2009. Tese de Doutoramento. Acessível no Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.



DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CARDOSO, José Luís – Vitorino Magalhães Godinho and the Annales School. E-Journal of Portuguese History. [Em linha]. 9(2), (2011), p. 105-114. [Consult. 2 de out 2017]. Disponível em [www: <URL:http://hdl.handle.net/10451/6766 >](http://hdl.handle.net/10451/6766)

DIAS, Alfredo – História e desenvolvimento de competências na educação básica: a experiência da ESELx. Da Investigação às práticas [Em linha]. 7 (1) (2017), p. 63-90. [Consult. 25 de maio 2017]. Disponível em [www: <URL:https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/122>](https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/122).

DIAS, Alfredo; HORTAS, Maria João – Desenvolvendo competências investigativas em Estudo do Meio no 1.º CEB: abordagens a partir da didática da história e da geografia. Saber & Educar. [Em linha]. 20 (2015), p. 188-200. [Consult. 12 de abril 2017]. Disponível em [www:<URL:http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/160>](http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/160)

MOREIRA, Carla – O entendimento do património no contexto local. Oppidum [Em linha]. 1 (2006), p. 127-140. [Consult. 20 de out 2017]. Disponível em [www: <URL:https://tinyurl.com/ybvwtbhx>](https://tinyurl.com/ybvwtbhx)

SOUZA, Maria Jantsch – A memória como matéria-prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. Revista Graphos [Em linha]. vol. 16, nº 1 (2014), p. 91-117. [Consult. 5 dez 2017]. Disponível em [www:<URL:http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/view/20337/11264>](http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/view/20337/11264). ISSN 1516-1536 1

TRAVERSO, Enzo – Políticas de la Memoria en la era del neoliberalismo. Aletheia [Em linha]. 7, (14), p. 1-11 (2017). [Consult. 18 dez 2017]. Disponível em [www:<URL:http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7907/pr.7907.pdf>](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7907/pr.7907.pdf). ISSN 1853-3701



AS VOZES E AS TRADIÇÕES NA CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, BRASIL: FOLCLORE, CULTURA E IDENTIDADE (1)

Elis Regina Barbosa Angelo

Doutora em História

elis@familiaangelo.com



As Vozes e as Tradições na Casa dos Açores de São Paulo, Brasil: Folclore, Cultura e Identidade (2)

Elis Regina Barbosa Angelo

Historial do artigo:

Recebido a 22 de abril de 2018

Revisto a 12 de maio de 2018

Aceite a 20 de maio de 2018

RESUMO

Ao dialogar com o conhecimento produzido na história sobre a categoria do patrimônio cultural, este trabalho se dedica a analisar a criação do grupo folclórico da Casa dos Açores de São Paulo, dando ênfase à preservação e à conservação desse tipo de representação cultural dos imigrantes açorianos no Brasil, moradores da Vila Carrão, Zona Leste da cidade de São Paulo. A proposta versa sobre como buscam garantir o elo com o passado, por meio das atividades do grupo folclórico, ao manterem as identidades e (re)invenções dos valores, normas e costumes do passado na implementação das atividades do grupo, suas danças, músicas, vestuário e ornamentação. A reflexão versa também sobre o fenômeno de patrimonialização dessa atividade enquanto um elemento constituinte tanto do imaginário do grupo para si quanto para a sociedade. A análise perpassa a formação do grupo, por meio da História Oral, utilizando-se de seus depoimentos e experiências que representa a institucionalização das identidades dos açorianos e seus descendentes.

Palavras Chave: Identidades culturais, patrimônio cultural, grupo folclórico, Casa dos Açores de São Paulo.

ABSTRACT

According to the knowledge produced in history about the category of cultural heritage, this work analyzes the creation of the folkloric group of the House of the Azores of São Paulo, emphasizing the preservation and conservation of this type of cultural representation of the Azorean immigrants in Brazil, residents of Vila Carrão, East Zone of the city of São Paulo. The purpose of this proposal is how they seek to ensure the link with the past through the activities of the folk group by maintaining identities and (re) inventions of values, norms and customs of the past in the implementation of group activities, their dances, songs, clothing and ornamentation. The reflection is also about the phenomenon of patrimonialization of this activity as a constituent element of the imaginary of the group for itself as for the society. The analysis prepossess the group formation, through Oral History, using their testimonies and experiences that represents the institutionalization of the identities of the Azoreans and their descendants.

Key-words: Cultural identities, cultural heritage, folkloric group, House of the Azores of São Paulo.



1. Introdução

A idéia de “cultura popular” vem sendo tratada por intelectuais no mundo desde meados do século XVIII. Os países da Europa relacionam essa esfera com significativas transformações em todos os níveis da vida social, em especial, as relações entre o erudito e o popular, correlacionando dimensões e níveis distintos. Assim, a divisão entre esses conceitos foi repercutindo em níveis distintos da realidade social, a exemplo das dicotomias rural e urbano, oral e escrito, tradicional e moderno. Entre outras dimensões da vida cotidiana que ora se modificava em larga escala. Diante das confrontações defendidas pelo Iluminismo e, atreladas à configuração e transformação da sociedade, os valores, regas, normas e costumes do universo popular foram e ainda são paulatinamente desconstruídos frente a ameaça constante do processo global. Com a relevante preocupação dos intelectuais acerca da ameaça do desaparecimento dessa esfera popular e suas manifestações e expressões, a preocupação em defesa da produção material e imaterial das classes subalternas, e como uma forma de resistência cultural, vão sendo visibilizados os processos preservação e conservação do “popular”, referenciado novas formas de ver a cultura.

Na esfera dessas preocupações, na qual a cultura popular e o folclore estão em foco, esse trabalho, busca, apresentar a formação do grupo folclórico da Casa dos Açores de São Paulo, tentando apreender quais os sentidos de se manter viva a memória do passado popular musical, contida nas Ilhas e que, de forma atemporal consegue fortalecer os laços com o universo do folclore e da cultura popular enquanto uma representação das identidades do povo açoriano imigrante (3). Nesse sentido serão apresentadas as formas de manutenção da musicalidade, das expressões corporais, das letras de músicas, da relação com a cultura material reveladas nas formas de reivindicação do passado pelos trajes, conceitos e cores, tentando apreender os sentidos no tempo presente e suas relações com a cidade, o bairro e a manutenção das “tradições” inventadas e reinterpretadas na forma e na simbologia.

Assim, traz elementos de criação da Casa e das representações como o grupo folclórico, abordando o caminho traçado desde a criação e as reinvenções contidas no processo, além de compreender o sentido da construção desse patrimônio cultural açoriano. Como metodologia, privilegia-se a História Oral, construindo um arcabouço de vozes que trazem para a compreensão dos signos do grupo o caráter materializado nos processos de criação e manutenção das atividades lúdico-recreativas. Por meio de depoimentos orais se conduz o fio que entrelaça as histórias e vivências, corroborando com a formação do grupo e a manutenção das atividades ao longo de cerca de sessenta e oito anos, dada a chegada do grupo na zona leste da cidade nos anos de 1950.

As atividades inventadas ou reinventadas ao longo dos anos demonstram a ação da Casa dos Açores de São Paulo, entidade promotora da integração do grupo que, ao tentar proporcionar atividades de cunho celebrativo, faz com que a memória, a busca pela sua manutenção e a identificação com o elo étnico e o orgulho de ser correspondente para a sociedade contemporânea, especialmente num mundo global onde a adversidade passa a ser algo criado com a finalidade de perpetuar registros de outros lugares e tempos, é facultada a manter-se com princípios identitários.

A continuidade do grupo nas ações de manutenção das identidades tem expressado o sentimento e as experiências ao longo dos anos e fortalecido dinâmicas como a criação e continuidade das músicas e das danças por meio do folclore. Nesse sentido almeja-se também compreender esse patrimônio cultural açoriano e sua (re)invenção na relação de formação da rua/bairro/cidade/país, como forma de fortalecer os laços com a terra natal e recriar as identidades no lugar de escolha desse grupo imigrante.

Na construção conceitual do patrimônio imaterial, interrelacionadas às discussões do conceito de cultura, busca-se as interações entre o que é inventado, criado e manipulado, como sistema



simbólico, das ações da sociedade como um todo. Nas sociedades contemporâneas, massificadas pela mercantilização de objetos, instrumentos, espaços e sujeitos, o papel da indústria cultural, relativiza o que deve ser preservado e porquê. Assim, as discussões sobre a espetacularização dos patrimônios e a concepção de grupos enquanto patrimônio cultural e suas expressões, como é o caso do grupo folclórico da Casa dos Açores, será apresentada nessa investigação a fim de se (re)pensar sobre o “como fazer” dessa manifestação da cultura popular açoriana, tanto para defender sua representação simbólico-cultural quanto para expressar os sentidos dados pela própria comunidade.

2. A Fundação da Casa dos Açores e sua proposta de manutenção cultural

“ Em Novembro de 1981, compra-se uma velha casa à Rua Dentista Barreto nº 1282, para onde se transfere a sede, precisava-se construir, mas não havia dinheiro, havia sim, muito boa vontade e principalmente muita fé no Divino Espírito Santo, que como milagre o dinheiro vai aparecendo, muitos açorianos estão contribuindo monetariamente, outros com o seu trabalho, como é maravilhoso, gente rica, gente pobre de mãos calejadas todos irmanados carregando pedras, cimento, cal, areia, ferro, fazendo massa, etc. O milagre está acontecendo, a velha casa está dando lugar a um belo edifício, assim em 21 de abril de 1982 inaugura-se a primeira parte de nossa sede, mas não se pára aí, ainda há muito a fazer e não se desanima 1986 a casa está acabada, com os dois salões de festas, cozinha, forno elétrico, adega, bar, sala de reuniões, secretaria, biblioteca e a tão sonhada Capela para o hóspede de honra “Divino Espírito Santo” (CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 1987: 1).

A Casa dos Açores foi fundada em 21 de abril de 1982 na cidade de São Paulo, região leste, vila Carrão. Ao ser idealizada, por açorianos e descendentes que vieram a habitar a região, e, da cooperação de membros dessa comunidade de imigrantes que vieram ao Brasil na década de 1950, foram aos poucos relacionando atividades coletivas e de entretenimento aos participantes e associados. Nessa relação que ora se concentram a cooperação e a mutualidade, nasce anseios de compartilhar o sonho e agrupar os açorianos que vieram para o Brasil em busca de novas oportunidades, haja vista a concentração na vila de operários dos cotonifícios e demais trabalhos que formaram um vínculo com as ilhas.

A casa concentra ações que extrapolam os enlaces que acabaram se concretizando na sua fundação. Em meio a dificuldades, falta de apoio institucional, de espaço e aplicação financeira, concebeu num pequeno espaço, capaz de abraçar um pouco da cultura açoriana e trazer identificação com membros partícipes da continuidade das ações, motivações e manutenção das atividades que unem o grupo. Assim, a Casa tinha, em primeiro plano, o intuito de trazer as tradições açorianas para a Vila Carrão, além de propiciar aos imigrantes uma forma de reencontrar amigos e parentes e, de certa forma, manter um elo com o passado, seja por meio das festas religiosas, seja por meio da sociabilidade e demais atividades criadas no seu calendário anual de eventos. (ANGELO, 2015).

Da sua criação, segundo o Sr. Manuel de Medeiros, um dos fundadores da casa, houve alguns momentos de tentativa anterior para a formação do espaço. Em 24 de julho de 1979 os açorianos da Vila Carrão já se reuniam para debater a possibilidade de fundar uma associação açoriana, que foi sendo costurada durante muitos anos. A esse respeito considera o Sr. Manuel:

Os membros do grupo, que trabalhavam no Cotonifício Guilherme George (4) se encontravam para contar histórias e rememorar sua terra natal, além das derradeiras atividades desenvolvidas nas fábricas e demais espaços como a Igreja e as festas de rua, geralmente juninas. Acreditavam que seria necessário ter um lugar para montar uma capela para glorificar o Espírito Santo, já que celebravam a missa em louvor ao Divino desde 1975, quando o pároco permitiu a primeira coroação.



Na garagem do Sr. José Vitorino de Arruda, na Rua Zodíaco, começaram a celebrar a festa e formaram a primeira diretoria, tendo como Presidente o Sr. Manuel de Medeiros:

“A Casa dos Açores de São Paulo foi criada em 22 de junho de 1980 por um grupo de açorianos residentes na Vila Carrão e funcionava inicialmente numa garagem à Rua Zodíaco, cedida pelo açoriano José Vitorino de Arruda. Neste dia formou-se a primeira diretoria, tendo como presidente o engenheiro Manuel de Medeiros. Em novembro de 1981, a sede foi transferida para uma antiga casa adquirida na Rua Dentista Barreto, 1.282. O projeto de construir a nova sede mobilizou as mais de 50 famílias que participaram da organização da Casa com doações em dinheiro e com trabalho.” (MEDEIROS, 2008)

Mediante as colocações do Sr. Manuel, percebe-se que a Casa se originou a partir da necessidade dos açorianos e suas famílias de alocar as festividades e seus símbolos, especialmente do Divino Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos de associativismo tinham um papel relevante na função social dos compatriotas, sendo também uma construção advinda da necessidade de legitimar uma cultura e de criar um espaço para se fazer a festa religiosa. Além disso, a criação da Casa tinha o intuito de associar membros e organizar um espaço de encontro entre os imigrantes (FREITAS, 2006: 166).

Essa menção diz respeito ao próprio conceito de associativismo, que, ao buscar a formação de um espaço entre iguais, recria, de certa forma, outras necessidades, como fortalecer os traços culturais dentro de grandes centros de diversidade cultural e econômica, como é o caso de São Paulo. (NOGUEIRA, 1998: 44)

O intuito de conceber essa Casa veio de diálogos entre amigos que também queriam trazer à cidade um espaço voltado para as tradições açorianas. Sabendo da existência de outros espaços articulados com essa premissa, alguns membros da comunidade que já estavam estabelecidos no bairro, juntamente com os contatos que tinham nos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, trouxeram para a cidade alguns símbolos que, considerados ícones da tradição religiosa, acabaram por começar ou recomeçar a trajetória deixada para trás quando da saída das ilhas.

Essa organização diretiva da Casa dos Açores mantém um elo com o Governo Regional das Comunidades nos Açores. O Conselho Mundial das Casas dos Açores foi formado pelos membros constituintes das Casas dos Açores no mundo. Na Declaração de Horta, reunidos seus representantes, formou no período de 12 a 15 de novembro de 1997, sob o patrocínio do Governo Regional dos Açores, por meio do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades, esse elo com as direções efetivas das instituições, entre elas Elisiário dos Santos Filho, representante da Casa dos Açores de São Paulo.

“O primeiro a dirigir a Casa foi o empresário Manuel de Medeiros, que ocupou a presidência durante cinco gestões, de 22/06/1980 a 11/07/1987. O segundo, Manuel Henrique Farias Ramos ficou no cargo de 11/07/87 a 9/07/1989, e o terceiro, Manuel Pereira Arruda, de 9/07/1989 a 6/7/1991. O quarto presidente, Antonio Mendes Cardoso Sequeira, ficou na presidência duas gestões, de 28/8/1992 a 24/06/1995. O sexto presidente foi Elisiário dos Santos Filho, que ocupou o cargo durante duas gestões, de 22/06/1996 a 29/06/2000” (FREITAS, 2006: 167).

A cada ano seus representantes participam dos eventos nos Açores que denominam as funções e utilidades das Casas espalhadas pelo mundo, cujo intuito é manter laços e reavivar na memória de seu povo as identidades advindas de sua história. A finalidade estabelecida no estatuto da Casa dos Açores é a de promover, entre outros eventos, a Festa do Divino Espírito Santo, reconhecida entre seus pares como o maior elo com o passado. Em depoimento, o Senhor Manuel de Arruda fala sobre as idéias da formação e construção da Casa dos Açores de São Paulo:



“Já estávamos construindo a Casa dos Açores. Então foi a 1ª festa que foi feita em frente à Casa dos Açores, foi a minha. Foi legal, geralmente tudo que se faz lá eu sou geralmente o pioneiro, tudo leva meu apreço, tudo que eu puxo o negócio pra ver se aquele está mais sério que o anterior. Porque a gente estava na frente das casas dos mordomos, estava muito ruim, não dava pra fechar a rua então não se tinha mais controle. Então eu passei em 82, eu passei justamente pra Casa dos Açores onde se faz os festejos e dali pra frente foi sempre na Casa dos Açores”. (MEDEIROS, 2008)

Com a proposta de organizar o grupo e manter os laços de amizade, união e identificação enraizados nas tradições, os açorianos construíram um território capaz de trazer à tona lembranças do tempo dos Açores e manter “viva” a religiosidade, o companheirismo e a construção familiar que seus antepassados tinham enquanto concepções de vida. As mutuais foram sendo criadas à medida que a própria estrutura do capitalismo se formulava, impulsionando os trabalhadores a se organizarem em torno de associações. Essas eram tidas como maneiras de minimizar a falta de políticas sociais, configurando espaços que permitiam a proteção contra doenças, bem como o amparo em caso de velhice, desemprego e morte, uma vez que o Estado ainda não oferecia nenhum auxílio nesse sentido. (FORTES, 1999: 174)

Com essa ausência de proteção e apoio, surgiam os pequenos auxílios prestados pelas sociedades de socorros mútuos, que garantiam formas de amparo aos trabalhadores assalariados, o que marcaria a proliferação de tais associações no final do século XIX e na primeira metade do século XX. (LUCA, 1990: 384)

As casas regionais, segundo Seyferth (1990: 67), são associações e demais entidades de cunho étnico que surgiram no momento em que os imigrantes necessitavam de auxílio, seja para procurar trabalho, para manter os padrões culturais ou para apropriar-se do urbano, quando a cidade, em pleno crescimento, passava a ser uma nova realidade para esses imigrantes, acostumados com o meio rural nas ilhas.

Sobre a criação e objetivos das Casas Regionais: *“(...) apesar de seu caráter recreativo, um dos objetivos mais respeitados pelas associações portuguesas – inclusive pelas Casas Regionais - é a orientação e introdução dos novos imigrantes no mercado de trabalho e na vida urbana (a maioria dos portugueses vem de áreas rurais). Por outro lado, elas pretendem reproduzir no Brasil símbolos e padrões culturais característicos de Portugal ou das regiões portuguesas que representam (...)”* (SEYFERTH, 1990:67).

Também se pode dizer que, *“(...) as casas regionais apresentam-se como locais de representações e manifestações culturais de identidade local, regional e nacional relacionadas aos distritos, províncias e regiões além é claro do próprio espaço nacional português. Tais representações estão apoiadas em referências geográficas a partir das festas, símbolos, imagens, saudosismo da terra natal em que as casas regionais se constituem como lugares para o estabelecimento e encontro de manifestações que revelam lado do processo de construção de identidade associado ao espaço geográfico”* (SOUSA, 2005: 02).

O mutualismo também se inscreve como manifestação da cultura dos trabalhadores, sendo ela uma arena de conflitos permanentes, de trocas materiais, de relações de dominação, de tradições herdadas e compartilhadas (THOMPSON, 1998: 18-19). Dessa organização regional, surge uma diversidade de atividades culturais, sociais e de colaboração. Uma das atividades é a formação do grupo folclórico, que, mediante apresentações, vai inscrevendo sua marca no bairro, na cidade e no país.

3. Folclore e suas representações na cultura popular: Experiências e Memórias do Grupo Folclórico da Casa dos Açores de São Paulo

Os primeiros estudos acerca do folclore merecem destaque no campo das Ciências Sociais, no Brasil, nos anos de 1920, o folclore ganha força como relevante “objeto” de interesse dos intelectuais, alguns dos estudiosos desse assunto, como Amadeu Amaral e Mário de Andrade, reivindicaram por meio de suas investigações as relações dos estudos folclóricos no contexto do modernismo brasileiro. Mário de Andrade, por exemplo, quando assume a Secretaria de Cultura de São Paulo, começou a transformar a idéia em prática, criando por meio de projetos sociológicos, a abertura de entidades que pudessem ligar a preservação e a aceitação desse campo, assim, por meio da Sociedade de Etnografia e Folclore, - dos anos 1936-1939 -, tendo à frente Dina Levi-Strauss, esposa do antropólogo Levi-Strauss, professor de sociologia da Universidade de São Paulo, como uma forma de conceber e viabilizar as suas idéias, além da elaboração do projeto que culminou na abertura do Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Outras revelações a partir dessa atuação, criam-se perspectivas e investigações nos estudos folclóricos, como a reconhecida produção Macunaíma, nascendo nas artes plásticas, na música e nas danças dramáticas do país.

Florestan Fernandes (1978), menciona acerca da produção folclórica de Mário de Andrade, a unidade e expressão da produção dos folcloristas brasileiros da época que ampliam a visão de país, no contexto do folclore e sua relação com o “regional” na virada do século XIX-XX. Assim, o conceito de Folclore se constrói como um elo entre os sujeitos e suas relações de sentido na arte de preservar aquilo que está se perdendo, se entrecruzando com a “modernidade” e suas relações com o futuro. Também diz respeito ao que é produzido espontaneamente pelo povo.

A palavra Folclore nasce da aglutinação dos dois termos anglo-saxônicos, *Folk* significando povo e, *lore* saber, ou seja, “saber tradicional do povo”. Esse, por sinal, segundo Brandão (1982), sintetiza as relações entre o específico, o permanente e o durável. Na sua produção de sentidos, percebe-se que a durabilidade e manutenção dependem também da sua modificação e elasticidade, considerando que, “(...) *reproduz-se enquanto é vivo, dinâmico e significativo para a vida e a circulação de trocas e de bens, de serviços, de ritos e símbolos entre pessoas e grupos sociais. Enquanto resiste a desaparecer e, preservando uma mesma estrutura básica, a todo o momento se modifica e se recria*” (BRANDÃO, 1982: 38).

“A cultura popular é, em suma, a tomada de consciência da realidade brasileira. Cultura popular é compreender que o problema do analfabetismo, como o da deficiência de vagas nas Universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país. Cultura popular é compreender que as dificuldades por que passa a indústria do livro, como a estreiteza do campo aberto às atividades intelectuais, são frutos da deficiência do ensino e da cultura, mantidas como privilégios de uma reduzida faixa da população. Cultura popular é compreender que não se pode realizar cinema no Brasil, com o conteúdo que o momento histórico exige, sem travar uma luta política contra os grupos que dominaram o mercado cinematográfico brasileiro” (GULLAR, 1965: 3-4).

Em momentos distintos a cultura popular foi associada ao folclore na concepção de nação, sendo fortalecida pela expressão das classes subalternas, foi pensada como “autêntica”, “pura”, mas deveras criticada no âmbito da representação das necessidades e anseios do povo, como reivindicatória, como resistência e mesmo como excluída. O movimento cepecista que ocorreu nos anos de 1960, “(...) *a oralidade sugere um continuum não entre o “fato folclórico” e a “arte do povo” ou a “arte popular”, mas sim entre os intelectuais folcloristas e cepecistas que falam “por sobre os ombros” do “povo”, enquanto porta-vozes do “popular”* (ROCHA, 2009: 227).



Para Gonçalves (1988: 266), a identidade cultural pode ser representada por patrimônios culturais, pois, *“(...) os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade das pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc. (...)”*.

Essa concepção traz à tona os bens materiais e imateriais enquanto forma de representação dos sujeitos, de aspectos que definem seu cotidiano e suas relações com o ambiente de produção de sentidos do viver e experienciar a temporalidade e ao que ela se refere no tempo e no espaço, como um significado que define sujeitos e grupos temporal e geograficamente. Considerando a cultura como um conjunto de elementos que define o homem no seu espaço e tempo, a produção de objetos também o define como traços e elementos capazes de identificar os sentidos dessa produção.

O folclore no centro das discussões acadêmicas foi lançado no Brasil durante o I Congresso Brasileiro, tendo a base na cidade do Rio de Janeiro, em 1951, momento em que diversos folcloristas debateram sobre o folclore. Nesse momento trataram especificamente das direções em que os traços do folclore estavam sendo tratadas, como a transmissão oral, as gerações e as tradições, a sobrevivência e os encaminhamentos das memórias dos povos.

Muitas discussões perpetuam no sentido de garantir essas memórias dos povos, especialmente no que tange aos estudos do popular, onde a caracterização do folclore não é uniforme entre os estudiosos, pois, o objeto do folclore deveria ser algo ligado às “sobrevivências”, dos costumes, gerações e dos valores culturais, pois, muitos dos estudiosos acreditam ser o folclore o estudo da cultura tradicional.

A Carta do Folclore Brasileiro, que, aprovada no Congresso Brasileiro de Folclore, nesse primeiro congresso, coloca o fato folclórico como *“(...) maneiras de pensar e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.”* (LIMA, 2003: 15)

Alguns pensadores como Florestan Fernandes contrapõem a Carta do Folclore de 1951, e questionam os elementos folclóricos nas classes sociais, revelando a presença de “escolhas” na medida em que há condições para isso.

“Os mesmos elementos folclóricos ocorrem, indistintamente, em ambos os meios ou classes sociais. Os provérbios, as mesmas “superstições” e as mesmas “crendices”, os mesmos contos e as mesmas lendas etc. são igualmente usados por indivíduos do “povo” ou das classes “altas” e “cultas” (...) o pobre (...) só não joga tênis provavelmente porque não pode, nada impedindo ao burguês o jogo de malha, enquanto a elevação do padrão de vida muitas vezes faculta ao primeiro, recreações caras - o tênis inclusive -, permitindo-lhe manter, até, um estilo de vida quase burguês. Em outros casos, há costumes que são conservados apenas nos níveis mais elevados, desaparecendo nos mais baixos, como a apresentação da filha à “sociedade”, como é comum em São Paulo e no Rio de Janeiro etc. (...)” (FERNANDES, 2003: 45-6).



Alguns encontros fortuitos foram sendo travados nas discussões sobre o folclore, conduzidas, durante o “ (...) VIII Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Salvador, Bahia, de 12 a 16 de dezembro de 1995, procedeu à releitura da Carta do Folclore Brasileiro, aprovada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951 (...)”, no qual foi definido o conceito de Folclore e outras definições:

“Capítulo I – CONCEITO

1. Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos.

2. Os estudos de folclore, como integrantes das Ciências Humanas e Sociais, devem ser realizados de acordo com metodologias próprias dessas Ciências.

3. Sendo parte integrante da cultura nacional, as manifestações do folclore são equiparadas às demais formas de expressão cultural, bem como seus estudos aos demais ramos das Humanidades. Conseqüentemente, deve ter o mesmo acesso, de pleno direito, aos incentivos públicos e privados concedidos à cultura em geral e às atividades científicas”. (COMISSÃO DO FOLCLORE)

As idéias perpetradas durante o I Congresso Brasileiro de Folclore entendem as investigações acerca do folclore enquanto integrantes das ciências antropológicas e culturais, além de contrariar os preconceitos sobre a direção do folclore como fato espiritual, e aconselha que sejam viabilizados os estudos do universo popular plenamente, tanto nas abordagens materiais quanto imateriais, onde os aspectos espirituais e imagéticos são considerados.

As músicas, danças e outros elementos contidos nas esferas do folclore são considerados formas de manutenção das tradições, ou mesmo das manifestações da cultura popular, como é o caso das diretrizes das casas culturais enquanto mantenedoras da cultura.

Os grupos folclóricos criados com o intuito de manter o elo com o popular, formados por integrantes tanto da comunidade quanto de pessoas interessadas sem vínculos étnicos, vão fortalecendo a idéia de parafolclórico, no que se compõe por meio da organização de pessoas que se apresentam por meio do lúdico, dos folguedos e danças folclóricas, e possuem integrantes, sem necessariamente ter vínculos com as tradições representadas. São formados em números e representações nos vestuários, nas danças e treinam para representar um grupo com especificidades temporais, e, nesse sentido a Casa dos Açores trouxe junto a outras atividades, a proposta do grupo folclórico, ou parafolclórico, para ser mais condizente com a realidade.

Na carta do Folclore Brasileiro, tem-se a denominação de grupos parafolclóricos compostos por pessoas organizadas que se apresentam por meio do lúdico, dos folguedos e danças folclóricas, e possuem integrantes, sem necessariamente ter vínculos com as tradições representadas. São formados em números e representações nos vestuários, nas danças e nos folguedos por meio de treinamentos regulares (COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, 1995).

Essa é uma das formas de manter viva a memória dos Açores, pois, a atuação do grupo folclórico criado em 1981, que tem o intuito de demonstrar a manifestação folclórica dos açorianos por meio das músicas e canções populares, da dança e da harmonia do grupo, composto por cerca de



cinquenta membros. O grupo traz em seus trajes típicos a memória dos antepassados e também daqueles que vieram jovens ao país, além das cantigas de memória, tais como:

“Açores e suas ilhas (Casa dos Açores - SP), Aos Açores (todas as Ilhas), Sapateia (Ilha de São Miguel), Bela Aurora (Ilha Terceira), Carinhosas (Ilha Terceira), Ladrão (Ilha de São Jorge), Mateus, Mateus (Ilha do Pico), Pezinho da Vila (Ilha de São Miguel), Pezinho do Pico (Ilha do Pico), Olhos Pretos (todas as Ilhas), Balho da Povoação (Ilha de São Miguel), Balho das Fitas (todas as Ilhas), Balho Furado (todas as Ilhas), Eu cá sei (Ilha do Faial), Chamateia (Ilha Terceira), Boi de Mar (Ilha do Pico), Merciana (Ilha de São Miguel), Chamarrita (Ilha Terceira), Viradinha (Ilha Terceira), Amor do Estudante (Ilha Terceira), Mané Chiné (Ilha do Pico), Os Bravos (Ilha Terceira), Lira (todas as Ilhas), Rema (Ilha das Flores), O Pai do Ladrão (Ilha Terceira), Pêssegos (Ilha de São Jorge), Vacas Lavradas (Ilha do Corvo), Palmas (Ilha do Pico), O Ladrão da Noite (Ilha Terceira), Erró (Ilha de São Miguel), Sapateia da Salga (Ilha de São Miguel), Balancé (Ilha Terceira) e Manjerição da Serra (Ilha de São Miguel)” (CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO).

O olhar para o passado perpetua as identidades que, somadas às atitudes em manter viva a memória, refazem trajetos e formas de viver o cotidiano, além das representações como a dança e os folguedos mantidos lá e cá. Os sentidos das músicas dizem respeito também à memória das ilhas de onde vieram. A esse exemplo estão os mais populares de cada localidade, pois, a comunidade da Vila Carrão veio em sua maioria das Ilhas de São Miguel e Terceira. Quando aborda a questão das atividades do grupo folclórico da Casa dos Açores de São Paulo, o Senhor António Arruda menciona:

“O Grupo Folclórico da Casa dos Açores de São Paulo criado em 1981, tem como objetivo projetar uma manifestação espontânea da cultura do povo açoriano em terras brasileiras. Os Açores são nove ilhas habitadas por uma população que fala a mesma língua e tem costumes afins, mas quando se expande em seus folguedos cada ilha pratica e interpreta a seu modo”. (ARRUDA, 2018).

Sobre as escolhas de formação e manutenção do grupo, abordam um pouco do sentimento e dos sentidos do grupo, percebendo as relações humanas da coletividade e principalmente do manter “vivo” o elo com a história dos imigrantes.



Figura 1. Grupo Folclórico da CASP - Casa dos Açores de São Paulo. **Fonte:** Acervo da Casa dos Açores de São Paulo doada para esse trabalho.

“Ainda que os objetivos primordiais de suas respectivas criações continuem coerentes ao longo do tempo, estes grupos sofreram transformações na forma de suas apresentações. Em geral, o que antes era uma atividade “da comunidade para a comunidade” (os grupos se apresentavam apenas no âmbito das organizações a que tinham pertinência e em eventos correlatos com suas respectivas etnias), com o tempo passaram a desenvolver ações no sentido “da comunidade para a sociedade” (os grupos se apresentam onde quer que sejam convidados). E há casos em que a apresentação dos grupos segue vieses turístico-comerciais positivos, ainda que motivados pela própria comunidade de pertencimento, o que, às vezes, implica divergências entre os próprios membros da comunidade onde estão ambientados.” (BOSCHILIA, 2015: 46)

As atividades desenvolvidas nessas casas regionais acabam fortalecidas pela imagem de que precisam de um padrão de apresentações que devem seguir regras e uma instrumentalização única, com comida, religiosidade, ações coletivas como grupos de música e dança entre outros, e, isso, favorece a concepção e construção de grupos folclóricos, como esse que foi concebido na Casa dos Açores de São Paulo.

A idéia de que esse grupo represente sua identificação musical e de danças das ilhas de onde vieram, corrobora com a premissa de que é necessário organizar uma padronização de ações para efetivamente participarem de atividades culturais pela cidade e pelo mundo, a fim de divulgar uma cultura que, ora transformada, criada ou mesmo reinventada, consegue transpor barreiras e se manter. Como expectativas, o grupo tenta abordar aspectos do passado e da motivação temática de um tempo anacrônico, pois, não se adequa às atividades contemporâneas. A esse respeito se percebe:

“Nosso repertório é todo original das ilhas, onde temos partituras, letras e vídeos (trazidas pelos componentes que assim foram aos Açores participar de cursos sobre folclore), nossos balhos, viola da terra era um instrumento de estimação, seus pontos eram a companhia indispensável dos emigrantes.” (PAES, 2018)

Desse repertório, trazido e transportado para a Vila Carrão, há a memória dos que vivem na cidade de São Paulo e rememoram a infância ou a juventude nas Ilhas, pois, essa volta no tempo diz única e exclusivamente respeito a alguns membros da comunidade participe. Os descendentes conhecem as histórias por meio das lembranças dos pais e avós, nem sempre se identificam com o cenário e as concepções do grupo, mas participam ativamente enquanto crianças e jovens, outros rompem com a proposta de manutenção das atividades açoriano-culturais e vão sendo adaptados à cultura da cidade metropolitana.

As lembranças ou até mesmo a idéia de visitação para turistas demonstra um pouco desse universo de a oes voltadas para uma padroniza o de a oes e objetivos, que, muitas vezes acompanham a comunidade apenas no que se refere   tentativa de manter as identidades açorianas.

Apesar da possibilidade de se transformar num processo de espetaculariza o algo possível e factível, a idéia de transforma o das atividades do grupo em entretenimento acaba sendo fortalecida pela concep o de manuten o das representa oes simbólicas e imagéticas dos grupos, como   o caso dos açorianos de São Paulo.

“A ‘espetaculariza o’   o poder do olhar, que pode ser construído de fato como dois poderes opostos e conflitantes. Por um lado, o poder do espetáculo pode ser o poder de quem olha e   olhado, como   o caso do poeta popular que recita na feira, dos brincantes de uma folia que se deslocam tocando e cantando pelo povoado, ou dos dançarinos que se apresentam em seu ambiente comunitário. Em todos esses casos, artista e público se olham em um espaço comum e familiar aberto   trocas, inclusive de posi oes, entre quem olha e quem   olhado. A ‘espetaculariza o’ possui um outro lado,

predador, ou objetificador, que é o olhar que não se sabe olhado por aquele que comanda o seu olhar; e que é também o olhar daquele que se recusa a ser olhado. Este é o olhar do consumidor, que não pode suportar o espelho da sua condição objetificada de sujeito para o consumo” (CARVALHO, 2010: 50).

Apesar das ações do grupo se voltarem para apresentações tanto na Casa para a própria comunidade e associados, quanto em atividades externas e, em encontros com outros grupos de açorianos pelo Brasil e demais eventos culturais que colaboram na concepção de apoio às diversidades culturais na cidade, é preciso pensar sobre como ela tem concebido essa ação coletiva. A partir do momento em que se institucionaliza e se “comercializa” por meio da promoção no calendário de eventos da cidade, pela SPTuris (5), a possibilidade de ser “canibalizado” como menciona José Jorge de Carvalho, no artigo *‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina*, no qual formula crítica sobre a *“mercantilização das formas culturais tradicionais, que são expropriadas dos seus circuitos comunitários por agentes externos a serviço do turismo e do entretenimento”*, faz-se necessário pensar sobre como a comunidade quer ser e o que ela objetiva para seus propósitos de manutenção da cultura.

A mercantilização da cultura nasce quando se vende a ação, comercializando as danças, música, movimentos e expressões dos grupos, por meio do entretenimento, o que Debord chama de *“Sociedade do Espetáculo”*, ávida pela idéia de *“(…) novo poderio de embuste, a crescente necessidade de se ter e criar objetos (...)”*, ou ainda, a idéia de que o princípio da aparência da mercadoria é mais importante que o seu valor de uso, pois a aparência atrai a contemplação do público e faz da mercadoria o sucesso. É como se fosse uma imagem colocada a serviço do capitalismo (SCHARTZENBERG, 1978: 9).



Figura 2. Grupo Folclórico da Casa dos Açores de São Paulo. **Fonte:** Casa dos Açores de São Paulo, 2017.

As tradicionais apresentações do grupo folclórico, - como um dos anseios do grupo na Casa dos Açores -, pode ser entendida e visualizada como uma continuidade dos habituais conceitos da musicalidade e da dança, formando um elo com as origens. Nesse caso, conforme definido por Hobsbawn e Ranger, tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas institucionalizadas de maneira formal, quanto as mais atuais, como é o caso desse grupo, incluem atividades semelhantes às tradições do lugar de origem, trazidas e recriadas pelos imigrantes. Ao mesmo tempo, as ações vinculadas pela Casa para garantir a manutenção das identidades passa pela recriação e invenção do grupo na cidade de São Paulo, como algo representativo do grupo, não necessariamente alinhado ao passado, mas criado com o intuito de representar imagetivamente e simbolicamente a música, a dança e os movimentos de um tempo passado e de um lugar de memória do passado, que não faz parte da vida cotidiana no presente, mas forma-se como uma referência das memórias açorianas dos pais, avós e demais antepassados.

A continuidade das ações do grupo não é uma tarefa fácil, pois, enquanto uma criação presente, nem sempre representativa da coletividade, mas da imagem criada sobre ela, transpõe as intenções e garantias de manutenção.

4. Relações simbólicas e imagéticas: Vestuário, Ornamentação, Música, Dança e o Patrimônio Cultural açoriano

Gonçalves (2007: 111) aborda a concepção do patrimônio enquanto uma categoria relevante da sociedade e não restrita às modernas sociedades ocidentais. Na construção das simbologias e sentidos do universo/campo do imaterial na composição estrutural do patrimônio, menciona que, *"(...) diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento de bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de 'registrar' essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações"*. Esse "registro" nasce de interpretações distintas nos campos da Antropologia, da História e do Turismo, pode-se inferir que compõe-se da tentativa de valorização do popular, do "povo" e do que ele representa.

As músicas, danças e a ornamentação dos membros do grupo contam um pouco da terra natal como símbolo. As apresentações fora da Casa dos Açores têm o intuito de difundir a cultura açoriana trazida pelos imigrantes a São Paulo, indiferente da ilha de onde vieram. A maioria delas, como se pode ver a seguir, experienciam a mesma relação de músicas que grupos folclóricos dos Açores promovem nas Ilhas. Das músicas, relacionam-se a vida cotidiana no espaço rural, os sentimentos, a viagem, a saudade, a emigração entre outros assuntos corriqueiros.

"Açores e suas ilhas - Casa dos Açores SP. Aos Açores - Todas as Ilhas Sapateia - Ilha de São Miguel; Bela Aurora - Ilha Terceira, Carinhosas - Ilha Terceira; Ladrão - Ilha de São Jorge; Mateus, Mateus - Ilha do Pico; Pézinho da Vila - Ilha de São Miguel; Pézinho do Pico - Ilha do Pico; Olhos Pretos - Todas as Ilhas; Balho da Povoação - Ilha de São Miguel; Balho das Fitas - Todas as Ilhas; Balho Furado - Todas as Ilhas; Eu cá sei - Ilha do Faial; Chamateia - Ilha Terceira; Boi de Mar - Ilha do Pico; Merciana - Ilha de São Miguel; Chamarrita - Ilha Terceira; Viradinha - Ilha Terceira; Amor do Estudante - Ilha Terceira; Mané Chiné - Ilha do Pico; Os Bravos - Ilha Terceira; Lira - Todas as Ilhas; Rema - Ilha das Flores; O Pai do Ladrão - Ilha Terceira; Pêssegos - Ilha de São Jorge; Vacas Lavradas - Ilha do Corvo; Palmas - Ilha do Pico; O Ladrão da Noite - Ilha Terceira; Erró - Ilha de São Miguel; Sapateia da Salga - Ilha de São Miguel; Balancé - Ilha Terceira; Manjeriço da Serra - Ilha de São Miguel".



Uma das letras criadas pela Casa dos Açores de São Paulo, fala um pouco sobre a terra natal e a vinda para uma nova vida:

Boa noite meus senhores
É boa noite a cantar

É a Casa dos Açores
Que se esta apresentar

Ó minha terra querida
Terra assim eu nunca vi
Início da minha vida
O berço onde eu nasci

Eu canto desta maneira
Com prazer e alegria
Pico, Faial e Terceira
São Jorge e Santa Maria

São Miguel a mais formosa
Das nove ilhas dos Açores
O Corvo e a Graciosa

Além da Ilha das Flores. (CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO)

“Os balhos açorianos possuem uma coreografia caracterizada por movimentos lentos e marcações de extrema simplicidade, mas rico em sua tradição. O povo balhava à sua vontade... O instrumento típico dos nossos balhos é a viola da terra. A viola era um instrumento de estimação, seus pontos ferviam na alma dos tocadores e na de quem os ouviam; apaixonavam os namorados e a saudade dela se vivia, por isso a viola da terra era a companhia indispensável do nosso emigrante (...)” (ARRUDA, 2018).

O passado transcrito no imaginário do imigrante condecora ações que rememoram o passado, numa tentativa de manter vivo o elo com as terras dos Açores e da cidade grande, tendo como pano de fundo a simplicidade e a organização da vida ao *modus operandis* de outrora.

Nessa perspectiva, o *modus operandi* é a forma com a qual os sujeitos vivem na prática suas relações com o cotidiano. Para Bourdieu (2000), o *habitus* é o princípio unificador e gerador de cada prática, sendo possível observar o seu princípio gerador em cada caso, pois, o *habitus* orienta a posição que ocupa cada sujeito e suas ações no espaço social. Acredita que, a simples escolha exprime as diferenças sociais mais fundamentais tanto quanto as exprimiria num sistema complexo e refinado. As escolhas, desde as indumentárias até seus símbolos, são ações escolhidas e mediadas pelo grupo do qual participa (BOURDIEU, 2000: 84).

As danças e músicas se adéquam às tradicionais leituras da concepção folclórica dos grupos nos Açores. Os membros vão adequando o vestuário, a coreografia e a encenação à moda das Ilhas, todo repertório é inspirado no que se produz lá. Na relação com as casas dos açores do mundo, as experiências são constantemente trocadas, membros de cada casa viajam para outras cidades para conhecerem um pouco dessa relação de multiplicação das “identidades”, que relaciona ideias do próprio Governo Regional das Comunidades com a proposta das casas dos Açores pelo mundo onde ouve a emigração e por onde ainda se tem relações políticas, econômicas, sociais e culturais.





Figura 3: Vestuário do Grupo Folclórico da Casa dos Açores de São Paulo. Fonte: Casa dos Açores de São Paulo: Grupo Folclórico.

“Os nossos trajos são de meados do séc. XIX e início do séc. XX. O povo nos dias festivos apresenta-se geralmente com asseio e capricho, pela semana vestem-se de lã e linha que cultivavam. Os homens usavam jaqueta, colete e carapuça de lã, o que vai de acordo com cada ilha. As mulheres com saias de lã de cores escuras, lenços e chapéus. Dança-se para mostrar quem é, e quem foi o povo açoriano. Por isso, há que ter consciência que dançando não somos um EU, mas a expressão de um povo. E em termos de folclore, não há melhor nem pior, há apenas o que é autêntico.” (CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO).

Das propostas de criação e apresentação do grupo tanto na Casa dos Açores quanto em eventos na cidade e até mesmo em outros lugares, concentram-se os esforços na idéia de “diferenciação” do grupo, ou seja, o que os difere e os agrupa na fundação do conceito de folclore dos Açores. Para essa medida, acreditam ser uma ação coletiva e, *“(…) defender o patrimônio é um gesto natural de quem defende a própria existência. O folclore açoriano é acima de tudo a demonstração do sentimentalismo de um povo sofrido e trabalhador, porém esperançoso e patriota que se orgulha de ser açoriano (...)*” (CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO).

Segundo Decreto Nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003, corroborando com a ideia de que:

“1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”, o grupo que se organiza a partir de um fundamento

étnico, construído pelos valores e expressões de seu povo, traça uma ação de reconhecimento e afirmação coletiva.”

A idéia de se conservar o passado por meio de esforços da comunidade diz respeito à luta por suas referências contra o seu desaparecimento ou mesmo esquecimento, (RICOEUR, 2010: 435) especialmente, a fim de garantir que se mantenha de algum modo os traços e representações entre o tempo passado e o tempo presente e coexista uma memória ou ação presente sem rupturas significativas ou transformações drásticas. Pois, a conservação de traços do passado parecem indissociavelmente ligadas ao objetivo de materializar o passado no presente e garantir sua manutenção no futuro (GUILLAUME, 2003: 89). A preocupação em salvaguardar o passado, traça, grosso modo, a intenção de manutenção cultural para o futuro e a fim de não ser esquecidas as raízes e os percalços que trouxeram a tona o ato de deslocar-se e formar um novo espaço e território, e tem por objetivo, *“recuperar memórias, ritualizar sociabilidades, selecionar bens culturais e transmitir legados para o futuro”* (PEREIRO, 2006). Ao passo em que, o patrimônio cultural não é a junção de dois conceitos, nem de patrimônio e nem de cultura, pois se configura numa negociação de símbolos e significados entre as expressões e sentidos dados pela sociedade na conservação da memória e da história.

“(...) uma das confusões conceituais mais frequentes entre os investigadores e entre os agentes de patrimonialização, parte-se do pressuposto de que, na cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso resultado dos processos de seleção e de negociação de significados.”(...) O património cultural tem-se afigurado como instrumento para o repensar das sociedades no sentido de através dele perceber o “debate sobre os valores sociais e a patrimonialização (...) um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais” (PEREIRO, 2006: 27).

“A patrimonialização pode ser lida como processo interrelacionado à territorialização das relações de visitação, na qual se correlacionam território e cultura e onde se elabora uma ‘consciência dos valores patrimoniais’ nos quais se atribui valor de representação e comunicação” (CARA, 2004: 11).

A discussão sobre a manutenção das representações por meio de atos legais de conservação e preservação do patrimônio vem crescentemente sendo discutida nos âmbitos acadêmicos, especialmente quanto à forma de preservar o passado, como fazê-lo e porquê? Essa relação diz respeito as criações e reinvenções de grupos, de imagens e mesmo de temporalidades imaginadas, pois, os jovens da cidade e descendentes de açorianos estão dentro de uma categoria de imaginação e simbolismos, pois, não viram, não viveram e apenas tem apreço por conta das lembranças dos antepassados, além de ser uma ação institucionalizada.

5. Considerações sobre a produção oral e a continuidade das ações: As Identidades, o Folclore e o Patrimônio Cultural

A idéia de pertencimento vem das ações em manter e continuar objetivos, lógicas e atitudes de outro momento, além dos objetos, que, ao serem patrimonializados, passam a constituir elementos de sistemas simbólicos, organizados a partir de subjetividades, de identidades e representações culturais. (BAUDRILLARD, 2008; CLIFFORD, 1994)

A criação das representações materiais, como objetos e instrumentos, faz parte de um sistema cultural, pois, ao serem apropriados, inventados ou mesmo retirados do seu contexto real (no



passado) e inseridos em outras temporalidades e contextos, tornam-se ícones de ideias, valores, identidades, formando modalidades de autoconsciência individual e coletiva, mas reinventadas e recriadas com outros sentidos (6).

“A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder” (SILVA, 2000: 81).

O demarcar fronteiras simboliza a diferenciação do grupo no espaço. Ser açoriano e descendente de açoriano em São Paulo representa a diferenciação e visibilidade do grupo coletivamente. Ampliar as ações e apresentações afirma a existência das identidades e a relação viva da cultura enquanto expressão simbólica e imaginária.

Os processos migratórios estruturam-se por meio de signos e simbolismos, geralmente em torno de traços diacríticos como rituais, cultos, relações de parentesco e pertencimentos, isso pode ser interpretado como seu patrimônio imaterial. O folclore e os grupos formados com os rituais do passado ascendem à unidade e aos traços historicamente constituídos. Assim, percebe-se que, mediante a formação da cultura popular dos imigrantes, alguns signos diacríticos são evidenciados e se organizam em unidades e coletividades. (BARTH, 1998)

As regras e valores atribuídos aos grupos e seus sentidos vão sendo amalgamados de acordo com as relações práticas de comportamentos e regras, e, também pode permitir a inserção de novos indivíduos, com o intuito de manter viva a idéia e fortalecer o grupo.

“O GF da CASP enquanto representante de uma região insular composta por 9 ilhas que distam entre a mais ocidental da mais oriental cerca de 600 km, tem por propósito representar a dança e a música de cada umas destas ilhas. Os ritmos variados de algum modo tem algo em comum. Nestes balhos há sempre uma referencia ao espírito e ao modo de ser açoriano e á vida que, de algum modo lhes é tão parecida. Nesse contexto, destacam-se o Balho Furado e o Balho da Povoação da ilha de São Miguel. O Balho das fitas, as charmaritas, o Mané Chiné da ilha do Pico, e assim por diante. De igual forma á diversidade dos balhos, o grupo se apresenta com trajos do grupo tem por proposito apresentar ao publico uma diversidade de níveis sociais e atividades profissionais dos Açores de outrora. Ademais se pretende, de algum modo, representar as diversas ilhas do arquipélago. Há ainda na composição atual do grupo alguns membros da constituição original em 1981” (ARRUDA, 2018).

“Alguns membros não são de origem açoriana mas de Portugal continental. Naturalmente também fazem parte do grupo integrantes nascidos no Brasil, com e sem ascendência açoriana. O grupo contou com diversas “gerações” ao longo de sua historia. No momento está sendo revendo sua estratégia de ensaios para se adequar aos compromissos de seus integrantes, de modo a compatibilizar a vida agitada de uma megalópole como São Paulo com esta necessidade. Há ainda a necessidade de se agregar novos integrantes para manter um numero adequado às apresentações. Para compor o grupo se exige apenas disposição, interesse e disponibilidade. O GF conta com uma tocata que é composta em sua maioria por jovens açoriano descendentes que foram formados musicalmente dentro da própria CASP” (ARRUDA, 2018).

As ações de formação do grupo representam a afirmativa de “invenção” do passado, recriação do cotidiano e das festividades do passado, onde a musicalidade e as representações são modeladas e dão rumo aos princípios, valores e costumes que ora forma sendo modificados no espaço urbano e



na tessitura da cidade metropolitana, tão múltipla e com tantos grupos sendo fortalecidos por ações coletivas de visibilidade.

As roupas folclóricas são utilizadas apenas nos momentos de apresentação, pois representam a cultura açoriana e as ilhas, seja enquanto um conjunto de signos e sinais diacríticos que compõem a tradição (re)inventada e (re)criada, seja na definição de formas de sociabilidade dos imigrantes, dos visitantes e demais apreciadores do grupo.

“Nosso grupo é composto de membros de todas as idades, onde o mais novo tem 2 aninhos (nosso mascote) e o mais experiente 80 anos. Na sua grande maioria filhos e netos de açorianos. Boa parte são jovens estudantes, e os mais antigos fazem parte do coral e tocata”. (PAES, 2018)

“Temos um grande problema onde já pude perceber em conversas com ensaiadores dos outros grupos açorianos pelo Brasil ser muito comum, onde os jovens não se interessam em continuar no grupo folclórico por ser um compromisso sério, (onde temos ensaios, apresentações, etc). Isso é uma grande dificuldade porque os jovens de 15 a 20 e poucos anos querem sua liberdade nos finais de semana (passear com amigos, festas em família, etc). Tentamos passar os ensaios que hoje acontecem aos domingos, para a semana (mas muitos estudam, trabalham e não deu certo, por isso voltamos aos domingos). Procuramos incentivar sempre a manter a tradição, mas é bem complicado. Todo final de mês fazemos uma festinha com os aniversariantes do mês, procuramos incentivar os componentes promovendo campeonato de baralho (sueca), vídeo game, etc.” (PAES, 2018).

Dessa relação, Cunha (1986: 99) define a cultura original de um grupo étnico, tanto nos processos da diáspora quanto em situações de interação e interrelação que *“(...) não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos”.*

Acredita ainda que *“(...) a cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos (...)”* (CUNHA, 1986: 99).

Essa idéia de manutenção do grupo requer ações de incentivo à participação, pois, os interesses do grupo são diluídos na essência do que realmente representa a música, a dança e os hábitos, valores e costumes do passado. Não há como garantir a continuidade do grupo com anseios e representações dos mais velhos, pois, o que foi vivido, sentido e experienciado, não fazem parte dos jovens descendentes, das imagens de um passado saudoso e reverenciado, mas das memórias e lembranças de seus antepassados que muitas vezes está num lugar de memória deles e somente deles. Essa referência corrobora com a idéia de que a cultura é plástica, não aceita formas de engessamento não se cristalizam em temporalidades e tão pouco é mantido de qualquer modo. As referências tendem a transformar-se, ou até mesmo a desaparecer, depende dos interesses e incentivos do próprio grupo.



NOTAS

(1) Esse trabalho faz parte das investigações sobre a Emigração Açoriana, um projeto de integração entre a Universidade dos Açores, a Direção Regional das Comunidades, Governo dos Açores e demais Instituições colaboradoras com a sistematização da História da Emigração Açoriana (HEA) no mundo.

(2) Esse trabalho faz parte das investigações sobre a Emigração Açoriana, um projeto de integração entre a Universidade dos Açores, a Direção Regional das Comunidades, Governo dos Açores e demais Instituições colaboradoras com a sistematização da História da Emigração Açoriana (HEA) no mundo.

(3) Esse grupo de imigrantes que criaram a Casa dos Açores de São Paulo vieram ao Brasil na década de 1950, momento desenvolvimentista de São Paulo e da industrialização, pela qual foram recrutados inúmeros imigrantes portugueses, espanhóis e italianos.

(4) O Cotonifício Guilherme Gorge foi a indústria que trouxe por meio de Cartas de Chamada, os açorianos para trabalharem e viverem no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, onde estava focalizada.

(5) São Paulo Turismo - Empresa de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo.

(6) Como mencionam Hobsbawn e Ranger (1997: 9), esses elementos recriados, *“(...) visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (...)”*.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, Elis Regina Barbosa - Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de Formação, Transformação e as Resignificações Culturais. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BARTH, Frederick - Grupos Étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, P. (ed.) Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BAUDRILLARD, Jean - O sistema de objetos. São Paulo: Perspetiva, 2008.

BOSCHILIA, Emilio Carlos - Grupos Folclóricos em Curitiba; Elementos de Identidade Imigrante: O Grupo Alma Lusa. Curitiba: Ed.do Autor, 2015.

BOURDIEU, Pierre - O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues - O que é folclore. Brasiliense, 1982.

CARA, Roberto Bustos - Patrimonialización de valores territoriales, turísticos, sistemas productivos y desarrollo local. In Aportes y transferencias. Mar del Plata: Universidade Nacional de Mar del Plata, v.8, n.2, 2004, p. 11-24.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE - Carta do Folclore Brasileiro. Salvador: CNF, 1995.

CARVALHO, José Jorge de - ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 14, vol.21 (1), (2010), p. 39-76.

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO - Fundação da Casa dos Açores de São Paulo, em Vila Carrão. Açor - Órgão Informativo da Casa dos Açores. Ano I, n.1. São Paulo, jun./jul. de 1987.



CLIFFORD, James - Colecionando arte e cultura. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994, p. 69-89.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE - Carta do Folclore Brasileiro. Salvador: CNF, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da - Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DEBORD, Guy - A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy - A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, Florestan - O folclore em questão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERNANDES, Florestan - O folclore em questão. São Paulo: Hucitec, 1978.

FORTES, Alexandre - Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo. Edição 10/11, Vol.6. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de - Presença Portuguesa em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, Memorial do Imigrante, 2006.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos - A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos - Ressonância, materialidade, subjetividade. As culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, (jan./jun. 2005), p. 15-36.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos - Antropologia dos objetos – coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

GULLAR, Ferreira - Cultura popular posta em questão . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GUILLAUME, Marc - A política do Patrimônio. Campo das Letras – Editores, S.A, 2003.

HALL, Stuart - A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Cultura, Mídia e Educação. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n.2, (jul./dez. 1997), p. 15-46.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence - A invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude - O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Laurent - Patrimônio imaterial e diversidade cultural – o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. Revista tempo brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 147, 2001, p. 23-27.

LIMA Rossini Tavares de - Abecê de folclore. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUCA, Tânia Regina de - As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo. In BONI, Luis A. de (org.) A Presença Italiana no Brasil. Vol.II. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

NOGUEIRA, Ana Maria de Mora - Como Nossos Pais - uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 1998.



OLIVEIRA, Lúcia Lippi - Cultura é Patrimônio – Um Guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRO, Xenardo - Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. ADRA nº2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, (2006), p. 23-41.

RICOUER, Paul - A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François [et al.]. 3. reimp. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

ROCHA, Gilmar - Cultura popular: do folclore ao patrimônio. Mediações. v. 14, n.1, (Jan/Jun. 2009), p. 218-236.

SCHARTZENBERG, Roger-Gérard - O estado espetáculo. São Paulo: Difel, 1978.

SEYFERTH, Giralda - Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Tomaz T. da. - A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz T. da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Roberto Ribeiro de - Representações geográficas de identidades: o caso das casas regionais de origem portuguesa no Rio de Janeiro-RJ. Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer - Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WAGNER, Roy - The invention of culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. [Em linha]. Estatuto da Casa dos Açores de São Paulo. In Estatutos Antigos. [Consultado em 13/04/2017] Disponível na [www: <URL:http://casasdosacores.org/casas-dos-acores/sao-paulo/>](http://casasdosacores.org/casas-dos-acores/sao-paulo/).

DEPOIMENTOS

MEDEIROS, Manuel de. [61 anos]. [junho de 2008]. ELIS REGINA BARBOSA ANGELO. São Paulo, São Paulo. 03/06/2008

ARRUDA, Antonio Tavares. [60 anos]. [Janeiro de 2018]. ELIS REGINA BARBOSA ANGELO. São Paulo, São Paulo. 21/01/2018.

PAES, Glauce. [23 anos]. [Janeiro de 2018]. ELIS REGINA BARBOSA ANGELO. São Paulo, São Paulo. 21/01/2018.

PLANEAMENTO DOS DESTINOS TURÍSTICOS

O CASO DA COVA DE IRIA, FÁTIMA

João Caldeira Heitor

Doutorando em Turismo na Universidade de Lisboa

jmcheitor@gmail.com



Planeamento dos Destinos Turísticos

O Caso da Cova de Iria, Fátima

João Caldeira Heitor

Historial do artigo:

Recebido a 20 de abril de 2018

Revisto a 30 de maio de 2018

Aceite a 04 de junho de 2018

Resumo

O turismo materializa-se com a deslocação das pessoas para um destino. Os locais de acolhimento requerem a devida planificação e estruturação, para corresponder à satisfação das necessidades dos turistas, equilibrando estas, com a devida preservação do elemento turístico distintivo que caracteriza o local. Nesse sentido analisaremos o planeamento territorial em torno da Cova de Iria, Fátima, ao longo dos últimos 100 anos, enquanto ferramenta estruturante da política de desenvolvimento turístico.

Palavras – chave: planeamento, território, Fátima, turismo.

ABSTRACT

PLANNING OF TOURIST DESTINATIONS. THE CASE OF COVA DE IRIA, FÁTIMA. Tourism materializes with the movement of people to a destination. The local host requires proper planning and structuring, to match to service the needs of tourists, balancing these with proper preservation of the distinctive tourist element that characterizes the place. In that sense we will analyze the land planning around Cova da Iria, Fatima, over the last 100 years, as a structuring tool tourism development policy.

Key-words: planning, territory, Fatima, tourism.



1. Introdução

Assumindo-se o turismo como uma alavanca para o desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade ou região, importa definir o respetivo planeamento territorial face às estruturas que o suportam, aos recursos disponibilizados, às relações políticas e às estratégias, enquanto ferramentas estruturantes de uma política de desenvolvimento sustentável.

O planeamento foi uma constante na história do Homem, preconizada por diversas civilizações e períodos, que perduram aos dias de hoje, por técnicas e métodos herdados, e através de diversos ícones espalhados pelo mundo (COSTA, 2003).

De acordo com Ruschmann (2008: 3) o planeamento *“(...) envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o aprovisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda aos seus desejos e necessidades (...)”*.

Beni (1997: 110) apresenta-o do ponto de vista governamental como *“(...) um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, e determina os recursos necessários à sua consecução (...)”*, tornando-o um processo contínuo, permanente e dinâmico.

O planeamento deve ser entendido como processo que define a estratégica para uma determinada área, de acordo com os objetivos da respetiva comunidade, implementado pela identificação de padrões preferenciais do uso do território e de estilos apropriados de desenvolvimento (DREDGE, 1999).

Mason (2003) defende que o planeamento pode ser usado em diferentes contextos geográficos e em diversas escalas. Ruschmann e Widmer (2000) vão mais longe ao sustentarem a tese de que este é fundamental para o desenvolvimento do turismo, garantindo o equilíbrio entre os recursos das regiões de acolhimento, evitando que altere ou prejudique a essência dos mesmos.

O turismo necessita de ser planeado visto ser um dos mais importantes agentes de mudança. Um planeamento dos espaços turísticos, estratégico, integrador, participativo e pluralista no sentido de envolver as dimensões sociais, económicas e físicas (GUNN, 1994).

A qualidade dos espaços turísticos está interligada ao ordenamento do território. Simultaneamente, a gestão do território enquanto responsabilidade das políticas públicas, condiciona e/ou projeta o desenvolvimento sustentável de cada espaço turístico.

Se o planeamento assumiu *“(...) um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o sector gera um largo espectro de impactos, mas também que pode ter um importante papel no crescimento e revitalização social e cultural (...)”*, importa ainda compreender os impactos que a ausência do mesmo provocou em alguns destinos (OMT, 2003: 215).

Carvalho (2009) relembra que no turismo, o planeamento é uma condição *“sine qua non”* para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade. Inskip (1991: 461) refere-se ao desenvolvimento sustentável como *“(...) uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras (...)”*. Beni (1997) reforça esta opinião afirmando que o turismo sustentável deve assegurar e garantir, para além da viabilidade económica, a identidade social, cultural e o ambiente do destino turístico.



Existindo diferentes tipos de planeamento turístico, a aplicação de cada um alterna consoante o país, a região ou localidade, estando ainda condicionado ao mercado turístico, aos recursos existentes e às políticas adotadas (INSKEEP, 1991).

Todavia, em Portugal, o desenvolvimento da conceção do planeamento e a sua aplicação no âmbito do turismo só se consolidou a partir da década de 60, do século XX, com alterações na prática do planeamento, associadas a importantes transformações nas formas de intervenção dos governos, ao nível da descentralização, planeamentos sectoriais e espaciais, criados para enquadrar o governo local e regional, face à crise financeira do Estado que reformulou as prioridades para as despesas públicas (DGOTDU, 1996).

Sendo o planeamento um *“instrumento do poder”*, como nos refere Vieira (2007: 29), não se compreende o alheamento do Estado, relativamente a este instrumento de gestão do território, até aos finais da década de 60, do século XX. Até porque os *“sujeitos”* do planeamento, definem, contextualizam, quantificam, orientam e projetam o futuro.

O planeamento regional e local, ao representar, cumulativamente, o rosto das políticas públicas, desempenha, adicionalmente, uma função de sustentabilidade económica, ambiental e de gestão do território. O crescimento do turismo e a capacidade de criar riqueza reforçam a importância do planeamento, a nível turístico, tendo ganho *“(…) ênfase fundamentalmente a partir da década de 80 (…)”* (HENRIQUES, 2003: 206).

Nesse sentido o surgimento do planeamento estratégico, resultou da necessidade de intervir diretamente sobre os planos sociais e económicos do desenvolvimento do território – urbano – melhorando a eficácia dessas intervenções e garantindo a articulação entre os respetivos responsáveis (BORJA, CASTELLS, 2000).

O presente trabalho incide sobre os instrumentos de planeamento e a gestão do território em Fátima, nos últimos 100 anos, face ao fenómeno ocorrido na Cova de Iria, em 1917, e ao desenvolvimento que esta localidade foi enfrentando. Analisaremos a ausência de planeamento, a aprovação planos que se tornaram ineficazes, a sobreposição de interesses e tutelas, a ausência de coordenação e de sensibilidade por parte das forças políticas e privadas, que condicionaram a qualidade do planeamento e gestão deste território.

Até que ponto existiu um desfasamento entre as opções urbanísticas, o desenvolvimento turístico e o ordenamento e a gestão do território? Presentemente, subsistem essas práticas ou já existe uma estratégia e prática coerente para a cidade e face à estratégia turística? Desde 1917 e até aos dias de hoje, quais foram os instrumentos de planeamento que contribuíram para o desenvolvimento e a afirmação dos espaços turísticos existentes em Fátima?

2.Os Santuários

Os santuários propiciam um *“(…) ambiente de recolhimento e de oração nos espaços ou zonas de silêncio, para cada um se encontrar consigo mesmo e com Deus (…)”*. Neste sentido, e sendo locais procurados pelos crentes e pelos não crentes, importa preservá-los enquanto espaços que apelam ao espírito e ao coração, tornando-os *“(…) casas de família, onde cada um que passe, ou se detenha, volte a encontrar o significado da existência, o gosto pela vida”*. Sobre este propósito importa recordar uma expressão de Paulo VI que definia o santuário como *“uma clínica espiritual que proporciona uma função terapêutica, acolhendo todos os seus visitantes de braços abertos”*. Na dialética da sociedade contemporânea, a importância da mensagem ligada à origem e à vida do santuário, evita as *“tendências apocalípticas e milenaristas (…)”*, permitindo aferir os sinais dos tempos e as necessidades das pessoas. Santuário de Fátima (2007: 96).



Desde a antiguidade que os santuários se afirmaram como locais de assistência e acolhimento dos mais necessitados. Junto a estes foram sendo construídos abrigos, hospitais, hospedaria a preços acessíveis e locais para acolher os peregrinos, assim como bibliotecas, centros de estudos, museus, seminários e outros edifícios de fomento religioso.

3.A Localização dos Santuários

A gênese e a evolução urbana de algumas localidades e espaços efetivou-se após a construção de um edifício religioso. De acordo com Santos (2006) a construção de um templo desencadeia a implementação de um povoamento que, posteriormente, dá lugar à constituição de aglomerados populacionais. Para esta autora, ao longo da História, podemos identificar várias cidades edificadas em torno de abadias, santuários, catedrais e outros locais de culto.

O local de origem da cidade de Fátima, na sua gênese, não teve em conta elementos geográficos ou climáticos. Ele local resultou de uma *“intervenção considerada sobrenatural”*, submissa a fatores religiosos, mas *“(…) cujo sítio é um escândalo geográfico”*, como nos referiu Deffontaines (1948: 149).

Efetivamente, o registo de fenómenos religiosos e a sua consequente afirmação com desenvolvimento de centros de peregrinação e de culto, não responde à proximidade de agregados populacionais, à existência de condições geográficas de excelência, nem à ligação a outras atividades do foro laboral ou ecuménico. Limita-se a seguir a fé e os fenómenos religiosos que movimentam o Homem.

Ambrósio (2000) refere que na construção destes territórios identificamos três estruturas: a igreja, os agentes económicos privados de âmbito turístico e a administração. Para este autor a igreja assume a responsabilidade de erigir os equipamentos religiosos e de salvaguardar a sua envolvente, que se assume como o centro nevrálgico, da localidade. Os agentes económicos privados de âmbito turístico disponibilizam ofertas para a procura, influenciando e condicionando o planeamento urbanístico. Por fim a administração tem a função de regular o território em termos urbanísticos, económicos, sociais e culturais.

Ao longo das décadas, os locais onde estão implementados santuários, como o de Fátima, sofreram intervenções que contribuiriam para a revalorização das áreas, a nível ambiental e urbanístico, com equipamentos complementares em termos turísticos ao nível da restauração, hotelaria, serviços e unidades museológicas que consolidam o fator da atratividade para os peregrinos e para os turistas.

De acordo com Ambrósio (2006: 105) que cita Nolan e Nolan (1989), conclui-se *“(…) que ao longo dos cerca de 2.000 anos da Era Cristã foram fundados (...)”*, só na Europa Ocidental *“mais de 6.000”* Santuários *“sendo mais de metade dedicados à Virgem”*.

4.Como Nasceu e Cresceu a Cova de Iria

A *“(…) Cova de Iria não era mais do que um lugarejo praticamente desabitado, de todo inóspito à data das aparições (...)”*. Um, dos muitos que pertenciam à freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém e que se encontrava *“(…) perdido no meio da serra, apenas vivificado nos aniversários das aparições pelas multidões de crentes (...)”*, que *“(…) foi ganhando vida e a população residente aumentando até se converter naquilo que é hoje (...)”*. A construção de algumas *“(…) casas de pedra e cal e muitas barracas de madeira (...)”*, sem regras, foram sendo demolidas à medida que



aumentavam as necessidades, mesmo com as indefinições da própria igreja católica (MARTINS, 2001: 11).

Relativamente a esta questão Oliveira (1992) relembra os treze anos que as autoridades eclesíásticas demoraram para se pronunciarem relativamente à veracidade das aparições, permitindo o culto oficial a Nossa Senhora de Fátima.

Oliveira (1992) destaca a planta cadastral da Cova de Iria, em 1917, onde facilmente se identifica a depressão topográfica (cova) que deu origem ao nome deste lugar e para onde os pastorinhos levavam as ovelhas a pastar.



Figura 1. Cova de Iria (Outubro 1927. Fonte: Foto Beleza)
Figure 1. Cova de Iria (October 1927. Source: Beleza's photo)

Após as aparições de 1917 e do denominado “*Milagre do Sol*”, o território que constitui o atual recinto do Santuário de Fátima passou a ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento de seis grandes peregrinações anuais. Em Santuário de Fátima (2007), Corsépius refere que nesse sentido, o planeamento e as construções adjacentes que foram sendo desenvolvidas visaram o afluxo de milhares de pessoas, num espaço amplo e aberto, com visibilidade, de entrada e saída rápida, proporcionando, simultaneamente, um ambiente de recolhimento pessoal. Na opinião deste arquiteto, responsável pelo Serviço de Ambiente e Construções do Santuário de Fátima entre 1974 e 2009, ao longo dos anos, e em todas as intervenções realizadas no recinto do santuário e na sua envolvente procurou-se a conceção de espaços que proporcionassem comodidade, mantendo o carácter de austeridade patente na “*Mensagem de Fátima*”. Paralelamente, e desde o início da delimitação do recinto do santuário, procedeu-se à plantação de árvores e à criação de zonas verdes que propiciassem a oração, estabelecendo a fronteira entre o sagrado e o profano.

O desejo de aumentar a zona verde e a expansão do recinto do santuário levou os responsáveis da diocese a adquirir vários terrenos a sul deste, garantindo a ligação aos Valinhos e a Aljustrel, preservando a identidade natural e característica do caminho que os videntes percorriam entre a sua aldeia e o local das aparições. Mesmo sem o aval das altas autoridades eclesíásticas nacionais, em torno do culto a Nossa Senhora de Fátima, os milhares de crentes que ali se deslocavam obrigaram a que os responsáveis regionais iniciassem o pedido de elaboração dos primeiros planos de ordenamento.

Ainda que Fátima tenha adquirido uma malha urbana desregulada, sem infraestruturas que respondessem às necessidades dos residentes e dos visitantes em dias de peregrinação, com o constante incremento demográfico da população fixa, foi elevada à categoria de Vila, em 1977, contemplando ainda as povoações de Aljustrel, Lomba D' Égua e Moita. Com o desenvolvimento deste espaço turístico, de dimensão nacional e internacional, visitada por milhões de pessoas todos os anos, a Vila de Fátima alcançou com naturalidade a categoria de cidade a 4 de junho de 1997.

5.0 Planeamento e Gestão Urbanística em Fátima

Com o afluxo de milhares de pessoas ao local se referiram terem ocorrido as aparições começaram a surgir algumas construções de barracas para a venda de artigos religiosos e outro comércio. De acordo com Oliveira (1990) a Cova de Iria recebeu a primeira família em 1922. José Pereira, habitante do lugar da Lomba, da freguesia de Fátima, casado com Teresa de Jesus (irmã da vidente Lúcia), construiu a sua casa, com uma padaria e espaço para venda de bebidas. Seguiu-se a Casa do Capelão (1923), o muro que demarcou o recinto do santuário e os portões em ferro (1923/1924), a edificação da Capela das Confissões (1926) e a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário (1928), mesmo sem o aguardado reconhecimento de Roma, que só chegou em 1930. A construção do hospital e do pavilhão para os doentes assistirem às celebrações só se concretizou em 1934, concluindo-se, com estas edificações, um conjunto de repostas de apoio aos peregrinos.

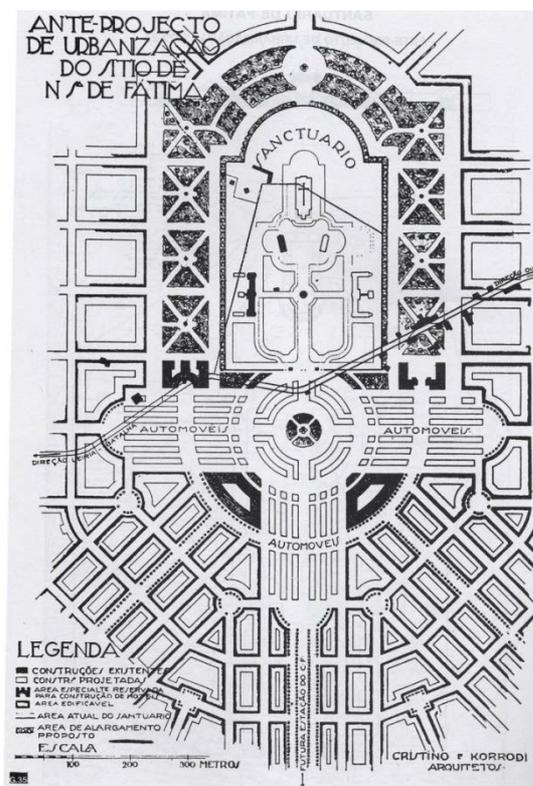


Figura 2. Ante Projeto da autoria dos Arquitetos Cristino da Silva e Ernesto Korrodi (Expansão Urbanística de Fátima. Fonte: EXPOFAT 1917-1985)

Figure 2. Ante Project designed by the architects Cristino da Silva and Ernesto Korrodi (Urban Expansion of Fatima. Source: EXPOFAT 1917-1985)

Ao longo dos anos foram desenvolvidos vários projetos de urbanização. Todavia, e sem encontrarmos uma justificação plausível, a esmagadora maioria não foram aprovados e/ou implementados. De acordo com o quadro 1, até 1956, os seis planos elaborados direcionavam-se para o arranjo do santuário que, ao longo dos anos se vinha consolidando, assim como toda a área envolvente, face às linhas e arquiteturas definidas desde o início da sua delimitação. No **quadro 1**, elaborado por Santos (2006: 378) são elencados todos os projetos não aprovados, revelando que, desde o início, existiu uma preocupação na definição de mecanismos de planeamento e gestão para Fátima.

Ano	Nome	Autor	Objectivo	Fonte
1922-1923	Anteprojecto de Urbanização	Desconhecido	Ordenamento apenas do recinto do santuário (limitado ainda pela antiga Estrada Distrital)	Oliveira (1970) Corsépius (1992)
1929	Anteprojecto de Urbanização do sítio de Nossa Senhora de Fátima	Arquitectos Cristino da Silva e Ernesto Korrodi	Recinto e área envolvente (estacionamentos, hotéis, etc.)	Oliveira (1970) Corsépius (1992) Lôbo (1995)
	Projeto de Urbanização dos arredores da Cova de Iria – Fátima	Arquitectos José Lima Franco e João António de Aguiar	Planta de pavimentos e arborização para desenvolvimento do plano anterior	Oliveira (1970) Corsépius (1992) Lôbo (1995)
1923-1933	Anteprojecto de Urbanização	Desconhecido	Recinto do santuário e seu enquadramento em termos mais marcadamente urbanos	Oliveira (1970) Corsépius (1992)
1935	Anteprojecto de Urbanização da Cova de Iria	Arquitecto João Antunes	Recinto do santuário (previa a deslocação da Capelinha das Aparições)	Oliveira (1970) Corsépius (1992)
1946	Projecto de Urbanização da Cova da Iria – Fátima	Arquitecto João Antunes	Recinto do santuário e área envolvente (construção da via sacra por trás da basílica e de dois hotéis)	Oliveira (1970) Corsépius (1992)
1953	Urbanização de Fátima	Arquitecto Ernâni Nunes	Estudo urbanístico no seguimento do Decreto-Lei n.º 37008	Xavier (1992)



Ano	Nome	Autor	Objectivo	Fonte
1979 (posto de parte em 1993)	Plano de Urbanização	Gabinete do Arquitecto Carlos Ramos	Revisão do plano de 1959, apontando para o desenvolvimento urbano do aglomerado e propondo medidas cautelares para a área do plano	Corsépius (1992)

Quadro 1. Projetos de urbanização não aprovados. **Fonte:** Santos (2006: 378, quadro 5.7)

Table 1. Urbanization projects not approved. **Source:** Santos (2006: 378, table 5.7)

Santos (2006: 379) destaca as funcionalidades definidas nestes planos em torno das respostas e às “(...) *necessidades dos peregrinos: estacionamento, higiene, alojamento, acessos, espaços ajardinados, para além do ordenamento do equipamento religioso existente e previsto (...)*”. No estudo desta autora compreende-se o esforço realizado nos planos de 1953 e de 1979 em torno do ordenamento das construções já existentes, com o sentido de os “*disciplinar*”. Aliás, é na sequência do plano de 1953 que é definida uma área mais abrangente, alargada a Fátima e aos respetivos lugares adjacentes, contemplada no plano de 1979.

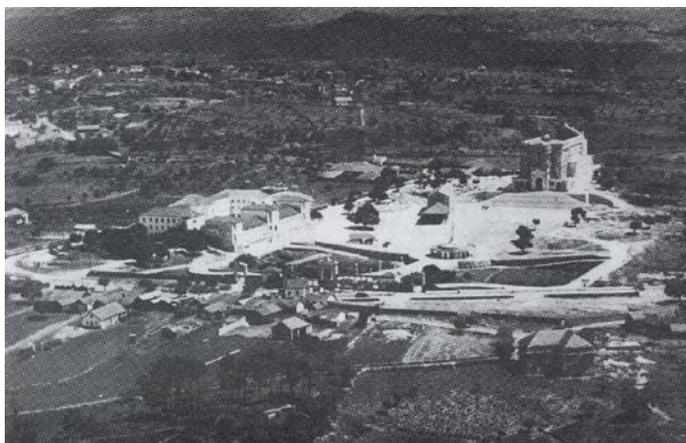


Figura 3. Cova da Iria (1938. Expansão Urbanística de Fátima. **Fonte:** EXPOFAT 1917-1985)

Figure 3. Cova da Iria (1938. Urban Expansion of Fátima. **Source:** EXPOFAT 1917-1985)

Já Martins (2001) identifica dois momentos distintos no crescimento de Fátima. O primeiro decorreu entre 1917 e até à visita do Papa, em 1967. Para este autor a primeira fase, compreendida entre 1917 e 1967, caracterizou-se pelo aparecimento de casas com cafés, casas de pasto e quartos como resposta às necessidades das grandes multidões que ali passaram a afluír. Simultaneamente, a separação entre o sagrado e o profano ocorreu com a delimitação da área do santuário e a construção da Basílica de Nossa Senhora do Rosário. Na segunda fase, entre 1967 e o ano de 2000, ocorreu um *boom* em termos de crescimento geral, incidido nas áreas da construção civil, da oferta

diversificada de estabelecimentos comerciais e na consolidação da construção de estruturas dedicadas ao culto religioso, através de congregações diversas.



Figura 4. PU da autoria do Arquitecto Carlos Ramos. **Fonte:** (1979. Expansão Urbanística de Fátima. EXPOFAT 1917-1985)

Figure 4. PU designed by the architect Carlos Ramos. **Source:** (1979. Urban Expansion Fátima. EXPOFAT 1917-1985)

Em Santuário de Fátima (2007: 50-51), Catarino refere que o contexto político-territorial em que ocorrem as aparições, num local despovoado, desde o início concentrou algumas preocupações por parte do poder político. Todavia, esse poder encontrava-se centralizado em Lisboa. Os municípios não “dispunham de competência técnica”, nem de “capacidade ao nível do planeamento”, tendo sido este o cenário em que ocorreu “o nascimento e a evolução da Cova de Iria”. Este autor assume que “até 1995” apenas ocorreram “diversas tentativas de planeamento” e nunca “verdadeiros instrumentos de planeamento eficazes do ponto de vista prático e legal”. A sustentar esta teoria recorda que “aquele que era supostamente o primeiro plano de urbanização eficaz, de 1958/1959” nunca se efetivou, pelo respetivo regulamento nunca ter sido publicado. Efetivamente, o Plano de Urbanização de 1959 só foi publicado quarenta e quatro anos depois da sua elaboração, em 2003.

Para além do “fenómeno religioso que fundou” Fátima, o “processo da sua consolidação enquanto centro urbano foi relativamente célere”, na opinião de Santos (2006: 374), conduziu a uma construção de livre-arbítrio, sem o devido planeamento urbanístico.

Ambrósio (2000: 174) relembra que o “(...) Santuário teve, mesmo, uma missão pioneira, quando nos anos 60, sensibilizou a população para não construir na área que engloba a via-sacra (...)”, tendo em conta que as construções se espalhavam pelo território, sem qualquer tipo de ordenamento.

Com o afluxo de milhares de pessoas a Fátima, em 1939, o então Bispo de Leiria, em declarações a um jornalista do Jornal de Notícias, de 2 de junho, manifestava uma preocupação face à ausência de planeamento urbanístico que desde o início caracterizou esta localidade. Vinte e dois anos depois das aparições o bispo afirmou, perentoriamente, “Estão-se construindo as casas perfeitamente ad libitum. Amanhã será difícil dar a isto uma orientação definida e metódica (...) Que se aprove depressa um plano de urbanização e tudo marchará bem (...)” (Santos, 2006: 377).

Os instrumentos de planeamento urbanístico aprovados não acompanharam o crescimento de Fátima. No **quadro 2.** elencamos os planos aprovados e implementados nesta localidade até à presente data.

Ano	Nome	Autor	Objectivo	Vigência	Fonte/diploma de aprovação
1948	Zona de protecção do Santuário de Fátima	Arquitecto Cotineli Telmo	<i>“Arranjo urbanístico da zona do Santuário”, dotando este “e as suas imediações com os requisitos indispensáveis à sua dignidade”</i>	1948 - 1959	Decreto-Lei n.º 37008 de 11/08/1948
1959	Anteplano de Urbanização de Fátima	Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Arquitecto Luís Xavier	<i>“... todo o plano se orientou no sentido de procurar soluções adequadas (...) acolhimento, movimentação e concentração de grandes massas populacionais, nomeadamente nas grandes peregrinações anuais”.</i>	1959 - 1995	Xavier (1992)
1995	Plano Geral de Urbanização de Fátima	FONDA, Sociedade de Estudos e Investimentos de Engenharia.	<i>“Harmonizar um aglomerado urbano de certa vitalidade que procura desenvolver-se junto ao Santuário, com o conjunto de espaços sagrados objeto de peregrinação (...) recorrendo a um planeamento integrado”.</i>	1995 - 2002	Portaria n.º 633/95 de 21/06 (DR – I Série B, n.º 141)
2002	Plano de Urbanização de Fátima	Terraforma, Sociedade de Estudos e Projectos, Lda.	<i>“... ajustar e desenvolver soluções urbanísticas e regras que a implementação do plano em vigor revelou necessárias para tornar o Plano revisto mais adequado à realidade e tornar a gestão urbanística mais operativa”.</i>	2002 – revisto em 2009	Resolução do Conselho de Ministros n.º 148 – B / 2002, de 30/12 (DR – I Série – B n.º 301)
2005	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Fátima	SRU Fátima e Município de Ourém	<i>“Classificar como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o perímetro urbano da cidade de Fátima, delimitado pelo Plano de Urbanização de Fátima (revisão)... possibilitar a célere intervenção da Câmara na reabilitação e renovação urbana da área em causa, para inverter as deficientes condições urbanísticas”.</i>	2005	Decreto n.º 20/2005, de 7 de Setembro.



Ano	Nome	Autor	Objectivo	Vigência	Fonte/diploma de aprovação
2008	Ação Integrada de Valorização Urbana – Fátima 2017	Parque Expo'98	<i>“Requalificar o espaço urbano, na óptica do bem-estar e qualidade de vida da população residente, e na defesa da imagem de Fátima, enquanto destino de turismo religioso de importância nacional”.</i>	2008 - 2016	Parque Expo'98 - 2008
2009	Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII	Terraforma a, Sociedade de Estudos e Projectos.	<i>“Estabelecer as normas urbanísticas e de desenho urbano que irão regulamentar e disciplinar a ocupação do solo, a infra-estruturação, a edificação, o espaço público e a sua articulação com o existente e o proposto. O Plano enquadra todas as operações urbanísticas e tem em conta o Plano de Urbanização em vigor”.</i>	2009	Publicado na IIª Série do DR nº 172, de 4 de setembro de 2009, através do Aviso n.º 15622/2009
2012	Conversão da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Fátima em Área de Reabilitação Urbana	Município de Ourém	<i>“... melhorar a imagem urbana desqualificada, associada à cidade, assegurando o bom ordenamento... dotar a envolvente do Santuário de condições, em termos de infraestruturas, estacionamento automóvel, equipamentos sociais, de espaços verdes e de áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer... possibilitar a intervenção Municipal, em termos de reabilitação e renovação urbanas da área, de modo a inverter as deficientes condições urbanísticas existentes”</i>	2012-2027	Assembleia Municipal 22 de dezembro de 2011, à luz do n.º2 do art.º 78.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro.

Quadro 2. Projetos de urbanização aprovados. **Fonte:** Elaboração própria a partir de Santos (2006: 381, quadro 5.8).

Table 2. Urbanization projects approved. **Source:** Drawn up from Santos (2006: 381, table 5.8).

O decreto-lei n.º 37.008 de 11 de agosto de 1948 assumiu-se como um instrumento de correção, proteção e crescimento em torno do santuário e da sua envolvente ao nível da rede viária, circulação



automóvel, parques de estacionamento e da consolidação do próprio recinto. Trinta e um anos após as aparições, com o afluxo de milhares de pessoas e com o avanço descontrolado de construções comerciais, hoteleiras e habitacionais, este decreto-lei permitiu salvaguardar a envolvente do Santuário de Fátima e a sua expansão para sul, em direção aos Valinhos e a Aljustrel.

O Plano Geral de Urbanização de Fátima, de 1995, foi o primeiro instrumento de planeamento do território dirigido para a harmonização do tecido urbano em torno do santuário, estabelecendo um planeamento integrado com o seu recinto.

Em 2002, volvidos somente sete anos após a implementação do Plano Geral de Urbanização, foi necessário desenvolver um Plano de Urbanização que garantisse o ajustamento e a obtenção de soluções ajustadas à realidade, concretizando, efetivamente, uma gestão urbanística.

Até 1995 todos os planos aprovados e implementados (1948 e 1959), apenas se centraram na criação da zona de proteção do santuário, sendo que o segundo contribuiu, simultaneamente, para garantir o acolhimento, a movimentação e a concentração de um elevado número de visitantes nas grandes peregrinações anuais.

O plano de 1948 consagrou a rede viária estabelecida entre duas rotundas: da Nossa Senhora da Encarnação e de Santa Teresa de Ourém – conhecidas como Rotundas Norte e Sul, respetivamente.

Todas as restantes vias de comunicação e outros equipamentos públicos e privados de cariz religioso foram projetados tendo em conta esta zona de proteção.

O Plano da Zona de Proteção do Santuário de Fátima, consagrado no decreto-lei n. 37008 de 11/08/1948 teve como principal função, para além da proteção do recinto religioso, a criação de condições para a fluidez da circulação automóvel nos dias de grande afluência, com a criação de um *“anel viário de forma elipsoidal”* que se revelou fundamental para o desenvolvimento de Fátima, em termos urbanísticos e viários até aos dias de hoje. A *“(…) antiga Estrada Distrital ou EN 356 (que passava a sul do Santuário é claramente subalternizada em favor das novas variantes …)”* (Santos, 2006: 382).

Com a construção da igreja da Santíssima Trindade ao fundo do recinto do santuário, em 2007, e com a requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva (EN 356), em 2013, a supressão da via e a passagem desta para o subsolo, através da construção de um túnel, concretizou-se a expansão do recinto do Santuário de Fátima que havia sido prevista no diploma de 1948. Nesse sentido, só sessenta e cinco anos depois se cumpriu um dos desígnios do primeiro plano aprovado para Fátima.

Lôbo (1995) refere que o plano do arquitecto Cotinelli Telmo, de 1948, apesar de visar a proteção do santuário e das áreas contíguas, também contemplava a existência de unidades de acolhimento dos peregrinos que nos dias de romaria invadiam o recinto e a sua envolvente.

O antepiano de Urbanização de Fátima, de 1959, na opinião do seu autor, Xavier (1992), marcou profundamente Fátima. Uma opinião que já havia sido defendida por Oliveira (1970: 24) que afirmou *“(…) tal como a encontramos hoje, tanto no arranjo do Santuário como no aglomerado urbano, «nasceu» dos traços, dos riscos delineados e programados pelo urbanista Luís Xavier …)”*.



Figura 6. Cova da Iria. Fonte: (1985. Expansão Urbanística de Fátima. EXPOFAT 1917-1985)

Figure 6. Cova da Iria. Source: (1985. Urban Expansion of Fátima. EXPOFAT 1917-1985)

Na década de 90 registou-se um crescimento urbano desregulado, com a complacência da Câmara de Ourém, provocando, segundo Xavier (1992: 176) *“(...) alterações, por vezes profundas, das disposições previstas no plano de urbanização e que prejudicaram e deturparam o desenvolvimento urbanístico organizado num estudo de conjunto como é um plano de urbanização (...)”*.

Com a elaboração e aprovação do Plano Geral de Urbanização de Fátima, em 1995, é identificada como prioridade em termos urbanísticos para Fátima *“(...) um ambiente tranquilo propício ao desenrolar das atividades religiosas e de meditação, um meio exíguo e objeto de grande surto construtivo, isto é, como harmonizar um aglomerado urbano de certa vitalidade que procura desenvolver-se junto no Santuário, com o conjunto de espaços sagrados objeto de peregrinação (...)”* (FONDA, 1991: 22).

Com a construção da autoestrada Lisboa-Porto – A1 – em 1991, Fátima ganhou uma nova centralidade. A existência somente de estradas regionais e nacionais limitava a vinda de milhares de pessoas de outras zonas do país. Com esta estrutura rodoviária, e com o incremento do uso do automóvel e do autocarro, Fátima reforçou-se para o seu desenvolvimento turístico.

O Plano de Urbanização que entrou em vigor em 1995, e que havia demorado dez anos a concretizar foi imediatamente revisto, no mesmo ano, por possuir diversas desconformidades urbanísticas. Entre 1995 e até 2003, decorreram oito anos em que a pressão urbanística não abrandou, mesmo com um plano em vigor e que exigia ser cumprido. As irregularidades persistiram e só a partir de 2003 se procedeu ao início da regularização dos estabelecimentos hoteleiros ilegais que foram sendo construídos desde 1958, sem a devida fiscalização por parte dos poderes locais e nacionais.

Em finais dos anos 90, do século XX, com a problemática delimitação da Rede Ecológica Nacional (REN) junto do aglomerado de Fátima, que inviabilizava qualquer crescimento e mesmo a legalização de construções, iniciou-se a Revisão do Plano de Urbanização. Procurou-se um equilíbrio entre as necessidades de expansão do aglomerado e a posição dos organismos centrais, em especial no que respeita à delimitação da REN. A ratificação do Plano de Urbanização só foi possível no final de 2002, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 148-B/2002 de 30 de Dezembro.

Todavia, e tendo somente sido definidas estas estruturas, a ausência de instrumentos de regulação urbanística conduziram a um descontrolo urbanístico em Fátima, com uma pressão muito forte na

envolvente direta do recinto do Santuário a Norte, Este e a Oeste, deste. Num raio de aproximadamente 200 metros, identificamos equipamentos hoteleiros, restauração, comércio, serviços e estruturas de cariz religioso. Paralelamente, distinguimos duas zonas diretamente relacionadas com o tipo de usos predominantes: a norte da Avenida D. José Alves Correia da Silva, a maioria dos edifícios são de usos mistos, turismo, serviços e habitações com maiores dimensões e até uma altura que chega aos quatro pisos. A outra zona situa-se a poente da Avenida Papa João XXIII, com habitações unifamiliares ou bifamiliares isoladas, de menores dimensões, de um a dois pisos e inseridas em parcelas cadastrais de dimensão superior.

6. A Requalificação de Fátima no Século XXI

Olhando para o mapa da cidade de Fátima identificamos que o Plano de 2003 procurou estabelecer limites para áreas de intervenção. Há um aglomerado urbano conhecido como “Fátima Velha” que, ao longo dos anos, não sofreu fortes pressões urbanísticas. Já Fátima, refém do Decreto-Lei 37.008 de 1948, ficou condicionada aos limites de proteção do santuário e aos instrumentos de planeamento da rede viária que, somente, definiram as ruas, as rotundas. Estas vias foram-se consolidando, formando, mais tarde, um anel através da Avenida Beato Nuno e João XXII, assegurando, presentemente, a circulação do tráfego.

O projeto de requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva teve na sua génese o programa conjunto do Santuário de Nossa Senhora de Fátima e da Câmara Municipal de Ourém. Projeto esse que resultou do levantamento, análise e diagnóstico efetuados numa fase preliminar, em 2001, e do estudo-prévio, realizado em 2003. Da autoria do gabinete José Lamas e Associados, esta intervenção consistiu no desnivelamento no cruzamento com a nova igreja, a sistematização do tráfego, todo o arranjo urbano, no sentido inverso daquele que, descontroladamente, havia sido prática recente. Para além destas a intervenção centrou-se na requalificação das infraestruturas viárias existentes, na redução do trânsito, no alargamento dos passeios, na repavimentação e arborização da área, na construção de uma ciclovia, e na colocação de uma nova iluminação e imagem urbana.

Com a conclusão da Igreja da Santíssima Trindade a configuração do santuário e da cidade alterou-se, exigindo um novo enquadramento e apoio nos acessos e espaços públicos. Respondendo a estes desideratos e através da requalificação da avenida criaram-se condições para a existência de uma nova praça, a sul da nova igreja, assim como a construção de um grande percurso pedonal estruturador para toda a cidade.

O desnivelamento da avenida no topo sul do santuário permitiu a apropriação de mais espaço para os peões, enquanto que na zona subterrânea o tráfego passou a processar-se com mais segurança. As ações realizadas no âmbito da requalificação da zona envolvente à nova igreja, que posteriormente foi consagrada como basílica, envolveram três partes integrantes: a requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva, nos troços Norte e Sul; a obra do túnel – passagem desnivelada; e os arruamentos laterais nas ruas Cónego Formigão e João Paulo II.





Figura 7. Passagem desnivelada Avenida D. José Alves Correia da Silva. **Fonte:** (SRU Fátima)
Figure 7. Passage uneven Avenue José Alves Correia da Silva. **Source:** (SRU Fátima)

A passagem desnivelada sob a Avenida D. José Alves Correia da Silva teve o duplo propósito de enquadrar e libertar o espaço à superfície, assim como permitir através do subsolo o acesso à Basílica da Santíssima Trindade. Esta infraestrutura assume-se como uma obra de arte/arquitetura no subsolo do espaço urbano, com entradas de luz e uma grande janela lateral aberta a sul situada no centro da composição, destacando-se o aproveitamento da natureza do subsolo, em rocha, visível.

A natureza deste projeto, de grande complexidade e ambição para Fátima, valorizou a existência de uma via estruturante da cidade, permitindo o tráfego automóvel e um novo percurso adaptado à circulação de um grande número de peões. A diminuição da intensidade e velocidade do tráfego assumiu-se como um dos objetivos a atingir, sugerindo uma diminuição do perfil transversal da avenida. O estacionamento passou a ter um carácter meramente urbano destinado a residentes e utilizadores de equipamentos ou serviços, deixando para outras zonas o estacionamento gerado nos dias das grandes peregrinações.



Figura 8. Requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva. **Fonte:** (SRU Fátima)
Figure 8. Redevelopment of the Avenue José Alves Correia da Silva. **Source:** (SRU Fátima)

Preconizaram-se generosas alamedas pedonais, mantendo-se os dois eixos e a arborização existente. A avenida passou a ter um perfil que reforça o carácter de alameda passando dos vinte e sete para os cinquenta e quatro metros de largura. A área de intervenção, compreendida entre a Rotunda Norte e Rotunda Sul passou a ter uma extensão aproximada de dois mil metros, dos quais quinhentos representam o troço da passagem desnivelada.

Para norte e nascente a área de intervenção alargou-se ao longo das Ruas Cónego Formigão e Papa João Paulo II numa extensão de 350 a 400 metros. A intervenção nestes arruamentos seguiu a mesma ideia preconizada na Avenida D. José Alves Correia da Silva, valorizando e qualificando as áreas pedonais, recolocando o estacionamento somente do lado interior (santuário), com exceção da tomada e largada de pessoas nas unidades hoteleiras existentes e ainda, um alinhamento de árvores para ensombramento.

7. O Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII

Com a construção da igreja da Santíssima Trindade por parte do Santuário de Fátima, o Município de Ourém procedeu à preparação da requalificação urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva. Porém, e face à complexidade desta intervenção, a autarquia decidiu proceder ao desenvolvimento de um Plano de Pormenor que abrangesse a área em redor da nova igreja (entre as ruas Papa João Paulo II e Pe. Manuel Nunes Formigão), entre as avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva, e ainda uma faixa a noroeste da Av. Papa João XXIII, até aos acessos à autoestrada A1.

Esta decisão foi motivada pela necessidade de assegurar o ordenamento desta área da cidade, ao nível das estruturas pedonais, viárias, acessos rodoviários, áreas de estacionamento e de espaços públicos.

O Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII (PPAPJ) foi aprovado a 23 de julho de 2002 e posteriormente publicado em Diário da República através do Aviso n.º 464/2003, de 23 de Janeiro. Todavia, os processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial fizeram com que este plano de pormenor só fosse publicado em Diário da República a 4 de setembro de 2009, através do Aviso n.º 15622/2009. Ou seja, sete anos e dois meses depois de ter sido identificado como prioritário, pelas autoridades municipais.

8. Acção Integrada de Valorização Urbana – Fátima 2017

A empresa Parque EXPO desenvolveu entre 2007 e 2008 um plano operacional para a cidade de Fátima, definindo a orientação estratégica deste território, mantendo a sua identidade e simbolismo, consolidando e articulando os núcleos urbanos existentes, reforçando a coesão territorial, num quadro de multifuncionalidade e diversidade indutor de competitividade e sustentabilidade do território.

Para implementar esta estratégia a PARQUEXPO (2009: 76-77) defendeu que tinham de se implementar sete objetivos estratégicos específicos:

- *Preparar a cidade para as comemorações do centenário de Fátima em 2017, nomeadamente qualificando-a do ponto de vista urbano;*
- *Criar condições para potenciar a harmonização entre as dinâmicas de uma cidade de pequena dimensão e de um pólo central do mundo católico;*
- *Consolidar e valorizar os diferentes núcleos urbanos, criando uma rede articulada e tendencialmente contínua de bairros, assente nos pequenos aglomerados pré-existentes;*
- *Valorizar as características naturais e paisagísticas, utilizando este vector como forma de unificação do território;*
- *Aumentar a qualidade de vida dos residentes e criar condições para a manutenção do crescimento populacional que até aqui se tem observado;*
- *Apostar no desenvolvimento de atividades de turismo e lazer, em respeito com a especificidade religiosa da cidade, tendo a preocupação de aumentar a duração das estadias dos turistas;*
- *Renovar o modelo de crescimento económico, apostando na diversificação da estrutura económica da cidade, valorizando os recursos endógenos (físicos e humanos) e a inovação.*

A concretização desta estratégia passou pela realização de um conjunto de ações direcionadas para o território, assentes na requalificação do “(...) tecido urbano, preservando e valorizando os locais e elementos de exceção e identidade da cidade, e regenerando e expandindo o espaço público e



a estrutura verde, enquanto componentes unificadores (...) e ainda a reorientação do “(...) crescimento da cidade na direção Aljustrel/Fátima Sede, através de uma malha coesa que articule e valorize os núcleos existentes, colmatando ruturas e descontinuidades da rede urbana, abrindo novas vias e formalizando as existentes como artérias urbanas, e implementando ocupações capazes de gerar novas dinâmicas.” Para concretizar estas ações importa ainda desenvolver algumas das ações que foram orientadas para a intervenção física sobre o território e a implementação de instrumentos regulamentares e de gestão.

9. A Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Fátima

Em 2005, através da Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima (SRU Fátima), o Município de Ourém apresentou ao governo o documento para constituição da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) para a mesma área do PPAPJ cuja proposta se encontrava em fase de elaboração. Esta iniciativa da autarquia pretendia reforçar a capacidade de concretização dos objetivos apresentados para a elaboração do PPAPJ, nomeadamente:

- *Contribuir para melhorar a imagem urbana desqualificada, associada a Fátima;*
- *Dotar a envolvente da Igreja da Santíssima Trindade com estruturas que suportem os afluxos rodoviários e de estacionamento automóvel, assim como a criação de equipamentos sociais, de espaços verdes e de áreas livres que permitissem a circulação, o descanso e o lazer;*
- *Possibilitar a celeridade da intervenção da Câmara Municipal em termos de reabilitação e renovação urbanas da área, de modo a inverter as deficientes condições urbanísticas existentes.*

Estas pretensões foram aceites pelo governo, tendo sido aprovada a criação da ACRRU de Fátima com a publicação do Decreto n.º 20/2005, de 7 de Setembro.

10. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Aru de Fátima: Conversão da ACRRU em ARU

Com o crescimento célere de Fátima, no início do século XXI registavam-se mais de 8 mil habitantes e cinco milhões de visitantes anuais. Esta densidade populacional e de fluxos temporais ocorre numa pequena cidade, limitada às infraestruturas existentes com os correspondentes desequilíbrios urbanos e territoriais.

Fátima expandiu-se até às várias aldeias existentes na sua envolvente, sem a devida articulação, com lacunas urbanas, sem diversidade funcional dos espaços públicos e de equipamentos e infraestruturas. Nesse sentido houve necessidade de desenvolver operações para possibilitar o reforço e consolidação do tecido urbano, contribuindo para o equilíbrio entre os espaços públicos, o tráfego e estacionamento e as infraestruturas.

Apresentando um programa estratégico de reabilitação urbana, converteu-se a ACRRU em Área de Reabilitação Urbana (ARU), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 307/09, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana.

Ao estabelecer-se a delimitação da ARU coincidente com a ACRRU de Fátima, definiu-se uma intervenção integrada de reabilitação urbana, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a

requalificação e a revitalização do tecido urbano, associadas a um programa de investimento público, conforme estipulado no Decreto-lei n.º 307/2009, publicado no Diário da República. 1.ª Série 206 (23-10-09).

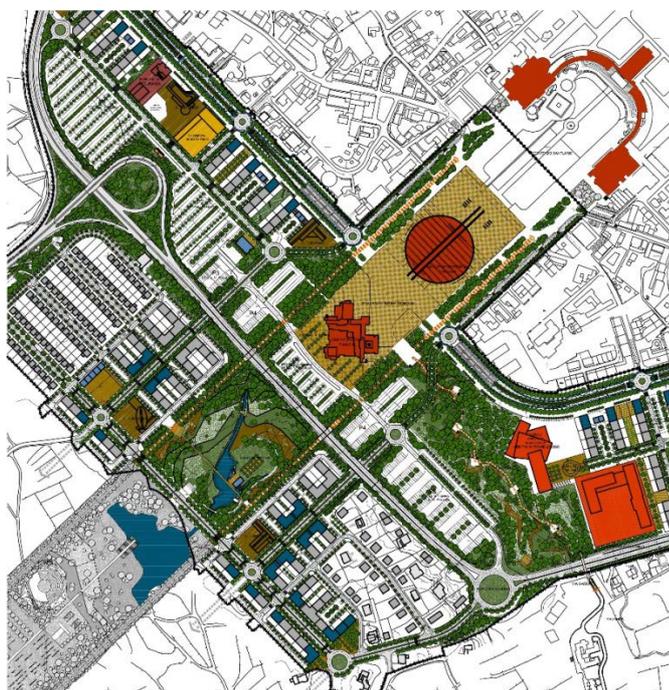


Figura 9. Parque Central e Alamedas Pedonais. Fonte: (PPAPJ)

Figure 9. Central Park and Pedestrian Malls. Source: (PPAPJ)

Tendo como base os antecedentes que o Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII e a ACRRU de Fátima constituíam, bem como a estratégia global definida para a cidade, foram fixados como objetivos para a ARU de Fátima:

- *Contribuir para melhorar a imagem urbana desqualificada, associada à cidade, assegurando o bom ordenamento desta área;*
- *Dotar a envolvente do Santuário de Fátima de condições, quer em matéria das infraestruturas, quer no que respeita às necessidades em termos de estacionamento automóvel, equipamentos sociais, de espaços verdes e de áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer;*
- *Possibilitar a intervenção Municipal, em termos de reabilitação e renovação urbanas da área, de modo a inverter as deficientes condições urbanísticas existentes.*

11. A Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, foi permitido aos municípios a constituição de sociedades de reabilitação urbana, às quais eram atribuídos poderes de autoridade e de política administrativa, assim como os de expropriação e de licenciamento.

De harmonia com as deliberações de 11 de abril de 2005 da Câmara e da Assembleia Municipal de Ourém, a 22 do referido mês, foi constituída, nos termos do nº1 do artigo 5º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, e do nº 1 do artigo 3º do decreto-lei n.º 104/2004, de 7 de maio, a empresa pública municipal SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova de Iria, E.M..

Esta empresa municipal teve como principal objetivo a promoção da reabilitação urbana da área declarada crítica de recuperação e reconversão urbanística de Fátima. Para a prossecução dos seus objetivos foi ainda permitido a esta estrutura o licenciamento e a autorização de operações urbanísticas, a expropriação de bens imóveis e os direitos a eles inerentes destinados à reabilitação urbana. Para além destes a SRU Fátima esteve habilitada a proceder a operações de realojamento, à elaboração de estudos e projetos relativos à urbanização ou reabilitação urbana das áreas definidas no plano de pormenor, à celebração de contratos relativos a projetos de reabilitação, acompanhar e executar projetos, assim como fiscalizar obras de reabilitação urbana.

A criação da SRU Fátima permitiu o desenvolvimento de mecanismos de recuperação e reconversão urbanística, de planeamento e de ordenamento do território, da gestão e manutenção de espaços e equipamentos públicos, da gestão e manutenção da sinalética pública.

12. Conclusão

O planeamento territorial representa um valor estratégico ao garantir a preservação dos recursos e a garantia de ofertas de qualidade que perdurem no tempo, com sustentabilidade, criando e partilhando benefícios. Planear o território e a atividade turística que sobre ele se concretiza, assume-se como um investimento na gestão do território, na defesa do seu futuro e da continuidade do setor turístico, nesse mesmo espaço.

Este planeamento necessita de uma interligação contínua, que se desenvolva com as populações locais, em harmonia com os pilares do desenvolvimento sustentável ao nível económico, social, cultural e ambiental. Nesse sentido Hall (2000), Page e Hall (2003) e Burns (2004) defendem que no contexto da delimitação dos espaços turísticos, o planeamento territorial avoca-se como um desiderato multidimensional e interdisciplinar. É a ferramenta estruturante para o desenvolvimento sustentável do turismo e da comunidade. Exige responsabilidades partilhadas, uma planificação com visão política, o envolvimento dos agentes económicos, turísticos e públicos, com uma avaliação e monitorização contínua, em termos da sustentabilidade dos destinos turísticos (BAUMGARTNER, 2006; CARETO, 2006).

As práticas de planeamento e gestão sustentável do turismo são fatores de vital importância para a sustentabilidade dos lugares e a viabilidade do turismo, pelo que só com o envolvimento de todos os atores se minimizarão os impactos negativos da atividade turística, maximizando lucros partilhados também pela comunidade do espaço turístico.

O turismo é um “*consumidor intensivo*” do espaço e do território, pelo que o planeamento prévio promove e sustenta o seu desenvolvimento de forma sustentável, em estreita articulação com a população, a economia, o ambiente, o território e o próprio produto turístico (VIEIRA, 2007).

Tendo o presente trabalho incidido sobre o planeamento territorial e turístico da localidade de Fátima, desde a sua formação e até aos dias de hoje, destacamos a referência de Ambrósio (2006) que identificou o turismo religioso como um produto estudado por académicos, face aos seus impactos nos territórios, nas populações locais e nos agentes exteriores com forte ligação a este fenómeno.

Analisando o mapa de Fátima e visitando a cidade concluímos que este território cresceu sem lógica territorial e urbanística. À exceção do recinto do santuário e da sua envolvente, o espaço público apresenta-se desqualificado, em processo de reordenamento urbano, com diminutos espaços verdes, com reduzido mobiliário urbano e com iluminação pública deficitária. Pela forma como cresceu e se estendeu, sem planeamento e organização, os edifícios não estão integrados num



conjunto urbano harmonioso, ao evidenciar diferentes formas e cores, resultado do livre arbítrio do setor imobiliário, apresentando-se como uma terra sem identidade arquitetónica e pouco hospitaleira.

Como referimos, ao longo dos anos poucos foram os planos aceites e desenvolvidos. Objetivamente, não se compreende o facto dos primeiros cinco planos elaborados (entre 1922 e 1946) não terem tido a correspondente implementação. Este desfasamento entre a definição de estratégias territoriais e o contínuo incumprimento e/ou recusa, pode advir da ausência de investimento público e do alheamento dos responsáveis municipais e governativos. A somar a estes acreditamos ter contribuídos a ausência de uma cultura de governança territorial e a inexistência de integração e coordenação das políticas de ordenamento do território.

Salvaguardou-se o recinto do santuário, através das autoridades eclesiásticas, que concretizaram, paulatinamente, diversos planos de ordenamento. Desta forma protegeram este espaço, abarcando uma área urbana de dimensão grandiosa, devidamente enquadrada num conjunto arquitetónico sóbrio, de qualidade, propiciando um ambiente de retiro e de tranquilidade, contrariamente à expansão urbana da localidade.

Ainda que a maioria dos planos aprovados não se tenham concluído, o desenvolvimento de Fátima conseguiu respeitar a vocação religiosa do local, a identificação e conseqüente preservação do recinto, com capacidade para receber milhares de pessoas.

A expansão de Fátima, em torno do topo do santuário e a criação do anel através das rotundas Norte e Sul, e da Avenida Beato Nuno, contribuíram para desviar o desmesurado crescimento urbano, permitindo que a sul do recinto se consolidasse uma zona de proteção e de expansão até à Avenida Papa João XXIII.

A elaboração do plano de pormenor que abrangeu a área em redor da igreja da Santíssima Trindade (entre as ruas Papa João Paulo II e Pe. Manuel Nunes Formigão; entre as avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva, e ainda uma faixa a noroeste da Av. Papa João XXIII, até aos acessos à autoestrada A1), garantiu, presentemente, um planeamento e ordenamento estratégico com zona de expansão da cidade. Uma acertada decisão, motivada pela necessidade de assegurar o ordenamento desta área, ao nível das estruturas pedonais, viárias, acessos rodoviários, áreas de estacionamento e de espaços públicos, contribuindo, decisivamente, para a obtenção de uma métrica clara e disciplinadora do espaço e das diferentes atividades.

Realçamos a importância da construção da igreja da Santíssima Trindade, a requalificação urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva e das ruas Cónego Formigão e João Paulo II como três intervenções estruturantes em termos urbanísticos, ambientais, sociais e turísticos. A obtenção de um templo coberto com capacidade para 9 mil pessoas sentadas; a reestruturação da principal via urbana interna, que liga as duas rotundas de Fátima rebaixada na zona do recinto do santuário; e a requalificação das duas estradas que ladeiam o Santuário de Fátima reforçaram a importância do Santuário de Fátima, a qualidade da oferta turística e dos habitantes desta cidade.

A constituição da ACRRU para a mesma área do PPAPJ cuja proposta se encontrava em fase de elaboração reforçou a capacidade de concretizar os objetivos apresentados para a elaboração do próprio PPAPJ.

Posteriormente, e ao estabelecer-se a delimitação da ARU coincidente com a ACRRU de Fátima, definiu-se uma intervenção integrada de reabilitação urbana, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e a revitalização do tecido urbano, associadas a um programa de investimento público.



Com a projeção de um novo eixo urbano, estruturador de toda a área de expansão – o Parque Central, garante-se o prolongamento do espaço do recinto do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em torno do qual toda a cidade se criou. Esta harmonização territorial que comporta habitação, comércio e serviços, servirá de suporte para o crescimento turístico, com novas e complementares ofertas ao nível dos produtos e do destino turístico.

Importa descomprimir urbanisticamente a zona envolvente ao Santuário, com a abertura de novas ruas entre a Avenida João XXIII e a Avenida D. José Alves Correia da Silva. Impõe-se que o Instituto Infraestruturas de Portugal concretize o projeto que possui para a Avenida Papa João XXIII, assegurando o seu alargamento e a criação de um novo nó viário, que se designará: Rotunda Central. Há que articular o restante plano entre todas as entidades.

É essa articulação entre as políticas públicas e as dinâmicas e projetos de investimento turístico, integrando a legislação, as visões políticas, a opinião dos responsáveis do Santuário de Fátima, os interesses e as dinâmicas das entidades e das comunidades, que se evidencia como fundamental para o sucesso deste destino e da cidade de Fátima.

Urge realizar um debate público que permita assegurar a auscultação das várias sensibilidades em torno do desenho urbano, dos diferentes planos de ordenamento, do financiamento das redes de transportes, infraestruturas e equipamentos, de acordo com o tipo de investimento, e ainda de serviços de apoio, complementares e disponíveis para uso de várias entidades. Um debate que estabeleça a ligação entre o poder local, regional e nacional e as restantes entidades, em torno das responsabilidades nas esferas de atuação da administração pública, das entidades religiosas e do setor privado, programando e gerindo um plano de ação conjunto através de contratos e parcerias que potenciem a complementaridade de todos os interesses, com harmonia e protegendo os recursos estabelecidos nas políticas de ordenamento do território.

Conforme referido, ao longo dos anos houve um desfasamento entre as opções de desenvolvimento urbanístico, turístico e de ordenamento e gestão do território, com graves prejuízos para a cidade e para o próprio destino.

Acreditamos que através do PPAPJ, com as obras realizadas na Avenida D. José Alves Correia da Silva, com a constituição da ACCRU e mais recentemente com a passagem desta para ARU, estão constituídos os estruturantes instrumentos de planeamento para o desenvolvimento de Fátima enquanto cidade e destino turístico internacional.

Só através de uma estratégia assente no coerente crescimento da cidade e do turismo, conseguiremos corrigir os erros do passado, planeando e delineando, em concertação, as novas áreas de expansão e de crescimento turístico.

BIBLIOGRAFIA

AMBRÓSIO, Vítor - Fátima: Território Especializado na Recepção de Turismo Religioso. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística, 2000.

AMBRÓSIO, Vítor - O Turismo Religioso: Desenvolvimento das Cidades-Santuário. Dissertação de Doutoramento, Geografia e Planeamento Regional. Universidade Nova de Lisboa, 2006.

BARRETTO, Margarida - Planejamento responsável do turismo. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

BAUMGARTNER, Christoph - A avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos. In CARETO, H. e LIMA, S. (eds.) Turismo e Desenvolvimento Sustentável, 1. Lisboa, GEOTA, 2006, p. 81-91.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel - Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información. Madrid: Taurus, 2000.

BURNS, Peter - Tourism Planning – A Third Way?. Annals of Tourism Research. 30(1), (2004), p. 24-43.

CARETO, Hélder - O diagnóstico, a avaliação e os indicadores ambientais. In CARETO, H. e LIMA, S. (eds.) Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1. Lisboa, GEOTA, (2006), p. 75-80.

COSTA, Carlos - Um paradigma emergente na área do planeamento? Reflexão sobre questões de teoria e prática para a área do planeamento em Turismo (New paradigms for tourism planning in Portugal). In SIMÕES, O; CRISTÓVÃO, A. (eds.) TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra, 2003, p. 789-201.

CRISTINO, Luciano - Síntese Histórica de Fátima. In Expansão Urbanística de Fátima – EXPOFAT 1917-1985. Santuário de Nossa Senhora de Fátima, Serviço de Ambiente e Construções. Fátima: SEAC., 1992.

DEFFONTAINES, Pierre - Géographie et Religions. Paris: Gallimard, 1948.

DGOTDU - Guia para Elaboração de Planos Estratégicos de Cidades Médias. Lisboa: Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), 1996.

DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

DREDGE, Dianne - Destination place planning and design. Annals of Tourism Research, v.6, n. 4, (1999), p. 772-791.

GIRÃO, Amorim - Fátima, terra de milagre. Coimbra: Faculdade de Letras, 1958.

GUNN, Clare - Emergence of effective tourism planning and development. In SEATON, A. (ed.) Tourism: the state of the art. Chichester: Wiley, 1994, p. 10-19.

HALL, Colin - Tourism Planning. Policies, Process and Relationships. Harlow, Prentice Hal, 2000.

HENRIQUES, Cláudia - Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável. Lisboa, Edições Sílabo, 2003.



INSKEEP, Edward - Tourism planning: an integrated and sustainable development Approach. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

LAMAS, José e Associados - Estudos de Planeamento e Arquitectura, Lda.; TERRAFORMA, Sociedade de Estudos e Projectos Lda. – Plano de Pormenor da Avenida do Papa João XXIII. Relatório, Lisboa, 2009.

LÔBO, Margarida Sousa - Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco. Porto: DGOTDU e FAUP Publicações, 1995.

MARTINS, José - Fátima Profunda. Casa do Povo de Fátima, 2001.

MASON, Peter - Tourism impacts, planning and management. London: Butterworth – Heinemann, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Pereira - Fátima – Como Nasceu e Cresceu. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, Coleção Estudos e Documentos, Volume V, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Pereira - Para a História da Urbanização da Cova de Iria. Fátima 50, Ano III, nº 36, 1970.

OMT - Turismo Internacional: Uma Perspetiva Global. 2ª Ed. São Paulo: Bookman, 2003.

PAGE, Stephen; HALL, Michael - Managing Urban Tourism. London, Prentice Hall, 2003.

PARQUEXPO - Reinventar o território – Acção Integrada de Valorização Urbana Fátima 2017. Relatório Final. Lisboa. Sub-cap. 4.1, 2009, p. 72.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - Geografia de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

RUSCHMANN, Doris - Turismo e Planeamento Sustentável: A Protecção do Meio Ambiente. São Paulo: Papyrus, 2008.

SANTOS, Maria da Graça Poças - Espiritualidade, Turismo e Território. Estudo Geográfico de Fátima. Principia. Estoril, 2006.

TERRAFORMA – Sociedade de Estudos e Projectos, Lda. Relatório do Plano de Urbanização de Fátima: Proposta de Revisão, 2000.

VIEIRA, João Martins - Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: uma perspetiva estratégica. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2007.

XAVIER, Luís - Intervenção do Ministério das Obras Públicas – D.G.S.U. In Expansão Urbanística de Fátima – Expofat 1917-1985. Santuário de Nossa Senhora de Fátima: Serviço de Ambiente e Construções. Fátima, 1992.



Fontes Normativas

Portaria n.º 633/95 de 21/06 (Diário da República – I Série B, n.º 141).

Decreto-lei N.º 37008, de 11/08/1948 (Diário do Governo – I Série, N.º 186) – Zona de Protecção do Santuário de Fátima.

Decreto-lei n.º 104/2004, de 7 de maio - Regime excecional de Reabilitação Urbana para as Zonas Históricas e Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística.

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro - Conversão da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Fátima em Área de Reabilitação Urbana.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 148 – A / 2002, de 30/12 (Diário da República – I Série – B n.º 301).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 148 – B / 2002, de 30/12 (Diário da República – I Série – B n.º 301).



PROJETO CIVIDADE: MOSTRA 3

Manuel Horta

Artista Plástico – Escultor

mh.manuel.horta@gmail.com



Projeto Cidade: Mostra 3

Manuel Horta

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2018

Revisto a 28 de maio de 2018

Aceite a 07 de junho de 2018

RESUMO

Projeto Cidade: Mostra 3 foi o término de um projeto artístico que tem como base a Cidade de Terroso na Póvoa de Varzim, um lugar exemplo da pesquisa sobre a Cultura Castreja e do Processo de Romanização, um lugar património que foi explorado no passado e ainda é objeto de estudo, que possibilitou desenvolver relacionamentos entre Artes Plásticas, Arqueologia, História e Museologia. Na realização deste projeto a participação sistemática nos trabalhos arqueológicos na Cidade de Terroso foi um contributo para o trabalho desenvolvido em atelier. A terceira intervenção/mostra do Projeto Cidade destinada a um público generalista ocorreu na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim entre 3 e 25 de março de 2017.

Palavras Chave: artes-plásticas, arqueologia; cultura-castreja; património

ABSTRACT

Project Cidade: Show 3 was the end of an artistic project that has as the basis the Cidade of Terroso in the Póvoa de Varzim, a place example of the research on Culture Castreja and the Romanization Process, a heritage place that was explored in the past and yet it is the object of study that has possible to develop relationships between plastic arts, archeology, history and museology. In the context of this project the systematic participation in the archaeological works in the city of Terroso was a contribution to the work developed in atelier. The third Intervention / Show of the Cidade Project for a general public has occurred in the Municipal Rocha Peixoto Library, at the Poverty of Varzim between march 3 and 25, 2017.

Key-words: plastic arts; archeology; culture-castreja; heritage



Projeto Cidade: Mostra 3

1. Continuidade

Apresenta-se neste artigo o Projeto Cidade: mostra3, uma intervenção artística que decorreu no espaço expositivo da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, de 3 a 25 de março de 2017, na Póvoa de Varzim. Antecedendo o 2018: Ano Europeu do Património Cultural e na continuidade do Projeto Cidade, um projeto artístico focalizado na Cidade de Terroso, na sua História e no seu Património Arqueológico, (HORTA, 2015, 2016, 2017).

Tendo como base de investigação a Cidade de Terroso que está localizada na freguesia de Terroso, concelho da Póvoa de Varzim. Sendo esta um exemplo da Cultura Castreja, uma cultura da Proto-História, que se desenvolveu no Noroeste Peninsular. Decimo Junio Bruto entre 138-136 a.C. liderou a conquista do território pelo Império Romano no séc. II a.C. até ao séc. III-IV d.C. Em 1906, Rocha Peixoto (1866-1909), organizou a primeira escavação arqueológica, com desenhos de Gonçalo Cruz (1856-1928) e fotografias de José Calheiros.

Desde 1961, que é oficialmente imóvel de interesse público. O espólio é visitável na sala de arqueologia do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim (M.M.E.H.P.V.), entidade municipal responsável pela manutenção regular e pelos trabalhos arqueológicos sazonais. Um lugar construído por vivências do passado e do presente, preservado e valorizado pela comunidade local. Sendo um lugar aprazível, o granito, a terra e o saibro são cobertos de verde pela natureza. Convida ao registo visual, ao postal. A Cidade de Terroso é objeto de investigação científica e simultaneamente atrativo pela sua visualidade. A fotografia e o desenho são associados à prática arqueológica, e possibilitam outras leituras camadas e estruturas imóveis. Além de fonte científica acrescentam-lhes ao longo do tempo uma camada documental. Como fonte de pesquisa viria a ter também exemplares de edição municipal de um conjunto de dia positivos e postais com imagens da Cidade de Terroso.

Projeto Cidade: mostra 3, resultou de um processo criativo assente na Arqueologia, na História, na Museologia, e em diferentes ações do autor na Cidade de Terroso desde 2014 até 2016. A participação em três anos consecutivos nos trabalhos arqueológicos sazonais permitiu agir especificamente no setor VII, células J e K, que se alargou e aprofundou no sentido Oeste-Este. O trabalho neste setor veio contribuir para um aprofundamento da padronização e filtragem das diferentes ações e procedimentos inerentes ao contexto de ação. A organização dos grupos de trabalho, as dinâmicas de distribuição de tarefas, o transporte de ferramentas e utensílios, os registos fotográficos, o contexto e análise no lugar dos fragmentos cerâmicos, pedras, carvões e outros materiais, a identificação e registo, a geografia o relevo, em contacto com o meio natural: fauna e flora. Deste fazer sistematizado colocam-se questões que se relacionam com a imagem do lugar património, o lugar imagem, ou o lugar que se difunde pela imagem, um lugar que não é vivido, portanto, uma possibilidade de ser apenas um espaço agradável.

A arqueologia pode ser co-produtora de uma imagem post card, ou “*mais um like no face...*”. Futuramente o lugar poderá ser apenas o resultado de uma construção/vivência virtual ou uma alegoria tecnológica que apenas vive da visualidade fabricando, modeladora da massificada de consciência globalizante sedentária que substitui as chapas de vidro da fotografia e as lanternas mágicas por outras mais contemporâneas. Por vários fatores e fenómenos sociais será uma prática futura não estar *in loco* mas sim enviar o *drone* (ou câmara multifunções telecomandada), ou vídeo visita. A presença deixa de ser humana e é substituída por dispositivos de carácter científico-tecnológico.



As características geográficas da Cidade de Terroso remetem visualmente e fisicamente para um exercício ou esforço associados à presença e atividade humana, quer na antiguidade, quer na atualidade.

Pode entender-se que a atividade arqueológica ali desenvolvida em 1906 implicou meios e recursos com capacidade de remover grandes quantidades de terra e pedra respeitando e cumprindo com a metodologia indicada pelo arqueólogo Rocha Peixoto responsável pelos trabalhos. Mesmo na atualidade o acesso à Cidade e o transporte de equipamento envolve esforço físico ou mecânico. O antigo povoado está situado no cimo de uma encosta a 152 metros acima do nível do mar, os últimos metros, já em terreno demarcado são atualmente mais confortáveis de percorrer mas condicionados pela subida até ao planalto opulento pelo seu património arqueológico, ambiental e também pela sua visualidade. Um lugar que motiva e possibilita o registo fotográfico nas suas plurais possibilidades técnicas, meios digitais, filme em rolo, película diapositivo (D+), este último é ainda utilizado como suporte de imagem sendo um meio fotográfico analógico que contrasta os meios fotográficos digitais nos quais a química pode ser apenas os tinteiros do mecanismo de impressão. (Imagem do monte de saibro e diapositivos). Num passado ainda recente os diapositivos foram objeto característico de coleções museológicas e matrizes para reprodução gráfica, com alta qualidade técnica para difusão de imagens para postais, catálogos entre outras finalidades.

O tempo de revelação, o tempo de subir a rampa até planalto do antigo Povoado Castrejo, a rotação do observador perante a visualidade do local, ações e tempos que tendem ser virtuais, mais frios e distantes, ficando apenas o tempo de observação, consumo da imagem virtual e o tempo impressão da imagem num suporte.

Associado à História da Fotografia, o vidro laminado foi utilizado como suporte do registo da luz tendo o exemplo do processo do colódio húmido, que possibilita a construção de ambrótipos e outras aplicações fotográficas a partir de 1850, em 1884 George Eastman (1854-1932) apresenta o filme fotográfico em rolo. A fotografia digital é um processo que data de 1975, resultando da câmara fotográfica desenvolvida por Steve Sasson (1950). A fotografia está relacionada com a prática arqueológica no lugar da Cidade, a salientar a atividade do fotógrafo José Calheiros da Póvoa de Varzim que acompanhou e fotografou os trabalhos arqueológicos em 1906, as fotografias são replicadas no livro *Subtus Montis Terroso: património arqueológico no concelho da Póvoa de Varzim* / José Manuel Flores Gomes, Deolinda Carneiro; [il. de Carlos Costa e Pedro Silva], o equipamento fotográfico utilizado na época não seria tão portátil como atualmente.

No Projeto Cidade: mostra 3 foram desenvolvidos e construídos *in situ* dois objetos com elementos fotográficos relacionados com a visualidade da Cidade de Terroso e com atividade desenvolvida nos trabalhos arqueológicos. Num dos objetos foram utilizadas lâminas de vidro, imagens impressas e transferidas para o vidro, as imagens foram colocadas individualmente em setores de num mostruário de dois tambores rotativos num eixo vertical este elemento é colocado ao centro de um círculo de matérias naturais, saibro de granito amarelo, terra e relva. A relva selecionada para o trabalho, sintetiza a pluralidade de espécies de flora que cobrem de verde a Cidade de Terroso.

Num outro objeto foi construída uma rampa com 3 m³ de saibro de granito amarelo, no topo da rampa de encontro a uma parede ou plano da projeção de diapositivos cor 35 mm luz de dia e revelados meios físico e químicos analógicos. Os diapositivos encaixilhados foram projetados de um dispositivo analógico com carrinho circular sobre um plinto manipulado com plástico translúcido e colocado no ponto inferior da rampa. O movimento circular e o intervalo, ou espaço branco entre o começo da projeção e o fim remetem para um deslocamento do observador no espaço (vd. **Figura 1.**).



Figura 1. Acesso pedonal à Cidade de Terroso. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.

2. Alargamento

A participação em três anos consecutivos, 2014, 2015, 2016, nos trabalhos arqueológicos sazonais, na Cidade de Terroso, no setor VII, células J e K (identificação do setor e células feita com base no mapa/planta fornecido pelo M.M.E.H.P.V.) possibilitou o aprofundamento e alargamento da área de trabalho no sentido Oeste para Este. Em 2016 revelou-se a continuidade da estrutura de planta circular, já assinalada nos anos anteriores (**vd. Figura 2.**), estando ainda por definir a tipologia e função da construção. Colocou-se a descoberto maior área do piso de saibro no interior da construção e parte do rochedo de granito (“rocha mãe”), que possivelmente foi contido na estrutura (facto que veio a revelar já nos trabalhos arqueológicos de 2017, conter uma pia escavada no granito; pia que estava coberta de pedra e saibro e ainda não estava referenciada).



Figura 2. Acesso pedonal à Cidade de Terroso. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.

As derrocadas da antiga muralha romana e outros fenómenos ocorridos ao longo do tempo cobriram os vestígios existentes com terra saibrenta e pedra de granito com diferentes tamanhos, algumas das pedras apresentam marcas de talha.

Com a participação nos trabalhos em arqueológicos em 2014 e dois anos seguintes, no setor VII, células J e K, foi possível organizar a terra e pedras em dois montes distintos e afastados. Começa aqui a construção do monte de pedras aponta para Norte. Porque apontar para norte? O ponto cardinal Norte é relevante pois é assinalado em mapas e guias e plantas para melhor orientação do utilizador; orientação com bússola, orientação pelo sol. Inicialmente um monte de pedras com intenção ainda pouco definida. No ano seguinte a ideia da construção é reforçada, foi desenhada uma linha de contorno com as pedras de granito de diferentes tamanhos. Já em 2016 a colocação de três estacas de madeira e um fio, definiu o monte de pedras que aponta para Norte. (vd. **Figura 3.**) Nas ações de remoção e depósito de pedra participaram diversas pessoas presentes nos trabalhos arqueológicos sazonais de 2014, 2015 e 2016.



Figura 3. Vista para Norte no planalto do monte da Cidade. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016

Concluído em 2016, este objeto no terreno resulta da orientação geográfica e da ação de desconstrução e construção que ocorre no local e com matéria local, material natural com possibilidades de ser movida. O objeto resultante é diferente do padrão, é triangular em vez de circular ou quadrangular, está integrado na Cidade de Terroso temporariamente, um dia o objeto será obliterado pela ação da natureza que o poderá cobrir de verde ou pela ação humana.

Deste processo no terreno resulta um objeto construído *in situ* na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, foram transportadas pedras da Cidade de Terroso (que se devolveram ao local no final da instalação Biblioteca Municipal Rocha Peixoto). Com base na forma circular das construções castrejas, foi desenhado um círculo sobre manga plástica translúcida colocada no chão do átrio do espaço de intervenção. Sobre a isolante matriz circular colocou-se base de saibro de granito amarelo, terra e relva onde se construiu uma forma triangular com altura variável apontando o norte (alçado norte do espaço arquitetónico) com a matéria arqueológica definida por 3 estacas quadrangulares de madeira pirogravadas com padrões geométricos e por fio plástico preto (fio que contrasta com o elástico branco utilizado no contexto da escavação arqueológica e simultaneamente de uma matéria contaminante e característica da atualidade) (vd. **Figura 4.**) A manutenção deste objeto implicou a rega diária e verificou-se um crescimento da relva. Tal como no terreno o manto verde cresceu.



Figura 4. Vista da Cividade, estruturas existentes de construção de planta circular. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.

3. Fragmentos

Nos trabalhos arqueológicos realizados na Cividade de Terroso, a recolha de diversos fragmentos cerâmicos de origem castreja e romana caracterizaram o tipo de materiais recolhidos nos trabalhos sazonais em que se participou. Os fragmentos podem deixar uma matriz, um vazio, no sítio de onde são removidos, essa possibilidade foi posteriormente explorada no atelier onde se obtiveram resultados que foram utilizados na produção de dois elementos distintos para a terceira mostra do Projeto Cividade. Apesar de desenhados e fotografados, os fragmentos são apenas representados em duas dimensões, escapando o sentido tátil característico do tridimensional. Fragmentos distintos sem relacionamento formal, como peças de diferentes puzzles, tendo apenas em comum a matéria-prima e o lugar de onde foram postos a descoberto.

Foram selecionados fragmentos cerâmicos encontrados nos trabalhos arqueológicos de 2016 e utilizados como matriz para um processo de moldagem com barro e replicação em silicone termo fusível branco, resultando elementos positivos, módulos, ligados com fio de cobre. Cada quadrado pode corresponder ao que será a micro quadrícula do reticulado que referencia setor de trabalho. Este processo de moldagem em barro foi também aplicado a gráficos de som impressos por meios digitais sobre papel, os sons foram recolhidos nas diferentes tarefas realizadas nos trabalhos arqueológicos em 2016. No processo relacionado com os gráficos de som além de silicone termo fusível foi também utilizada cera de abelha para produzir um elemento de intervenção.

Diferentes marcos podem assinalar a Cividade de Terroso como um exemplo de uma cultura anterior ao processo de romanização, e que tinha contactos com povos do mediterrâneo, um exemplo de

local de estudo das “bolsas de carvão” resultantes de diferentes fogos ao longo da história, bolsas que são protegidas e os carvões analisados, a produção cerâmica, a construção em pedra, a organização da planta urbana romana, o “paleo-ambiente”, e também métodos de trabalho arqueológico e de manutenção do lugar património.

A participação nos trabalhos arqueológicos contribuiu para explorar, integrar características: da cultura castreja, da romanização, geológicas e as múltiplas camadas e vestígios da ação humana no antigo povoado e atual espaço museológico. Conceitos como: lugar, tempo, remoção, depósito e construção foram integrados na prática artística orientada pela arqueologia, pela história e pela museologia.

Os desenhos e apontamentos realizados no caderno de campo, a fotografia analógica em película dia positivo (slide) cor, a fotografia e vídeo digitais, o registo áudio contribuíram para em múltiplos meios tecnológicos e materiais como, desenho, subtração em pedra e madeira, saibro de granito amarelo, terra, tapetes de relva 65% *Festuca arundinacea*, 20% *Lolium perene* e 15% *Poa pratensis* não aparada, mármore, vídeo, gravura, pirogravura, áudio, gesso, cerâmica, fotografia, carvão vegetal, saibro, granito, terra, relva, moldagem, madeira, cobre, alumínio, grafite, acrílico, cera de abelha, papel, cartão, tela, fita-cola preta, fita-cola translúcida, materiais plásticos e silicone, fossem desenvolvidos elementos para intervenção temporária, um percurso que o fio negro condutor do processo criativo, marca na matéria arquitetónica intervencionada com as sínteses de processo e com ações construtivas *in situ*. De 1996 até a atualidade a Cidade de Terroso alargou-se. Na camada de tempo presente constrói-se uma camada futura, o lugar é continuado, vivido, uma construção com base na arqueologia. Uma construção que é alternativa à imagem ou objeto de difusão tecnológica de rápido consumo, alegoria tecnológica, das tecnologias de informação e comunicação. A seleção da relva foi realizada por especialistas dada a sua utilização em espaço interior. A manutenção da frescura da relva condicionou que fosse regada diariamente ao final da tarde. Verificou-se um crescimento que se considerou positivo e enquadrado no conceito da intervenção. Em Projeto Cidade: mostra 3 confirmou-se como meta matéria a Cidade de Terroso, e as práticas arqueológicas pesquisadas e experienciadas nos trabalhos arqueológicos e no desenvolvimento de elementos originais para uma intervenção temporária na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, um espaço arquitetónico geograficamente distante da Cidade de Terroso mas também matéria difusora e integradora da camada construída pela prática artística que este projeto acrescentou à história da Cidade de Terroso.

Para realização do projeto apresentado neste artigo foram pertinentes as colaborações do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, a Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, e dos funcionários (as) municipais envolvidos no projeto e também a colaboração dos diversos participantes nos trabalhos arqueológicos realizados no setor VII quadrículas J e K em 2014, 2015 e 2016, que colaboraram na remoção e depósito de pedra de forma adequada para a construção faseada e *in loco* do objeto que ficou integrado na Cidade de Terroso.



Figura 5. Vista Oeste para Este do setor VII quadrículas J e K da Cidade, estrutura existente de construção de planta circular, rocha mãe granítica, alargamento e aprofundamento da área de trabalho. Início da participação nos trabalhos arqueológicos. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2014.



Figura 6. Vista Oeste para Este do setor VII quadrículas J e K da Cidade, estrutura existente de construção de planta circular, rocha mãe granítica, alargamento e aprofundamento da área de trabalho. Segunda participação nos trabalhos arqueológicos. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2015.



Figura 7. Vista Oeste para Este do setor VII quadrículas J e K da Cidade, estrutura existente de construção de planta circular, rocha mãe granítica, alargamento e aprofundamento da área de trabalho. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.



Figura 8. Vista de Sul para Norte do setor VII quadrículas J e K da Cidade, instrumentos e equipamento de trabalho utilizados no alargamento e aprofundamento da área de trabalho. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.VII



Figura 9. Caderno de campo, com fragmentos de cerâmica, escala e indicador do ponto cardinal Norte, setor VII quadrículas J e K. Terroso. Fonte: Manuel Horta. 2016.



Figura 10. Início do depósito de pedra de granito removida do setor VII quadrículas J e K. Começo da construção do Monte de pedra que aponta para Norte. Terroso. Fonte: Manuel Horta. 2014.



Figura 11. Monte de pedra que aponta para Norte, conclusão da construção com depósito de pedra de granito removida do setor VII quadrículas J e K, já com estacas e fio a demarcar a construção. Terroso. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.



Figura 12. Desenho e talha em pedra mármore. Trabalho atelier. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta. 2016.



Figura 13. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 14. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Monte de pedra que aponta para Norte, construção *in situ* com plástico depósito de pedra de granito, terra, saibro de granito amarelo, relva, estacas de madeira com desenhos e letras pirogravadas e fio preto de fibra sintética a demarcar a construção, fita-cola preta. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 15. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, em primeiro plano a construção *in situ* com expositor vertical móvel de dois tambores rotativos com imagens transferidas para lâminas de vidro, papel, fio de algodão, plástico, terra, saibro de granito amarelo, relva, fita-cola preta. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 16. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 17. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Caixas de madeira pintada com lente, no interior estão imagens da Cidade de Terroso iluminadas com luz led branca alimentada a pilha de lítio de 3V, fio preto sintético. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 18. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Imagens trabalhadas em meios digitais e impressas em meios digitais, fio preto sintético, lentes plásticas, fita-cola preta. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.



Figura 19. Projeto Cidade: mostra3, vista da intervenção na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto de 3 a 25 de março 2017. Póvoa de Varzim. **Fonte:** Manuel Horta, 2017.

BIBLIOGRAFIA

GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda - Subtus Montis Terroso: património arqueológico no concelho da Póvoa de Varzim. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim: Museu Municipal, Gabinete de Arqueologia, [il. de Carlos Costa e Pedro Silva], 2005. ISBN 972-914642--X

HOPKINS, David – After Modern Art 1945-2000. Oxford: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-284234-3, 2000.

HORTA, Manuel - Póvoa de Varzim. Boletim Cultural. vol. 49. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 2017. ISSN 0870-4589.

MASSIRONI, Manfredo - Ver Pelo Desenho aspectos técnicos, cognitivos, comunicativos. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-072-44-161-3, 2010.

RANCIÈRE, Jacques – O destino das Imagens. 1.ª ed., Lisboa: Orfeu Negro, Trad. José Miranda Justo. ISBN 978-989-832706-2, 2010.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da - Campanha de trabalhos arqueológicos na Cidade de Terroso, (Póvoa de Varzim) - 1980: relatório preliminar. In Boletim Cultural da Póvoa de Varzim. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Vol. XX, nº 2, (1981), p. 303-315, [6] grav.

SONTAG, Susan – Sobre fotografia. Editora Schwarcz Ltª- Companhia das letras. São Paulo. ISBN 978-85-8086-579-0, 2004.

TRAQUINO, Marta - A Construção do Lugar pela Arte Contemporânea. Lisboa: Editora Húmus. ISBN 978-989-813932-0, 2010.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

HORTA, Manuel - Projeto Cidade: Arte, Arqueologia, Património. [Em linha]. N.5, dezembro, 2015, p. 55-79. Disponível na [www](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n5_Dezembro_2015/OIP_5_DEZ_2015.pdf):

[URL:http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n5_Dezembro_2015/OIP_5_DEZ_2015.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n5_Dezembro_2015/OIP_5_DEZ_2015.pdf).

Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

HORTA, Manuel - Projeto Cidade: arrisca-te a tecê-los. [Em linha]. N.6, julho, 2016, p. 233-249. Disponível na [www](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n6_julho_2016/ideariopatrimonial_JUL_2016.pdf):

[URL:http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n6_julho_2016/ideariopatrimonial_JUL_2016.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/n6_julho_2016/ideariopatrimonial_JUL_2016.pdf).

Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.



REFLEXOES SOBRE O PATRIMONIO HIDRAULICO NA BACIA INFERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL. A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA E DA ARQUEOLOGIA

Simonne Teixeira

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Officina de Estudos do Patrimônio Cultural – Officina/LEEA/CCH (1)

simonne@pq.cnpq.br



Reflexões sobre o Patrimônio Hidráulico na Bacia Inferior do Rio Paraíba do Sul. A Contribuição da História e da Arqueologia

Simonne Teixeira

Historial do artigo:

Recebido a 03 de janeiro de 2018

Revisto a 03 de março de 2018

Aceite a 10 de março de 2018

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre os vestígios materiais das atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado. Estas significativas estruturas hidráulicas se encontram hoje, completamente abandonadas e embora sejam mencionadas em relatórios arqueológicos que se produzem na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental (obrigação legal prévia à instalação dos novos empreendimentos econômicos e atividades que supõem impactos ambientais), não são objetos de estudo e preservação. O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

Palavras-Chave: patrimônio hidráulico - estruturas hidráulicas – paisagem cultural – bacia inferior do rio Paraíba do Sul

ABSTRACT

This work intends to reflect on the material remains of the agricultural activities developed in the lower Paraíba do Sul river basin region, outside the context of the sugarcane economy, throughout the nineteenth and early twentieth centuries, and its eminent disappearance without adequate registration. These significant hydraulic structures are now completely abandoned and although they are mentioned in archaeological reports that are produced in the area, as part of the environmental licensing processes (legal obligation prior to the installation of new economic enterprises and activities that suppose environmental impacts), are not objects of study and preservation. The recognition of these structures as landscaped landmarks could mean the preservation of a hitherto neglected water heritage and its redefinition, contribute to the rescue of historical memory.

Key-words: hydraulic heritage - hydraulic structures - cultural landscape - lower basin of the Paraíba do Sul river



1. Introdução

Nos últimos anos os elementos da natureza tem sido destacados como depositários de referências onde se entrecruzam o cultural e o natural. Este é o caso dos corpos de água. As sociedades humanas ao longo da história buscaram o acesso à água, elemento essencial à própria sobrevivência. Sistemas de captação, condução e armazenamento da água; muros de contenções, diques, portos, pontes; estruturas hidráulicas para o campo, para a cidade e para a indústria, foram construídas e aperfeiçoadas ao longo da história. Quando deles não temos os vestígios materiais, nos chegamos os registros textuais, deixando-nos entrever as formas em que se concretizam as relações entre os seres humanos e este recurso natural. A água é fonte de vida e de riqueza, elemento de abundância e de escassez dependendo da latitude, elemento essencial na paisagem; litúrgico e profano. Os corpos de água são fundamentais para as culturas humanas. Esta íntima relação entre sociedades e água, gerou um imenso repertório de estruturas, de caráter material e imaterial, ainda não plenamente estudado.

Este repertório de estruturas – definidas como artefatos, em sua acepção anglo-saxônica, como qualquer objeto realizado a partir do trabalho humano (BALLART, 1997: 22) – conformam em conjunto aquilo que definimos como cultura material, ou seja, os artefatos em um contexto cultural (SCHLERETH, *Apud* BALLART, 1997: 24). Enquanto bem cultural (2) se pode falar em tipologia e, no caso, em novas tipologias, que tem dado lugar a diferentes e interessantes abordagens sobre o patrimônio cultural (3). Alguns exemplos podem ser o patrimônio industrial, o patrimônio agrário, as paisagens culturais e os bens de natureza material em relação com áreas de preservação natural. Dentre estes, se destaca o patrimônio hidráulico, tipologia em permanente diálogo com as que mencionamos acima. Este patrimônio tem como elemento de diferenciação a água e as estruturas destinadas a discipliná-la, que podem ser tomadas como marca distintiva, fator de identidade plasmada no território e na memória.

A imensa riqueza e variedade de artefatos alusivos à cultura material que se traduzem em estruturas hidráulicas – moinhos, trapiches e banguês, canais e hidrovias, diques e represas, pontes, rodas d'água, cisternas, portos, percursos navegáveis, etc. – percorre os séculos em crescente evolução, chegando às sofisticadas turbinas de hidroelétricas por todo o mundo. Estas podem ser relacionadas às atividades de consumo doméstico (higiene, consumo humano e lazer), às atividades agrárias (irrigação e consumo animal) e industriais (processo de fabricação, condução por dutos, resfriamento, lavagens, caldeiras e construção civil). Este importante legado e, mais frequentemente suas ruínas, constituem hoje o se define como patrimônio hidráulico.

O tema do patrimônio hidráulico adquiriu certa importância na atualidade na Península Ibérica (4) e em diferentes países da América Latina (5). O uso dos recursos hídricos estão estreitamente vinculados à evolução das sociedades humanas e seu controle sinaliza, na maioria das vezes, o aparecimento de formas hierárquicas na estrutura social. As sociedades da antiguidade estão repletas de exemplos (BETHMONT, 1982), assim como toda a experiência hidráulica que desde o Oriente alcança a região do Mediterrâneo e se estende pela Europa e Magrebe (BESTUÉ CARDIEL; GONZÁLEZ TASCÓN, 2006).

Os estudos relativos ao patrimônio hidráulico começam a se desenvolver com maior vigor na Europa nos anos 1970, e se originam, de um lado, ao interesse que despertam os sistemas irrigados e sua relação com os sistema sócio-político em *al-Andalus* (GLICK, 1988; BARCELÓ, KIRCHNER et al.; NAVARRO, 1996) e de outro, aos estudos realizados no âmbito da arqueologia industrial, considerando-se que o objeto de estudo desta é “(...) múltiplo na sua abordagem, considerando as várias áreas produtivas e as diversas soluções construtivas (...)” (COSTA, 2014: 78).



Ainda que a maior parte deste patrimônio hidráulico tenha perdido a sua funcionalidade, sua permanência na paisagem tem despertado, cada vez mais, o interesse dos pesquisadores desde o ponto de vista técnico e a partir de uma perspectiva histórica. Compreender sua funcionalidade é compreender o desenvolvimento territorial em âmbito urbano e rural, é compreender o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos que conformam nossas atividades produtivas. No Brasil, os estudos relativos ao patrimônio hidráulico, ainda são escassos e pouco sistematizados.

Quando falamos em bem cultural, independentemente de sua natureza (tangível/material ou intangível/imaterial) e independentemente de sua tipologia (histórico, artístico, cultural, paisagístico, urbano, rural, etc.), nos referimos a um conceito historicamente construído. Este conceito, a partir do século XVIII, restrito a programas de caráter nacional, em que se buscava assegurar uma herança comum a todos os cidadãos a partir da seleção de determinados símbolos, tem sido paulatinamente ampliado e, sua concepção vinculada ao nacional, tem sido superada, face às atuais demandas sociais. A emergência de grupos sociais como detentores uma identidade cultural própria, à parte à nacionalidade, impôs uma agenda mais complexa e diversificada para o patrimônio. Esta nova agenda opera em uma perspectiva mais plural, de identidades e memórias culturais, que se inserem num imenso espectro de relações e interpelações sociais, que já não cabem nos espaços demarcados com os quais nos acostumamos. O patrimônio é cada vez mais diverso e plural.

Devemos ainda considerar também que, nos últimos tempos se observa o crescimento de uma indústria do patrimônio, associada à comercialização do passado (HUYSSSEN, 2000) e a uma expansão das atividades turísticas (COSTA, 2014: 78), a eles relacionada. Estes elementos favorecem a que a tipologia dos bens patrimoniais esteja de forma constante, em “(...) *contínuo aumento, como se ela respondesse a um repertório universal no qual assume a inclinação do momento (...)*” (POULOT, 2011: 479).

Nesta perspectiva é que, uma das grandes transformações que o conceito de patrimônio cultural registou nas últimas décadas, consistiu no seu progressivo alargamento, englobando novas categorias patrimoniais, como é o caso do patrimônio hidráulico. Em uma época profundamente marcada por uma crise hídrica, compreender como o recurso hídrico, a par ao desenvolvimento tecnológico, contribuiu para o progresso humano, é um modo de entender o conjunto de bens relacionados ao seu uso. A partir deste entendimento é possível compreender como, por que e de que modo, este patrimônio pode ser considerado relevante para a salvaguarda da memória, da identidade e da cultura das sociedades modernas. Consideramos que todo o conjunto de bens que integram o patrimônio hidráulico devem ser reconhecidos como parte do patrimônio cultural, devendo ser objeto de atenção no que respeita ao seu estudo, salvaguarda e valorização.

Os processos seletivos dos bens patrimoniais costumam ter invariavelmente como referência, as identidades. Um grupo social (nacional, estadual, municipal, distrital, comunitário etc.) atribui valores (dimensão simbólica) a algum bem material ou imaterial, tornando-o uma expressão de sua identidade. Não existe um valor intrínseco de identidade nos bens patrimoniais, senão por meio daquilo que lhe é conferido socialmente. O constante aparecimento de novos patrimônios procura ajustar “(...) *um sentido de passado e a consciência do presente – contribuindo de forma significativa para normalizar as diferenças que se colocam para enxergar as singularidades (...)*” (POULOT, 2011: 479).

No Brasil em especial, a partir de meados dos anos 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais, respaldados pela chamada Constituição “cidadã”, emergem diversas tipologias patrimoniais, defendidas por diferentes grupos e setores da sociedade que reivindicam um certo reconhecimento. A reflexão teórica tem ganhado fôlego e as contribuições metodológicas, impulsionadas por critérios interdisciplinares (6), tem permitido uma intensa reflexão sobre o patrimônio cultural no Brasil.



Para tanto, muito contribuiu os estudos que se realizaram sobre as instituições responsáveis pelos tombamentos em nível nacional, estadual, e quando existe, municipal. As revisões bibliográficas e a busca por inserir estas questões no contexto da narrativa histórica, favoreceu à estas reflexões. Se por um lado, as demandas sociais forçaram a esta revisão, também o Estado, como organizador das políticas culturais relacionadas à preservação, aspirava um melhor conhecimento sobre a matéria. O tímido, mas consistente crescimento dos órgãos públicos de preservação, quando não sua multiplicação com a implantação órgãos municipais; as exigências legais em processos de licenciamentos; e o estabelecimento de cursos de pós-graduação e linhas de pesquisas em políticas culturais de preservação, assim como a conformação de novos objetos, sinalizam os avanços alcançados neste período.

No entanto, é preciso destacar que, as questões que fundamentam o tema do patrimônio como identidade e memória nacional, ainda dão substrato aos programas políticos de preservação cultural, assim como, apesar das reivindicações para os reconhecimentos estarem difusas socialmente, atendendo à diversidade cultural, é marcante a alusão ao estado nacional como elemento central. Afinal, somos credores deste passado.

O patrimônio hidráulico nos coloca no limiar de uma relação extremamente complexa, entre a cultura e a natureza. A razão iluminista determinou um lugar para a natureza, distante da prodigiosa criatividade e laboriosidade humana. O que se pretendeu preservar inicialmente, era justamente o fruto da arte e da técnica de uma humanidade que avançava inexoravelmente sobre uma natureza de inesgotável recursos. As estruturas hidráulicas (entendidas como artefatos) na maioria das vezes expressam esta perspectiva de domínio da natureza, destacando-se como o mais importante elemento no contexto da paisagem cultural. O termo artefato se refere a um contexto técnico, *“(…) que incluye dos campos de significación: por un lado hace referencia a la presencia de un elementos físico (el material con lo que esta hecho el objeto) y por otro hace referencia a la actividad humana de la transformación de la materia en objeto. Es un concepto importante en el sentido de que da cuenta que existe materia prima, cuyo origen es natural, y conocimiento humano aplicado bajo forma de tecnología (...)”* (BALLART, 1997: 22).

Este patrimônio (hidráulico) é o que pretendemos destacar, trazendo à luz alguns vestígios materiais relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado.

Ao tema do patrimônio cultural se agrega, pois, o tema da água e das paisagens vinculadas ao patrimônio hidráulico, que propicia uma tipologia que dialoga intensamente com a memória e com outras manifestações culturais. De acordo com Costa, *“(…)os espaços de memória e de relações sociais centradas na água estão enraizadas um conjunto de práticas culturais e dinâmicas associadas à gestão dos recursos hídricos que transformam este recurso num bem comum (...)”* (2014: 78). Entendemos que os conhecimentos produzidos por meio da pesquisa histórica e da pesquisa arqueológica, que permitem o desenvolvimento de um campo convergente de reflexão, como próprio do patrimônio cultural. A meu ver, a história e a arqueologia, assim como outros campos do saber científico, devem na atualidade serem considerados em uma perspectiva interdisciplinar, equivalente e compatível, permitindo uma intensa e constante interação com outras áreas do conhecimento. Ao introduzir o conceito de patrimônio e de paisagem cultural, partilhamos da idéia que estes *“(…) parecem oferecer uma perspectiva muito mais rica e abrangente quando aplicada às ideias convencionais da esfera da preservação patrimonial, podendo servir para ampliar a visão sobre os próprios centros históricos e as paisagens tradicionais, permitindo leituras que compreendem, justamente, as interdependências, muitas vezes ignoradas, ente os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos e sistemas (...)”* (FIGUEIREDO; BATISTA, 2016: 87).



Faço uso portanto, do conceito de paisagem cultural, como elemento aglutinador e de diálogo entre estes campos, por acreditar que este permite um adequado aprofundamento da interdisciplinaridade.

2. Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Hidráulica

Os conhecimentos gerados pela Arqueologia da Paisagem, estão fundamentados nas concepções teórico-metodológicas, que procuram analisar, através da cultura material, as dimensões ambientais em que se inserem as sociedades humanas. Esta arqueologia se propõe à aproximação, desde diferentes campos do conhecimento (7), ao objeto arqueológico, buscando conhecer a dimensão espacial das atividades humanas. Oriunda do encontro destes diferentes campos do conhecimento, que ao longo do século XX, contribuíram para seu desenvolvimento, a Arqueologia da Paisagem é tributária da Arqueologia Espacial, que se contrapôs à perspectiva então predominante do enfoque histórico-cultural.

É bem verdade que a arqueologia, desde os anos 1960, esteve em busca de um arcabouço teórico próprio. Derivada da ecologia cultural de J. Steward que procurou inserir no debate teórico a importância do papel desempenhado por fatores ecológicos na conformação de sistemas socioculturais (TRIGGER, 2004: 270), mas de viés neo-evolucionista, é dissidente no processualismo de David Clarke e Lewis Binford, que propõe a articulação de dados espaciais e ecológicos com os padrões de assentamento. Nesta segunda vertente, partia-se do pressuposto que a cultura é um sistema, ou seja, a cultura deve ser entendida como um entrelaçamento de atributos e/ou entidades que formam um todo complexo. A Nova Arqueologia, como ficou conhecida esta vertente, dá origem a uma *“(...) noção de amostragem mais sofisticada e produtiva (...)”, em se abandonam os estudos de áreas específicas dos sítios arqueológicos (como podem ser os centros cerimoniais e os palácios) e passam a realizar estudos regionais mais completos e abrangentes, onde se incluem os espaços camponeses, por exemplo (...)”* (TRIGGER, 2004: 302). Os principais avanços da Nova Arqueologia ocorreram sem dúvida, no campo metodológico.

A partir dos anos 1980, com o pós-processualismo, o conceito de espaço pautado em um certo determinismo, é paulatinamente substituído pelo de paisagem, que se define melhor como uma construção social e histórica. Além do mais, ao assumir este entorno natural como um lugar que resulta de uma atividade humana (posto que apropriado, construído, manejado, ordenado e manipulado), a base dos procedimentos analíticos se tornam mais interdisciplinares.

Neste sentido, é que a Arqueologia da Paisagem compreende os espaços rurais e os processos produtivos inerentes a eles. Como desdobramento desta arqueologia comprometida com as sociedades e os ambientes nos quais intervém, a chamada Arqueologia Hidráulica se define como o estudo das distintas estruturas arquitetônicas, elaboradas para disciplinar a água. Como marco inicial, surgiu como um instrumento que permitiu aceder ao desenho inicial de um sistema de irrigação aos quais se relacionava o conjunto de espaços camponeses: terras de pasto, terras de cultivo, assentamentos residenciais e todos os diferentes espaços no qual se incluem e, onde, se desenvolvem os diversos processos de trabalho camponês. Consideramos os princípios da Arqueologia Hidráulica (BARCELÓ, 1988: 195-196) favoráveis ao estudo dos artefatos de que trataremos nesta apresentação.

O conhecimento produzido pelo estudo e interpretação do espaço histórico somente será eficiente se nele se incluir a organização social que produz o espaço, podendo nele ser reconhecível as diferentes organizações sociais dos grupos em questão. O uso desta metodologia, sustentada na



prospecção, permite estabelecer um padrão de assentamento regional, no qual se considerem as diferentes culturas, formas de ocupação e atividades produtivas neles desenvolvidas.

George Marsh (MARSH *Apud* LOWENTHAL, 2010: 9), principal autor da formulação da consciência conservativa nos Estados Unidos, já advertia na segunda metade do século XIX, sobre a necessidade de se dar mais importância à preservação de objetos relacionados à vida diária, em lugar dos monumentos da antiguidade, por exemplo. Marsh defende a preservação das ferramentas usadas no campo, das oficinas, dos instrumentos domésticos, enfim, daquilo que está mais próximo dos enraizamentos culturais, impulsionando os ideais de conservação não só de vestígios da história, como também da natureza. Neste sentido a cultura material dos grupos sociais subalternos, relacionados ao universo do trabalho.

A Arqueologia Hidráulica, se insere igualmente no amplo contexto da arqueologia histórica, cujo objetivo é conhecer “(...) *através da cultura material, temas que a história, pelos seus próprios meios, não consegue acessar (...)*” (NAJJAR, 2005: 18). E esse é exatamente o nosso caso: para a região em questão – bacia inferior do rio Paraíba do Sul – a produção historiográfica, assim como a pesquisa arqueológica, é incipiente, dispersa e não sistemática.

No Brasil os estudos da Arqueologia Histórica se inicia nos anos 1960 e as pesquisas se centravam então nas relações entre os colonizadores e os povos indígenas e em discussões sobre restauração dos monumentos, sobretudo os jesuítas. A partir dos anos 1980, com o retorno à democracia no Cone Sul (COSTA, 2010: 22) a arqueologia no Brasil começa a crescer, surge no Rio de Janeiro o primeiro curso de graduação em arqueologia, que buscam divergir dos assuntos até então consagrados pela pesquisa arqueológica de carácter histórico. Mas é somente a partir dos anos 1990, com a consolidação dos cursos de pós-graduação no país, que há mais ênfase numa arqueologia mais comprometida com a diversidade étnica e cultural brasileira.

É terminante destacar que os registros da história por um lado, e os da arqueologia por outro, são desiguais, e o cotejamento entre estes se faz necessário para que os resultados da análise sejam consistentes. Os documentos textuais, próprios da história, nos oferece em geral, uma informação desigual e deformante (registros na maior parte das vezes, provenientes de um único grupo social, quase sempre a classe dominante). Além do mais se define como uma documentação voluntária, isto é sua escrita é intencional.

Os arqueólogos podem – e devem – dispor das fontes textuais, próprias do historiador, mas devem fazer uso destas a partir de uma metodologia própria à arqueologia, como nos adverte Najjar (2005: 16). Esta autora observa que durante décadas a arqueologia ficou confinada a um lugar subsidiário à história, tendo papel quase que ilustrativo, mas posteriormente com o avanço das pesquisas na área, revelou-se que “(...) *na cultura material estavam cristalizadas ideias e atitudes de modo mais objetivo que no suporte textual (...)*” (*idem*: 17). O arqueólogo não deve prescindir da história, e deve recorrer, equilibradamente às contribuições de uma e de outra área do conhecimento.

Os registros arqueológicos, é o documento que se encontra nos locais de trabalho, são os restos matérias dos meios de produção e explicam os processos de trabalho. Contrapondo-se às fontes documentais, os registros arqueológicos compõe uma documentação involuntária, um legado que nos chega sem nenhum tipo de mediação. A cultura material é própria à arqueologia, vestígios de edificações, fragmentos cerâmicos, estruturas relacionadas à atividades produtivas, etc. Quem fala em arqueologia, fala em cultura material (BUCAILLE; PERSEZ, 1989: 18).

O termo cultura material possui um sentido coletivo, e é utilizada “(...) *para designar el conjunto de cosas materiales que el ser humano ha producido a lo largo de la historia(...)*” (BALLART, 1997: 23). A cultura material possui características que devem ser observadas: coletividade (ele nunca se refere a um individuo, sempre a uma coletividade); não-acontecimento ou repetição (concilia-se mal com



fatos isolados, procura fatos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos e tradições); é um fenômeno da infra-estrutura (*“estudar a cultura material significa atribuir uma importância casual, nos factos culturais, aos limites materiais que devem ter em conta”* p. 23); os objetos concretos (estes que são transmitidos e alimentam com regularidade os campos da pesquisa) (BUCAILLE; PERSEZ, 1989: 20-25).

Para a região que tratamos se evidencia a relativa escassez de estudos, tanto do ponto de vista da História, quanto do ponto de vista da Arqueologia. A historiografia regional se ocupa das áreas de maior visibilidade e das grandes estruturas agrárias escravocratas, pautada nos critérios econômicos (os grandes ciclos econômicos – açúcar e café). A pesquisa arqueológica foi até recentemente, displicente com os dados históricos, considerados secundários com relação à arqueologia pré-histórica. Apesar de, depois da Constituição de 1988, haver a exigência de estudos arqueológicos para os grandes empreendimentos, com a elaboração de EIA/RIMA, para as diferentes fases de execução de grandes empreendimentos (licenciamentos ambientais) exigidos por lei, persiste o problema da invisibilidade destas estruturas.

3. Tirando o manto da invisibilidade

Como parte deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento no arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN no Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar os registros sobre os sítios arqueológicos nos municípios de Cambuci, São Fidelis, Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Dentre os documentos levantados se inclui o Relatório de Diagnóstico Arqueológico do AHE Barra do Pomba (2008). Este relatório é parte do procedimento relativo ao Licenciamento Ambiental exigido por lei para a instalação de qualquer empreendimento.

No Brasil, licenciamento ambiental é um processo pelo qual todo empreendimento que causa impacto ambiental deve se submeter, em que se informa sobre as atividades que se pretende desenvolver, e os impactos efetivos e/ou potenciais que as atividades pretendidas podem ocasionar, e ao mesmo tempo, propor ações de monitoramento, mitigação e compensação para os possíveis impactos. A função primordial do processo de licenciamento é a de disciplinar e regulamentar o acesso aos recursos naturais (SÁNCHEZ, 2008). Aos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – se somam as exigências legais de trabalho da pesquisa arqueológica e cultural – levantamentos, prospecções e escavação de salvamento atividades arqueológicas nas áreas afetadas, que devem ser parte destes documentos. Neste sentido, estes relatórios/estudos são indicadores do potencial arqueológico das áreas impactadas pelos empreendimentos. Mas identificação de sítios e registro de vestígios materiais sinalizam não apenas este potencial, mas subjetivamente o valor atribuído e estes.

Com base nos dados coletados no relatório acima mencionado, foi realizado um trabalho de prospecção nos municípios supra citados, em que se buscou percorrer o mesmo roteiro estabelecido no diagnóstico. O objetivo proposto para esta prospecção, era o de conhecer e documentar *in loco*, os dados registrados nos relatórios, com fins de complementar um banco de dados (um mapa síntese) que se estava organizando no âmbito da *Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA/UENF* (8), sobre os vestígios arqueológicos na região. Do ponto de vista metodológico, optamos pela prospecção de superfície, que segundo Banning, com quem estamos de acordo, configura-se como o *“(...) único método para investigar las distribuciones arqueológicas a nivel regional y también muy útil para analizar el uso del espacio en los paisajes pretéritos; en definitiva para estudiar las actividades de las comunidades humanas en sus contextos regionales. Y también es un instrumento poderoso en la lucha para proteger y gestionar el patrimonio arqueológico (...)”* (BANNING, 2002: 234, *Apud* RUIZ ZAPATERO, 2004: 26-27).



Seguindo o objetivo proposto, foram realizadas prospecções nos locais onde foram identificados com algum vestígio arqueológico; para fins deste estudo se considera duas estruturas hidráulicas de grande porte relacionadas à atividades agrícolas e industriais identificadas durante as prospecções, situadas às margens do rio Pomba e rio Paraíba do sul, respectivamente. Além destas, incluímos as ruínas de duas outras estruturas similares, uma no do rio Paraíba do Sul e outra no rio Muriaé, um afluente a jusante. A leitura do diagnóstico não nos permitiu perceber a presença destas imponentes rodas d'água e de outras estruturas de acondicionamento do rio, associadas a estas, isto é, a nosso ver o diagnóstico, ao omiti-las, ou simplesmente demonstrar interesse específico nas mesmas, não valorizou estas estruturas como documentos arqueológicos significativos.

4. Espaço Rural e Racionalidade Agrária

Entendemos que as rodas d'águas e as demais estruturas associadas a estas são os artefatos que, relacionados à atividades agrícolas, conformam o que chamamos de *espaço rural*. Por espaço rural, compreende-se a articulação entre o assentamento humano e o conjunto de zonas onde tem lugar os processos de trabalho necessários para a sua reprodução social (BARCELÓ, 1988). No caso das sociedades estratificadas e organizadas politicamente entorno a um Estado centralizador, é necessário considerar que o objetivo da produção é superior à subsistência, e os processos de trabalho estão orientados à produção de excedentes. Relações sociais desiguais que se dão sobre um determinado espaço rural, produz desigualdades espaciais que podem ser arqueologicamente detectadas e são passíveis de explicações.

Desconhecemos a data de instalação das estruturas objetos deste estudo. Do ponto de vista temporal podemos dizer que são da segunda metade do século XIX, podendo estender à 1ª década do século XX. De outra parte, podemos afirmar que estão relacionadas a uma certa atividade agrícola ainda pouco estudada. A bibliografia em geral apenas menciona, quando não silencia completamente. Entendemos que atendem a uma racionalidade agrária, que deve ser entendida como um sistema composto de elementos técnicos – as formas de uso da água, o uso adequado dos instrumentos de trabalho, adequado às plantas que se deseja cultivar – e sociais – as relações de produção. No caso, baseadas no trabalho compulsório/escravismo.

Esta perspectiva é de suma importância para entender a relação entre o homem e a natureza, no âmbito colonial. Não é uma relação direta ou imediata. Ela se dá através de relações de produção específicas que devem ser consideradas. Destarte, é preciso remarcar que não existem espaços produtivos fora da lógica escravista de produção até 1888 (ano da abolição da escravatura) e posteriormente do capitalismo. A propriedade da terra e dos meios de produção, incluindo os trabalhadores está entre as propriedades de um senhor de terras, tal como assinala Antonil, que indicava como cabedal do senhor de engenho as terras férteis, com águas para mover rodas ou para a navegação, com mata para extração de madeira de lei e lenha (ANTONIL *Apud* GAMA, 1983: 131).

A região deste estudo permaneceu, até princípios do século XIX, marcada ambientalmente por uma densa floresta havendo ainda a presença de grupos indígenas, que com grande mobilidade, mantinham algum contato com a população colonial (TEIXEIRA, 2016). Com uma população colonial rarefeita era objeto de pouca ou nenhuma intervenção do poder colonial.

No século XIX, esta região começou a ser circundada por duas economias que tiveram grande expressão econômica: na zona da Mata Mineira ou médio Paraíba do Sul a cafeicultura (9), que se expandia desde São Paulo e, na região mais próxima à foz do rio Paraíba do Sul, a agro-açucareira. Delimitada por estas duas áreas de intensa atividade econômica, a região objeto de nosso estudo teve um desenvolvimento vigoroso embora menos visível, baseado na produção em menor escala de



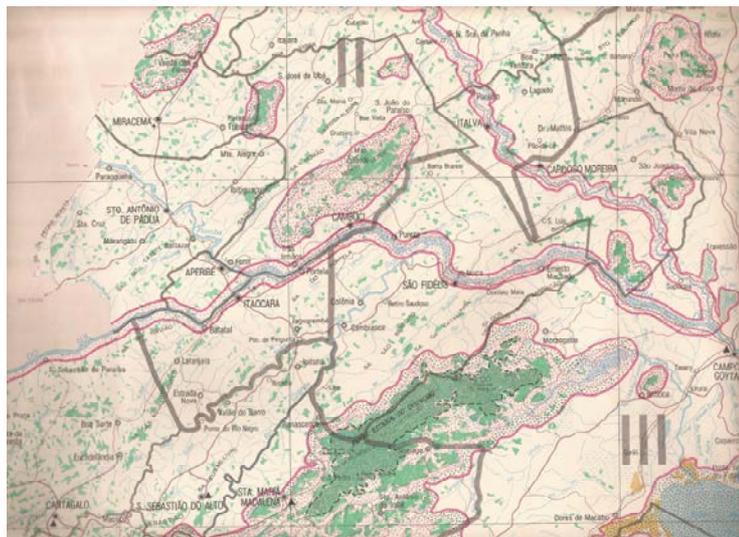
açúcar e café e em maior escala de cereais (fundamentalmente arroz e milho), além da mandioca e na extração de madeiras de lei. Além dos produtos agrícolas, a principal produção de manufaturados nesta região (São Fidelis – Itaocara) era a “(...) de telhas, tijolos, louças de barro e tecidos de algodão grosso (...)” (PALAZZOLO, 1963: 165). Alguns fornos cerâmicos coloniais, identificados em trabalhos de campo anteriores (TEIXEIRA, 2005), parecem ser os testemunhos materiais da indústria ceramista local.

Entendemos que os elementos técnicos (estruturas arquitetônicas e morfologia espacial) são artefatos cujo estudo pode proporcionar informações de qualidade sobre os processos de trabalho manual e intelectual da atividade agrária, sobre o modo de vida nesta região neste período.

5. Vale inferior do rio Paraíba do Sul

A bacia do rio Paraíba do Sul é uma das mais importantes do Brasil abrangendo uma área de 55.500 km². O rio principal delimita três importantes estados da região sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), apresentando um percurso de relevo bastante acidentado, entre a Serra do Mar e a Mantiqueira. Alcançando uma extensão de 1.137 km atravessa um total de 180 municípios (10) - mais ou menos 5 milhões de habitantes. Tudo isso contribui para a existência de inúmeros problemas na atualidade, como o despejo de esgoto doméstico e as atividades industriais, agrícolas e de exploração de minério em toda sua extensão. Por isso mesmo, é um dos rios mais poluídos do Brasil com graves problemas relacionados à qualidade da água e ao assoreamento (11). Esta bacia hidrográfica está estreitamente relacionada ao processo de ocupação colonial desde o século XVI. Por ela passaram as primeiras bandeiras em busca do aprisionamento de índios e, às margens do rio principal surgiram os primeiros povoados, as primeiras vilas. Entretanto, como já indicado, a região deste estudo ainda que inserida nesta bacia, está localizada em uma zona que até o final do século XVIII permaneceu com pouca ou nenhuma ocupação.

Interessa para fins deste trabalho a bacia inferior do Paraíba do Sul, que assim definimos: desde a confluência do rio Pomba, a altura de Santo Antônio de Pádua, até sua desembocadura no oceano Atlântico, em Atafona, município de São João da Barra (**vd. Mapa 1.**). Se inclui neste trecho, os afluentes da margem direita e da margem esquerda, com suas sub-bacias.



Mapa 1. Mapa da região de estudo.

Fonte: [Fragmento do] Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Rio de Janeiro; SEMAN/IEF. 1994.

Não é senão, até finais do século XVIII, que esta região que corresponde atualmente ao noroeste fluminense é efetivamente colonizada, principalmente como consequência do declínio na exploração do ouro nas Minas Gerais (LAMEGO, 1950). Nos séculos anteriores esta zona foi propositalmente mantida em condições desfavoráveis para ocupação pelo governo português, cujo objetivo era manter apenas um caminho (caminho real) entre as províncias das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, buscando evitar o descaminho e o contrabando dos metais e pedras preciosas, bem como assegurar um maior controle sobre a população (MERCADANTE, 1973: 23). Segundo Valverde, *“(...) a política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir que na linguagem da época se chamava ‘o descaminho do ouro’, isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas (...)”* (1958: 26).

Ao longo do período de plena atividade de exploração do ouro, até sua decadência, a finais do século XVIII, *“(...) o devassamento e conseqüente povoamento não provocaram a profundidade para os vales dos afluentes esquerdos do Paraíba (...)”* (MERCADANTE, 1973: 22). Segundo este mesmo autor, *“(...) de tal circunstancia resultaria conservar-se convizinha ao litoral fluminense, durante um século e meio, uma floresta virgem habitada apenas por índio e animais. A tira de selva, muito estreita nas mediações de Mar de Espanha, ia sempre alargando-se para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba. Matas impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo os flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento dos Sertões do Leste (...)”* (Idem: 22).

O memorialista Alberto Lamego, agrega outro fator que contribuiu a uma incipiente ocupação colonial até princípios do século XIX, observando que a *“(...) impossibilidade de navegação foi o principal fator que fez permanecer o rio desconhecido desde a descoberta quinhentista da sua foz e durante o intenso povoamento de Campos a partir do seguinte século. Excetuada esta planície costeira e o médio e alto curso paulistas, com suas vilas assentadas num caminho de Bandeiras, quedou-se o Paraíba incógnito até quase o alvorecer do século XVIII (...)”* (1950: 310). Paradoxalmente, foi a necessidade de escoar os produtos mineiros, principalmente o café, em plena expansão neste momento, que forçou a criação dos primeiros caminhos até o porto de São Fidelis, desde onde eram embarcados para percorrer o único tramo navegável do rio Paraíba do Sul, até o porto de São João da Barra.

Com o declínio da mineração em Minas Gerais *“(...) toda a vasta zona dos municípios de Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Carmo, Pádua, Itaocara, Monte Verde, São Fidelis, cobriu-se de mineiros que, nos finais do século XVIII e começo do século XIX, abandonaram a mineração (...)”* (MERCADANTE, 1973: 26). A expansão para o sertão (12) da Província do Rio de Janeiro, neste momento, configura-se portanto, como o resultado de um projeto econômico de consolidação da posse das terras, empreendido por uma certa vocação colonizadora, e incentivado pelo governo português com apoio da burguesia emergente. Os primeiros a chegar foram os missionários capuchinhos, com a incumbência de apaziguar (controlar e domesticar) os índios *tapuias* (das etnias purí e coropó), ao mesmo tempo que cumpriam a missão de recordar aos poucos colonos que ali viviam, desassistidos pelo governo colonial e abandonados à própria sorte, as normas de condutas da civilização. Assim que é somente no século XIX que se começa colonizar esta extensa área, que começamos a conhecer principalmente a partir dos relatos dos cronistas e naturalistas que atravessavam este território. Por meio destas narrativas é possível vislumbrar as paisagens e sua gente (colonos e indígenas), em se destacam a impressão causada pela densa floresta, descritas com evidente fascinação pelos viajantes (RIBEYROLES, [1859]1980; BURMEISTER, [1852]1980). Aliás, é Burmeister que constata, ao trilhar o caminho de São Fidelis em direção a Mariana em Minas Gerais, ser esta uma região *“(...) completamente selvagem e inculta (...)”*. E em seguida observa que é *“(...) interessante notar como os traços de civilização desaparecem no rio Paraíba, em cuja margem oposta se via uma paisagem intacta ainda em sua vegetação virgem. À*



medida, porém, que se sobe o rio Pomba, a região começa a apresentar-se mais cultivada. Seria lógico que o contrário se produzisse, mas não é assim. Quanto mais se penetra no interior, tanto mais cultivada e civilizada é a região (...) BURMEISTER, [1852]1980:180).

Esta observação se explica pelo fato das economias açucareira e cafeeira estarem em pleno crescimento. A primeira ocupando a planície aluvionar de *Campos dos Goitacases* e a segunda, a região que engloba a bacia do médio Paraíba do Sul. Com o avanço do século XIX, estas duas áreas conhecem grande desenvolvimento, e como parte da demanda produtiva destas duas economias, intensificam-se os desmatamentos na área ainda preservada do noroeste fluminense, tendo os índios como principais coadjuvantes (TEIXEIRA, 2016). Bustamante assim descreve o cenário: “(...) área imensa, coberta de densas florestas, abundante em madeiras de lei, principalmente a cabiúna, o jacarandá e o cedro, que, mais tarde, vieram a oferecer vasto comércio lucrativo e eram conduzidas em balsas que desciam pelos rios, guiadas por índios já domesticados, em demanda dos portos de Campos e Macaé, onde eram vendidas (...)” (1971: 20).

Os desmatamentos vão dando lugar a produção agrícola: as áreas de terrenos mais elevados e desmatadas acolhe a expansão do cultivo de café, nos baixios próximo ao rio, principalmente o arroz. Charles de Ribeyrolles, em meados do século XIX, assinala que as “(...) a cana, como o arroz, somente é cultivada nos terrenos baixos, impróprios a outro gênero de cultura (...)” ([1859] 1980: 43). Burmeister, também observa que é ao nível do rio que “(...) os colonos cultivam o arroz (...)” ([1852] 1980: 145). No entanto, é de se considerar que outros produtos eram cultivados, como o milho, a mandioca e o feijão, em atendimento ao mercado interno.

Apesar da produção de arroz ter sido significativa, não teve a mesma relevância da produção do açúcar e do café. A pujança destas duas economias, ofuscam as informações sobre a produção do arroz ou outros produtos menos valorizados (milho, feijão, mandioca), que podemos entrever como significativas para o consumo ordinário das pessoas. Sabemos mais quando estas economias estão em decadência, do quando estão em seu auge. Em seu Alamanak, Alvarenga observa uma decadência não apenas dos produtos mais importantes do ponto de vista econômico, como o café, mas também na produção de cereais, especialmente o arroz:

“ARROZ. O município de Campos já cultivou arroz que sobrelevava de seu consumo para exportação, e hoje, ao inverso, importa quase que a totalidade do que necessita para consumo (...)” (ALVARENGA, 1881: 99).

Segundo Amorim Neto e Andrade (2008: 21), ainda hoje a “(...) fertilidade natural dessas áreas é considerada boa (...)”, para o cultivo do arroz, e completa informando que “(...) normalmente, os restos da cultura são utilizados pelos animais em sistema de pastejo; as fezes e a urina dos animais, acrescidas da palha resultante da batadura, são incorporadas naturalmente ao solo, fertilizando-o (...)”. Os autores chamam a atenção para o fato da colheita na região ser ainda predominantemente manual, realizada por meio de cutelos (2008: 40). Certamente esta prática atual está fortemente amparada nas práticas de cultivo estabelecidas no século XIX.

Para fins desta apresentação consideramos a área delimitada pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul e compreendida entre os municípios de Itaocara e Cambuci, em que se inclui a confluência do rio Pomba com este (vd. Mapa 2.).



Mapa 2. Imagem de satélite da região de estudo, com localização de duas áreas. Fonte: Google Earth

Neste trecho do rio foram localizadas duas rodas d'água que constituem o ponto de partida para este estudo, e embora uma delas tenha sido citada nos relatórios arqueológicos que se produziram na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental, não foram destacadas como objeto de interesse arqueológico ou histórico. Estas estruturas se vinculam a processos produtivos de menor visibilidade na região, do ponto de vista econômico, e seu desaparecimento certamente compromete a compreensão adequada de sua importância e significado. A inobservância por parte do arqueólogo de seu real valor, expressa uma visão limitada da cultura material histórica como fonte de pesquisa. Ao mesmo tempo aponta a problemas recorrentes nos EIA/RIMA, geralmente elaborados por pessoas que não conhecem devidamente a região, ou mesmo a sua história e que, inadvertidamente reproduzem os modelos de ocupação das áreas mais próximas. A produção bibliográfica relacionada às economias agro-açucareira e cafeeira é imensamente maior que aquela relacionada a esta região específica. A ausência de uma historiografia própria, dificulta o acesso às particularidades históricas que permitiriam compreender melhor os vestígios materiais remanescentes (vd. Mapa 2.).

O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

6. As rodas d'água: patrimônio hidráulico e paisagem

Ainda não há estudos e sínteses históricas sobre a estrutura fundiária com as quais possamos contar para compreender plenamente o espaço rural nesta área. Estes ainda são fragmentados e dispersos. Com os poucos dados disponíveis na bibliografia, pode-se imaginar um cenário de fazendas de diferentes portes, tendo em consideração a extensão das terras, a capacidade de produção, os gêneros produzidos, os recursos investidos e a auto-suficiência. Destes elementos dependiam as estruturas existentes – edificações, equipamentos, terrenos cultivados.

Além do mais, como já fizemos observar, o processo de colonização tardia nesta região favoreceu à preservação da densa floresta tropical – a chamada Mata Atlântica. Parte das atividades realizadas pelos donos de terras era a extração de madeira para os mais diversos fins, desde a construção civil e as caldeiras dos engenhos, até já na segunda metade do século XIX atender as demandas da expansão das estradas de ferro na região.

Assim que dentre as estruturas possíveis nestes espaços poderiam estar presentes construções destinadas a oficinas – carpintaria e forja, depósitos de ferramentas e utensílios agrários, caieiras para a produção de cal, paióis para os cereais (milho e arroz principalmente), olarias com fornos para a queima e estruturas hidráulicas, como as rodas d'água. Estes relacionados à produção agrícola. Outras estruturas poderiam ainda estar presentes: moradias para funcionários e agregados, ranchos para os animais, baias, curral, galinheiro e pocilga. Estas unidades produtivas podem ser caracterizadas como agroindustriais.

Novaes (2008) alerta, para o fato de que mesmo as fazendas especializadas na produção de café, na região do vale médio do rio Paraíba do Sul as estruturas produtivas – os engenhos – faziam além do beneficiamento do café e de cereais que atendiam à subsistência da propriedade – farinha, de mandioca, arroz, óleo de mamona, entre outros. Nestas fazendas o engenho de serra (serraria) estava sempre presente, muitas vezes acoplado ao de café em função do aproveitamento da força motriz através da água. Segundo Gama (1983: 81), a roda d'água está presente nos engenhos e fazendas brasileira, desde o século XVI como força motriz, com papel de destaque, indicando que estas “(...) seriam também empregadas para movimentar outros tipos de moendas, como as de pilão ou mesmo os trapiches (...)” (GAMA, 1983: 126).

No século XIX, independente da tecnologia utilizada a força motriz utilizada para mover as máquinas e ou engenhocas era a hidráulica – complexo mecanismo de rodas d'água e polias de ferro. Ao longo deste mesmo século, os equipamentos foram evoluindo em função das novas tecnologias. Para Kelman *et al.*, a roda d'água “(...) foi o primeiro engenho capaz de realizar trabalho a partir da queda de água, transformando energia hidráulica em energia mecânica (...)” (2008: 16). Já próximo ao final deste século, estes equipamentos hidráulicos começam a ser substituídos pelo conjunto turbina-gerador, que transforma a energia hidráulica em energia elétrica. As máquinas vão se tornando menores e mais eficientes.

As rodas d'água podem ser encontradas na bibliografia com outras designações, como roda persa, azenha (de propulsão inferior), nora ou nora de corrente e engenho. No entanto há diferenças tipológicas entre elas. A nora é um sistema antigo, originário do Egito e levado pelos árabes, no século X à Península Ibérica, que originalmente servia para elevar a água de rios e poços, depois eram distribuídas por meio de acéguas para albiges em cotas mais elevadas aos perímetros de irrigação, desde onde era distribuída por gravidade.

A roda d'água vertical de eixo horizontal, parece ter sido descrita primeiramente por Vitruvius, no século XVI, a qual estava acoplado um moinho (SCHMIDT, 1967: 73; GAMA, 1983: 126). Schmidt transcreve a descrição do próprio Vitruvius sobre o engenho que se lhe atribui: “Da mesma maneira



se movem os moinhos da água, em tudo semelhante, exceto em que possuem, em um dos extremos de eixo, um tambor dentado, o qual, colocado em posição vertical, gira com a roda. Em conexão com este tambor está outro maior, também dentado e disposto horizontalmente, e que forma um todo com a roda. Assim, os dentes do tambor embutido no eixo, empurrando os dentes do tambor horizontal, fazem girar a mó. Nesta máquina, uma moega nela colocada ministra o trigo às mós, e por efeito desse mesma rotação vai sendo moída a farinha (...) (VITRUVIO Apud SCHMIDT, 1967: 74).

As rodas d'água aqui descritas neste trabalho constituem-se de uma estrutura circular (roda) montada sobre um eixo horizontal, onde na periferia estão presos intercaladamente pás e alcatruzes (recipiente cerâmico ou metálico). Instaladas nas margens do rio em pontos de correnteza fazem a estrutura circular sobre o eixo horizontal fazendo os alcatruzes descerem vazios e subirem cheios, o que põe a roda em movimento contínuo, aproveitando a energia cinética da água corrente (**vd. Figura 1.**). Estas rodas d'água "(...) não carecem de quaisquer obras para promover o aproveitamento hidráulico, contudo é corrente a construção de um pequeno muro junto da roda, que se destina, quer à canalização da água para o aparelho motor quando o caudal é mais reduzido, quer à aceleração local do fluido (...)" (MIRANDA, VIEGAS, 1992: 20). A frequência de laboração é determinada pelo curso de água.

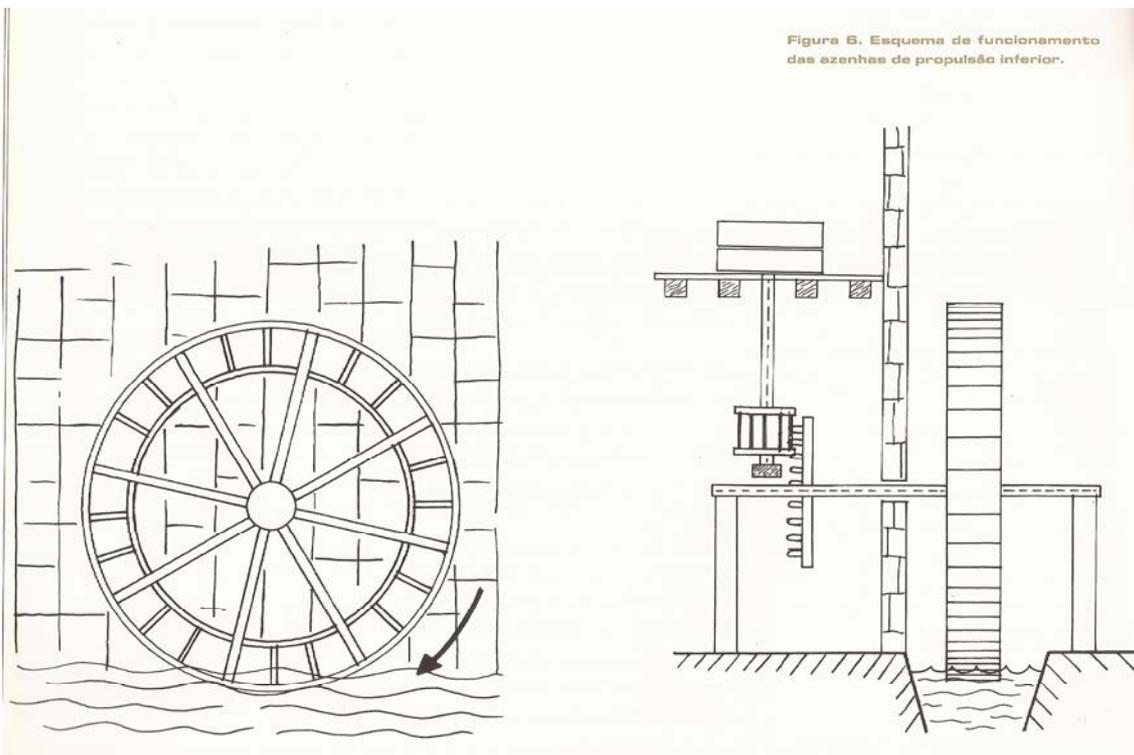


Figura 1. Desenho de uma azenha ou roda d'água. **Fonte:** MIRANDA, Jorge A., VIEGAS, João Carlos, 1992.

Na bibliografia regional, de caráter memorialístico, encontramos com alguma frequência referências às rodas d'água existentes nesta região no século XIX. Burmeister observa em sua viagem entre Nova Friburgo e São Fidelis, que na maioria das fazendas estão presentes as rodas d'água, as atafonas, as represas e as caieiras ([1852] 1980). Bustamante menciona a Fazenda Farol, que contém tudo quanto compõe uma fazenda (1860), "(...) engenho movido por uma gigantesca roda hidráulica, com o aproveitamento do rio Pomba artificialmente colhidas em queda improvisada; aparelhos de beneficiar café, cana, milho e serraria (...)" (1971: 56). Igualmente menciona a Fazenda Fortaleza, "(...) uma das melhores fazendas da antiga freguesia; excelentemente montada, à beira do rio (...)"

sua frente está a célebre ‘Cachoeira dos Macacos’, no rio Pomba tão falador e cobiçada para montagem de uma usina de produção de força e luz elétrica (...)’ (1971: 59).

Estas rodas d’água são marcos paisagísticos. Ainda que em ruínas e sem funcionalidade marcam o horizonte dão significados e sentido ao lugar. A paisagem não é apenas um dado da natureza, “(...) e sim o produto da interação humana com a natureza, ou seja, uma construção humana considerada tanto em seus aspectos físicos, como nos aspectos mentais que permitem a sua interpretação. Se no aspecto material está constituída de água, pedra, areia e vegetação, no aspecto cultural está feita de memórias, identidades e representações (...)” (TEIXEIRA, 2015: 102). Deste modo, entendemos que como paisagens culturais são “(...) produtos históricos, visto que são o resultado das atividades de nossos antepassados; construídas ao longo do tempo, como resultado das diferentes práticas sociais (culturais, simbólicas, políticas e econômicas principalmente) que se plasam no território (embora este não deva ser entendido como um mero suporte para as atividades humanas), o que lhe reafirma o componente histórico (...)” (Idem, Ibidem).

6.1. A Fazenda Serraria - S 21°.62’626”, WO 42°. 03’356”

Trata-se de uma fazenda situada no município de Cambuci, situada próximo as margens do Rio Paraíba do Sul. Não foi possível saber a data exata de sua criação, mas inferimos pelas edificações mais antigas que está datada do século XIX. Estão plenamente visíveis as áreas relacionadas à atividade produtiva agrária: a presença de um terreiro para secagem (13), uma caixa d’água, um grande galpão onde se encontrava a roda d’água e um tramo de estrada de ferro.

Constatamos que a roda d’água era movimentada por um canal artificial, que teria sido aberto com trabalho escravo, cujas águas colocava em movimento o “engenho”. Apuramos com os trabalhadores, que a força motriz produzida pela roda d’água colocava em marcha uma serraria (para madeira), além de um moinho de cereais e um alambique. Também gerava energia elétrica para abastecer a fazenda. A fazenda produzia principalmente café e arroz (14). A roda d’água servia para inundar os campos de arroz, que também contava com uma barragem.

A roda d’água já não estava em seu lugar original. As peças que compunham esta roda d’água estavam espalhadas por todo o terreno (15), ao redor do galpão (vd. **Figuras 2. e 3.**). Por dentro deste, o canal artificial ainda circulava suas águas, que eram captadas ao rio e passada a roda d’água era devolvida ao mesmo rio. A construção deste galpão pareceu-nos bastante recente, feito em alvenaria. Não foi permitido chegar até a casa principal nem uma elevação próxima em que, segundo os funcionários da fazenda, se podia ver os restos construtivos do que deveu ser as senzalas.



Figura 2. Vista exterior do galpão e saída de água. Fonte: Foto da autora.



Figura 3. Vista interior do galpão onde estava instalada a roda d'água. Observe-se a à direita parte da “caixa” onde estaria a roda. **Fonte:** Foto da autora.

6.2. Fazenda Quartéis - 21º. 63'625", WO 42º.06'146"

A fazenda Quartéis tem origem no posto estabelecido por Guido Thomás Marlière, na estrada que ligava Minas a Campos dos Goytacazes, por volta de 1826. Esta era a estrada basilar do escoamento da produção da zona noroeste da província fluminense, e parte de Minas Gerais, até o porto de São Fidelis, cuja importância se manteve até 1883, com a inauguração da estrada de ferro (16) (BUSTAMANTE, 1971: 66). Desta primeira guarnição toma o nome a fazenda Quartéis. O posto Guidowald, instalado na confluência do rio Pomba com o rio Paraíba do Sul, era guarnecido por soldados que cobravam impostos para a província de Minas Gerais (BUSTAMANTE, 1971: 67).

Atualmente localizada no município de Cambuci (17), a fazenda Quartéis, data do final do século XIX. Está situada à beira do rio Pomba, muito próximo à sua desembocadura no rio Paraíba do Sul. Há algum caseiro de construção mais recente (século XX) e um par de silos, o que denota as atividades agrícolas e pecuárias (a presença de animais e currais) na atualidade. Não tivemos acesso às construções mais antigas. Há uma bela caixa de d'água de ferro, semelhante às antigas caixas d'água associadas a ferrovias, com uma inscrição na estrutura de suporte com a data – 1920 (vd. **Figura 4. e 5.**).



Figura 4. e 5. Caixa d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. Fonte: Foto da autora.

Ali também encontramos em ruínas uma roda d'água, ainda instalada em seu lugar original e em funcionamento (vd. **Figura 6.**). As informações colhidas no campo com os trabalhadores da fazenda, confirmam o uso da roda d'água como serraria, moinho, alambique, produção de energia elétrica e inundação dos campos de arroz. As edificações próximas à estrutura hidráulica possuem características diversas atendendo a diferentes temporalidades.

A roda d'água esta instalada em um pequeno braço natural do rio Pomba. Este braço de rio forma à sua direita uma ilha onde, segundo nos informaram havia uma outra roda d'água, de menor tamanho destinada a inundar os campos de arroz que se encontram nesta ilha. Não há vestígios visíveis desta outra roda d'água (não pudemos atravessar até a ilha). Há uma barragem de pedra no leito do braço de rio que servia de reservatório à roda d'água (vd. **Figura 7.**).



Figura 6. Roda d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. Fonte: Foto da autora.



Figura 7. Represa no braço do rio Pombo, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. Fonte: Foto da autora.

Como se pode apreciar na imagem (vd. **Figura 8.**) em algum momento mais recente os alcatruzes originais foram substituídos por grossos canos de PVC. Em verdade não souberam nos informar de que material estava feito os originais.



Figura 8. Detalhe do alcatruzes da d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

Como já dissemos não há quase nenhum registro histórico para estas rodas hidráulicas. Picinini (2005), menciona algumas rodas d'águas que conheceu em sua juventude, em fazendas do município de Santo Antônio de Pádua. A memorialista menciona as fazendas de Barra Alegre, Fortaleza, Porto Alegre, Farol (antiga São José), Santa Cândida e Boa Vista, como possuidoras de rodas hidráulicas de grandes dimensões, como as que tratamos neste artigo, e de moinhos de fubá, possivelmente movidos à energia hidráulica. Menciona ainda a existência de represas para conduzir água para estas rodas e serrarias que também deviam ser movidas pela força da água, além de paiol, maquinário de beneficiar café, fornos (PICININI, 2005: 31-36).

6.3. Outras Estruturas

Na ocasião deste trabalho de campo, encontramos ainda outras rodas d'águas ou seus vestígios, que aqui deixamos registrado. Em Itaocara, município vizinho a Cambuci havia uma roda d'água, junto à estrada em direção a Portela (distrito deste município), assentada à margem do rio sobre seu leito (vd. **Figura 9.**).



Figura 9. Roda d'água, Itaocara, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

A ela não se associa nenhuma outra estrutura visível, como vestígios de habitações ou áreas de trabalho. A roda foi desmontada em maio de 2016. Inicialmente recebemos a informação sobre o desmonte da estrutura e logo encontramos a notícia no site de notícias (URL: <http://www.sfnoticias.com.br/considerada-como-parte-da-historia-de-itaocara-roda-d-agua-e-desmontada>), de onde retiramos a imagem do muro de sustentação onde se lê o grafite “tudo é passado...” (vd. **Figura 10.**).



Figura 10. Roda d'água, Itaocara, RJ..

Fonte: URL: <http://www.sfnoficias.com.br/considerada-como-parte-da-historia-de-itaocara-roda-d-agua-e-desmontada>

E pertinente registrar igualmente os restos matéias de uma roda d'água no rio Muriaé (afiuente da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, à jusante) e de duas barragens no rio, uma delas relacionada à mesma. Curiosamente estes vestígios se encontram ao lado da Prefeitura Municipal, e quando perguntamos sobre a origem das ruínas, ninguém soube informar sua origem ou função. A ruína se encontra ao nível do rio, e ainda se pode ver os fragmentos da antiga barragem no leito do rio (vd. Figura 11.).



Figura 11. Visão geral do local da antiga roda d'água, Italva, RJ. Observe-se à esquerda parte da murada da represa que desviava a água para a roda. **Fonte:** Foto da autora.

A seguir, temos para apreciação do leitor, uma fotografia das ruínas da estrutura edificada de suporte à roda d'água e um esboço realizado sobre o terreno da mesma (vd. **Figuras 12. e 13.**).



Figura 12. Detalhes da ruína da roda d'água, Italva, RJ. Fonte: Foto da autora.

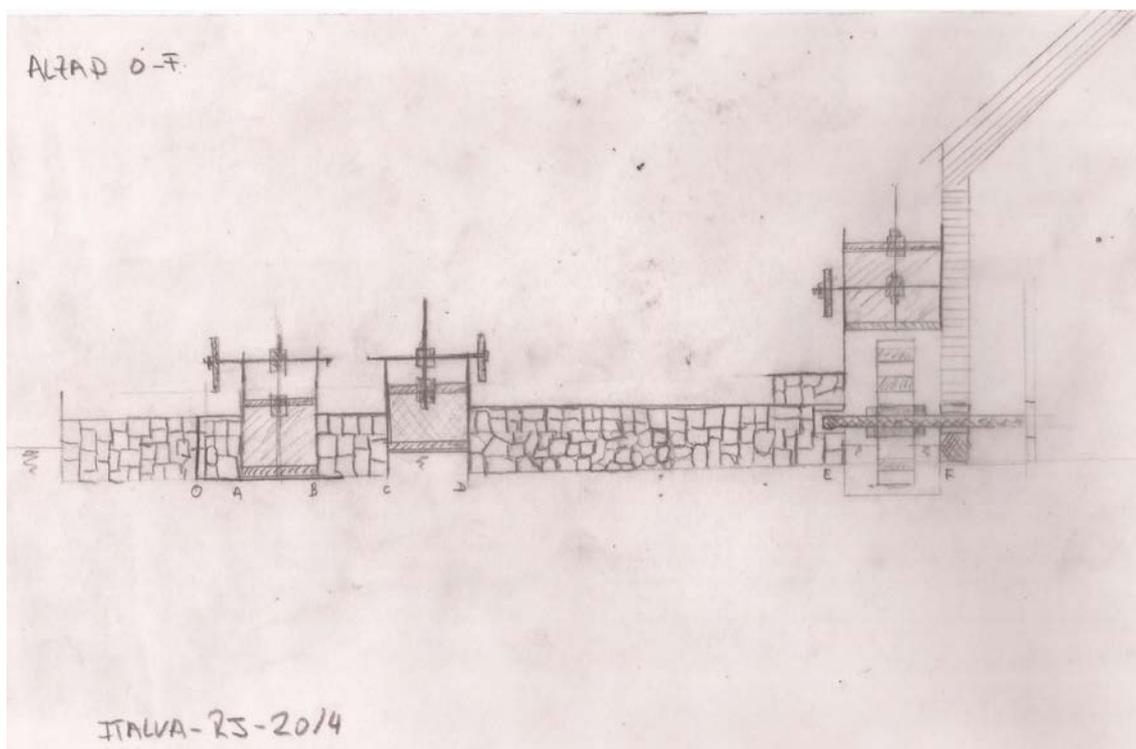


Figura 13. Croquis, Italva, RJ. Fonte: Desenho de Carlos Camargo.

7. Comentários Finais

O objetivo primordial deste artigo é o de chamar a atenção sobre um tipo de patrimônio que no Brasil tem sido sistematicamente negligenciado, e visto como de importância menor. O patrimônio histórico relacionado à esfera do trabalho, o patrimônio agrário e o industrial, como exemplos, somente muito recentemente tornou-se objeto de interesse por parte dos pesquisadores voltados para o estudo da preservação cultural no Brasil. Nos países europeus, e tomo como exemplo Portugal e Espanha, estes patrimônios tem sido identificados, registrados, estudados e preservados já a algumas décadas. Prevalece a ideia de que a melhor maneira de expressar a multiplicidade de identidade e as interações culturais, é valorizar o acervo cultural relacionado às comunidades, e relacionados às diferentes esferas de atuação social, principalmente aquela que se refere à reprodução social. Não há dúvidas sobre a importância destes acervos, mas a predominância de um, não deve sobrepor a do outro. Ambos são importantes e na maioria das vezes estão em intenso diálogo.

A água e os usos que se faz deste recurso é universal do ponto de vista das sociedades humanas, como elemento essencial a vida humana (abastecimento e saneamento), como força motriz ou como forma de aliviar o esforço humano nas atividades laborais, como elemento recreativo ou artístico, na maior parte das vezes está associada a estruturas arquitetônicas e de engenharia, muito antes destas disciplinas existirem enquanto tal. Assim que conhecer e interpretar seus vestígios é fundamental para se compreender como nos apropriamos socialmente dos recursos hídricos.

No século XIX, com a forte influência do pensamento progressista, as intervenções em ambientes aquáticos, como correções da natureza, acondicionamento de corpos de água ou como uso para atividades vinculadas a produção, ou como elemento a se evitar para controle sanitário, a água foi, como ainda é nos nossos dias, um elemento presente na maioria das cidades e no campo. Estas intervenções plasmaram novas paisagens culturais que devem ser objetos de conhecimento e reflexão.

As rodas d'águas aqui assinaladas passaram, de certo modo, desapercibidas ao olhar do especialista. Não foram consideradas suficientemente importantes, para evitar a inundação de uma área que, sem uma presença indígena marcante, ou na ausência de "monumentos" de maior "significado", parece desprovido de um significado maior. As rodas e as demais estruturas, permaneceram invisíveis tanto como artefato arqueológico, quanto parte de um patrimônio histórico-cultural. E corre, de fato, o risco de vir a desaparecer, como vimos acontecer em Itaocara.



NOTAS

(1) Projeto de pesquisa vinculado à Bolsa Produtividade P2 CNPq – Paisagens Culturais, Patrimônio Hidráulico e Cultura Material: identificação, estudo e promoção de um patrimônio invisível.

(2) Segundo Ballart (1997: 27), “(...) no podemos decir que toda cultura material es un bien cultural, ya que por este camino podríamos acercarnos al absurdo, sí que todo bien cultural es cultura material (...)”.

(3) Estamos de acordo com Carvalho (2016: 59) quando afirma que o conceito de patrimônio cultural surge de modo a conciliar a dicotomia entre “material” e “imaterial” e deve ser “(...) *compreendido como abrangendo duas dimensões, contemplando de forma intrínseca as suas expressões materiais ou imateriais (...)*”.

(4) Com uma importante tradição no domínio da água na região do Mediterrâneo, nos países ibéricos, tem-se buscado compreender as antigas estruturas hidráulicas considerando os elementos naturais e culturais que o conformam. Sistemas de captação, transporte, armazenagem e distribuição de água, para áreas urbanas e também para o campo. Os primeiros sistemas hidráulicos urbanos foram desenvolvidos pelos romanos e, posteriormente, em *al-Andalus*, foi implementada a agricultura irrigada camponesa, base de muitos dos sistemas hidráulicos existentes ainda hoje.

(5) Na América Espanhola, as tradições indígenas no âmbito do domínio da água, são também, largamente conhecidas, tendo originado estudos de grande importância a meados do século XX. Cfr. PALERM, A. - *Obras hidráulicas prehispánicas en el sistema lacustre del valle de México*. México, DF: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1973, p. 19–44; TORTOLERO-VILLASEÑOR, A. – *El agua y su historia: México y sus desafíos hacia el siglo XXI*. México, DF: Umbrales del Siglo XXI, 2000; REGAL, A. - *Los trabajos hidráulicos del Inca en el antiguo Perú*. Lima: Gráfica Industrial; VILLAFANA AVILA, J. F. 1986. *Sistemas hidráulicos incas*. Lima: Lluvia Ed., 1970.

(6) É de observar que os programas de pós-graduação no Brasil em se desenvolvem pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural, estão em sua maioria, no comitê interdisciplinar da CAPES.

(7) Principalmente a geografia cultural, a antropologia social e a ecologia cultural.

(8) Participaram dos trabalhos de prospecção e análise dos dados alunos e bolsistas da Oficina 6 de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA/CCH/UENF: Clarissa A. Guajardo Semensato; Edlane da Cruz da Silva Coutinho; Lucas Viana Aragão; Thais Cristina Silva de Oliveira.

(9) *“Nesses cem anos de autonomia viveu São Fidélis surtos de grande prosperidade e fases de decadência. Colocada, pela sua posição geográfica, entre as serras e a planície, assistiu, nos primórdios da sua vida, ao encontro de duas grandes civilizações. Uma Paraíba acima, conduzida pela cultura da cana de açúcar, a outra, Paraíba abaixo, trazido pela cultura do café”* (Apud PALAZZOLO, 1963: 167) – Texto de Theodoro Gouveia Abreu, escrito no jornal *O Fidense* por ocasião da comemoração do primeiro centenário de São Fidelis (05.março.1955).

(10) Em Minas Gerais são 88 municípios, no Estado do Rio de Janeiro 53 e no estado de São Paulo 39 municípios.

(11) Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP – Dados Gerais [Em linha]. [Consult. 29 set. 2014]. Disponível na [www: <URL:http://www.ceivap.org.br/dados-gerais.php>](http://www.ceivap.org.br/dados-gerais.php)

(12) *Sertão* é como é comumente chamada às terras interiores no Brasil.



(13) Pode haver servido tanto à produção de café como a de arroz, como se pode observar na informação colhida em Amorim Neto, Andrade (2008: 41), *“(...) nas condições das regiões Norte e Noroeste Fluminense, a maioria dos pequenos produtores tem feito a secagem, com sucesso, colocando os grãos em terreiros de cimento, espalhados em camadas de até 3 cm de espessura (...)”*.

(14) Cambuci na primeira década dos anos 2000, ainda se destacava como o segundo produtor de arroz do estado do Rio de Janeiro (AMORIM NETO; ANDRADE, 2008: 8).

(15) Dentre as peças espalhadas pelo chão, se encontrava o “miolo” da roda d’água, um estrutura de ferro de com a inscrição SKF. Buscamos informação sobre esta marca e identificamos que se trata de uma indústria de equipamento pesado, em atividade desde 1907. Não sabemos e esta seria a roda original, ou se a fazenda e a roda sendo mais antiga, seria de madeira logo substituída.

(16) Segundo Bustamante, o percurso desde estrada de ferro era o seguinte: Santo Antônio de Pádua, fazenda Fortaleza, onde se atravessa o “valão do Ourives” e depois o “Padre Antônio”, funil; Vieira Braga (1971: 66).

(17) Lembramos que os termos municipais históricos não corresponde aos atuais.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, J. de - Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1881.

AMORIM NETO, S.; ANDRADE, W. E. De B. - A cultura do arroz irrigado no estado do Rio de Janeiro. Niterói: Pesagro-Rio, 2008.

BALLART, Josep - El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona: Ariel, 1997. ISBN 84-344-6594-9.

BARCELÓ, M.; KIRCHNER, H.; NAVARRO, C. - El agua que no duerme. Maracena (Granada): Sierra Nevada 95/El legado andalusí, 1996. ISBN 84-89016-25-9.

BARCELÓ, M. - Arqueología medieval - En las afueras del <<medievalismo>>. Barcelona: Ed. Crítica, 1988. ISBN 84-7423-373-9.

BETHEMONT, J. - Sur les origines de l'agriculture. In METRAL, J., SANLAVILLE, P. (org.) L'homme et l'eau en méditerranée et au proche orient, II. Maison du Oriente: Universitaires de Lyon, 1982. ISBN 2-903264-31-7.

BESTUÉ CARDIEL, I., GONZÁLEZ TASCÓN, I. (eds.) - Breve Guía del patrimonio hidráulico de Andalucía. Sevilla: Agencia Andaluza del Agua/Consejería de Medio Ambiente, 2006. ISBN 84-96329-78-X

BUCAILLE, R., PESEZ, J-M. - Cultura Material. Em Enciclopédia Einaudi (16) Homo-domesticação; cultura material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. Depósito Legal 14 793/87

BURMEISTER, H. - Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, [1852] 1980.

BUSTAMANTE, Heitor - Sertões dos Puris. Santo Antônio de Pádua: Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências, 1971.

CARVALHO, Diana - Património Cultural – Reflexão sobre o conceito, aspectos técnicos e teóricos. Revista Ideário Patrimonial (Património entre patrimónios). ISSN 2183-1394. Numero 6//julho 2016//Instituto Politécnico de Tomar, p. 57-74.

COSTA, Diego M. - Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. ISSN 1980-5875. Volume 4, Número 2, Julho-Dezembro de 2010, p.7-38.

COSTA, F. da S. - Mãe-d'água: Um contributo sobre o património hidráulico e abastecimento público de Guimarães (noroeste de Portugal). Revista Agua y Territorio. ISSN 2340-84723 Número 3, enero/junio//2014. Jaén: Universidad de Jaén, p. 77-88.

FIGUEIREDO, Lauro César; BATISTA, Desidério - O conceito de paisagem cultural e os novos desafios de conservação do património: contributo para o debate em Portugal e no Brasil. Revista Ideário Patrimonial (Património entre patrimónios). ISSN 2183-1394. Numero 6//julho 2016//Instituto Politécnico de Tomar, p. 85-104.

GAMA, Ruy - Engenho e Tecnologia. São Paulo: Duas Cidades. 1983.

GLICK, Thomas F. - Regadío y sociedad en la Valencia Medieval. Valencia: Del Cenia al Segura, 1988. ISBN 84-85446-36-4



HUYSEN, A. - Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. ISBN 85-86579-15-7

KELMAN, J. *et al.* - Hidroeletricidade. In ALDO, C.; REBOUÇAS DA; BRAGA, BENEDITO e TUNDISI, José G. - Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 2008. ISBN 978-85-8630-341-8

LAMEGO, A. R. - O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LOWENTHAL, D. - El pasado es un país extraño. Madrid: Akal. 2010. ISBN 978-84-460-0816-3

MERCADANTE, P. - Os sertões do Leste – Estudos de uma região: a Zona da Mata. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIRANDA, Jorge A.; VIEGAS, João Carlos - Moinho de vento no Concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1992. Dep. Legal 60.665/92.

NAJJAR, R. - Arqueologia Histórica: Manual. Brasília: IPHAN, 2005.

NOVAES, Adriano - Os caminhos antigos do território fluminense. In Inventário das fazendas fluminenses, tomo I. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

PALAZZOLO, J. del (Frei) - História da cidade de São Fidelis. Rio de Janeiro: Convento dos Padres Capuchinos, 1963.

PICININI, Rita Amélia Serrão - A casa da Águia – crônicas paduanas. Santo Antônio de Pádua: edição do autor, 2005.

POULOT, D. - Cultura História, valores patrimoniais e museus. Revista Varia História. ISSN 1982-4343. Volume 27, Número 46//julho/dezembro//2011//Belo Horizonte, 2011, p. 471-480.

RIBEYROLLES, Charles - Brasil Pitoresco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. [1859] 1980.

RUIZ ZAPATERO, G. - La prospección arqueológica de superficie en inicios del siglo XXI. Revista Arqueología Espacial. ISSN 1136-81-95. Numero 24-25//2014//Seminario de Arqueología y Etnología Turolese// Teruel, p. 17-31.

SÁNCHEZ, Luis Enrique - Avaliação de impacto ambiental – conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. ISBN 978-85-86238-79-6

SCHMIDT, Carlos B. - O Milho e o monjolo. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1967.

TEIXEIRA, S. - Estudo de História e Arqueologia: os índios puris na bacia inferior do vale do Paraíba do Sul. In CANALES TAPIA, P.; CASTILHO, M.M. Los claroscuros del debate – Pueblos indígenas, colonialismo y subalternidad en América del Sur, Siglos XX y XXI. Santiago: Ariadna Ed., 2016. ISBN 978-956-8416-46-1

TEIXEIRA, Simonne - Paisagem, Natureza e Conhecimento: políticas hidráulicas na Espanha setecentista e oitocentista. Revista Geografia & Pesquisa. v. 19, Número Especial, 2015. ISSN 2236-4994, p. 101-114. DOI 10.5902/22364994/19374

TEIXEIRA, S. - Notas sobre as estruturas tipo forno no noroeste fluminense. In XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia - Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Campo Grande: Editora Oeste, 2005.



TRIGGER, B. G. - História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004. ISBN 85-88023-57-1

VALVERDE, O. - Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia. ISSN Numero 1/Ano 20//janeiro-março//1958.



O CONCELHO DO CRATO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Miguel Ângelo Portela da Silva Caetano

investigador Independente

3260-406 Figueiró dos Vinhos, Portugal

magelo2001@gmail.com



O Concelho do Crato no Início do Século XX

Miguel Ângelo Portela da Silva Caetano

Historial do artigo:

Recebido a 30 de março de 2018

Revisto a 12 de abril de 2018

Aceite a 20 de abril de 2018

RESUMO

Pretendemos dar a conhecer elementos da maior relevância para a História do concelho do Crato no início do século XX, contribuindo para um entendimento mais aprofundado sobre este concelho, particularmente nos seus aspectos socioeconómicos.

Procuraremos, ainda, elencar alguns dos intervenientes que se destacaram nesse período, nos mais diversos ramos de atividade e que contribuíram para a afirmação e desenvolvimento do concelho do Crato e da região onde este se insere.

Palavras- Chave: Crato, Século XX, História Económica, História Social.

ABSTRACT

We intend to present elements of great relevance to the history of the county of Crato at the beginning of the 20th century, contributing to a more in - depth understanding of this county, particularly in its socio - economic aspects.

We will also try to list some of the actors who stood out in this period, in the most diverse branches of activity and who contributed to the affirmation and development of the county of Crato and the region where it is inserted.

Key-words: Crato, 20th Century, Economic History, Social History.



1. O Concelho do Crato no Início do Século XX

No ano de 1904, o concelho do Crato integrava as freguesias de Aldeia da Mata, Flor da Rosa, Gáfete que andava anexa à do Crato, Mártires, Monte da Pedra que andava anexa à de Aldeia da Mata e Crato, sendo constituído por uma população que rondava nesse ano os 5 179 habitantes (PIRES, 1904: 1208) (vd. **Figura 1.**).

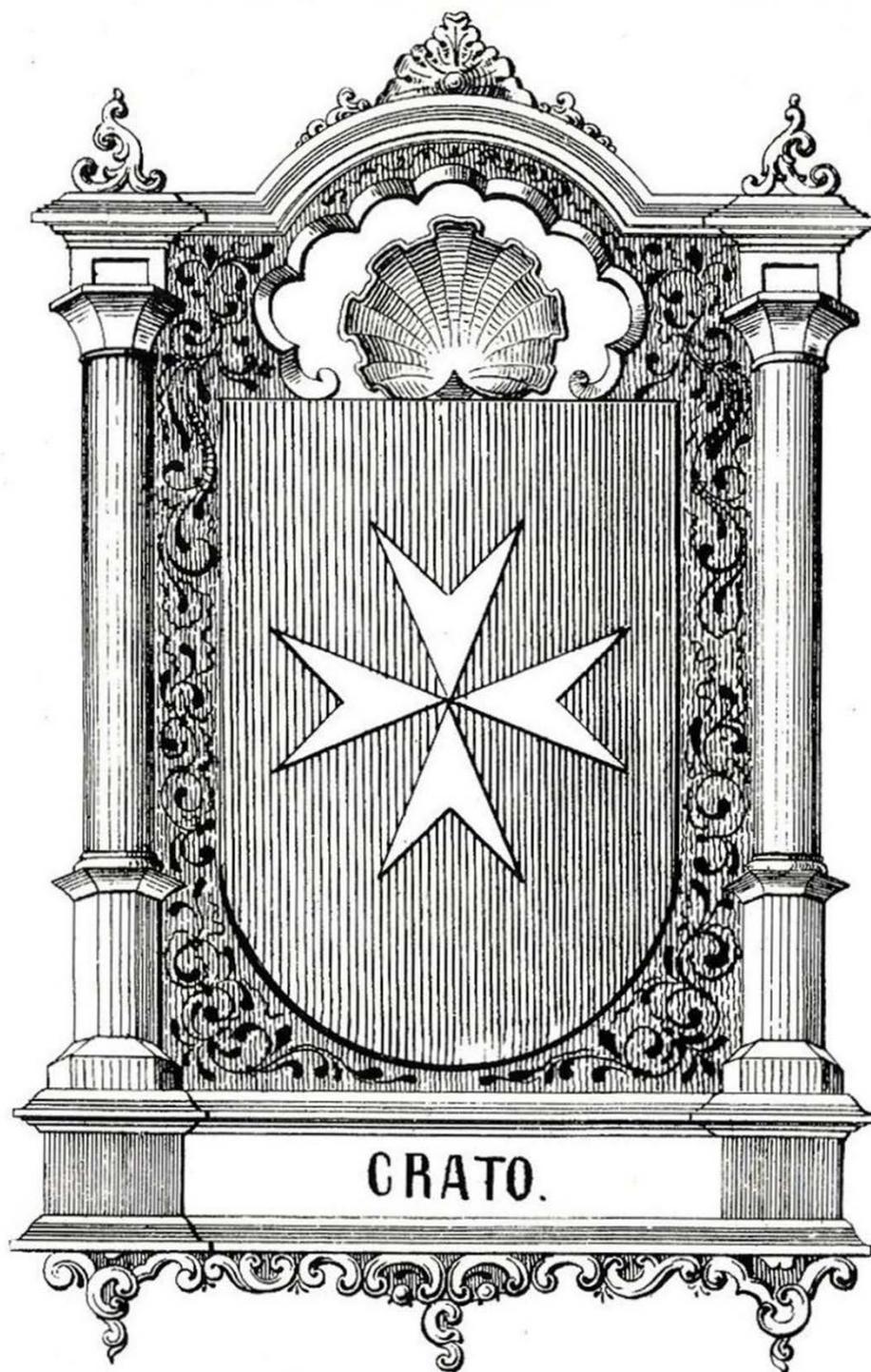


Figura 1. Brasão da vila do Crato. [Gravura]. Fonte: Coleção do autor.

A malha urbana da vila do Crato, assinalada por variadíssimas ruas e ruelas, quelhas e becos, desenvolveu-se em redor do seu castelo, existindo nesta época a rua de Santo António, da Estrela, da Cadeia, de José da Gama, da Redinha, do Cavaleiro, da Sobreira, do Paço, da Figueira, da Portela, dos Fornos, entre tantas outras.

Reconhecemos, através deste anuário, que o concelho do Crato tinha, no início do século XX, como principal riqueza a produção e comercialização de cereais, cortiça, azeite, gado vacum, suíno, lanígero e caprino. Realçamos também facto de que em Monte da Pedra, se localizava uma estação de águas minerais sulfúricas muito reconhecidas na região.

Presidia à Câmara Municipal do Crato, em 1904, como presidente José Maria Casqueira, e vice presidente António Basso Marques, coadjuvados pelo secretário Augusto de Matos Ferreira, pelo tesoureiro Antero Frederico Matias, e pelo contínuo Agostinho Conceição Bimbo. A Administração do Concelho estava a cargo de José Adriano Belo Pereira, que, administrava este território coadjuvado pelo secretário Berardo Maria Teixeira, pelo amanuense José António Elias e pelo oficial de diligências Alexandre da Costa Tição. Sabemos também que a Câmara Municipal do Crato dispunha de um aferidor, o qual, nesse ano, era desempenhado pelo contínuo Agostinho Conceição Bimbo.

Na vila do Crato desempenhava funções de regedor José Boto Júnior, sendo que na freguesia de Monte da Pedra que nessa época se encontrava anexa à freguesia de Aldeia da Mata, desempenhava essa função o regedor António Palha Ruivo. De igual modo em Flor da Rosa (vd. **Figura 2.**), desempenhava a função de Regedor, Modesto Heliodoro Serra, em Vale de Peso, António Manso, em Gáfete Manuel Marmelo, e em Mártires José Boto Júnior.



Figura 2. Vista da Fachada do Mosteiro de Flor da Rosa. [Postal ilustrado]. **Fonte:** Ed. António Aparício Raposo.

Praticava o ofício de recebedor do concelho, António Nunes Matias, e proposto Antero Frederico Matias. Na Repartição da Fazenda exercia funções o escrivão José Pimentel Rolim. Na fiscalidade de impostos, desempenhavam funções nas execuções fiscais, Alfredo de Andrade Teixeira e Jacinto Antunes de Campos, coadjuvados pelo 2.º aspirante Alfredo d'Andrade Teixeira, sendo oficial de diligências Lourenço Dias Aires.

Sendo Crato uma terra rica em produtos agrícolas, e segundo o mencionado anuário, apurámos a predominância de um distinto número de lavradores e agricultores que davam fama à terra e garantiam produção e riqueza a toda esta região. São referidos, entre outros, os nomes dos lavradores e agricultores: Abel Maria de Carvalho, António de Jesus Alexandre, António Nunes Matias, Cesário Correia da Silva, Jacinto Belo da Fonseca Sousa, João Marques Antunes, João Saramago, José Adriano Belo Pereira, José Carlos Relvas Casqueiro, herdeiros de José Dias da Silva e José Maria Casqueiro.

De igual modo na freguesia de Monte da Pedra destacavam-se lavradores ou agricultores João de Matos Carita, João de Matos Dias e José Matias Relvas. Na freguesia de Flor do Crato eram reconhecidos os agricultores e lavradores de nomeada, sobretudo, Carlos Augusto Matias Relva, Frederico José Matias, José Matias Relva e Pedro Matos Rosa Biscaia (vd. **Figura 3.**). Na freguesia de Aldeia da Mata eram reconhecidos os nomes dos agricultores e lavradores, João Machado Calado, João Manuel Gouveia Hortas, Joaquim Pedro Dias, José Belo Machado e Manuel Carita. Na freguesia de Gáfete eram reconhecidos os nomes dos agricultores e lavradores, Antero Augusto Matos Rosa, Barão de Gáfete e Manuel Gervásio Lopes, existindo nesta freguesia o Sindicato Agrícola, onde desempenhava o cargo de presidente o Barão de Gáfete.



Figura 3. Vista das ruínas da igreja do Mosteiro de Flor da Rosa. [Postal ilustrado]. Fonte: Ed. F. A. Martins.

De todas as freguesias do concelho do Crato, a dos Mártires era a mais importante dado que nela existiam cerca de 30 herdades num valor que ascendia a mais de 400 contos, para além de várias

tapadas e coutos. Nesta freguesia eram reconhecidos os agricultores e lavradores Efigénia Castro de Sá Nogueira, Francisco B. Caldeira Castel-Branco, Francisco Mendes Ribeiro, Joaquim Barradas, José Maria Alves Gomes e Manuel Joaquim Pinheiro.

Apresentamos, alguns elementos que nos permitem asseverar a riqueza agrícola produzida neste território pelos seus habitantes, sobretudo pelos jornaleiros, Lavradores, proprietários, pastores, moleiros, seareiros, distribuidor rural, entre outros, que aqui marcaram forte presença, os quais foram obtidos pela consulta dos Livros de Óbitos e Batismos da Paróquia de Crato, em 1904 (**Quadro 1.**), (**Quadro 2.**).

Profissões	Data	Nome	Referência documental
Distribuidor rural	1904.03.28	José Maria Mariano da Fonseca	Assento n.º 12, fls. 77v-78
Jornaleiro	1904.03.21	João Marques Vellez	Assento n.º 10, fl. 77
Lavrador	1904.04.20	Joaquim Carvalho Fura	Assento n.º 13, fl. 78
Proprietário	1904.02.06	Manuel Gaspar	Assento n.º 4, fl. 75v

Quadro 1. referência a profissões ligadas ao setor agrícola em 1904 na Vila do Crato.

Fonte: livro de óbitos da paróquia do crato – 1896-1907. [Manuscrito]. acessível no arquivo distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, cx. 015.

Profissões	Data	Nome	Referência documental
Jornaleiro	1904.01.03	José Bacalhau	Assento n.º 2, fls. 23-23v
	1904.01.17	José da Luz Varela	Assento n.º 5, fl. 24v
	1904.02.15	Joaquim Alves da Silva	Assento n.º 11, fls. 26v-27
	1904.02.16	Joaquim Falcão	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1094.04.03	José Galocha	Assento n.º 15, fl. 28v
	1904.04.03	Manuel Galocha	Assento n.º 15, fl. 28v
	1904.05.29	António Maria	Assento n.º 21, fls. 30v-31
	1904.07.17	José Coelho	Assento n.º 25, fls. 32-32v
	1904.07.17	António Coelho	Assento n.º 25, fls. 32-32v
	1904.08.13	Bernardo da Conceição Leitão	Assento n.º 29, fls. 33v-34
	1904.11.01	Augusto da Conceição Grilo	Assento n.º 34, fls. 35v-36
	1904.11.01	José Soares	Assento n.º 34, fls. 35v-36
	1904.11.01	António Belo	Assento n.º 35, fls. 36-36v



Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.12.08	António Maria Roma	Assento n.º 38, fls. 37-37v
	1904.12.08	João Belo Calado	Assento n.º 39, fls. 37v-38
	1904.12.25	José Maria Xavier	Assento n.º 41, fls. 38-38v
Pastor	1904.01.17	João Belo Heitor	Assento n.º 5, fl. 24v
Proprietário	1904.01.10	João Rafael Matias	Assento n.º 4, fl. 24
	1904.07.30	José Dias da Silva Pais	Assento n.º 27, fls. 33-33v
	1904.08.14	Abel Maria de Carvalho	Assento n.º 30, fls. 34-34v
	1904.09.19	António Pais Rovisco	Assento n.º 31, fls. 34v-35
	1904.10.30	José Saramago Sénior	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.10.30	D. Maria do Céu Camões e Sousa	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.11.08	José Maria Alberto Tavares	Assento n.º 36, fls. 36v-37
Moleiro	1904.01.30	António Pitacas	Assento n.º 7, fls. 25-25v
	1904.02.16	Manuel Pitacas	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1904.07.30	Casimiro Costa	Assento n.º 28, fl. 33v
Seareiro	1904.01.30	Joaquim Manuel Amador	Assento n.º 7, fls. 25-25v
	1904.07.30	Caetano da Conceição	Assento n.º 28, fl. 33v
	1904.10.30	Joaquim de Matos	Assento n.º 32, fls. 35-35v

Quadro 2. Referência a profissões ligadas ao setor agrícola em 1904 na Vila do Crato.

Fonte: Livro de Batismos do Crato – 1903-1907. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 034.

Concelho fortemente agrícola, mas que procurou no início do século XX, uma nova dinâmica comercial na área de comercialização, manufacturação e transformação de algodão e lã, onde sobressaem os nomes dos indivíduos e sociedade no concelho que enveredaram por esta indústria, sobretudo, Francisco de Carvalho Roxo, J. Lopes Irmãos, José Pais de Carvalho, José Pedro Ramos e José Saramago Júnior.

De acordo com os supracitados Livros de Óbitos e Batismos da Paróquia do Crato, em 1904, expomos novos elementos que nos permitem compreender e dar relevância à dinâmica económica nesse território.

Foram vários os profissionais que desenvolveram o seu ofício na vila do Crato, particularmente alfaiates, caixeiros, canteiros, carpinteiros, comerciantes, ferreiros, pedreiros, sapateiros, serralheiros, entre tantos outros. De igual modo salientamos outras profissões que encontrámos associadas aos moradores na vila do Crato, como os casos das domésticas, criadas e criados de servir, empregados no caminho de ferro, médicos, lojistas, comerciantes,



mestre da música, professores, secretários dos serviços administrativos dos concelhos, entre tantas outras (vd. Quadro 3.), (vd. Quadro 4.).

Profissões	Data	Nome	Referência documental
Criado de servir	1904.09.16	José Marques Bom	Assento n.º 24, fls. 80v-81
Doméstica	1904.02.04	Angélica Diniz Figueiredo	Assento n.º 2, fl. 75
	1904.03.11	Maria Bassa	Assento n.º 8, fl. 76v
	1904.06.23	D. Maria do Rosário Vellez Lima	Assento n.º 18, fls. 79-79v
	1904.11.07	Joaquina Francisca da Conceição	Assento n.º 25, fl. 81
Empregado no caminho de ferro	1904.12.07	Manuel Luís	Assento n.º 30, fls. 82-82v

Quadro 3. Referência a diversas profissões em 1904 na vila do Crato.

Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia do Crato – 1896-1907. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 015.

Profissões	Data	Nome	Referência documental
Alfaiate	1904.01.07	Alexandre da Costa Tição	Assento n.º 3, fls. 23v-24
	1904.02.15	José da Graça Matias	Assento n.º 11, fls. 26v-27
	1904.04.04	Abel Maria de Carvalho	Assento n.º 16, fls. 28v-29
	1904.12.25	José Dionísio Alameda	Assento n.º 43, fls. 39-39v
Caixeiro	1904.05.29	Manuel Antunes	Assento n.º 21, fls. 30v-31
Canteiro	1904.11.01	Albino d'Oliveira	Assento n.º 34, fls. 35v-36
Carpinteiro	1904.01.07	João Mendes Aurélio	Assento n.º 3, fls. 23v-24
	1904.01.30	Roque Gonçalves Azinheira	Assento n.º 7, fls. 25-25v
	1904.04.03	João de Deus Prates	Assento n.º 14, fls. 28-28v
Comerciante	1904.01.10	Bento Ferreira	Assento n.º 4, fl. 24
	1904.05.29	José Pais de Carvalho	Assento n.º 21, fls. 30v-31
	1904.05.29	João Velez Martins	Assento n.º 22, fls. 31-31v
Criada de servir	1904.01.01	Rosa da Encarnação	Assento n.º 1, fl. 23
	1904.01.03	Maria Joaquina	Assento n.º 2, fls. 23-23v
	1904.01.17	Maria Ana Graça	Assento n.º 5, fl. 24v
	1904.07.17	Isaura da Conceição	Assento n.º 25, fls. 32-32v



Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.08.13	Rosa de Matos	Assento n.º 29, fls. 33v-34
Criado de servir	1904.04.03	João Lourenço	Assento n.º 14, fls. 28-28v
	1904.04.06	João Gorpulho	Assento n.º 18, fls. 29v-29
	1904.06.29	José Bento Esteves	Assento n.º 24, fl. 32
	1904.10.30	Joaquim de Matos	Assento n.º 32, fls. 35-35v
Doméstica	1904.01.07	Catarina Rosa da Silva	Assento n.º 3, fls. 23v-24
	1904.01.10	Amparo Duarte	Assento n.º 4, fl. 24
	1904.01.10	D. Teresa de Jesus Nunes	Assento n.º 4, fl. 24
	1904.01.17	Maria Rita	Assento n.º 5, fl. 24v
	1904.01.28	D. Joaquina Vellez Lima	Assento n.º 6, fls. 24v-25
	1904.01.30	Rosa Marques	Assento n.º 7, fls. 25-25v
	1904.02.07	Maria da Conceição	Assento n.º 8, fls. 25v-26
	1904.02.07	Feliciana da Conceição	Assento n.º 9, fl. 26
	1904.02.07	Camila Maria	Assento n.º 9, fl. 26
	1904.02.15	Palmira Serra Matias	Assento n.º 9, fl. 26v
	1904.02.15	D. Sofia da Glória Morais Matias	Assento n.º 9, fl. 26v
	1904.02.15	Delfina Maria	Assento n.º 11, fls. 26v-27
	1904.02.15	Tomásia da Conceição	Assento n.º 11, fls. 26v-27
	1904.02.16	Maria da Estrela	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1904.02.16	Estefânia da Conceição	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1904.04.03	Maria do Rosário Bonito	Assento n.º 14, fls. 28-28v
	1904.04.03	Mariana Rodrigues	Assento n.º 14, fls. 28-28v
	1904.04.03	Antónia Maria	Assento n.º 15, fl. 28v
	1904.04.04	Luísa Crupeira	Assento n.º 16, fls. 28v-29
	1904.04.06	Rosa da Conceição	Assento n.º 18, fls. 29v-29
	1904.04.06	Teresa de Jesus Nunes	Assento n.º 18, fls. 29v-29
	1904.05.26	D. Joaquina de Matos Ferreira	Assento n.º 20, fls. 30-30v
	1904.06.02	Cristina da Graça	Assento n.º 23, fls. 31v-32



Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.06.29	Joaquina da Conceição	Assento n.º 24, fl. 32
	1904.07.17	Isabel da Encarnação	Assento n.º 25, fls. 32-32v
	1904.07.27	Margarida de Matos Menezes	Assento n.º 26, fls. 32v-33
	1904.07.30	Júlia Pereira Santos	Assento n.º 27, fls. 33-33v
	1904.07.30	Maria de Jesus	Assento n.º 28, fl. 33v
	1904.07.30	Maria da Conceição	Assento n.º 28, fl. 33v
	1904.08.14	D. Sofia Castelo de Carvalho	Assento n.º 30, fls. 34-34v
	1904.09.19	D. Arsénia de Jesus Pais	Assento n.º 31, fls. 34v-35
	1904.10.30	Emília da Conceição	Assento n.º 32, fls. 35-35v
	1904.10.30	Joana da Luz	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.11.01	Angélica Rosa Relvas	Assento n.º 34, fls. 35v-36
	1904.11.01	Joana da Conceição Serrano	Assento n.º 35, fls. 36-36v
	1904.11.08	D. Maria da Piedade Semedo Barradas	Assento n.º 36, fls. 36v-37
	1904.12.08	Ana Rita	Assento n.º 38, fls. 37-37v
	1904.12.08	Maria José	Assento n.º 39, fls. 37v-38
	1904.12.08	Antónia de Jesus Serra	Assento n.º 39, fls. 37v-38
	1904.12.25	Joana Maria	Assento n.º 41, fls. 38-38v
	1904.12.25	Maria Angélica	Assento n.º 41, fls. 38-38v
	1904.12.25	Rosa Maria	Assento n.º 43, fls. 39-39v
Enfermeiro	1904.01.07	José Maria Heitor	Assento n.º 3, fls. 23v-24
Empregado no caminho de ferro	1904.02.07	António Lourenço	Assento n.º 9, fl. 26
	1904.02.07	Teodósio Ferreira	Assento n.º 9, fl. 26
Ferreiro	1904.12.08	Cristóvão Marques Coelho	Assento n.º 39, fls. 37v-38
Guarda fios	1904.02.15	José Maria Charneco	Assento n.º 12, fls. 27-27v
Jornaleiro	1904.01.03	José Bacalhau	Assento n.º 2, fls. 23-23v
	1904.01.17	José da Luz Varela	Assento n.º 5, fl. 24v
	1904.02.15	Joaquim Alves da Silva	Assento n.º 11, fls. 26v-27



Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.02.16	Joaquim Falcão	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1094.04.03	José Galocha	Assento n.º 15, fl. 28v
	1904.04.03	Manuel Galocha	Assento n.º 15, fl. 28v
	1904.05.29	António Maria	Assento n.º 21, fls. 30v-31
	1904.07.17	José Coelho	Assento n.º 25, fls. 32-32v
	1904.07.17	António Coelho	Assento n.º 25, fls. 32-32v
	1904.08.13	Bernardo da Conceição Leitão	Assento n.º 29, fls. 33v-34
	1904.11.01	Augusto da Conceição Grilo	Assento n.º 34, fls. 35v-36
	1904.11.01	José Soares	Assento n.º 34, fls. 35v-36
	1904.11.01	António Belo	Assento n.º 35, fls. 36-36v
	1904.12.08	António Maria Roma	Assento n.º 38, fls. 37-37v
	1904.12.08	João Belo Calado	Assento n.º 39, fls. 37v-38
	1904.12.25	José Maria Xavier	Assento n.º 41, fls. 38-38v
Lojista	1904.01.28	Joaquim Marques	Assento n.º 6, fls. 24v-25
Médico cirurgião	1904.02.15	Doutor João Rafael Morais	Assento n.º 9, fl. 26v
Médico municipal	1904.12.27	Doutor José Lourenço Marques Crespo	Assento n.º 45, fls. 39v-40
Mestre da música	1904.07.30	José Tavares de Carvalho	Assento n.º 27, fls. 33-33v
Moleiro	1904.01.30	António Pitacas	Assento n.º 7, fls. 25-25v
Negociante	1904.01.01	João Vellez Martins	Assento n.º 1, fl. 23
	1904.08.13	João António dos Santos	Assento n.º 29, fls. 33v-34
Pastor	1904.01.17	João Belo Heitor	Assento n.º 5, fl. 24v
Pedreiro	1904.06.02	António Maria Conde	Assento n.º 23, fls. 31v-32
	1904.11.08	António Mariano	Assento n.º 36, fls. 36v-37
Professor de instrução primária	1904.01.28	João Lopes	Assento n.º 6, fls. 24v-25
Proprietário	1904.01.10	João Rafael Matias	Assento n.º 4, fl. 24
	1904.07.30	José Dias da Silva Pais	Assento n.º 27, fls. 33-33v



Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.08.14	Abel Maria de Carvalho	Assento n.º 30, fls. 34-34v
	1904.09.19	António Pais Rovisco	Assento n.º 31, fls. 34v-35
	1904.10.30	José Saramago Sénior	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.10.30	D. Maria do Céu Camões e Sousa	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.11.08	José Maria Alberto Tavares	Assento n.º 36, fls. 36v-37
	1904.02.16	Manuel Pitacas	Assento n.º 13, fls. 27v-28
	1904.07.30	Casimiro Costa	Assento n.º 28, fl. 33v
Sapateiro	1904.02.07	António Pires Grilo	Assento n.º 8, fls. 25v-26
	1904.07.27	Francisco Maria Serrano	Assento n.º 26, fls. 32v-33
	1904.10.30	António Saramago	Assento n.º 33, fl. 35v
	1904.11.01	José Maria Belo	Assento n.º 35, fls. 36-36v
	1904.12.25	António Aparício	Assento n.º 43, fls. 39-39v
Seareiro	1904.01.30	Joaquim Manuel Amador	Assento n.º 7, fls. 25-25v
	1904.07.30	Caetano da Conceição	Assento n.º 28, fl. 33v
Secretário da administração do concelho	1904.05.14	Bernardo Maria Teixeira	Assento n.º 19, fl. 30
Secretário da câmara municipal	1904.05.26	Augusto de Matos Ferreira	Assento n.º 20, fls. 30-30v
Serralheiro	1904.04.04	Joaquim Pais de Carvalho	Assento n.º 16, fls. 28v-29
	1904.08.14	José de Carvalho Fuza	Assento n.º 30, fls. 34-34v
Recebedor do concelho	1904.02.15	António Nunes Matias	Assento n.º 9, fl. 26v

Quadro 4. Referência a várias profissões em 1904 na vila do Crato.

Fonte: Livro de Batismos da Paróquia do Crato – 1903-1907. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 034.

No que respeita a agências de seguros, asseveramos a presença na vila do Crato da seguradora *Tagus* do agente José Adriano Belo Pereira.

Na saúde pública desempenhava a função de subdelegado João Marques Antunes, que sendo médico, exercia igual função nessa vila. João Marques Antunes e José Lourenço Marques Crespo, eram ambos médicos e exerciam a sua actividade nesse território, sendo os receiptuários aviados



numa das três farmácias locais, orientadas pelos farmacêuticos, António *Satyro* Xavier de Castro e Manuel Guerreiro Marques Crespo, e, na terceira farmácia pertença da Misericórdia do Crato pelo farmacêutico Júlio de Carvalho. Sabemos também que existia um médico e um farmacêutico na freguesia de Gáfete, cujos cargos eram exercidos em 1904, por João Rafael Morais e José Vellez Carouço respetivamente (vd. **Figura 4.**).



Figura 4. Vista de uma fonte em Gáfete. [Postal ilustrado]. **Fonte:** Coleção do autor.

Na Santa Casa da Misericórdia do Crato exercitava o cargo de provedor, José Carlos Relvas Casqueiro, coadjuvado pelo secretário Bernardo Maria Teixeira e pelo tesoureiro, António Nunes Martins. Nessa instituição e no que respeita aos serviços de saúde, os cuidados de enfermagem eram assegurados pelo enfermeiro José Maria Heitor.

O cargo de chefe da estação de correio e telégrafo no Crato era exercido por António *Satyro* Xavier de Castro coadjuvado pela ajudante Hermínia das Dores Miranda Tavares, sendo distribuidor do correio António Bernardo Manteigas (**vd. Figura 5.**). De igual modo, José Maria Vicente exercitava o cargo de encarregado do correio em Monte da Pedra, Manuel Sobreira Araújo em Vale de Peso, João Manuel Gouveia e Horta em Aldeia da Mata, Amélia Rosa Matias em Flor da Rosa e João Sequeira de Paiva em Gáfete.



Figura 4. Vista do castelo da vila do Crato. [Postal ilustrado]. Fonte: Ed. F. A. Martins.

Os produtos que se cultivavam nessa região eram particularmente comercializados nas feiras locais, sobretudo nas realizadas a em Flor da Rosa em 1 de janeiro, na primeira sexta feira de março e em 15 de agosto, - esta última é a mais importante em gado e cereais.

Na freguesia de Vale de Peso o comércio é-nos revelado pelos comerciantes António Manso, João Maria Capão e Policarpo Coelho, salientando-se a presença dos agricultores e lavradores António Emídio dos Santos e Joaquim Martins Manso. De igual modo, na freguesia da Aldeia da Mata os comerciantes mais reconhecidos eram João de Matos Machado, José Duarte Charneca e Rosa Matos Dias, sendo que na freguesia da Flor da Rosa apenas de destaca como comerciante Amélia Rosa Matias.

Destacamos o facto de que na freguesia de Flor da Rosa o fabrico de louça em barro pintada ganhara relevância sendo uma referência na região, daí a predominância de oficiais de olaria. Todavia, outras profissões estão associadas aos habitantes de Flor da Rosa, nomeadamente almocreves, carpinteiros, ferradores, ferreiros, jornaleiros, proprietários, domésticas entre outras (vd. Quadro 5.). Nesta freguesia, o referido Anuário, informa que a igreja matiz, que se pretendia à época, classificar como monumento nacional, estava completamente em ruínas, tendo a mesma sido pertença dos Templários.

Profissões	Data	Nome	Referência documental
Almocreve	1904.01.17	António Belo	Assento n.º 2, fls. 2v-3
	1904.06.05	Francisco Matutino	Assento n.º 6, fls. 4v-5
Doméstica	1904.04.04	Maria José Nogueira	Assento n.º 4, fls. 3v-4
	1904.06.16	D. Maria Madalena das Neves Tavares Biscaia	Assento n.º 9, fls. 6-6v

Profissões	Data	Nome	Referência documental
	1904.12.08	Palmira das Neves	Assento n.º 15, fls. 9v-10
Cantoneiro	1904.01.18	Januário da Conceição Biscaia	Assento n.º 3, fls. 3-3v
Carpinteiro	1904.12.08	Manuel de Jesus	Assento n.º 15, fls. 9v-10
Empregado no caminho de ferro	1904.01.18	António Máximo Correia	Assento n.º 3, fls. 3-3v
Ferrador	1904.06.16	Sebastião Farinha	Assento n.º 8, fls. 5v-6
Ferreiro	1904.06.16	Francisco das Neves Gama	Assento n.º 9, fls. 6-6v
Jornaleiro	1904.01.17	José Luís	Assento n.º 1, fl. 2
	1904.01.17	José Luís	Assento n.º 1, fl. 2
	1904.08.21	João Mendes Gonçalves	Assento n.º 10, fls. 6v-7
	1904.08.28	Júlio Fernandes	Assento n.º 11, fls. 7-7v
	1904.08.28	Joaquim António Fernandes	Assento n.º 11, fls. 7-7v
	1904.11.20	Joaquim Zacarias	Assento n.º 14, fls. 9-9v
Lavrador	1904.04.17	Romão das Dores Farto	Assento n.º 5, fls. 4-4v
Pastor	1904.04.17	Francisco Gomes Farto	Assento n.º 5, fls. 4-4v
Proprietário	1904.06.16	Maria de Jesus Belo	Assento n.º 8, fls. 5v-6
	1904.11.16	José Matias Relvas	Assento n.º 13, fls. 8-9
	1904.11.20	Joaquim de Matos Coelho	Assento n.º 14, fls. 9-9v
Oleiro	1904.01.17	António Dias	Assento n.º 2, fls. 2v-3
	1904.01.18	José dos Santos Maia	Assento n.º 3, fls. 3-3v
	1904.04.04	António Fortunato Pinheiro	Assento n.º 4, fls. 3v-4
	1904.06.05	João Maria Máximo Correia	Assento n.º 6, fls. 4v-5
	1904.06.05	António Francisco d'Almeida	Assento n.º 7, fls. 5-5v
	1904.10.02	António Caetano	Assento n.º 12, fls. 7v-8
	1904.10.02	Caetano Maria Malfasejo	Assento n.º 12, fls. 7v-8
	1904.12.08	Joaquim Gregório	Assento n.º 15, fls. 9v-10

Quadro 5.: Referência a profissões em 1904 em Flor da Rosa

Fonte: Livro de Batismos da Paróquia de Flor da Rosa – 1904-1911. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 035.

Constatámos através deste anuário, no que concerne ao ensino o exercício de dois professores que exercitam a sua atividade nesta vila, particularmente, os professores, João Lopes e Maria Antónia de Matos Fonseca. Constatamos ainda, que na Aldeia da Mata, ensinava o professor João Periquito Baginha, em Flor do Crato, o professor José Ferreira Coelho, em Gáfete, o professor Manuel Simplício de Faria Artur e a professora Maria Hipólita Gonçalves, em Monte da Pedra, o professor José Maria Vicente, e em Vale de Peso, o professora Rita Alegria e o professor Severiano da Cruz Valois.

Culturalmente, os habitantes do Crato dispunham de uma filarmónica e de um teatro, que dinamizavam e abrilhantavam com regularidade as festividades locais e os momentos de lazer da sociedade local.

Dispunha este concelho de serviços de diligência sendo realizado por meio de carreiras diárias para Fronteira. Todavia, reconhecemos que o comboio era um dos meios de transporte utilizado pela população, estando a estação de caminho de ferro mais próxima localizada no Crato, a 3 km ao sul, e no ramal de Cáceres a do Peso, a 10 km a norte. Alguns indivíduos que trabalhavam nesta infraestrutura e que residiam em Crato, sendo esta, considerada um relevante meio de dinamização do concelho.

A vila do Crato disponibilizava serviços de alojamento a quem, em negócio ou em visita, aqui pretendia permanecer, sobretudo através dos serviços das duas casas de hóspedes locais, cujos proprietários eram à época, Bento Ferreira e João Vellez Martins. De igual modo, existia também uma estalagem cujo proprietário era o referido Bento Ferreira (vd. Figura 6.).



Figura 4. Vista das ruínas do castelo da vila do Crato. [Postal ilustrado]. Fonte: Ed. F. A. Martins.

Marcado pela religiosidade, o povo do Crato tinha os serviços religiosos assegurados pelo pároco da freguesia António Basso Marques. Identicamente, na Aldeia da Mata, esses mesmos serviços estavam a cargo do pároco João Marques Carita, em Flor da Rosa, do pároco António Maria Bizarro,

em Gáfete e em Monte da Pedra, do pároco Francisco da Piedade Paralta, nos Mártires, do pároco Joaquim de Andrade Belo, e em Vale de Peso, do pároco João Mourato Cotrim.

No início do século XX, o concelho do Crato despontou com uma dinâmica agrícola marcadamente enraizada na tradição rural do Alto Alentejo, evidenciando-se de entre os concelhos vizinhos pela produção agrícola dos seus mais industriosos habitantes, na sua grande maioria, proprietários de grandes propriedades, continuando a ser um concelho de referência no distrito de Portalegre.



BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Livro de Batismos da Paróquia do Crato – 1903-1907. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 044.

Livro de Batismos da Paróquia de Flor da Rosa – 1904-1911. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 035.

Livro de Óbitos da Paróquia do Crato – 1896-1907. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, Portugal, Cx. 015.

Fontes impressas

PIRES, Caldeira (Diretor) - Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da Industria, da Magistratura e da Administração ou Anuario dos 600:000 Endereços em Lisboa, concelhos do reino, ilhas e colonias. Lisboa, 1904, XXIV Ano de publicação.



CAIXA GERAL DEPÓSITOS

A ARQUITETURA DAS FILIAIS

Joaquim Pombo Goncalves

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal

jgoncalves@letras.ulisboa.pt

Helena Real Gomes

Gestão do Património Histórico, Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, Portugal

helena.real@cgd.pt



Caixa Geral Depósitos

A Arquitetura das Filiais

Joaquim Pombo Goncalves

Helena Real Gomes

Historial do artigo:

Recebido a 27 de maio de 2018

Revisto a 10 de junho de 2018

Aceite a 18 de junho de 2018

RESUMO

O presente artigo faz uma abordagem, num enquadramento histórico, das principais características dos edifícios construídos pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), quer os realizados sob sua gestão direta quer através de entidades constituídas por determinação governamental. O objetivo seria desempenharem a função de Filiais enquanto polos centrais de gestão dos seus serviços bancários junto das comunidades locais.

No planeamento de construção destes edifícios, a CGD procurou definir pressupostos que transmitissem características de prestígio, solidez e idoneidade: a localização, materiais aplicados, condições de trabalho e de habitabilidade, assim como a atribuição dos projetos a arquitetos e artistas nacionais prestigiados. Para além destes, enquadravam-se no planeamento e execução dos projetos as orientações políticas definidas pelo Estado Novo para a atividade bancária.

Considerando que os edifícios em análise datam, maioritariamente, das décadas de 1930-1940, este património imobiliário reflete uma preocupação da instituição em se adaptar ao dinamismo da sua atividade, conforme evolução e aperfeiçoamento dos serviços disponibilizados. Estes resultaram da crescente procura por parte de clientes que, apesar da sua diversidade social, foram atribuindo à CGD uma imagem de confiança e qualidade.

Esta imagem estava consonante com os objetivos pretendidos pela CGD aquando da decisão de implementação, a nível nacional, de uma rede de balcões. Estes consistiam essencialmente na recolha, guarda e administração dos capitais provenientes do Estado ou geridos por organizações a ele afetas e que resultavam na crescente aproximação da instituição ao público.

Foram definidas orientações legislativas que permitiram ampliar o âmbito da missão da CGD sendo disso exemplo a criação da Caixa Económica Portuguesa (CEP), em 1880, e a Casa de Crédito Popular (CCP), em 1918. Dessas orientações resultaram normas internas que procuravam adequar os serviços às crescentes responsabilidades, criando padrões comuns nas edificações construídas de raiz, no que se referia às linhas arquitetónicas e à organização dos espaços interiores.

Palavras-chave: arquitetura; Caixa Geral de Depósitos; edifícios; serviços.



ABSTRAT

The present article takes a historical approach to the main characteristics of the buildings built by Caixa Geral de Depósitos (CGD). The objective would be to perform the function of Branches as central poles of management of their banking services to the local communities.

In the planning of construction of these buildings, CGD sought to define assumptions that convey characteristics of prestige, solidity and suitability: location, applied materials, working conditions and habitability, as well as the assignment of projects to prestigious national architects and artists. In addition to these, the political guidelines defined by the Estado Novo for banking activities were included in the planning and execution of the projects.

Considering that the buildings in question date mainly from the 1930s and 1940s, this real estate reflects a concern of the institution to adapt to the dynamism of its activity, as evolution and improvement of the services made available. These were the result of a growing demand from customers who, despite their social diversity, were giving CGD an image of trust and quality.

This image was in line with the objectives sought by CGD when deciding to implement a network of branches at national level. These consisted essentially in the collection, custody and administration of state funds or managed by organizations affected by it, which resulted in the institution's increasing rapprochement with the public.

Legislative guidelines were defined which allowed the scope of CGD's mission to be broadened, for example the creation of Caixa Económica Portuguesa (CEP) in 1880 and the Casa de Crédito Popular (CCP) in 1918. These guidelines resulted in internal standards that sought to adapt the services to the growing responsibilities, creating common standards in the buildings built from scratch, as far as the architectural lines and the organization of the interior spaces.

Key-words: architecture; buildings; Caixa Geral de Depósitos; services.

1. Apontamento Histórico

A disponibilização de serviços da CGD por todo o País, numa política de abrangência territorial, encontrava-se prevista na *Carta de Lei* que formalizou a criação da Instituição (10 de abril de 1876), definindo que os mesmos se instalariam nos cofres centrais dos distritos de Portugal Continental e Ilhas (a ocorrer a partir de 21 de novembro de 1885), assim como nas estações dos Correios.

Conforme previsto no Regulamento Provisório da CGD (dezembro de 1876), estavam definidas as disposições relativas à atividade bancária da Instituição, as quais seriam sucessivamente aplicadas a todo o Continente e Ilhas, competindo à Administração da Instituição estabelecer os serviços nas Delegações, promovendo uma gradual descentralização tendo em consideração a estabilidade das operações, assim como os interesses das populações.

Como herdeira natural dos Depósitos Públicos, foi atribuída à CGD a função de rececionar, para além dos depósitos voluntários (1), os depósitos necessários (estes resultavam da aplicação da lei, de resoluções do governo e das decisões dos tribunais) que, ao abrigo da legislação vigente à época, estavam a cargo das repartições do Depósito Público de Lisboa e do Porto e de quaisquer depositários judiciais de outras comarcas.

Com o aparecimento de novos serviços, nomeadamente a Caixa Económica Portuguesa (CEP) em 1880 (destinada a assegurar a entrada de depósitos voluntários resultantes de pequenas poupanças)



e a criação da Casa de Crédito Popular (CCP) em 1918 (destinada a realizar empréstimos sobre penhores, e cuja função era moderar e regular os lucros da atividade prestamista), impôs-se como necessária a ampliação da rede de delegações para todos os concelhos. Existiam quarenta e duas delegações em 1909, ampliação que foi reforçada com a criação de delegações nos bairros operários de Lisboa e Porto.

A progressiva autonomia da CGD em relação à JCP apresentava-se como um objetivo a alcançar no desenvolvimento da sua atividade bancária, tendo sido efetivada em 1896 impondo-se a necessidade de alargar o funcionamento dos serviços da instituição em edifícios próprios, minimizando a disponibilização de serviços em espaços nos quais funcionavam outras entidades distintas da atividade bancária. Esta política de gestão da atividade encontrava-se prevista no Decreto-Lei nº 4670, de 14 de julho de 1918 (*Diário do Governo* nº 159, Série I, de 18 de julho de 1918) no qual se define que se deveriam “(...) criar filiais, delegações ou agências com pessoal próprio da Caixa, onde o julgue necessário (...)”.

No entanto, seria a Reforma Orgânica definida em 1929 (2) que, implementando profundas alterações no funcionamento da instituição e alterando a denominação para Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), devido à criação de duas novas instituições anexas (Caixa Nacional de Crédito, para a concessão de crédito; Caixa Nacional de Previdência, para aposentação do funcionalismo público), se apresentou como principal elemento impulsionador da edificação de imóveis próprios para a instalação das filiais e agências, permitindo consolidar interna e externamente as suas funções enquanto instituição de crédito.

Posteriormente, o Regulamento da CGD datado de 31 de dezembro de 1970, resultante da Lei Orgânica de 1969, atribuiu à Administração da CGD a responsabilidade de avaliar a pertinência dos serviços classificados como indispensáveis, em função do número e valor das operações que realizavam, definindo que as filiais e agências deveriam ser enquadradas em categorias adequadas à importância do meio onde se inserissem.

Assim, o crescimento da CGD enquanto instituição bancária que se ia impondo no mercado financeiro implicou a adoção de fatores que tinham como objetivo conquistar a confiança dos clientes, como sejam a pretensão de ampliar e assegurar a eficiência e características dos serviços disponibilizados, o desejo de melhorar a qualidade de atendimento, e a necessidade de otimizar a gestão e o funcionamento das estruturas administrativas.

Para corresponder a esta política de desenvolvimento, as diversas Administrações da CGD optaram pelo desenvolvimento de projetos que visaram a construção de edifícios para usos próprio adequados aos serviços disponibilizados. Esta característica refletiu-se nas construções efetuadas no período compreendido entre a Reforma de 1929 e a Lei Orgânica de 1969 durante o qual, foram edificadas 21 filiais e 61 agências em Portugal (continental e ilhas), facto que representou, no panorama da CGD, um vasto programa construtivo a nível nacional.

2. Edifício CGD – Tipologia

2.1. Uma “linguagem” comum

A CGD desenvolveu uma política de gestão dos edifícios de uso próprio enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 4670, de 14 de julho de 1918, anteriormente referido, e, paralelamente, promoveu uma tipologia de construção que impunha um padrão aos edifícios da CGD e definia uma organização espacial dos elementos fundamentais que se manteve durante cerca de 40 anos.



Preferencialmente, o edifício localizava-se numa posição urbanística de gaveto (**vd. Figuras 1 e 2**), permitindo o acesso do público aos serviços de acordo com as suas necessidades pessoais, de forma a assegurar diferentes acessos aos serviços da CGD (CEP e CCP) tendo por base a abrangência socioeconómica de clientes que a eles acedia. A não observância destas condições poderia colocar em causa o sucesso da dependência.

Neste contexto, o acesso à CEP era efetuado pela porta principal, constituindo o ponto mais visto e desafogado do edifício. Por outro lado, a entrada da CCP, destinada a disponibilizar serviços a pessoas com dificuldades financeiras e que efetuavam empréstimos sobre penhores deveria ser afastada da fachada principal, localizando-se numa rua mais discreta que possuísse acesso privativo a fim de assegurar o seu isolamento (indicado na **Figura 1.**). O atendimento deste serviço impunha determinados condicionantes, nomeadamente a compartimentação do interior que era definido de acordo com disposições próprias que permitiam realizar as transações em células individuais sem comunicação entre si, e destinadas aos serviços de empréstimos (denominadas “*cabines dos envergonhados*”).

No que concerne à organização do espaço na conceção dos edifícios da CGD, houve uma preocupação significativa na relação entre o funcionamento dos seus serviços e a sua interação.

Assim, no rés-do-chão, localizava-se habitualmente a dependência da CEP encontrando-se dotada de diversos espaços: a sala para Expediente e Tesouraria (sala do público), encontrando-se a área de atendimento e a área de espera, destinada aos clientes, separadas por um balcão (da área total da sala, somente um terço desse espaço era destinado ao público); a sala de trabalho (BackOffice), sem contacto com o público; o gabinete para o Gerente; as instalações sanitárias e os vestiários dos funcionários e ainda, se possível, um WC privativo para o Gerente.

Paralelamente, o espaço estava dotado de outras estruturas afetas à atividade bancária, como sejam: o Arquivo e a Casa Forte (com duas câmaras: uma interior, com duas chaves distribuídas pelo Gerente e pelo Tesoureiro; e outra exterior, cuja chave estava sob responsabilidade do Gerente), e, se possível, uma zona de Cofres de Aluguer. Estes compartimentos poderiam, também, localizar-se na cave, de acordo com as condições do espaço existente.

No mesmo piso, ou no 1.º andar, estavam instalados: o gabinete destinado à equipa de inspetores (enviados periodicamente pelos serviços Centrais para avaliações de rotina, ou extraordinárias, do funcionamento da dependência); os Serviços de Junta Médica, no âmbito da Caixa Geral de Aposentações (que possuíam entrada autónoma); e os serviços da CCP. Estes tinham acesso privativo dividindo-se em quatro zonas: expediente, dotado de “*cabines para envergonhados*”; leilões (dos objetos penhorados e não reclamados nos prazos previstos nos regulamentos); casa forte (com uma única câmara para arrecadar objetos e valores empenhados); sanitários e vestiários para os funcionários; armazém destinado aos objetos penhorados (que tinha comunicação com a zona dos funcionários e do público).

O último piso era de cariz habitacional e encontrava-se destinado ao Gerente, a título de arrendamento, ou a outro funcionário caso o Gerente não o utilizasse (a existência desta área residencial estava dependente da área disponível, não podendo pôr em causa nem prejudicar a instalação dos serviços bancários). Possuía um acesso direto à via pública, com infraestruturas próprias (contadores de água e de eletricidade), encontrando-se dividida por áreas distintas: receção (sala de jantar, de estar ou escritório); área doméstica ou de serviço (cozinha, dispensa, carvoeira, quarto de criada e casa de banho); e a zona mais reservada (sala de costura ou de arrumação, três quartos de dormir e casa de banho).

A definição física dos diversos espaços apresentava um conceito de distribuição hierárquica na tentativa de permitir ao Gerente, elemento a quem estava atribuída a gestão da agência, efetuar o



controlo de todos os momentos e ações que nela acontecesse através da visualização dos espaços atribuídos ao público e, também, dos postos de trabalho.

No estrato hierárquico seguinte situavam-se os funcionários que, por sua vez, assumiam a sua posição administrativa definida pela existência de um estrado atrás do balcão que colocava o funcionário acima do nível do público, surgindo como símbolo de autoridade. Idêntica situação ocorria com o tesoureiro que, por estar em contato direto com o público e manusear dinheiro, se encontrava instalado numa cabine envidraçada.

Os anos 1930 do séc. XX surgem como o período intenso de desenvolvimento de projetos promovidos para a construção dos edifícios da CGDCP. Notava-se, por exemplo, a existência de características próximas das tendências arquitetónicas adotadas na Europa Ocidental ao nível do denominado “*estilo internacional*”, embora seguindo uma orientação reveladora de uma linguagem nacional uniformizadora que adotou elementos da arquitetura construtiva portuguesa com traços de “*modernismo*”.

Refira-se que a responsabilidade na definição destes projetos pertencia à Instituição, sendo da incumbência do Conselho de Administração, estabelecer as diretrizes das obras de acordo com as necessidades locais. Fundamentava-se, para o efeito, nas informações fornecidas pelos gerentes das dependências a quem era atribuída a responsabilidade de acompanhar e reportar o desenvolvimento dos trabalhos definidos pela Secção de Obras e Edifícios (departamento responsável pela gestão direta da construção, quer através dos seus quadros técnicos ou pela contratação de arquitetos externos).

Nos edifícios projetados até 1936, poder-se-á considerar a existência de um modelo arquitetónico inovador denotando uma influência evidente do “*movimento moderno*”, reconhecido nas “(...) *janelas rasgadas horizontalmente, ausência quase total de decoração, os volumes geométricos recrutados, assimetria de composição e, por vezes, um terraço de betão armado no terraço do imóvel (...)*” (BRITES, 2014: 240).

Este modelo arquitetónico inseria-se num espírito de modernização que o Conselho de Administração, e os seus arquitetos, pretendiam adotar na construção dos edifícios da GGD, através da definição de uma tipologia que fosse comum a todas as dependências a construir após essa data (como exemplo, referimos a aplicação, na maioria das filiais e agências, do símbolo “*escudo nacional*” na fachada principal dos edifícios).

Após 1936, a decisão assumida pelo Conselho de Administração para a contratação de arquitetos nacionais, com destaque no panorama da arquitetura em Portugal mas externos à Secção de Obras e Edifícios, resultaria no desenvolvimento e implementação de projetos que alteraram a linear construção do modelo estético até à data instituído.

Uma das características mais marcantes da arquitetura deste período, é a realização de projetos de construção contemporânea adaptada ao meio ambiente e ao contexto local, procurando-se construir um edifício moderno que traduzisse, quer nos materiais aplicados quer nos elementos decorativos, aspetos locais (apontamentos regionalistas, através de referências às artes e ofícios da região (e.g. Filial de Portalegre) e nacionais (apontamentos historicistas comuns a muitos edifícios (e.g. “*esfera armilar*”)).

Era também da responsabilidade dos serviços técnicos da Secção de Obras e Edifícios da CGD a análise e avaliação das condições de conservação dos edifícios da rede de dependências. Competia-lhes definir e realizar trabalhos que fossem adequando os espaços, e as respetivas infraestruturas, às necessidades dos serviços quando as instalações estivessem deterioradas ou desajustadas com a



qualidade de serviços a prestar, tendo, no entanto, em consideração o controlo de custos e o cumprimento dos prazos.

1.1. Gestão da CAOCGDCP

Após um período de interregno, a partir de 1942, e como consequência de uma política de centralização das obras públicas definidas pelo Estado, foi criada a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CAOCGDCP), cuja composição e definição foi estabelecida pelo Eng.^o Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações), para a qual transitou toda a responsabilidade de decisão e execução de todos os edifícios da CGDCP.

Alterava-se, assim, o paradigma da política nacional para as obras públicas, quer em termos de planeamento das atividades quer em termos de planeamentos administrativos e financeiros, que também se repercutiu na imagem adotada na CGDCP, e apelidada de “nacionalismo modernizante”, tanto ao nível da organização interna (leis e regulamentos) como ao nível funcional (através de projetos tipificados) e estético (na adoção de elementos historicistas e modernistas).

Com a formação da CAOCGDCP, foi efetuada uma avaliação dos vinte e quatro projetos em curso, dos quais vinte foram concretizados de acordo com o modelo regionalista e/ou historicista, três seguiram o modelo do “estilo internacional” e um revelou uma linguagem sóbria e tipificada que proliferaria no decurso da década seguinte, tendo-se registado entre 1942 e 1948, o cruzamento de elementos arquitetónicos afetos ao modelo moderno.

Disso são exemplos os “óculos” e fachadas posteriores, com aplicação de apontamentos regionalistas e/ou historicistas como sejam a utilização de chaminés e beirados com telhas “à portuguesa”, os coruchéus piramidais de feição pombalina, as fileiras de cachorros decorativos, os cataventos e as esferas armilares, sendo que esta união de conjuntos construtivos predominou, principalmente, nos projetos de raiz e nos planos de remodelações da autoria do Arq. António Veloso Reis Camelo (3).

No período entre 1948 e 1959, verificou-se um aumento significativo de construção com a edificação de trinta e três imóveis, assistindo-se à uniformização de um modelo de construção tipificado definido pela CAOCGDCP para os projetos desenvolvidos pela CGDCP. Este era aplicado aos edifícios de uso próprio em todo o país, o qual se caracterizava pela construção regular e austera, denotando uma tendência clássica enquadrada por vãos emoldurados, sendo eliminados os apontamentos regionalistas e mantendo-se, apenas, o rigor projetado nas chaminés e na decoração, assim como na utilização do gradeamento em ferro forjado para proteção das janelas do piso térreo.

Para além da evidência espelhada nos elementos clássicos presentes nos edifícios, dos materiais utilizados na construção, dos elementos decorativos e das obras de arte existentes, assim como dos artistas e arquitetos convidados para a realização dos trabalhos, encontrava-se implícita uma representação de “*poder*” através da afirmação de conceitos de ordem, disciplina, fiabilidade, confiança e solidez, muito adequados à atividade bancária que a CGD desenvolvia.

2. Alteração do Paradigma

Seria na década de 1960, quando se encontravam em curso a realização de onze projetos para construção de edifícios para uso próprio, que foram introduzidas importantes alterações nas diretrizes de definição das características arquitetónicas abandonando, assim, a tendência de uniformização de estilo arquitetónico até então definida.



Uma das alterações mais relevantes incidiu na valorização da linguagem regional promovida pelo enquadramento do edifício no meio ambiente, num revivalismo do modelo adotado no período de 1936, ao estilo Internacional. Esta alteração possibilitou o abandono dos padrões adotados no Antigo Regime, permitindo maior criatividade aos arquitetos, autores dos projetos, os quais passaram a poder aplicar o seu cunho pessoal.

Mas as alterações implicaram, também, o esbatimento do equilíbrio entre o edifício público e a função residencial, através da distribuição do espaço funcional das dependências, surgindo o conceito de prédio de rendimento.

A instituição deste conceito foi concretizada através da construção de pisos destinados a arrendamentos, quer comerciais quer habitacionais, numa política de potencialização do investimento efetuado com vista ao retorno financeiro. Manteve-se, no entanto, o princípio do rés-do-chão ser destinado à atividade bancária, por questões de acessibilidade e de imagem, assim como se manteve o modelo representativo de imagem de solidez e segurança que a instituição sempre pretendeu evidenciar.

O desenvolvimento da atividade bancária, também em resultado do incremento da relação comercial e financeira das instituições com os mercados internacionais, provocou, no início da década de 1970, alterações no modelo de gestão e funcionamento das mesmas, verificando-se uma particular atenção à forma como o utilizador da dependência bancária era encarado passando a ser-lhe disponibilizado um tratamento personalizado, ao contrário da abordagem uniforme e estandardizada até então praticada: o público assume o papel de “cliente” e o funcionário a figura de “Gerente de conta”.

Foi a implementação de um princípio de relação muito próxima entre cliente e instituição, reduzindo o distanciamento físico entre os intervenientes, nomeadamente através de instalação de postos de trabalho para atendimento individualizado, procedimento que seria reforçado aquando do surgimento da informatização processual que se desenvolveu durante a década de 1980 (por exemplo, o cliente passou a ter acesso a serviços, de uma forma mais direta e rápida, disponibilizados através as primeiras caixas automáticas).

Mas esta proximidade com o cliente refletiu-se, também, nas características físicas das dependências bancárias, tendo a CGD promovido no início da década de 1990, a remodelação das suas dependências com vista à uniformização da sua imagem, atribuindo-lhe um *layout* contemporâneo, e apetrechando-as com infraestruturas resultantes do desenvolvimento tecnológico para corresponder às necessidades dos seus clientes. No entanto, manteve-se subjacente a todos os projetos e inovações introduzidas, as características de fiabilidade, credibilidade, solidez e confiança que sempre foram inerentes à CGD.

3. Considerações Finais

No presente trabalho, procuramos abordar cronologicamente a evolução das características mais marcantes dos edifícios onde se encontram instaladas as dependências da CGD.

Para o efeito, procedeu-se à apresentação de um enquadramento histórico demonstrativo da complexidade que foi o relacionamento da Instituição no espaço e no tempo, resultando a mesma do progressivo surgimento de diversos serviços que iam ao encontro das necessidades da crescente quantidade de utilizadores/clientes que acediam à CGD. Para além disto foi-se impondo, ao longo da existência da Instituição, a necessidade de adotar soluções eficazes que perpetuassem as funções

que a Caixa ia desenvolvendo, nomeadamente a sua vocação para o crédito, quer particular quer empresarial.

Por conseguinte, os edifícios foram refletindo uma dinâmica que a instituição foi apresentando como resposta às crescentes necessidades, associadas ao âmbito de serviços que iam sendo disponibilizados, os quais resultavam da modernização de atividade do setor bancário.

Se, inicialmente, a localização das dependências resultava de uma política de expansão e abrangência nacional, nos períodos subsequentes, foi sendo objeto de manobras de decisão político-financeiras e socioculturais que influenciaram as características arquitetónicas e funcionais dos edifícios.

A decisão por uma política de construção de edifícios de raiz, algo que se foi acentuando desde a reforma de 1929 com responsabilidades atribuídas a diferentes entidades, procurou manter um rigor económico e de uniformização de opções estéticas em cada um dos períodos referenciados, sustentando a intenção, independente dos poderes instituídos, de desenvolver uma política de afirmação de segurança, confiança e solidez para a CGD que se refletisse no futuro da Instituição.

NOTAS

(1) Os depósitos voluntários traduziam-se por aqueles que eram livremente constituídos e que podiam ser levantados em qualquer altura pelas partes intervenientes. A CGD podia recebe-los sob a forma de depósitos efetivos, em títulos de dívida consolidada ou em papéis de crédito que lhes fossem voluntariamente oferecidos por qualquer pessoa, corporação ou associação legalmente constituída.

(2) Programa de transformação nacional preconizado pelo governo, nomeadamente a reforma geral dos serviços administrativos, com uma maior simplificação e aproveitamento dos organismos existentes: aumento da atividade, produção e riqueza da metrópole e das colónias, reorganização do crédito tendo em conta a reestruturação da economia nacional. Ao abrigo desta reforma, a CGD consolidou as suas funções como instituição de crédito e sofreu uma reestruturação profunda, tendo sido criados os serviços anexos: a Caixa Nacional de Crédito (CNC) e a Caixa Nacional de Previdência (CNP).

(3) António Veloso Reis Camelo foi admitido na CGD como 1º desenhador, conforme O.S. 2736 de 2 de abril de 1928. O seu contributo como arquiteto traduziu-se pela realização de 12 projetos de raiz, 4 remodelações num total de 16, cuja taxa de concretização atingiu os 100%.

BIBLIOGRAFIA

BRITES, Joana Rita da Costa – Arquitectura da CGDCP, Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, 1929-1970, Lisboa: Prosafeita, 2014, ISBN 978-972-95869-7-2.

GESTÃO DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUIVO HISTÓRICO – Documentação avulsa.

GESTÃO DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUIVO HISTÓRICO – Regulamento Provisório para a Caixa Geral de Depósitos, “*Carta de Lei* de 10 de Abril de 1876”, Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.

LAINS, Pedro – História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910, Política e Finanças no Liberalismo Português. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002, ISBN 972/671/095/2.

LAINS, Pedro – História da Caixa Geral de Depósitos, 1910-1974, Política, Finanças e Economia na República e no Estado Novo. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, ISBN 978/972/671/214/5.

PEREIRA, Raul da Silva – História da Caixa Geral de Depósitos. Lisboa: Edição do Autor, 2007.

DOCUMENTO ELETRÓNICO

Diário do Governo nº 159, Série I, de 18 de julho de 1918. [Em linha]. Lisboa [Consult. 24Fev.2018]. Disponível em WWW: <[URL:http://www.leideportugal.com/diario-primeira-serie/1918-07-18](http://www.leideportugal.com/diario-primeira-serie/1918-07-18)>





Figura 1. Edifício Caixa Geral de Depósitos/ Filial da Guarda inaugurada em 1942. Fonte: Arquivo Fotográfico, Caixa Geral de Depósitos.



Figura 2. Edifício Caixa Geral de Depósitos/ Filial do Porto inaugurada em março de 1931. Fonte: Arquivo Fotográfico, Caixa Geral de Depósitos.

LEI ÁUREA: ABOLIÇÃO INACABADA?

Marcos Caneta

marcoscaneta@bol.com.br



Lei Áurea: Abolição Inacabada?

Marcos Caneta

Historial do artigo:

Recebido a 25 de maio de 2018

Revisto a 17 de junho de 2018

Aceite a 20 de junho de 2018

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto de debate e discussão, a Lei Áurea. Buscaremos trazer pesquisas bibliográficas e ações desenvolvidas nos últimos 30 anos na militância do Movimento Negro no País, em particular no Estado de Santa Catarina, visando compreender o distanciamento, do ponto de vista cultural e das identidades, que há entre o que foi escrito, publicado e publicitado pela historiografia nacional, tomando por base alguns escritos das obras de Sergio Buarque de Holanda (1963), Caio Prado Junior (1971), Gilberto Freyre (2000), Adriana Marcolini (2012), Pedro Paulo Funari (2006), Luiz Miguel Oosterbeek (2007) e Ilka Boaventura Leite (2008), objetivando descortinar a realidade dos fatos históricos envolvendo negros e índios (ex-escravizados), em particular os negros (nosso objeto de estudo), no processo de resistência à escravidão imposta e a construção dos pilares iniciais, que geraram o embrião da Lei Áurea no Brasil no Século XIX.

Tentaremos construir uma ponte imaginária, no intuito de desenvolver um elo entre a historiografia e as comunidades negras. Para tanto, utilizaremos a História e o Direito como instrumentos de construção de nossa teoria. Precisaremos fazer um mergulho na história do Brasil para retirar, de suas entranhas, algumas respostas para as nossas indagações, a saber: por que há esta relação contraditória entre os negros e o seu patrimônio histórico-cultural (material e imaterial)? Por qual motivo os negros foram invisibilizados da história brasileira ao longo dos últimos 130 anos? Por que os negros e os índios não estão representados na historiografia nacional, de forma visível, como povos construtores da economia, cultura, aspectos sociais e religiosos no Brasil?

Creemos que um projeto de Gestão de Patrimônio, que utilize a Educação, Direito e os setores culturais das cidades (especialmente escolas públicas e privadas, organizações sociais, associações de bairros, administração pública, artistas e intelectuais) possa auxiliar numa melhor fruição cultural e identitária, permitindo que as pessoas possam se ver e se encontrar culturalmente para ampliar o diálogo e iniciar a desconstrução colonial que foi repassada pelos mecanismos de formação humana a todos os brasileiros de um modo geral. Esperamos que este estudo venha ser a engrenagem de um trabalho capaz de valorizar os espaços de construção do saber, tendo a abolição da escravidão brasileira como pólo agregador e incentivador das transformações necessárias e fundamentais para o desenvolvimento positivo da relação entre as pessoas que residem, trabalham e vivem nas cidades de um país que possui mais de 50% de sua população negra ou descendente, com o seu patrimônio cultural edificado ao longo dos séculos.

Pretendemos, na elaboração deste livro, construir uma linha de pesquisa e pensamento que garanta, em seu desenvolvimento, um descortinar da realidade histórica e patrimonial do Brasil e, em especial, dos aspectos que construíram a Lei Áurea, tendo como base de análise as contradições que a historiografia positivista construiu, ao longo dos anos, a partir do final do século XIX, com a extinção legal da escravidão. Também buscaremos entender a relação distante da população negra, de um modo geral, com o seu patrimônio edificado, principalmente com sua religião, pois acreditamos que esta relação de pouca afetividade tenha ligação direta com as contradições historiográficas e as análises pejorativas construídas no percurso da história, utilizando elementos racistas e de preconceito racial como instrumentos analíticos.

Neste caso específico, de que maneira você analisa o outro, quando o vê como inferior? Onde há isenção analítica, do ponto de vista historiográfico, quando vemos no ex-cativo a negatividade que víamos em seu ser no processo de escravidão? O que mais nos impressiona neste tema é a insistência histórica de se ver e analisar os descendentes de africanos de forma negativa e pejorativa, antes e depois da Lei Áurea. No momento em que se deveria fazer justiça aos povos que foram escravizados, as injustiças acometidas contra eles no Brasil colonial com o advento da Abolição da Escravidão, os mesmos foram jogados para fora do novo momento político econômico brasileiro, em sentido amplo, a própria sorte. Surge, neste exato momento, o que conhecemos como cortiços, favelas e mocambos. Por incrível que pareça, este processo de negação explícita auxiliou de forma direta na manutenção do preconceito contra os negros, porque a falta de qualidade de vida e o empobrecimento imposto, nos anos seguintes, foram determinantes para ter consubstanciado, o subdesenvolvimento social e humano. Os negros não tiveram acesso aos instrumentos e tecnologias da nova economia que se fortalecia no país. Como também, lhe foi negado educação e convivência harmônica com os europeus que seriam os novos atores da economia nacional.

Infelizmente este formato analítico, no campo social, ainda se faz presente na interpretação do negro moderno em sociedade. Até porque a pobreza ainda atinge os descendentes de africanos de maneira impactante em todo o território nacional. Isso fica explícito em Estados do Norte, Nordeste e Sudeste brasileiro, palco das grandes fazendas escravocratas no período colonial. O novo Brasil, mesmo depois da Constituição de 1891, a primeira da República, não contemplou o negro como gente, cidadão. A Carta Magna não traçou nenhuma linha endereçada aos descendentes de africanos no Brasil. Desenvolveu-se a base do direito brasileiro sem reconhecer a cidadania e os direitos dos povos de origem africana e indígenas. No entanto, reconheceu-se o direito dos estrangeiros que aportavam no Brasil do Século XIX.

A margem da sociedade que se organizava, os negros iniciavam um processo de liberdade jogados em pobreza alarmante e sob a égide de uma desconsideração humana tão grande, que muitos dos ex-escravos voltaram ou permaneceram nas fazendas que eram escravos anteriormente.

A Casa Grande e a Senzala eram os núcleos sociais que os negros tinham como referência de vida cotidiana. Os quilombos, assim como o de Palmares, que sobreviveu até o ano de 1695, na Serra da Barriga, em Alagoas, passou a ser, para alguns, algo equidistante a ser reconstruído, e para outros, um modelo social a se perseguir constantemente. Já que os quilombos passaram ser a única experiência de vida liberta para os negros escravizados.

Percebemos que uma parcela da sociedade negra não se vê em seu próprio patrimônio, como também não o entende, enquanto produto de fortalecimento de suas raízes identitárias e culturais. Nesse sentido, tentaremos, com este trabalho, retirar dos porões da historiografia nacional, mesmo que de forma suscinta, as identidades e culturas negadas no processo que o construiu, particularmente as de negros e indígenas. Povos que, em nosso entendimento, foram 'jogados' para fora da sociedade nacional e permanecem, até os dias atuais, sem patrimônio "material e imaterial" que garanta a compreensão e o fortalecimento de suas identidades.

Por conseguinte, consideramos que o esvaziamento e o abandono, quase que total da história negra, em particular a que perpassa a abolição, ocorreu por não haver interesse dos donos dos meios de produção e da elite política de instrumentalizar educacionalmente os negros, porque os mesmos eram a negação de uma sociedade culta de cunho europeu, ou seja, a imagem do negro era o retrato estampado, mesmo na pós-abolição, de um país escravocrata. Libertar os negros economicamente seria abrir lacunas para que este se desenvolvesse e



fizesse parte da sociedade republicana que estava em construção. Ênfase que o projeto era não permitir a ascensão do negro neste período histórico.

Por mais que entendamos que houve, de forma negligente e intencional, um processo de desconstrução dos feitos dos negros no processo da Abolição da Escravidão, isto fica explícito quando temos um feriado nacional dando ênfase aos feitos de Tiradentes e não os de Zumbi dos Palmares – primeiro herói nacional brasileiro. Por este motivo, se faz tão necessário a retomada da discussão da abolição da escravidão para buscar entender o fenômeno do racismo que persiste até os dias atuais independente das condições econômicas da população negra. Por isso entendemos que o racismo se sustenta numa teoria de inferioridade do negro e do índio, frente aos descendentes de europeus, e não somente pela questão econômica que pode agravar o preconceito, mas não é ele o fator preponderante.

A Lei Àurea não foi capaz de construir esta argamassa humana: libertar de verdade os negros, pois não desatou os nós do racismo. Neste caso específico, o hiato legal superou a questão de justiça. O descortinar do dia 14 de maio de 1888, quando os negros se reuniram para ver de que forma ficariam suas vidas na pós-abolição, deveria ter sido um momento muito difícil e sufocante, porque nele estavam contidos todas as incertezas, inseguranças e dificuldades que adiriam nos dias seguintes, pela falta de um engajamento maior por parte do Governo Brasileiro, que não construiu saídas legais para se superar o quadro de desigualdade, construídas ao longo dos quase quatro séculos de escravidão, que retirou do negro, o seu direito de exercer de forma digna a condição de ser humano. Esta afirmativa nos leva a pensar sobre de que forma se consegue reconstruir a humanidade perdida no âmago do povo negro? Como se consegue chegar a este nível, enfrentando a Discriminação Racial, Racismo, falta de oportunidade, desrespeito humano no cotidiano trabalhista, educacional e social no Brasil República? Como se reconstrói o negro?

O governo colonial, pós Lei Àurea, não construiu bases sólidas para receber o ex-escravo. O racismo não permitiu, mesmo com a luta dos abolicionistas e quilombolas, que o Governo Brasileiro percebesse a humanidade dos negros. Não houve um planejamento de inserção dos ex-cativos a “*nova vida cotidiana*” brasileira. Uma das perguntas que nos acomete é: que ódio é este que as pessoas possuíam, que não conseguiam enxergar nenhum pressuposto de humanidade no outro: antes, durante e depois da escravidão? As diferenças étnicas e culturais foram os instrumentos utilizados pelo europeu escravista, como mobilizador e mantenedor do escravismo brasileiro.

Em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Junior (1971: 114), diz que, referente aos negros, são uma raça bastarda e oprimida: “*os negros e seus derivados mais escuros*”. Na mesma obra, segue o autor: “*(...) é a esta passividade, aliás, das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com a que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzido, relativamente à de outras raças, a sua contribuição demográfica (...)*”. (PRADO JUNIOR, 1971: 273).

Esta afirmação demonstra, em parte, a forma do povo brasileiro pensar o período escravocrata no país. O que se vê na fala do autor é a ideia predominante de que a escravidão se deu pela passividade de índios e de negros. Em sua colocação não fica nítida a forma de exploração utilizada pelo escravocrata, as armas utilizadas, o controle psicológico e o desconhecimento, em particular do cativo negro, dos espaços geográficos da região. Como também, fica implícito, em sua colocação, que o domínio se deu pela capacidade cognitiva e superioridade racial do homem branco sobre o negro e o indígena. A ideia de raças (tendo por base a teoria da raça pura e dominante, a eugenia) perpassa a afirmativa do autor.



Este comentário de Caio Prado Junior (1971) nos remete a outra reflexão, o Holocausto. Seis milhões de Judeus é um número inferior do que quase um milhão de soldados alemães no auge da Segunda Guerra Mundial. O método de dominação humana utilizado na escravidão brasileira não se diferenciou do nazismo alemão, baseia-se no mesmo pressuposto: a mudança de ambiente, o cárcere, a alimentação precária, a psicologia do medo, os assassinatos constantes, estupros, divisão das famílias, privilégios para alguns dentro do próprio regime imposto, instrumentos de tortura e armas.

A colocação do autor contrasta com o seu contributo intelectual para se entender a formação econômica do Brasil. Caio Prado Junior (1971) foi um dos poucos pesquisadores, que influenciado pelo marxismo, passou a reconstruir a história do país, tendo por base o materialismo histórico, ou seja, a busca de se dar visibilidade aos personagens históricos de lutas sociais, políticas e a resistência de negros, índios e pobres no período colonial (Balaiada, Praieira, Sabinada, Canudos). Contrapondo-se a linguagem oficial e positivista da história contada e escrita no país à época.

No entanto, nota-se que o olhar de Caio Prado Junior para o fenômeno da escravidão é o mesmo que o positivismo construiu ao longo dos anos e influenciou inúmeras gerações brasileiras: passividade, inércia e sujeição ao regime escravocrata por parte dos grupos humanos dominados, culminando com a história dos afazeres cotidianos dos grupos dominantes. Ao ponto de quando perguntamos: quem descobriu o Brasil? A resposta é imediata: Pedro Álvares Cabral. Quem descobriu a América? Cristóvão Colombo. Quem aboliu a escravidão? Princesa Isabel. Parece que a história do fato foi este *ato "heróico"* de alguns personagens da história. As lutas que levaram ao fenômeno e os autores envolvidos nele, o sistema positivista escamotearam, invisibilizaram. Este processo marcou a historiografia brasileira que nos confunde até os dias atuais, já que a história contada não é a do povo brasileiro, mas a dos heróis oficiais do sistema posto. *"A Catedral, frequentada pela 'gente de bem', deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos 'pretos da terra', não é protegida e é, com frequência, abandonada (...)"* (FUNARI, 2006: 123).

Por incrível que pareça a resistência negra: Revolta dos Búzios (Século XVIII), Revolta dos Malês (Século XIX), Guerra do Paraguai (Século XIX), aquilombamentos em boa parte do Brasil, onde o de Palmares (Século XVI) foi um dos mais emblemáticos, parecem não ter existido para o autor. Neste sentido, caso a análise de Caio Prado Junior (1971) estivesse correta, a manutenção da cultura Negra e Indígena teria sido totalmente suplantadas do cotidiano das cidades, pela cultura do colonizador. Fato este que não ocorreu, já que há uma predominância das chamadas culturas dominadas em solo nacional. Torna-se impossível você pensar e falar do Brasil sem citar ou explicitar os aspectos culturais, econômicos e religiosos de negros e índios, *"(...) o sentimento de pertença a algo que é mais do que cada um, que é mediatizado pelo patrimônio cultural, é igualmente crucial, nesta fase de transição (...)"* (OOSTERBEEK, 2007: 81).

Talvez seja este o ponto mais complexo a se combater, ou seja, como se consegue falar sobre fatos históricos onde pessoas estejam diretamente envolvidas com seus sentimentos, emoções, culturas, amores, dores, saudades e sofrimentos e torná-las invisíveis para a historiografia passada e moderna? Como passam incólumes? De que forma se desmaterializam feitos e pessoas?

A Lei Áurea está coberta por essas contradições, porque seria insano se pensar que deveria de se ter um regime autoritário que não tivesse contraposição, resistência. Retirar isto de negros e índios no Brasil é rebaixá-los a uma categoria humana inerte, imbecil.



2. A ASSINATURA DA LEI ÁUREA: BREVE HISTÓRICO

Nos debates do dia 13 de maio no Senado do Império, o Senador Paulino de Souza, chamou a atenção para o abandono em que ficariam os mais desamparados dos libertos: *“É desumana a lei aprovada porque deixam expostos à miséria e a morte, os inválidos, os enfermos e os velhos, os órfãos e crianças abandonadas (...)”* (SOUZA, 2015).

Para se entender esta fala, faz-se necessário retroagir ao ano de 1824, quando percebemos que nem a Carta Magna, do mesmo ano, ou qualquer outra lei da época contemplava o escravo como cidadão brasileiro, quer na vida social, política ou pública. A Constituição do Império não alterou a política escravocrata. Por incrível que pareça, o escravo era uma contradição humana, ou seja, existia fisicamente, enquanto força de trabalho escrava, mas era invisível, do ponto de vista humano. Não havia espaço onde pudesse se estabelecer como gente, era caçado, conduzido e tratado como bicho, animal.

No entanto, do ponto de vista dos fazendeiros, a crítica feita à abolição dos escravos foi no sentido de que estes não foram indenizados monetariamente, tendo eles imensos prejuízos econômicos. A Abolição chocou o universo escravista e construiu a nova divisão social do Brasil: de um lado os donos dos meios de produção, a elite agrária, exigindo justiça e indenizações; do outro, a massa de ex-escravos desprovida de qualquer política pública.

Este cenário do século XIX nos leva a imaginar as cenas do dia 14 de maio de 1888, quando os negros, 24 horas após a abolição, perceberam que haviam sido enganados, jogados a própria sorte, depois de construírem toda a economia do Brasil Colonial. A falta de uma legislação complementar condenou os ex-escravos a exclusão social que se agravaria com o passar dos anos, chegando aos dias atuais.

No Paço Imperial, no dia 13 de maio de 1888 (dia do nascimento de Dom João VI), às 3 horas da tarde, era assinado, por D. Isabel e pelo Ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, a Lei de nº 3.353, Abolindo a Escravidão no Brasil – A Lei Áurea foi aprovada por 85 votos a favor e 9 contra na Câmara Geral (Câmara dos Deputados). Dom Pedro II não se encontrava no país porque estava em visita ao exterior ou doente. O Senhor Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo de Deodoro da Fonseca, tempos depois, ordenou a destruição de todos os livros de matrículas de escravos, os quais eram guarda dos cartórios de ofício dos municípios, em 14 de dezembro de 1890, e os documentos do Ministério da Fazenda referente à escravidão. Literalmente, quase que os 370 anos de escravismo foram escondidos oficialmente da história futura, do nosso tempo.

A escravidão brasileira foi o pior e mais nefasto regime político-econômico que a humanidade já construiu. Milhões foram assassinados, estuprados, roubados e violentados em seus direitos de liberdade, humanidade e vida. Refletir sobre o dia 13 de maio é, basicamente, ir de encontro ao muro das perguntas sem respostas, é entristecer.

2.1. Momentos antes da Abolição

Os momentos que antecederam a Lei Áurea foram cobertos de incertezas e inseguranças jurídicas e econômicas. A Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, decretou o fim da escravidão do ponto de vista jurídico, porém, a escravidão estava em decadência como sistema produtivo e econômico.

Neste período, o número de escravos era inferior ao de negros livres e alforriados. O trabalho assalariado, por incrível que pareça, convivia com a escravidão legitimada no Império. Sendo



assim, não houve um processo de migração do serviço escravo para o livre, ambos conviveram juntos por séculos no Brasil. Tudo isso comprimia o regime escravocrata por dentro, enfraquecendo-o. Não podemos desconsiderar as lutas quilombolas, abolicionistas e a pressão política e econômica que a Inglaterra impunha ao governo brasileiro desde a imposição da lei do Bill Aberdeen – lei que foi aprovada pelo governo britânico, no mês de março de 1845, e concedia ao Almirantado Inglês, o poder e direito de apreender navios negreiros (navios estes que transportavam escravos oriundos do continente africano), que eram usados de meio de transporte de cativos trazidos da África para as Américas (incluem-se nesta situação os navios que singravam em águas brasileiras).

Por fim, esta mesma lei dava o direito ao Almirante de julgar os comandantes dos navios aprisionados. Segundo Valéria Costa (2014), professora do Instituto Federal do Sertão de Pernambuco, *“a escravidão era uma rainha sem coroa”*. Em outras palavras, Valéria diz que nesta época, o sistema econômico baseado na escravidão já dava sinais de esgotamento. O seu fim iria ocorrer com ou sem a assinatura da Lei Áurea. O que se percebe em sua fala é que a Princesa Isabel sequer tinha interesse no tema ou conhecia os seus meandros ao ponto de interferir nele.

O ano de 1850 é de fundamental importância para entendermos o processo que levou a abolição da escravatura, ou seja, um conjunto de leis veio a contribuir de forma significativa para a desestrutura do regime escravista como estrutura econômica e social. A Lei Eusébio de Queiróz, do mesmo ano, proibiu veementemente o tráfico de escravos africanos para o interior brasileiro. Esta lei é uma resposta imediata, no mesmo sentido, da Lei do Bill Aberdeen. As duas leis vieram impossibilitar o que denominaríamos de renovação da mão de obra escrava. Outro ponto significativo para o estrangulamento da escravidão foi à organização estrutural com que os negros se organizaram nos quilombos, grupos políticos, sociais e abolicionistas, lutando veementemente para se libertarem de forma definitiva. No entanto, dez anos antes, um número significativo de escravos juntava dinheiro para adquirir, comprar a sua própria carta de alforria; outros buscavam formar as bases quilombolas, fazendo crescer o número de quilombos no Brasil.

A escravidão brasileira possui suas características próprias porque junto aos negros escravos, que em sua maioria trabalhavam na lavoura ou Casa-Grande, havia os conhecidos negros de ganho. Estes possuíam um tipo de autorização para trabalhar fora da lavoura ou do engenho. Havia um acordo entre as partes que determinava que esses escravos de ganho teriam que entregar nas mãos de seus senhores, 50% de tudo que ganhavam no dia. Com o que arrecadavam, com o passar dos anos, compravam a sua alforria, tornando-se um negro livre. No ano de 1871 foi assinada a lei que dava garantia ao escravo, o direito de pecúlio. Que nada mais era do que uma lei que proibia o senhor de escravos de confiscar do mesmo, o dinheiro que economizava com o seu trabalho. No mesmo ano de 1871, foi proclamada a Lei do Ventre Livre, que dava o direito de liberdade aos filhos de escravos nascidos depois de sua assinatura. Obviamente, por uma questão lógica, seu impacto frente à escravidão foi deveras pequeno, já que o filho nascia livre, mas seus pais eram escravos. Neste sentido, teria que conviver com a escravidão e o regime imposto por ela nas fazendas, engenhos e Casa-Grande durante o período de seu crescimento, auxiliando os seus pais nos afazeres cotidianos.

O que mais nos intriga na assinatura da Lei do Ventre Livre era a determinação da lei, que colocava nas mãos dos senhores de engenho, a responsabilidade de cuidar desta criança até os oito anos de idade, quando seriam entregues ao governo, que pagaria uma espécie de indenização ao senhor de escravos. Mas o senhor de engenho tinha a prerrogativa de decidir se aceitaria o recurso econômico pago pelo governo ou usar a mão de obra desta criança até os 21 anos de idade. A maior parte dos senhores optou por ficar com as crianças negras – isso



basicamente era uma cultura do engenho, ficar com as crianças para servi-los em todos os aspectos da vida colonial.

O movimento abolicionista, a partir de 1880, começa a ficar mais forte com a aderência de intelectuais, negros livres, que já somava um bom número de contingente nesta época. No entanto, a chegada de alguns abolicionistas negros que já tinham influência na sociedade brasileira, como Machado de Assis, André Rebouças e Luiz Gama, veio dar força ao movimento.

Quatro anos antes da assinatura da lei Áurea o Estado do Ceará já havia banido a escravidão de seu território. Os Estados de São Paulo, Amazonas e Rio Grande do Sul seguiram o mesmo caminho. Cada vez mais o Governo Brasileiro se via obrigado a dar uma resposta a esses movimentos crescentes em todo país. A Lei Áurea, neste sentido, não foi nenhuma novidade. Lamentavelmente, o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. A assinatura da Lei Áurea e o fim da escravidão repercutiriam nos grandes centros e em boa parte do mundo civilizado. O que nos chama a atenção é que algumas propriedades escravocratas só souberam da assinatura da lei semanas ou meses depois. Dificultando a sua aplicabilidade ao mesmo tempo. Por mais que fosse uma lei nacional, a mesma não conseguiu sua efetividade em tempo real por problemas de informação e o tamanho geográfico do Brasil. Isso quer dizer que muitos libertos continuaram na escravidão, mesmo depois da efetivação da Lei Áurea. Este hiato também demonstra que a Lei Áurea nunca foi uma intenção do governo brasileiro. Os acontecimentos históricos levaram o sistema imperial a se curvar às lutas das ruas, pressões econômicas, políticas e a situação de insurreição por parte dos negros cativos e aquilombados.

Neste momento, a situação de defesa do país estava comprometida, a permanência do regime escravo já não possuía bases sólidas e legais para a sua continuidade.

Seguindo a linha de construção de leis, que pouco atingia o coração do sistema, por mais que auxiliaram no processo de abolição, a Lei dos Sexagenários foi apresentada no parlamento pelo político abolicionista Sousa Dantas em 1884. Esta lei que ficou conhecida por Lei Saraiva-Cotegipe, levava esse nome pelo fato de o projeto inicial determinar que a liberação dos escravos tivesse que ser a partir dos 60 anos. Só que os escravocratas cafeicultores que dominavam a economia e boa parte da política nacional conseguiram elevar a idade de liberdade dos cativos para 65 anos.

A Lei dos Sexagenários, que foi promulgada no dia 28 de setembro de 1885, não teve muito efeito na prática, porque os escravos com esta idade já não eram tão valorizados como os escravos mais jovens. Uma segunda situação era a dificuldade de um cativo chegar a esta idade, dada às condições impostas de trabalho e subsistência. Assim como a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários conseguiram conceder liberdade a uma parcela de escravos, mas suas aplicações práticas eram pouco relevantes, vindo a manter o Brasil, marcado por sua base estrutural escravagista.

3. A SITUAÇÃO DO NEGRO PÓS LEI ÁUREA

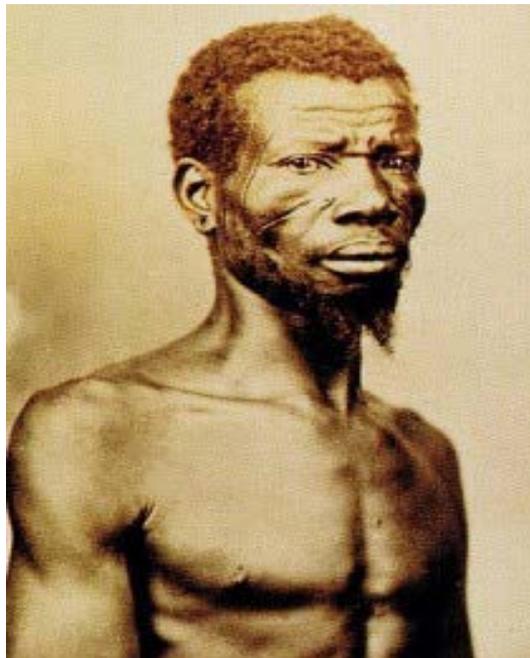


Figura 1. Negro pós Lei àurea. Fonte: [Acesso em: 19 maio 2015]. Disponível em www.informacoesemfoco.com/2013/02/fotografias-lugares-e-falsos-conceitos.html#.VbCHiaRViko

[URL:http://www.informacoesemfoco.com/2013/02/fotografias-lugares-e-falsos-conceitos.html#.VbCHiaRViko](http://www.informacoesemfoco.com/2013/02/fotografias-lugares-e-falsos-conceitos.html#.VbCHiaRViko)

A Lei Áurea não conseguiu garantia para a inclusão do negro em sociedade. Uma parte dos escravos permaneceu nas mesmas fazendas de seus senhores, por não terem para onde ir, ou seja, a assinatura da lei não lhes deu cidadania e/ou projeto futuro, como pessoas livres, de uma vida melhor, digna. Os agora ex-escravos se tornariam reféns da falta de políticas públicas, de trabalho livre e moradia.

Seria uma espécie de escravo livre? A relação cultural e de poder da Casa-Grande sobre a Senzala mudaria de um dia para o outro? Não nos parece que a cultura senhorial do engenho tenha mudado com a assinatura da Lei Áurea. O mais interessante que essas questões foram pouco debatidas como deveriam. O negro, depois da assinatura da Lei Áurea, se tornaria em uma subespécie de homem livre. Infelizmente, esta visão de um passado remoto ultrapassou os séculos e chega aos nossos dias em forma de discriminação racial e racismo. Conforme a professora Valéria Costa (2014), a imigração europeia começa a partir de 1850, logo depois da lei antitráfico, Lei Eusébio de Queiróz.

No Estado de Santa Catarina temos uma particularidade diferente, já que os descendentes de alemães chegaram à cidade de São Pedro de Alcântara em 1829. O que se sabe historicamente deste episódio, é que as elites agrárias brasileiras já não mais queriam aceitar africanos, porque os mesmos traziam para dentro do país os seus vícios e maus hábitos (música, dança, religião, idioma). Como diz o pesquisador Jaime José Santos, os africanos, com suas festas e costumes, aos olhos de uma sociedade conservadora, eram vistos como bárbaros e incivilizados. (SANTOS *Apud* VERZBICKAS, ESPEZIN, 2010: 26).

Claro que esta falácia era utilizada para encobrir a tentativa de se construir, nos trópicos, uma Europa no Brasil: um processo de embranquecimento físico e de produção, pois o elemento europeu trazia consigo uma nova ordem de trabalho, já que o tinha como algo enobrecedor. O negro, conforme as ideias da época, por sua vez o ignorava. Estas ideias infundadas e fundamentalistas determinaram a visão sobre o homem negro na Pós-Abolição. Esta situação também construiu inúmeras barreiras para o ex-cativo, porque a falta de suporte social, político e técnico não lhe garantiu condições de enfrentar o imigrante europeu, que agora competia consigo os espaços de trabalho livre, assalariado. Sem contar que, enquanto o negro era a imagem de um país de passado escravo, o imigrante europeu sustentava a aparência de um novo Brasil, ou seja, branco, europeizado e moderno. Esta situação de trazer para o país o imigrante europeu sem dar condição e suporte a vasta população de negros livres, foi a forma mais perversa do capital nacional de isolar o agora cidadão-negro dos postos de trabalho. Não podemos deixar de considerar a vantagem que o imigrante europeu levava frente ao negro por causa do racismo estabelecido, a crença da incapacidade do negro e a certeza de que o branco europeu era superior, melhor e, obviamente, menos preguiçoso do que o ex-cativo.

Conforme Mary Del Priore, autora de *O Castelo de Papel* (2013), biografia da princesa Isabel e de seu marido Conde D'Eu, a mesma nunca havia manifestado publicamente o interesse pela luta abolicionista, em particular até o ano de 1887, o ano anterior a assinatura da Lei Áurea. Conforme a historiadora, a causa abolicionista nunca prendeu os interesses da família imperial. A princesa parecia não ter o mínimo interesse em questões relacionadas à política. Em princípio, não gostava de envolvimento com esses temas. Isabel era uma dona de casa. Não lhe agradava ter que sair de Petrópolis para ir até o Rio de Janeiro para cumprir com o seu papel de regente do império.

Coloca a historiadora, que a princesa Isabel foi a mão que assinou a Lei Áurea, já que D. Pedro II, que era o seu pai, se encontrava com problemas de saúde. No entanto, a regente assinou a Lei Áurea forçadamente e sem nenhum entusiasmo no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888.

4. ALGUNS ASPECTOS DAS IDEIAS DE GILBERTO FREYRE

No livro *Casa-Grande e Senzala*, o sociólogo Gilberto Freyre (1933), faz algumas considerações sobre a formação sociocultural brasileira. O autor enfatiza que a Casa-Grande foi um dos aspectos mais importantes desta formação, tendo a Senzala como o seu expoente complementar. Gilberto Freyre (2000) sustenta a tese de que a miscigenação brasileira que ocorreu da relação entre brancos, em sua maioria de descendência portuguesa, de negros de inúmeras nações africanas e dos variados agrupamentos indígenas, formou a sociedade brasileira no contexto da colonização europeia. Continua o sociólogo, a arquitetura e o formato da Casa-Grande seriam a expressão da organização social e política do país, o que denomina como patriarcalismo.

O Brasil colônia se estruturou desta forma e veio a incorporar outros elementos que formariam a propriedade fundiária colonial. O patriarca que era o proprietário da terra, seria o senhor de todas as coisas nela contidas: animais, engenho, lavoura, escravos, parentes, padres, filhos, esposa e, até mesmo, amantes. Nada acontecia ou se movia neste espaço sem a autorização do patriarca, o senhor de engenho. Para Freyre esta relação se deu na incorporação de tais elementos e não na exclusão dos mesmos. A Casa Grande seria a expressão desta situação posta, pois era capaz de abarcar, em seu íterim, escravos e familiares do patriarca.



O autor sugeriu na busca de desmistificar a “*determinação racial*”, na chamada formação cultural do povo brasileiro, que os elementos de maior importância foram os ambientais e culturais. A partir desses nuances, negou a ideia de que no país haveria de se ter uma “raça” inferior devido à miscigenação. Ao contrário, Gilberto Freyre apresenta alguns elementos positivos desta formação cultural brasileira, que seriam oriundas de uma cultura miscigenada, distintas entre si. Entretanto, na posição de outros sociólogos do nosso tempo, os contemporâneos, incluindo Clóvis Moura (1988), que discorre sobre a posição de Gilberto Freyre, tecendo duras críticas a sua obra, ou seja, coloca que o grande erro de Freyre foi sustentar, em sua obra, a caracterização da escravidão brasileira sob os aspectos de senhores de engenhos bons e escravos submissos. Criando a visão de um personagem mitológico, o mito do bom senhor, que na interpretação de Freyre a escravidão era vista como um episódio simples e de pouca importância, que não conseguiria quebrar a lógica ou desfazer a harmonia da relação de explorador e explorado.

Relata o escritor Martiniano J. Silva (1995) que a discussão sobre a miscigenação brasileira, posta na obra de Gilberto Freyre, encobre a real situação de como a mesma se forma: processo longo e democrático de enriquecimento racial e cultural dos povos que acontece de maneira democrática e livre. Este aspecto é de fundamental importância para buscarmos a formação cultural brasileira. A relação de miscigenação foi mais no formato do estupro do que na relação cultural e física concedida por negros e índios.

Seguindo esta linha de raciocínio, obviamente que a miscigenação de grupos étnicos no Brasil não se consubstanciou de forma livre, espontânea e natural, construindo a união entre povos, etnias. Contrariando as afirmativas de Gilberto Freyre, Silva (1995) enfatiza que a violência sexual que a mulher negra sofria afasta o conceito de democracia racial, porque esta violência atingia a sua dignidade, moral, honra e segurança, já que as relações eram mantidas a força e os seus filhos, que seriam escravos sem pai, eram gerados nesta relação imposta. Neste sentido, não poderia haver enriquecimento étnico, cultural dos negros escravizados. Conclui registrando a tese de que não se pode confundir violência sexual com a remota possibilidade de uma democracia racial. O desejo do sinhô-moço, sinhozinho, filho do senhor de engenho era saciado no corpo das negras escravizadas que, ao engravidar, aumentavam o “rebanho” de escravos, fazendo crescer o capital do patriarca.

O esforço que se fez para esquecer um passado incômodo que foi acompanhado por uma construção de uma memória demasiadamente seletiva do processo que emancipou os cativos, que apresentava a Lei Áurea como uma espécie de dádiva que havia sido concedida pela figura romântica da princesa Isabel, amparada por uma ideia de ação que apenas retratava os abolicionistas brancos e os parlamentares da época. Essa mensagem preliminar construiu a imagem idealizada do 13 de maio, que reproduziu barreiras que impediram as vozes dos negros sobre as batalhas pela Abolição, de serem ouvidas, registradas e levadas ao futuro. Uma série de fatos aconteceram neste período. Entre eles, a edição de jornais que reivindicavam o fim da escravidão, falavam das fugas coletivas de escravos, da participação da classe trabalhadora organizada e crescente, como também das associações, organizações abolicionistas que tomavam as ruas. Tentava-se, assim, desmobilizar e desconstruir os cenários, como desqualificar os personagens da época, objetivando enfraquecer toda a força política que se juntava a causa negra, e os próprios desdobramentos da Abolição da escravatura. Isto remetia à escravidão e, por conseguinte, os ex-escravos para um passado distante, sem memória efetiva. Foi desta forma que o 13 de maio entrou para o calendário cívico brasileiro.

Por incrível que pareça, no ano de 1898, as comemorações dos dez primeiros anos da Abolição, possuíam caráter oficial de feriado nacional, com um número de ações cívicas, religiosas e com as repartições públicas fechadas, sem expediente. Com o passar do tempo,



essas ações começaram a tomar mais corpo no seio social, ou seja, em 1908, os 20 anos da abolição seriam comemorados até mesmo com salvas de tiros de navios de guerra. Algumas fortalezas militares, de maneira especial foram decoradas. No Rio de Janeiro aconteceu uma espécie de carnaval, organizado por um agrupamento social, conhecido por Clube dos Fenianos. Os 50 anos de comemoração da abolição da escravatura, em 1938, o então presidente Getúlio Vargas, no regime do Estado Novo, oficializou as festas comemorativas, em todo o Brasil.

Os festejos, comemorações da assinatura da Lei Áurea, não ficaram restritos às missas católicas, manifestações públicas, marchas de alunos de colégios, execução de hinos cívicos e bandas musicais e de grupos militares. Os jornais deste final de século XIX, registram que, após os inúmeros aniversários, as celebrações oficiais sobre a assinatura da Lei Áurea passaram a ser combatidas por protestos populares. As homenagens que eram feitas, póstumas a abolicionistas, passaram a sofrer duras críticas, como também às diretrizes do governo republicano e crescentes reivindicações da população negra. Sendo assim, o final do século XIX, assim como o início do século XX foram marcados por uma gigantesca luta pela preservação da memória das lutas populares, abolicionistas e pelos pedidos de integração do negro na sociedade moderna e os seus direitos de cidadania. Isso tudo gerou uma nova forma de organização social do negro brasileiro. No país, surgiram associações, entidades, clubes negros, formados por libertos, e pela população negra de maneira geral que pertenciam tanto aos meios intelectuais, literários e aos setores operários ou recreativos da época.

O principal apelo destas organizações em suas tratativas era para pautar assuntos de interesse dos chamados – homens de cor ou das classes de cor. Nessa época, surge um vocabulário político específico dos próprios negros, utilizando esse mecanismo, passavam a avaliar a inserção do ex-escravizado na sociedade. Com isso, obtinham de forma concreta as informações sobre as suas demandas, comportamentos, estratégias, ou seja, suas formas de atuarem, denunciarem e protestarem contra a ordem social posta. No entanto, a ideia da classe dominante era desqualificar os personagens importantes da escravidão para enfraquecer a organização política e os desdobramentos da Abolição. Com isso, remeteriam a escravidão e os próprios ex-escravos para um passado distante, sem conexão com a realidade vigente.

Os ex-escravos e libertos foram obrigados a se organizarem para poderem reagir a ineficácia da política que lhes negava direitos, no pós-1888. Esta luta dura e difícil tinha o interesse de incorporar milhares de pessoas em uma sociedade que, até então, restringia o direito a cidadania, o acesso à terra, ao trabalho assalariado e à educação. De forma contrária, vieram a silenciar no que tange a integração dos ex-escravos e os limites da sua cidadania. Infelizmente, esta situação veio a ser misturada com a forma truculenta que a população negra, pobre e urbana foi tratada pelo governo brasileiro.

Sugere-se até que a institucionalização de um modelo que nem sempre foi explícito legalmente, vigorou em atitudes políticas, públicas, sempre adotadas a partir de uma intolerância racial que seria adotada em todo o século XX pelas elites econômicas e pelo poder público brasileiro. Essas atitudes ficam mais visíveis quando refletimos sobre a legislação punitiva e na construção de sistema prisional para ex-escravos e africanos no país, em pleno século XIX.

Alguns dos aspectos da legislação penal do Império, exemplificados no Código Criminal de 1830, concomitantemente ao Código de Processo Criminal de 1832, já viam e tratavam os negros, quer sejam escravos ou libertos, de modo totalmente diferenciado em relação ao conjunto da sociedade branca. Não podemos deixar de registrar que o castigo corporal veio com o tempo a se tornar um sinônimo de punição para escravos e para a população negra.



Vimos que, tanto os escravos assim como os libertos, atravessaram o século XIX estigmatizados. Eram tomados por potenciais criminosos, gente perigosa. Com isso, os cárceres do Império estavam sempre lotados de negros. Na cidade do Rio de Janeiro havia uma prisão destinada, de maneira exclusiva, para aplicar penas aos escravos, impostas pelas autoridades judiciárias ou senhorias, o Calabouço assim como era conhecido, funcionou até o fim do século XIX.

Quando se analisa os processos criminais, logo depois da abolição, no pós-1888, com indiciados homens e mulheres, vê-se de forma concreta o apontamento para o fato de que o fim da escravidão, de forma oficial, não foi suficiente para reconhecer o negro em sociedade: a cor ainda continuou a ser uma marca indelével da negatividade, carregada por milhares de negros e negras, fossem estes libertos ou não. Neste momento se vê uma grande migração das famílias negras para os centros urbanos, logo no alvorecer do século XX.

Esta situação veio a reforçar a associação da criminalidade à etnia negra, assim como à origem social. De maneira espetacular e ideológica, muitos crimes foram atribuídos a suposta natureza perversa da comunidade negra e à sua herança vinculada à escravidão. O que queremos dizer é que esta relação se dava por motivo do negro ser visto e tratado como um cidadão incompleto (os cientistas da época colocavam que esta situação se relacionava com a condição de etnia e social do povo negro). Obviamente que esta é uma visão de caráter burguês, urbana e capitalista.

Notamos que este período histórico construiu as imagens e os conceitos que na atualidade sustentam a forma de se ver e analisar um descendente de ex-escravizados no Brasil atual. Até porque os mesmos que viam no negro a inclinação para o mal, o crime, não debatiam as condições subumanas que os mesmos viviam na Pós-Abolição. Havia uma espécie de silêncio coletivo que não permitia o debate político sobre as péssimas condições de vida que os negros viviam nas cidades. Os problemas de escola, trabalho, locomoção, saneamento, epidemias e políticas públicas inviabilizaram a ascensão do povo negro no Brasil. As ações discriminatórias de uma parte da elite política e social que resedesenhava uma nação pluriétnica que deveria, em seu interior, apagar o passado escravista, rasgar as páginas da história e desaparecer com a memória dos descendentes de povos escravizados, auxiliaria de forma direta na ação que tentaria eliminar com a existência do escravo. Mas criaria a imagem do negro, preto. Obviamente que esta imagem estaria associada a uma marca social negativa, insalubre, de incapacidade. Neste exato momento, mesmo que libertando o “trabalhador”, se construía de forma legal a ideia de “vadiagem”, sempre associada ao negro. Percebemos que esta foi uma das tentativas de controlá-lo socialmente.

5. RARAS FOTOGRAFIAS DE ESCRAVOS BRASILEIROS FEITAS 150 ANOS ATRÁS

“Uma vez que o Imperador Pedro II era um entusiasta da fotografia, o Brasil se tornou um ambiente favorável à prática da fotografia muito cedo. Durante a segunda metade do século XIX diversos fotógrafos, alguns patrocinados pela Coroa, fizeram valiosos registros da realidade vivida no país”. (HISTÓRIA ILUSTRADA, 2015).

As imagens a seguir apresentadas são do acervo do Instituto Moreira Salles, algumas delas foram feitas há mais de 150 anos. A qualidade do material, tanto no sentido gráfico quanto em

detalhes de comentários nas suas legendas, impressiona e aproxima aqueles que querem entender o cenário escravocrata brasileiro.



Figura 2. Quitadeiras em rua do Rio de Janeiro (1875). (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. Disponível em [URL:http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko](http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko)



Figura 3. Lavagem do ouro, Minas Gerais, 1880. **Foto:** Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [URL:http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko](http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko). [Acesso em: 31 maio 2015].



Figura 4. Escravos na colheita de café, Vale do Paraíba, 1882 (Marc Ferrez/Colección Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. <URL:<http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko>>



Figura 5. Senhora na liteira (uma espécie de "cadeira portátil") com dois escravos, Bahia, 1860 (Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. <URL:<http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko>>



Figura 6. Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** <URL: <http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko>>.



Figura 7. Foto da Fazenda Quititi, no Rio de Janeiro, 1865. Observe o impressionante contraste entre a criança branca com seu brinquedo e os pequenos escravos descalços aos farrapos (Georges Leuzinger/Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. <URL:<http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#.VWu9HdJViko>>

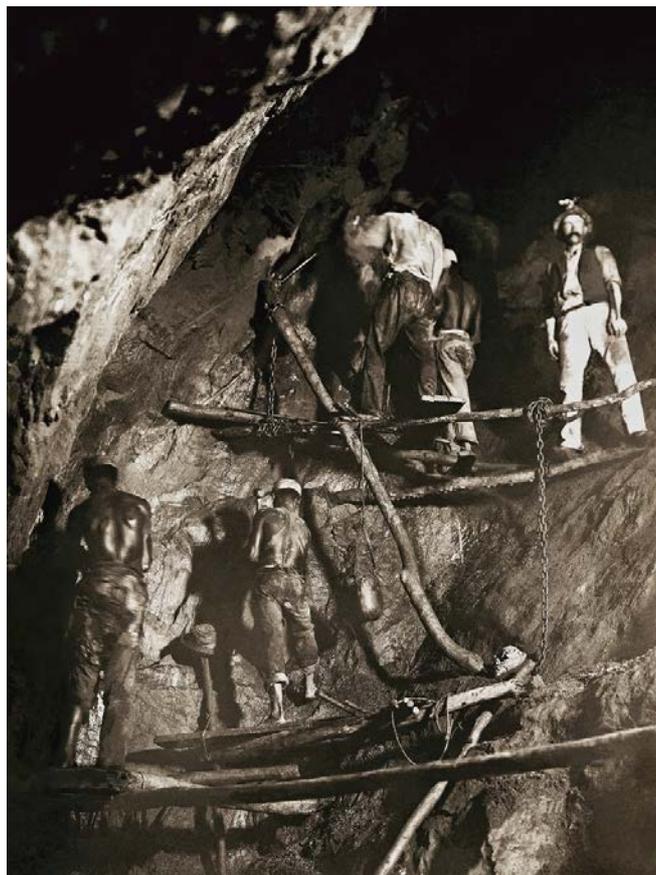


Figura 8. Primeira foto do trabalho no interior de uma mina de ouro, 1888, Minas Gerais. (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. <URL:<http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html#VWu9HdJViko>>.



Figura 9. Escravos (incluindo seus filhos) reunidos em uma fazenda de café no Brasil, 1885. (Marc Ferrez). **Fonte:** [Acesso em: 31 maio 2015]. <URL: http://www.wikiwand.com/pt/Racismo_no_Brasil>.



Figura 10. Um grande grupo de escravos reunidos em uma fazenda na província de Minas Gerais, 1876, Império do Brasil. Um grande grupo de escravos reunidos em uma fazenda na província de Minas Gerais, 1876, Império do Brasil. [Acesso em: 31 maio 2015].

Fonte: <URL:http://www.wikiwand.com/pt/Racismo_no_Brasil>.

6. O RACISMO NO BRASIL

Este ponto se torna de suma importância para se analisar, neste artigo, porque o racismo no Brasil mais do que uma chaga tem sido um adversário problemático no seio social e cultural, desde antes do período escravista. Uma pesquisa, realizada por Monteiro e que foi publicada no ano de 2011 revela que 63,7% dos brasileiros consideram que o quesito “raça” interfere diretamente na qualidade de vida de pessoas.

Diz a pesquisa que para uma maioria, em torno de 15 mil entrevistados, esta diferença se revela na análise entre a vida dos brancos e de não-brancos. Sustenta, ainda, que a situação posta, fica muito mais evidente nos aspectos trabalhistas (71%), nos quesitos que se relacionam com a justiça e as polícias (68,3%), por conseguinte, as que se relacionam com questões sociais (65%). O “*apartheid social*”, termo atualmente utilizado para explicar alguns temas no Brasil, objetiva descrever diversos pontos e aspectos da relação desigual: econômica, cultural, educacional e de moradia entre outras nuances, particularmente quando se traça pontos analíticos com o antigo regime sul-africano, o *apartheid* perdurou até os anos de 1990 na África.

Em resultado apresentado pela pesquisa, realizada em 2008, os negros apesar de serem metade da população brasileira ativa, elegeram pouco mais do que 8% dos 513 deputados federais escolhidos no último pleito eleitoral (BRAZIL CHRONICLE, 2011). Além do que, conforme a pesquisa, o salário de um homem branco no país pode ser, em média, 46% superior quando relacionado ao de um homem negro. Sem dúvida, a educação pode ser o fator motivador desta realidade, além da questão racial que permeia todas as relações sociais no Brasil. Além disso, a pesquisa também revela, de acordo com estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que o número de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que o de brancos. Esse dado estatístico denuncia a relação da violência contra o negro, concomitante as ações de segurança pública em áreas de risco social permanente. O Estado, neste sentido, não cria mecanismos eficazes para diminuir as taxas

alarmantes de mortes de jovens negros. Cabe ressaltar que dos indivíduos que recebem menos de um salário mínimo, 63% são negros e 34% são brancos. Dos brasileiros com maior posse, ou seja, os mais ricos, 11% são negros e 85% são brancos. Não podemos desconsiderar que a acumulação de capital por parte de inúmeras famílias tradicionais brasileiras se deu pelo fenômeno da escravidão.

Em pesquisa anterior, realizada no ano de 2000, 93% dos entrevistados reconheceram que existe preconceito racial no país (DYKEMAN, 2005). No entanto, 87% dos entrevistados sustentaram e afirmaram que, mesmo sabendo da existência de diferença de trato de um indivíduo negro e branco em sociedade, nunca sentiram tal discriminação racial. Este fator é de suma importância para se ater e se analisar, pois indica que os brasileiros, mesmo com toda esta cortina de “*democracia racial*”, reconhecem que há preconceito, desigualdade racial no país, mas que este preconceito não é somente derivado das relações sociais modernas, ou seja, uma questão atual, mas algo que deriva de um processo mais longo: o escravocrata. De acordo com Ivanir dos Santos, militante do Movimento Negro Nacional e ex-especialista do Ministério da Justiça para assuntos raciais, “*há uma hierarquia de cor de pele onde os negros parecem saber seu lugar*” (DYKEMAN, 2005).

Para a advogada Margarida Pressburger, que foi membro do Subcomitê de Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ainda é “*um país racista e homofóbico*” (LEAL, 2015). O que mais chama a atenção nessas afirmativas é o conservadorismo do brasileiro em não querer discutir de forma aberta e ampla as questões do racismo. Por incrível que pareça, as relações interpessoais no país têm relação direta com a cor e a etnia da pessoa. Há lugares que não há negros no setor de trabalho, na comunidade religiosa, nos espaços sociais, nas universidades e nos programas televisivos. Como se consegue em um país pluriétnico, multicultural e com mais de 50% de sua população negra, construir um programa em que não há um representante desta comunidade étnica? Se essa situação não caracteriza o impedimento do indivíduo negro estar em determinado setor ou programa, consolidando aquilo que preconiza a Lei nº 7.716/89, que criminaliza a prática de racismo como crime inafiançável, o que caracteriza então?

Outro documento (relatório) divulgado pela ONU em 2014, com base em um conjunto de dados que foram coletados no final do ano de 2013, denunciou que “*(...) os negros do país são os que mais são assassinados, os que têm menor escolaridade, menores salários, menor acesso ao sistema de saúde e os que morrem mais cedo (...)*” (UOL NOTÍCIAS, 2014). Por conseguinte, os negros também são o grupo populacional que mais se encontra no sistema carcerário e o que menos ocupa postos de comando nos governos brasileiros. A pesquisa relata aquilo que o Movimento Negro Brasileiro vem, nos últimos 30 anos, denunciando sobre as práticas de racismo institucional.

Para os movimentos organizados essa afirmativa não é nenhuma novidade, porque esses dados já são de seu domínio. As autoridades de segurança pública já receberam essas informações e sabem de que forma os seus agentes lidam com o cidadão negro no Brasil. Neste sentido, não é falta de informação, mas sim, falta de vontade política estatal para se resolver este quadro nefasto de assassinatos de jovens negros da periferia. O relatório também aponta que o índice de desemprego entre os negros brasileiros é 50% maior do que o restante da sociedade em sua totalidade. (UOL NOTÍCIAS, 2014). O que queremos afirmar é que quando analisamos o quesito renda, a do negro é metade da registrada entre os brancos.

No tocante a taxa de analfabetismo, esta é, basicamente, duas vezes maior do que a registrada entre os demais habitantes. Obviamente que esses dados estatísticos impactam na relação negro e PIB. Infelizmente, percebemos que esta situação negativa que acompanha a vida do negro desde o período escravista, e mesmo somando mais de 50% da população (pretos e



mestiços), os negros representam pouco mais de 20% da produção do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Conforme a ONU, a violência policial contra a população negra nada mais é do que o racismo institucionalizado ao longo do tempo. A ONU aponta que esses instrumentos acabam por perpetuar a negação posta. "*O uso da força e da violência para o controle do crime passou a ser aceito pela sociedade como um todo porque é perpetuado contra um setor da sociedade cujas vidas não são consideradas como tão valiosas (...)*", criticou a ONU (UOL NOTÍCIAS, 2014).

Em 2010, 76,6% dos homicídios no país envolveram afro-brasileiros. Apesar de reconhecer avanços no esforço do governo para lidar com o problema, o chamado mito "*democracia racial*" foi apontado pela organização internacional como um impedimento para superar o racismo no país, visto que é "*(...) frequentemente usado por políticos conservadores para desacreditar ações afirmativas (...)*". "*A negação da sociedade da existência do racismo ainda continua sendo uma barreira à Justiça (...)*" (UOL NOTÍCIAS, 2014).

O racismo no Brasil, assim como em um cordão umbilical, se estabelece dentro das relações socioeconômicas, de um sistema político ainda oriundo da chamada colonização europeia (portuguesa). Os povos indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses, assim como diversos agrupamentos humanos no mundo, não se viam ou se percebiam como um único povo. Por inúmeras questões históricas, geopolíticas, culturais e geográficas, essas denominadas tribos, por vezes se chocavam, vindo a nutrir animosidades entre si, chegando ao conflito armado ou construindo guerras. Contudo, a relação de preconceito, discriminação tendo por base a cor da pele, o fenótipo, diferença cultural, aparência física ou ideias religiosas, foram trazidos e introduzidos no Brasil, infelizmente, pelos colonizadores portugueses. Portugal no período das grandes navegações e do próprio descobrimento do Brasil era, sem dúvida, uma das nações mais intolerantes da comunidade europeia.

No século XV, o povo judeu, que já havia conseguido se estabelecer séculos antes em Portugal, foi expulso do país em decorrência de um processo crescente de perseguição e intolerância antissemita na Península Ibérica. Não podemos esquecer de que o povo cigano sofreu, constantemente, porque era visto como uma etnia marginal pelos portugueses.

Quando os portugueses cruzaram o Atlântico e chegaram ao "Novo Mundo", que viria posteriormente a ser o Brasil que conhecemos na atualidade, os portugueses convertidos ao catolicismo se viram de frente com os povos e as culturas indígenas e tendo que conviver cotidianamente. Esta relação gerou conflitos intensos e, por séculos, os europeus que estudavam ciência e também se preocupavam em debater e tecer teses religiosas, travaram, publicamente, inúmeros debates para decidirem se os índios eram realmente seres humanos, da forma que conheciam, ou uma espécie de animal que desconheciam na natureza.

Aqui está o embrião desta relação discriminadora, porque a intervenção portuguesa junto aos indígenas e suas diversas culturas vieram de maneira enfática. As manifestações culturais aborígenes foram demonizadas e inferiorizadas. Em seguida, a conhecida ação civilizatória jesuíta, patrocinada pela Igreja Católica passou a catequizar e a aculturar os indígenas à fé cristã, que foi muito bem camuflada como uma ação humanitária e de boa intenção, mas temos a clareza que o objetivo final desta proposta, pelo que nos parece, era a de dominação destes povos.

Os bandeirantes, que aos olhos de muitos se tornaram heróis, foram os autores de um perverso e desumano genocídio e atrocidades contra a comunidade indígena. Em seguida, pelas mãos dos invasores, os índios foram escravizados, perderam a autonomia de suas terras e culturas. Infelizmente, em decorrência desta ação predadora, os povos indígenas foram fisicamente aniquilados.



Com a chegada e utilização da mão de obra escrava, oriunda da África, a sociedade brasileira, que era dominada física e economicamente pelos portugueses, dividiu-se em duas partes desiguais: de um lado brancos livres e de outro, índios e negros escravos. Esta relação era tão complexa que até mesmo negros que não eram escravos e eram livres, não conseguiam ser vistos e considerados cidadãos naquela sociedade. Isso demonstra que não era a relação de escravo que determinava a situação social do negro no Brasil Colonial, mas a cor de sua pele.

O racismo brasileiro que atravessou todo o período colonial não foi justificado apenas por seu lado consuetudinário, por vezes os instrumentos legais foram bases sólidas desta relação. A intolerância étnica chegou a um tal ponto no regime colonial que para se ocupar cargos ou prestar serviços públicos da Coroa, do sistema municipal, judiciário ou até mesmo nas Igrejas e nas ordens religiosas, se fazia necessário a comprovação da "*pureza de sangue*", ou seja, seriam somente admitidos brancos para estas funções, impedindo que negros e mulatos viessem a exercê-las. Por muito tempo se exigiu a comprovação da "*brancura*" dos candidatos para os cargos nesses setores públicos de trabalho. Esta afirmativa nos faz ter uma série de profundas reflexões. Este elemento teórico nos leva a pensar o racismo não só como uma válvula econômica, mas uma ideologia que, sustentada por tanto tempo, para se justificar a escravidão no país, chegou aos séculos XVIII e XIX da mesma forma, ou seja, a ideia da boa aparência tem sua fundamentação teórica nas afirmativas acima.

A busca de um emprego público no Brasil era um processo longo que envolvia interrogatórios, testemunhas, sindicâncias em solo nacional e, muitas vezes, em Portugal. Tudo isso era feito para que o pretendente pudesse comprovar e atestar a sua inquestionável origem branca e também católica. Este quadro de violência discriminadora chegou a um tal ponto que construíram um determinado conjunto de leis que proibia os negros e mulatos de se vestirem como brancos, isto significava diretamente, mesmo podendo, de usar roupas de seda, ostentar joias, lã fina e/ou qualquer outro adorno de ouro e prata, sob pena de terem seus bens e pertences confiscados. No século XVIII, lá pelos idos de 1710, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo uma lei veio proibir que negro, índio, mulato ou mestiço, quer fosse livre ou liberto, pudessem portar algum tipo de espada ou arma de fogo, sob pena de punição: açoitamento público no pelourinho. Essas ideias, leis e práticas coloniais, retardaram o avanço do negro em sociedade.

Neste sentido, somente uma minoria branca, da sociedade colonial, poderia ocupar todos os cargos e os melhores espaços de trabalho à época. Aquilo que se tinha como algo honroso na sociedade escravocrata era ocupado por indivíduos de cor branca. Por outro lado, obviamente, a grande massa composta por índios, negros e mestiços tentavam sobreviver à margem de qualquer bem-estar social. Sendo assim, a chamada casta portuguesa, seus descendentes e agregados de toda a sorte viam-se e olhavam-se como os detentores de toda a autoridade, cultura produzida, cristandade católica e da ordem moral posta.

A historiografia nacional coloca que, em 1823, um ano depois da Independência do Brasil, os negros escravizados representavam, em média, 29% da população, número este que veio a decair durante todo o império: 24% em 1854, 15,2% em 1872 e, finalmente, caiu para um número menor do que 5% em 1887 – um ano antes do findar a escravidão, ou seja, a assinatura da Lei Áurea.

Os escravos compunham um grupo de homens adultos, em sua maioria, oriundos do sudoeste da África. Eram de etnias, religiões e idiomas diferentes, que como qualquer outro povo se identificava e se reconhecia em suas especificidades, em particular, com o seu país de origem. Este é um dos pressupostos das identidades culturais dos seres humanos. O que queremos dizer é que não havia uma ideia de cultura africana compartilhada por todos. Isso seria perverter a lógica cultural dos povos que são sustentados por suas identidades locais, regionais



e nacionais. Cada qual se via a partir de sua identidade, construída dentro da teia cultural do Continente Africano. Nesse caso específico, houve situações em que alguns escravos trazidos para as Américas teriam sido capturados enquanto guerreavam entre tribos e que, logo em seguida, eram negociados, vendidos para os chamados traficantes de escravos.

Os canaviais na região nordestina, entre os séculos XVI e XVII eram os típicos locais de atividades econômicas que dependiam, única e exclusivamente, da mão de obra escrava. O norte do Maranhão foi o local onde os negros escravos foram sempre utilizados na produção de arroz e algodão durante todo o século XVIII. Concomitantemente, neste mesmo período, os negros escravizados também foram utilizados e explorados na província de Minas Gerais, onde havia a extração de ouro que gerava um grande aporte financeiro à coroa portuguesa. Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, durante este mesmo século, o cultivo do café em grandes extensões de terras foi o produto que maior valor agregado teve. Isto gerava um enorme valor econômico aos colonizadores. O cultivo da cultura do café passou a ter tanta importância para a região que, anos depois, veio a se tornar vital para a economia brasileira. Nessas plantações a mão de obra escrava era utilizada para o trabalho de plantação.

Neste período, já havia um número relativamente pequeno de brasileiros que possuíam escravos. A maior parte das fazendas, muitas delas de pequeno e médio porte, já empregavam trabalhadores livres. Os negros escravizados, em particular, neste momento, já eram encontrados exercendo outras atividades ou funções em toda a sociedade. Alguns trabalhavam nas redes de domésticos, agricultores, mineiros, jardineiros, lavadeiras, cozinheiras, ajudantes, prostitutas e em diversos outros espaços sociais. As cinco províncias que detinham o maior número de escravos, em 1887, ano anterior à Abolição da Escravidão, eram: Minas Gerais com 26%; Rio de Janeiro com 23%; São Paulo com 15%; Bahia com 11%; e Pernambuco com 6%. Juntas essas províncias somavam o equivalente a 81% dos escravos de todo o Império.

7. AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO

O racismo, no Brasil, foi perpetuado por uma ínfima minoria branca, mesmo depois da independência, como também, mesmo após o Brasil republicano. As atenções e os interesses da elite nacional sempre foram por copiar os países europeus. O Brasil continuou voltado e direcionado economicamente, culturalmente e ideologicamente para a Europa, pois esta sempre foi à lógica da relação transnacional.

O modelo europeu, que fosse econômico, cultural, educacional, era algo a ser perseguido constantemente. Esse processo contribuiu significativamente para a manutenção e perpetuação do sentimento de repulsa, intolerância e indiferença para com negros e mestiços. A pretensão da elite política, conforme a historiografia nacional, que comandava o país, tinha por objetivo o “embranquecimento” do Brasil. Foi seguindo este projeto que no século XIX esta mesma elite política e econômica incentivou, financiou e recebeu os imigrantes europeus no país. Por um lado, este projeto com a vinda dos imigrantes deu certo porque os mesmos (imigrantes) intensificaram a relação de racismo no Brasil, pois alemães e italianos, em sua maioria, sempre mantiveram uma relação de conflito com os negros e índios.

No século XX passou a se evidenciar as desigualdades sociais entre os agrupamentos pobres e ricos da sociedade. Sendo assim, a pobreza dos ex-escravos ficou cada vez mais nítida em decorrência de terem recebido tratamento diferenciado em comparação aos imigrantes europeus.

Uma das hipóteses colocadas pelos historiadores é que os imigrantes urbanos e rurais durante e depois da Depressão Econômica, receberam diversos benefícios de programas governamentais para que pudessem se estabelecer no Brasil. Em sentido inverso, os negros e índios, não receberam nenhum auxílio do governo, muito menos foram treinados para que viessem a se adaptar e, posteriormente, trabalhar nos novos postos de serviços nos grandes centros urbanos que se desenvolviam rapidamente.

Sem o apoio político do governo e sem ações governamentais, os negros e índios foram sendo vagarosamente jogados e empurrados para uma espécie de "*apartheid* social", sendo obrigados pela situação de viverem de forma forçada, em uma condição social de favelização. Esta realidade os obrigou a empregarem-se nos piores postos de trabalho. Mais uma vez aquela realidade se sobressai, já que os brancos iriam exercer as melhores funções sociais e os negros, índios e mestiços continuariam a executar serviços "*desonrados*", pelo menos no olhar daquela sociedade. Esses postos de trabalho eram desagradáveis, servis e que os brancos evitavam executá-los. Esses espaços virariam, com o tempo, lugares de negros. Basicamente, partindo desta realidade trabalhista, já havia um lugar pré-posto para o negro trabalhar. Neste caso específico, os espaços de comando dificilmente estariam nas mãos de um ex-escravo. Isso trouxe o racismo até os dias atuais, porque ainda há, na sociedade, um ar de espanto quando se encontra um negro em lugar de destaque.

Porém, as faces do racismo são inúmeras e se manifestam de maneira persistente até hoje. Sua forma ou fórmula é intensa e chocante em todo o país, pois é sempre voltada contra os negros, mestiços e índios. Sua base ainda é colonial e está incrustada na *psique* social. Por mais que a obra de Gilberto Freyre (2000) tenha construído uma ideia de democracia racial, o racismo se propaga com todas as suas forças nos quatro cantos do país e não há lugar que o racismo não esteja estabelecido. Em Casa Grande e Senzala, o autor tentou discorrer sob a possibilidade de termos um racismo que era bem menor do que no resto do mundo, pela formação cultural e étnica do país. Ato falho em sua análise, porque a discriminação racial existe e resiste na sociedade brasileira por mais que, muitas vezes, se apresente de maneira camuflada, meio que imperceptível, por alguns atores sociais. Esta situação é tão verdadeira que, mesmo nos dias atuais, as chamadas classes dominantes ainda agem, diante do negro e do índio, com as mesmas atitudes depreciativas e intolerantes. Parece que copiam as mesmas atitudes de intolerância e negligência que seus ancestrais, em sua maioria escravocrata, tinham no período colonial.

O que mais nos impressionou nesta pesquisa foi encontrar a ideia ou ideologia política imposta pelo sistema racista, que delega e impõe aos pobres e negros a culpa de sua própria pobreza, desgraça social e familiar. Parece que não há uma negação posta pelo racismo, é pura incompetência e incapacidades destes povos que não se habilitam ou se adéquam às normas e formatações da sociedade. Este olhar ainda é oriundo do processo de negação colonial, ou seja, sabemos que essas atitudes ainda são pensadas e praticadas porque estão relacionadas ainda às características raciais e a relação servil que à escravidão, brutalmente, incrustou no cidadão negro e indígena.

O mais difícil, nesta nossa pesquisa, foi perceber que a opressão, assim como dizia Paulo Freire, contudo, infelizmente, não é só a do branco que pratica a ação discriminatória contra o negro no país. A chaga do preconceito racial foi e é, infelizmente, assimilada pelos próprios grupos discriminados (mestiços e mulatos). Por ser o racismo uma ideologia vigente e muito bem-posta e estruturada no Brasil, este sentimento e comportamento intolerante e discriminador, ressalvadas exceções, também afeta os negros que ascendem socialmente. Estes se enfileiram e somam-se a um contingente de tronco europeu para discriminar o negro de um modo geral. Os negros somam 68% dos pobres brasileiros com níveis de escolaridade

muito baixos. Os afrodescendentes são os mais assassinados, como também, somam o contingente das maiores vítimas da violência policial nos grandes centros urbanos.

No tocante as religiões de tronco-africano, Umbanda, Candomblé, Batuque e Almas e Angola, os seus seguidores são, até os dias atuais, vítimas de uma discriminação contundente, chegando a ser tachados como seguidores do demônio por outras ideologias religiosas, em sua maioria, de tronco europeu. Essas denominações acusam os praticantes de religiões de matriz africana de praticarem bruxarias e macumbarias em seus espaços sagrados e nas encruzilhadas. Os centros de umbanda e barracões de candomblé são seguidamente invadidos, depredados por religiões fundamentalistas que têm suas bases históricas e tradicionais na Europa.

A mídia brasileira até a década de 90 consolidou a imagem do negro servil e cômico em suas programações diárias. As redes midiáticas sequer reconhecem o enorme contributo do negro para a construção do Brasil, como também, de forma insistente, visivelmente discrimina os negros, que são, em sua maioria, sub-representados na sua programação diária, sobretudo nas novelas. O racismo brasileiro é um problema muito difícil de ser combatido, porque ele não possui uma única fonte de produção, manifesta-se da educação à religião.

8. IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO

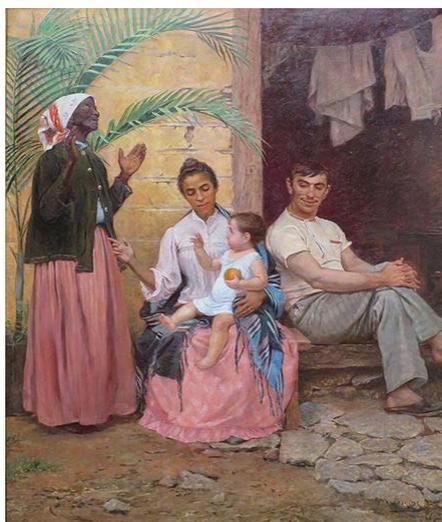


Figura 11. Obra Redenção de Can, 1895. Fonte: [Acesso em: 16 maio 2015].

[URL: http://web.archive.org/web/20081007234352/http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/2655](http://web.archive.org/web/20081007234352/http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/2655)

Este é outro tema de suma importância em nosso trabalho de pesquisa, porque, no Brasil, o indivíduo que é considerado mestiço sempre foi visto e tratado, claro que dependendo da cor de sua pele, em uma classificação de quase um branco, e por causa desses traços teria, sem dúvidas, um tratamento diferenciado do negro com pele mais escura. O que nos chama muito a atenção neste item do nosso trabalho é que este referido mestiço nunca seria tratado em sociedade como um seminegro. Por este motivo é que a mestiçagem no Brasil sempre foi

vista e tratada como um processo de "*embranquecimento*" da população, e não como o seu inverso: o "*enegrecimento*" dela.

O que consideramos em nosso estudo é que esta ideologia do branqueamento veio a criar profundas raízes discriminatórias na sociedade brasileira na pós-abolição, em sentido amplo, no início do século XX. Este processo além de ser emblemático, é muito interessante pois se percebe que, por este motivo, muitos negros vieram ao longo dos anos, a assimilar os valores sociais, morais e, por incrível que pareça, os preconceitos dos brancos. Por isso, lamentavelmente, e esta situação muito nos entristece, desenvolveram ao longo deste trágico e terrível episódio que foi a escravidão, um profundo preconceito em relação às suas raízes culturais e religiosas, vindo a negá-las publicamente por estarem encharcadas de conceitos pejorativos.

Esta é uma relação tão confusa que levou alguns negros com destaque social, mestiços e mulatos a recusaram o convite de convivência social com a sua herança africana. Com isso, passaram a viver isolados do convívio com outros grupos negros. O processo que foi paulatino, mas ao mesmo tempo foi modificando a forma de o negro se ver e pensar, a partir das ideias de embranquecimento, ideologicamente, ajudou na perpetuação da prática do racismo, até porque para que os negros viessem a se *tornar "brasileiros"* de verdade, teriam que, mesmo de forma inconsciente, negar os elementos de sua ancestralidade africana e assumir os chamados valores "*positivos*" dos descendentes de europeus. Ser brasileiro, neste caso específico, passava por uma assimilação dos valores culturais e ideológicos dos brancos de cultura europeia.

Neste contexto complexo, conflituoso e cheio de nuances é que o racismo à moda brasileira toma definições específicas e peculiares, porque talvez seja um dos poucos lugares no mundo que a vítima da violência discriminadora, por vezes, assume o papel de algoz do próprio grupo étnico que faz parte. Quando o negro assume e reproduz o discurso do outro, discriminador e racista, da qual ele e sua família também são vítimas, reforça de forma paulatina o racismo no interior de sua comunidade familiar e social.

Esta situação, que mais parece psicológica, criou uma busca frenética pelo branqueamento. Muitos negros que haviam interiorizado essas ideias passaram a cultuar e dar maior valor ao chamado padrão de beleza branco. De forma contrária, isso fez que se associasse aos traços de seu grupo étnico, africano, à feiura. Neste período, entre os anos 80 e 90, houve uma enorme corrida a diversos métodos para mascarar e ludibriar os traços físicos característicos de negro. No tocante as mulheres negras, houve uma gigantesca corrida, em alisar o cabelo. Claro que, com isso, o mercado de cosméticos aqueceu e investiu pesadamente nestes ramos de comércio e, nesta mesma época, alguns produtos prometiam clarear a pele. O senso comum era algo corriqueiro, ou seja, que se bebesse bastante leite, haveria um processo natural de embranquecimento.

Vários outros instrumentos e elementos racistas foram sendo utilizados neste mesmo período, entre eles, a assimilação dos valores morais e sociais das classes brancas, em particular as dominantes, fazendo de forma imposta, com que todas as características culturais que lembrassem ou remetessem ao continente africano, até porque na década de 80 e 90 alguns países africanos passavam por momentos duros e de muita dificuldade econômica, política e social (Etiópia, Sudão, Ruanda) reforçando a imagem de pobreza, desestruturação e barbárie, fossem considerados inferiores e motivo de vergonha nas escolas e rodas sociais.

O pouco esclarecimento educacional e a falta de base cultural levaram os negros para uma situação delicada e muito preocupante, do ponto de vista social, porque a negação social posta lhes empurrava, cada vez mais rápido, para a negação de si mesmo, de sua cultura e religião,



obrigando-os a buscar, de maneira constante, construir saídas para o desconforto que os abalava em ser negro em uma sociedade racista e embranquecida em todos os seus aspectos visíveis.

Uma das saídas utilizadas pelas famílias negras foi o que os cientistas chamam de “*branqueamento biológico*”: opção por se casar com parceiros de cútis mais clara, obviamente branca para gerarem filhos ou netos mais claros. Neste sentido, ter um filho de pele mais clara simbolizava uma vitória, concomitante a crença de que este filho teria maior chance de vencer na vida e menos chance de sofrer as consequências do racismo.

A ideologia do embranquecimento, além de se firmar como um modelo estético a ser seguido, desconstruiu o cidadão negro em sua essência ancestral. Suas consequências foram duras no Brasil porque uma grande parcela da comunidade negra, por ter uma baixa estima muito grande, com o tempo veio a absorver o clareamento estético, biológico e social como uma meta a ser alcançada de qualquer forma. Partindo deste pressuposto, verifica-se que no Brasil todos nascem embranquecidos, pois a predominância da cultura branca, de descendência europeia, empurrou os negros ao longo dos anos para esta situação imposta todos os dias, por todos os mecanismos de comunicação visual e educacional do país. Seguindo este raciocínio, os negros que ousaram e optaram por incluir em suas vidas e de suas famílias alguns aspectos identitários com a cultura negra, tornaram-se instrumentos de resistência e espaço de fruição de novos conhecimentos sobre o seu passado e de seus ancestrais africanos.

Um dos pontos mais interessantes desta nossa pesquisa é a análise comparativa entre o racismo brasileiro e o norte-americano, ou seja, enquanto o racismo norte-americano era marcado pelo ódio, segregação racial e assassinatos, por aqui, no Brasil, construíram uma forma de harmonia racial em que as práticas racistas se desenvolviam de maneira mais branda, sociável e aceitável em todas as suas dimensões sociais. Nos Estados Unidos, o racismo se encontrava estampado no dia a dia das cidades e qualquer pessoa, mesmo que de pele clara, mas que tivesse sangue africano, era totalmente excluído da sociedade branca. Esta situação veio, em nosso entendimento, favorecer, em partes, a unidade desses grupos excluídos, que passaram a lutar por seus direitos civis e conseguiram avançar, ao longo do tempo, de maneira impressionante.

No quadro brasileiro, o racismo se manteve sempre camuflado, em parte pela ideologia da democracia racial e em parte pelo processo de embranquecimento. Esta situação extremamente peculiar de nossa sociedade brasileira criou uma teia de complexo de inferioridade na população negra. Com absoluta certeza, isto foi o embrião para a presente negação na modernidade, de qualquer pressuposto material ou imaterial que remeta a negritude.

Ninguém nega que há racismo no Brasil. O interessante a se perceber que há um porém, porque tanto o racista como a vítima do racismo são sempre o outro, nunca a própria pessoa que pratica o ato discriminador ou a que é atacada por ele. O Censo de 2010 apurou que, dos 16 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza (ou com até R\$ 70 mensais), 4,2 milhões são brancos e 11,5 milhões são pardos ou pretos.

Indicadores	Brasileiro branco	Brasileiro negro
Analfabetismo	5,9%	13,3%
Nível Universitário	15,0%	4,7%
Expectativa de vida	73,13	67,03
Desemprego	5,7%	7,1%
PIB per capita	R\$ 22,699	R\$ 15,068
Mortes por Homicídios	29,24%	64,09%

Tabela 1. Indicadores entre brancos e negros. Fonte: [Acesso em: 15 maio 2015]. <URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_no_Brasil>

9. VIOLÊNCIA

Uma série de homicídios no Brasil foi estudada no período entre 2000 e 2009. As variáveis explicativas foram: raça/cor da pele, gênero e educação. As estatísticas de óbitos foram obtidas do Sistema de Informações sobre Mortalidade.

A análise de tendência foi realizada por meio de uma regressão polinomial para uma série de tempo histórico ($p < 0,05$, intervalo de confiança de 95%).

Esta pesquisa sobre violência colocou que a população negra representava 69% das vítimas de homicídios em 2009. Sendo que a taxa de homicídios aumentou na população negra, enquanto diminuiu na população branca no período estudado. Um dos pontos importantes a ser analisado nesta pesquisa é que a taxa de homicídios aumentou nos grupos com educação superior e inferior entre os negros, e entre brancos, a taxa diminuiu para aqueles com o menor nível de escolaridade e manteve-se estável no grupo com níveis educacionais mais elevados. Em 2009, os negros tinham um risco maior de morte do que os brancos por homicídio, independentemente do nível de educação. Entre 2004 e 2009, a taxa de homicídios diminuiu na população branca, enquanto aumentou na população negra. O risco relativo de ser vítima de homicídio aumentou na população negra, o que sugere um aumento da desigualdade. O efeito de medidas antiarmas implementadas no Brasil em 2004 foi positivo na população branca e menos pronunciada na população negra. No geral, a raça/cor da pele era relevante na ocorrência de homicídio.

No comparativo com o ano de 2008, temos um novo patamar: morreram 111,2% proporcionalmente mais negros do que brancos no Brasil. Este cenário é muito pior entre os jovens de 15 a 24 anos. Entre a comunidade branca, o número de assassinatos caiu de 6.592 para 4.582 entre 2002 e 2008, uma diferença de 30%. Enquanto isso, os assassinatos de jovens negros subiram de 11.308 para 12.749 – um aumento de 13%. Em 2008, 127,6% morreram jovens negros proporcionalmente mais que os brancos. Dez anos antes, essa diferença foi de 39%. No Estado da Paraíba, em 2008, morreram 1.083% mais negros do que brancos. No Estado de Alagoas, foram 974,8% mais mortes de negros do que brancos. Em onze Estados, esse índice ultrapassa 200%. Estes dados representam um extermínio não declarado, de acordo com o governo federal.



Entre os anos de 2016 a 2018, a cidade de Florianópolis passou a ter índices alarmantes no que se refere á assassinatos de jovens negros e periféricos, sem nenhuma resposta pontual do Governo do Estado.

9.1. CLASSE SOCIAL

Alguns consideram que as comparações feitas entre o regime sul-africano durante o "apartheid" e a sociedade brasileira atual são reforçadas pelo fato de que as desigualdades socioeconômicas ainda afetam particularmente os afro-brasileiros. Conforme o Deputado Aloizio Marcadante, do Estado de São Paulo, *"Assim como a África do Sul teve o apartheid racial, o Brasil tem o apartheid social"*.

O jornalista Kevin G. Hall escreveu, em 2002, que os afro-brasileiros estão atrás dos brasileiros brancos em quase todos os indicadores sociais, incluindo renda e educação, e aqueles que vivem em cidades são muito mais propensos a serem abusados, mortos ou presos pela polícia.

A situação social do Brasil também tem impactos negativos nas oportunidades educacionais dos desfavorecidos. Os ricos vivem em condomínios fechados e as classes desfavorecidas não interagem em nada com os mais ricos, *"exceto no serviço doméstico e no chão de fábrica"*.

De acordo com France Winddance Twine (1998), a separação entre classe e raça se estende para o que ela chama de "apartheid espacial", em que os moradores e convidados da classe alta, presume-se serem brancos, entram nos edifícios de apartamentos e hotéis através da entrada principal, enquanto as domésticas e prestadores de serviços, presume-se negros, entram pela entrada lateral ou traseira.

O ativista dos direitos civis Carlos Verrisimo escreve que o Brasil é um Estado racista e que as desigualdades de raça e classe são, frequentemente, interrelacionadas. (VERRISIMO, 1995).

Michael Löwy (2015) afirma que o "apartheid social" se manifesta nos condomínios fechados, uma discriminação *"(...) social que também tem uma dimensão racial implícita, onde a grande maioria dos pobres são negros ou de mestiços (...)"*. Apesar de recuo do Brasil do regime militar ao retorno à democracia em 1988, o apartheid social só tem piorado.

9.2. JOVENS DE RUA

O apartheid social também está ligado à exclusão de jovens pobres, especialmente jovens de rua, da sociedade brasileira. O papel da polícia em manter os moradores de muitas das favelas do Brasil, sem interferir na vida de brasileiros das classes média e alta, é a chave para manter este estado de apartheid.

Os professores de antropologia, Nancy Scheper-Hughes e Daniel Hoffman (1998), descrevem esta discriminação e exclusão das crianças das favelas e das ruas como um "apartheid brasileiro". Eles escrevem que, para se protegerem, as crianças pobres, muitas vezes carregam armas, e que, como resultado, *"(...) o custo de manter esta forma de apartheid é alto: uma esfera pública urbana que não é seguro para qualquer criança (...)"*.



Tobias Hecht (1998) diz que os brasileiros ricos veem, muitas vezes, as violentas crianças de rua como uma ameaça, na tentativa de marginalizá-los socialmente e mantê-los, bem como a pobreza que representam, escondidos da vida da elite abastada.

De acordo com Hecht (1998), a presença persistente dessas crianças "*(...) incorpora a falha de um apartheid social não reconhecido para manter os pobres longe da vista (...)*".

"Apartheid social" é um termo comum nos estudos sobre as implicações das enormes disparidades de renda do Brasil e a expressão (e as desigualdades associadas a ela) são reconhecidos como um problema sério, até mesmo, pelas elites brasileiras, que desse sistema se beneficiam:

"Apesar de décadas de crescimento econômico impressionante, as desigualdades sociais marcantes permanecem. Em uma pesquisa recente com 1.500 dos membros mais influentes da elite política e econômica do Brasil, cerca de 90 por cento acreditavam que o Brasil tinha alcançado o sucesso econômico e o fracasso social. Perto da metade viram as enormes desigualdades como uma forma de 'apartheid social' (...)" (HECHT, 1998).

Cristovam Buarque (2009), que foi Governador do Distrito Federal entre anos de 1995 e 1998 e Ministro da Educação de 2003 a 2004 e, atualmente, Senador pelo Distrito Federal, argumenta que "*(...) o Brasil é um país dividido, que abriga a maior concentração de renda do mundo e um modelo de apartheid: o apartheid social brasileiro (...)*". Ele diz que em vez de "*um espectro de desigualdade*", há agora "*uma ruptura entre os incluídos e os excluídos*". Ele argumenta que a sociedade está ameaçada por "*(...) um hiato entre ricos e pobres tão grande que em todo o país haverá um crescimento separado, nos moldes da África do Sul sob o apartheid*" e que enquanto isso está acontecendo no mundo, "*O Brasil é o seu melhor exemplo*".

O ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi citado em 2002 por Mark Weisbrot na The Nation, dizendo que estava "*lutando para trazer os pobres do Brasil para fora do apartheid econômico*".

Sua perda na eleição presidencial de 1994 para Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) tem sido atribuída, em parte, ao medo despertado por Lula na classe média por suas "*(...) denúncias do apartheid social que permeava a sociedade brasileira (...)*".

10. O RACISMO E O ORDENAMENTO JURÍDICO DO BRASIL

O racismo e o preconceito brasileiro possuem uma característica de não oficial. Enquanto em outras nações foram adotadas e aplicadas estratégias jurídicas que objetivassem garantias legais no combate à discriminação racial, no Brasil, mesmo depois da proclamação da República, em 1889, não foi construído nenhum dispositivo jurídico capaz de fazer referências explícitas a qualquer diferenciação que fosse pautada na etnia/raça.

Verificamos em nossos estudos que há um silêncio sobre este tema no interior do país. Isso não é sinônimo de inexistência de racismo. No entanto, esta atitude contribui para que o racismo fosse vagarosamente adentrando na sociedade brasileira, primeiramente de forma "*científica*" com o já conhecido darwinismo racial e, posteriormente, pelo costume.

Uma das visíveis evidências de que o poder público brasileiro admitiu que no país houvesse uma forte presença de preconceito racial que construiu no ano de 1951, foi a publicação da Lei Afonso Arinos. Lei que mesmo sendo insuficiente para se combater o racismo, tornou

contravenção penal a recusa de atender, hospedar, servir, ou receber como cliente, comprador ou aluno em escolas e faculdades por preconceito oriundo da etnia ou da cor da pele. Esta mesma lei também considerava crime a recusa de se vender qualquer produto em estabelecimento público. Obviamente que a punição poderia variar de quinze dias a treze meses. Porém, mesmo com a boa intenção do legislador, a falta de cláusulas impositivas e de punições mais severas tornou a lei ineficaz. Neste sentido, mesmo tendo casos de discriminação que eram bem divulgados, se ocorriam nos espaços de emprego, escolas e serviços públicos, não se conseguia a efetividade da Lei Afonso Arinos na punição dos autores dos atos de racismo.

A Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu interior a Lei nº 7.716, datada de 5 de janeiro de 1989, tornou, a partir daquela data, o racismo em um crime inafiançável. Infelizmente essa lei, por mais que tenha sido um avanço superior ao da Lei Afonso Arinos, igualmente, de maneira fragilizada, se mostrou ineficaz no combate direto ao preconceito racial, porque só considera o racismo e/ou ações discriminatórias, as atitudes preconceituosas praticadas em público. Isso quer dizer que atos e atitudes privadas de ofensas de caráter pessoal são inimputáveis. Até porque o ato comprobatório necessitaria de testemunha para sua confirmação.

De acordo com a Lei Caó, como assim ficou conhecida, o racismo só se consubstancia na proibição de alguém fazer algo em virtude da cor de sua pele. Seguindo este ditame legal, o racismo brasileiro é punível quando reconhecidamente público, no interior de hotéis, restaurantes, bares, meios de transporte, boates, clubes sociais e locais de grande circulação de pessoas.

A lei, neste caso, se mostra altamente limitada para atingir o seu fim proposto, pois o racismo à brasileira que é algo extremamente condenável, se efetiva, em sua maioria, na esfera privada: do interior dos lares aos locais de maior intimidade, em que a lei, por sua necessidade de testemunha pública, não tem alcance. Sendo assim, na maioria dos casos de racismo, o autor da ofensa se livra da pena, ora porque o flagrante é algo quase impossível de se conseguir, como também, porque as diferentes alegações, constantemente, colocam a acusação sob algum tipo de suspeita. Por conseguinte, apesar das já mencionadas boas intenções do legislador brasileiro, o texto da lei não respalda o lado da vítima que sofre a ação racista.

Exemplo da ineficácia da lei é que em Santa Catarina não temos uma delegacia que trate de casos de racismo de forma específica. Claro que isso não revela a inexistência do preconceito, mas a maioria dos casos de racismo não chega às delegacias pela falta de credibilidade dos espaços oficiais de atuação. Com isso, na falta efetiva de mecanismos concretos de combate ao racismo e a discriminação racial, a maioria dos casos de racismo transforma-se em injúria ou admoestação de caráter pessoal ou circunstancial.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho esclarecer algumas questões históricas referentes à aplicação da Lei nº 3353/1888, a Lei Áurea, que aboliu legalmente a escravidão no Brasil, no final do século XIX.

O que percebemos nesta pesquisa é que a referida Lei não foi a única no tocante a abolição da escravatura. Vários outros Estados, incluindo Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul já haviam



abolido a escravidão antes da proclamação da Lei Áurea. Este ponto é extremamente importante de se destacar, porque houve por parte da historiografia oficial, uma forte campanha de que a Lei Áurea foi uma ação positiva e que, com ela, havia encerrado o sistema escravista brasileiro. Fato este que não é verdade absoluta. No entanto, verificamos aquilo que alguns historiadores já haviam enfatizado anteriormente em seus escritos: que a escravidão chegaria ao seu fim com ou sem a assinatura da Lei Áurea.

Vimos que não foi a lei em si que construiu o processo final da escravidão, mas sim, todo um movimento político, econômico e social que reagiu ao sistema posto. A historiografia escondeu por muito tempo os fatos verdadeiros do final da escravidão no país.

Percebemos, em nossa pesquisa, que os interesses econômicos, em particular da Inglaterra, os conflitos, as rebeliões, os aquilombamentos e as lutas abolicionistas foram os grandes construtores da derrubada do sistema escravista no Brasil. Verificamos, também, que o Governo Brasileiro que utilizou a mão de obra escrava por quase quatro séculos, sequer construiu saídas legais para absorver o ex-cativo às novas dinâmicas sociais. Neste caso específico, a Lei Áurea foi um grande golpe na vida dos negros, porque permaneceram pobres, sem recursos econômicos, sem nenhuma perspectiva de melhora de vida, abandonados à própria sorte, na chamada libertação dos escravos.

Se por um lado a Lei Áurea, de forma legal, aboliu o trabalho escravo no país, por outro, criou um amontoado de favelados que não tinham para onde ir e, muito menos, sabiam qual seria o seu futuro. A Lei Áurea criou uma grande interrogação na vida dessas pessoas porque negou as mesmas condições salutaras de subsistência e não lhes garantiu oportunidades de desenvolvimento intelectual, trabalhista e cultural.

Infelizmente, percebemos que a relação de pobreza da população negra brasileira na atualidade está diretamente relacionada a Lei Áurea, porque os negros do século XXI, por uma questão natural, são herdeiros dos danos que a escravidão causou na vida de seus ancestrais. Ao pensarmos sobre isso, verificamos que os negros, no final do século XIX, não herdaram absolutamente nada, ressalvadas algumas exceções. Uma massa gigantesca de seres humanos passou a vagar desempregada pelos centros das grandes cidades. Com a chegada em massa dos imigrantes europeus, os negros continuaram a ser vistos e tratados como pessoas de segunda categoria, como escravos, mas agora livres legalmente.

O que mais nos chocou na construção deste trabalho, foi perceber que a história envolta sobre a Lei Áurea foi uma construção das elites dominantes. A mesma elite que se utilizou da escravidão de seres humanos para enriquecer e desfrutar de uma boa vida em sociedade.

Endeusaram a Princesa Isabel e contaram outra história sobre o fato ocorrido. A princesa virou uma heroína para a historiografia oficial. Não informaram que ela não gostava de política e muito menos tinha algum interesse pessoal na Lei Áurea. Sendo que, nos parece que a Princesa Isabel entrou para a história meio que por acaso, já que a ausência do pai, Dom Pedro II, a obrigou a assumir o seu lugar naquele momento histórico. Talvez o ponto mais gritante sobre a história da Lei Áurea foi a invisibilidade que a historiografia oficial impôs as grandes revoltas negras no Brasil, entre elas, A Revolta dos Malês, A Revolta dos Búzios e os aquilombamentos em todo o país, em particular, o de Palmares.

A Constituição da República, de 1891, sequer menciona alguma ação direta ou indireta, do ponto de vista legal e do direito, que viesse impactar de forma positiva na vida dos negros, escravizados. Falar em direitos, oportunidades, respeito e reconhecimento pelo contributo na construção da economia e sociedade brasileira, nem pensar. A Constituição não reconheceu o cidadão negro. Por conseguinte, vale ressaltar que o negro não existiu para o legislador da

primeira Constituição da República, pois a abolição não conseguiu garantir alternativas de mudanças efetivas na vida dos ex-cativos. Neste sentido, o direito cumpriu o seu papel de mantenedor do *status quo*.

Vimos, neste caso, que a abolição ainda está por ser conclusa, ela está incompleta, inacabada. Porque quando analisamos os dados estatísticos e comparamos a vida dos negros na pós-abolição, vemos que boa parte dos problemas envoltos, na atualidade, referentes à educação, segurança, moradia, religião, identidade cultural e de saúde, ainda são resquícios de uma abolição que não foi concretizada em sua plenitude. Os anos se passaram, mas a escravidão ainda convive nos meandros da sociedade moderna em forma de estereótipo, preconceito, discriminação, racismo e a forma pejorativa de se tratar o negro no dia a dia das cidades.

Essas manifestações, por incrível que pareça, ainda são as mesmas do período colonial. Por isso, acreditamos que mais do que um comportamento cultural, o racismo brasileiro é uma ideologia que é repassada de geração a geração em sociedade. Ela constrói um conjunto de ideias e ações que se materializam no cotidiano das relações sociais. E quanto mais você enfatiza alguns aspectos desta ideologia, mais o racismo tende a se fortalecer, tornando-se latente, porque nos parece que ele é uma tentativa de defesa da sociedade branca contra o indivíduo negro.

Notamos, também, que os ataques religiosos contra as religiões de matriz africana, nada mais são do que a aplicabilidade desta “fórmula do racismo” na prática, ou seja, você ataca, desenvolve teorias infundadas e as coloca para dentro da sociedade, utilizando todos os mecanismos modernos de informação, entre eles a psicologia do inconsciente, objetivando reforçar e reiterar a tese racista de inferioridade, incapacidade de adequação social e malandragem da etnia negra. Esta conexão está meio que de forma umbilical, ligada diretamente as justificativas que mantiveram em funcionamento o regime escravocrata no Brasil por quase quatro séculos.

Infelizmente esse trabalho não esgota o assunto. Como também, não se constitui de uma fórmula capaz de desconstruir o racismo na sua essência. No entanto, acreditamos que uma maior fruição educacional, garantias e aplicabilidades jurídicas, concomitante a programas de patrimônio cultural material e imaterial, poderão auxiliar no processo de desconstrução de olhares e saberes postos na sociedade brasileira atual.

Não desconsideramos o feito da assinatura da Lei Áurea que historicamente foi um momento importante para o Brasil. Na verdade, nos contrapomos a invisibilidade imposta a inúmeros atores negros e negras que construíram as bases para derrocada da escravidão no país através de lutas históricas. Sem contar que o papel da mulher negra foi extremamente negado e retirado das páginas da história.

Este artigo vem para descortinar os cenários e fatos ocorridos sem ter a pretensão de se tornar o único instrumento de construção de um novo saber sobre o episódio da assinatura da Lei Áurea. A intenção de escrever este artigo é de colocar mais uma obra no hall de tantas outras que tratam do assunto em questão. Até porque, como militante do movimento negro Catarinense e historiador que sou, me vi na obrigação de desenvolver uma obra que venha a contribuir na passagem dos 130 anos da assinatura da Lei 3.353/1888, trazendo novos elementos para o debate.



BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Rossano Lopes - Preservação, arqueologia e representações sociais: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim: Habilis, 2007.

BITTENCOURT JR., Yosvaldir. A Esquina do Zaire: Territorialidade negra urbana em Porto Alegre. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

BUARQUE, Cristovam. The Northeast: Five Hundred Years of Discoveries. In: Sachs, Ignacy; Wilhelm, Jorge. *Brazil: a century of change*. University of North Carolina Press, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

EAKIN, Marshall Craig. *Brazil: The Once and Future Country*. Palgrave Macmillan, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande Senzala* (Formação da Família Brasileira sob o regime de Economia Patriarcal). Rio de Janeiro: Maia & Schmidt; São Paulo: Editora Record, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. Contradições e esquecimento nas imagens do passado. In: FUNARI, P., DOMÍNGUEZ, Lourdes. *Textos Didáticos*. Campinas, v. 59, p. 15-21, 2006.

HALL, Kevin G. "Brazil's blacks get affirmative action 114 years after emancipation", *Knight Ridder/Tribune News Service*, May 31, 2002.

HECHT, Tobias. *At Home in the Street: Street Children of Northeast Brazil*. Cambridge University Press, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 4. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polêmicas*. Erechim: Habilis, 2007.

PRADO JR, Caio. *Formação Contemporânea do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2005.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; HOFFMAN, Daniel. *The Cultural Politics of Childhood*. University of California Press, 1998.

SILVA, Martiniano J. *Racismo à Brasileira: Raízes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Anita, 1995.

TWINE, France Winddance. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*, Rutgers University Press, 1998.

VERZBICKAS, Karin; ESPEZIN, Rosa Maria Borges. *Folclore catarinense: um mosaico cultural popular*. Florianópolis: Fábrica de Comunicação, 2010.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

APARTHEID SOCIAL NO BRASIL. [Em linha]. 2010. [Acesso em: 13 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://partners.academic.ru/dic.nsf/enwiki/5532645](http://partners.academic.ru/dic.nsf/enwiki/5532645)

BRAZIL CHRONICLE. *Brazilians Think Race Intefere on Quality of Life, but not Everyone is Concerned About Equality*. [Em linha]. 2011. [Acesso em: 28 jun. 2015] Disponível em: [URL: https://brazilchronicle.wordpress.com/2011/07/22/brazilians-think-race-intefere-on-quality-of-life-but-not-everyone-is-concerned-over-equality/](https://brazilchronicle.wordpress.com/2011/07/22/brazilians-think-race-intefere-on-quality-of-life-but-not-everyone-is-concerned-over-equality/)

COSTA, Valéria. *Lei Áurea: o final de uma luta que começou bem antes de 1888*. [Em linha]. 2014. [Acesso em: 19 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://noticias.terra.com.br/brasil/lei-aurea-o-final-de-uma-luta-que-comecou-bem-antes-de-1888,b326e15ffd0f5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/lei-aurea-o-final-de-uma-luta-que-comecou-bem-antes-de-1888,b326e15ffd0f5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html)

DYKEMAN, Kathryn. *Racial Inequality in Brazil*. [Em linha]. 2005. [Acesso em: 04 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://org.elon.edu/brazilmagazine/2005/article10.htm](http://org.elon.edu/brazilmagazine/2005/article10.htm)

FORTALEZAS E CASTELOS. *Racismo no Brasil*. [Em linha]. [Acesso em: 03 jun. 2015]. Disponível em: [URL: http://www.fortalezas.net/racismo-no-brasil](http://www.fortalezas.net/racismo-no-brasil)

HISTÓRIA ILUSTRADA. *10 raras fotografias de escravos brasileiros feitas 150 anos atrás*. [Em linha]. [Acesso em: 15 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://www.historiailustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html](http://www.historiailustrada.com.br/2014/04/raras-fotografias-escravos-brasileiros.html)

LEAL, Luciana Nunes. *Somos um país racista e homofóbico*. [Em linha]. *Jornal O Estado de São Paulo*. [Acesso em: 16 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,somos-um-pais-racista-e-homofobico,700956](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,somos-um-pais-racista-e-homofobico,700956)

LEITE, Ilka Boaventura. *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. *Rev. Estud. Fem.* [Em linha]. [Acesso em: 19 maio 2015]. Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, Dec. 2008. Disponível em: [URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=en&nrm=iso)

LOWY, Michael. *The Long March of Brazil's Labor Party*. [Em linha]. [Acesso em: 18 maio 2015]. Disponível em: [URL :http://www.logosjournal.com/lowy.htm](http://www.logosjournal.com/lowy.htm)

MARCOLINI, Adriana. *Kabengele Munanga: “A educação colabora para perpetuar racismo”*. [Em linha]. 2012. [Acesso em: 30 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://www.viomundo.com.br/politica/kabengele-munanga-a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo.html](http://www.viomundo.com.br/politica/kabengele-munanga-a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo.html)

MONTEIRO, André. *Número de pobres pardos ou pretos é quase o triplo do de brancos*. [Em linha]. 2011. [Acesso em: 29 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913919-numero-de-pobres-pardos-ou-pretos-e-quase-o-triplo-do-de-brancos.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913919-numero-de-pobres-pardos-ou-pretos-e-quase-o-triplo-do-de-brancos.shtml)

SOUZA, Paulino de. *13 de maio – os contra a abolição*. [Em linha]. [Acesso em: 19 maio 2015]. Disponível em: [URL: http://www.geledes.org.br/13-de-maio-os-contra-abolicao/](http://www.geledes.org.br/13-de-maio-os-contra-abolicao/)



UNEGRO-RIO DE JANEIRO. [Em linha]. 2012. [Acesso em: 03 jun. 2015]. Disponível em: <URL: <http://unegroriodejaneiro.blogspot.com.br/2012/10/palavras-chave-racismo-desigualdade.html>>.

UOL NOTÍCIAS. *Racismo no Brasil é institucionalizado, diz ONU*. [Em linha]. 2014. [Acesso em: 29 maio 2015]. Disponível em: <URL: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/12/racismo-no-brasil-e-institucionalizado-diz-onu.htm>>.

VERRISIMO, Carlos. *Apartheid in americas*. [Em linha]. 1995. [Acesso em: 18 maio 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.hartford-hwp.com/archives/42/035.html>>.

WEISBROT, Mark. O ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). *The Nation*. [Em linha]. [Acesso em: 13 maio 2015]. Disponível em: <URL:<http://www.thenation.com/docprem.mhtml?i=20020916&s=weisbrot>>.



